

Guavira Letras

Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras

UFMS / *Campus de Três Lagoas*

Jul./Dez. 2017

25

A toponímia em foco:
Princípios, métodos, enfoques.

Aparecida Negri Isquierdo
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Xulio Sousa
(Universidade de Santiago de Compostela)

Rosario Álvarez
(Universidade de Santiago de Compostela)





Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitor

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Campus de Três Lagoas

Osmar Jesus Macedo

Editor

Kelcilene Grácia-Rodrigues (Editor-Chefe)

Editoração e Diagramação

Kelcilene Grácia-Rodrigues

Arte da Capa

Natália Tano Portela

Organizadores do Dossiê deste volume

Aparecida Negri Isquierdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CNPq)

Xulio Sousa (Universidade de Santiago de Compostela)

Rosario Álvarez (Universidade de Santiago de Compostela)

Os autores são responsáveis pelo texto final, quanto ao conteúdo e quanto à correção da linguagem.



© Copyrigth 2017 – os autores

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(UFMS, Três Lagoas, MS, Brasil)

G918

Guavira Letras: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras

/ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Graduação e Pós-Graduação em Letras. – n. 25 (2. semestre, 2017), 165p. - Três Lagoas, MS, 2017 -

Semestral.

Descrição baseada no: n. 25 (jul./dez./ 2017)

Tema especial: A toponímia em foco: princípios, métodos, enfoques.

Organizadores:

Aparecida Negri Isquierdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)

Xulio Sousa (Universidade de Santiago de Compostela)

Rosario Álvarez (Universidade de Santiago de Compostela)

Editor:

Kelcilene Grácia-Rodrigues (Editor-Chefe)

ISSN 1980-1858

1. Letras - Periódicos. 2. Estudos Linguísticos

I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras. II. Título.

(Revista On-Line: <http://www.guaviraletras.ufms.br>)

CDD (22) 805



Conselho Editorial

Amanda Eloina Scherer (UFSC – Brasil)
Angela Stube (UFFS – Brasil)
Aparecida Negri Isquierdo (UFMS – Brasil)
Arnaldo Saraiva (Universidade do Porto – Portugal)
Beatriz Eckert-Hoff (UnB – Brasil)
Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento (UFMS – Brasil)
Diana Luz Pessoa de Barros (USP/Macknezie – Brasil)
Eneida Maria de Souza (UFMG – Brasil)
Graciela Inés Ravetti de Gómez (UFMG – Brasil)
Ivânia dos Santos Neves (UFPA – Brasil)
João Luís Cardoso Tápias Ceccantini (UNESP/Assis – Brasil)
José Antonio Sabio Pinilla (Universidad de Granada – Espanha)
José Luiz Fiorin (USP – Brasil)
Kelcilene Grácia-Rodrigues (UFMS – Brasil)
Luciano Tosta (University of Kansas – Estados Unidos)
Luiz Gonzaga Machezan (UNESP/Araraquara – Brasil)
Márcia Aparecida Amador Máscia (USF – Brasil)
Márcia Teixeira Nogueira (UFCE – Brasil)
Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG – Brasil)
Maria do Rosário Valencise Gregolin (UNESP/Araraquara – Brasil)
Maria Cristina Cardoso Ribas (UERJ – Brasil)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora – Portugal)
Maria José Faria Coracini (UNICAMP – Brasil)
Maria Luisa Ortiz Alvarez (UnB – Brasil)
Marisa Philbert Lajolo (Mackenzie – Brasil)
Pablo Segovia Lacoste (Universidad de Concepción – Chile)
Rauer Ribeiro Rodrigues (UFMS – Brasil)
Rita Maria Silva Marnoto (Universidade de Coimbra – Portugal)
Roberto Acízelo Quelha de Souza (UERJ – Brasil)
Roberto Leiser Baronas (UNEMAT – Brasil)
Rosario Álvarez (Universidade de Santiago de Compostela – Espanha)
Silvia Inês Coneglian Carrilho de Vasconcelos (UEM – Brasil)
Simone de Souza Lima (UFAC – Brasil)
Tania Maria Sarmento-Pantoja (UFPA – Brasil)
Vera Lúcia de Oliveira (Università degli Studi di Perugia – Itália)
Vera Teixeira de Aguiar (PUC/Porto Alegre – Brasil)
Véronique Marie Braun Dahlet (USP – Brasil)
Xulio Sousa (Universidade de Santiago de Compostela)



Pareceristas do número

Alexandre Melo de Sousa (Universidade Federal do Acre)
Ana Cláudia Castiglioni (Universidade Federal do Tocantins)
Ana Paula Mendes Alves de Carvalho (Instituto Federal de Minas Gerais)
Ana Paula Tribesse Patrício Dargel (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)
Aparecida Negri Isquierdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CNPq)
Carla Regina de Souza Figueiredo (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul)
Carlos Baliñas Peres (Universidade de Santiago de Compostela)
Carmen Faggion (Universidade de Caxias do Sul)
Celina Márcia de Souza Abbade (Universidade do Estado da Bahia)
Esperança Cardeira (Universidade de Lisboa)
Joceli Stassi-Sé (Universidade Federal de São Carlos)
José Ramón Morala (Universidad de Léon)
Karylleila Andrade Klinger (Universidade Federal do Tocantins)
María Álvarez de la Granja (Universidade de Santiago de Compostela)
Maria Cândida Trindade Costa de Seabra (Universidade Federal de Minas Gerais)
Nara Hiroko Takaki (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Regina Salomão Baruki (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Renato Rodrigues Pereira (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Stefan Ruhstaller (Universidad Pablo de Olavide, Cevilha, Espanha)
Vanessa Hagemeyer Burgo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul)
Xulio Sousa (Universidade de Santiago de Compostela)



Sumário

Editorial	9
-----------------	---

Dossiê: A toponímia em foco: princípios, métodos, enfoques

Apresentação	12
--------------------	----

Aparecida Negri ISQUERDO
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CNPq)

Xulio SOUSA
(Universidade de Santiago de Compostela)

Rosario ÁLVAREZ
(Universidade de Santiago de Compostela)

Arredor do topônimo como signo lingüístico	15
--	----

About place name as linguistic sign

Gonzalo HERMO GONZÁLEZ
(Universitat Autònoma de Barcelona)

Fraseotopônimos: estabelecendo diálogos entre a fraseologia e a toponímia	23
---	----

Phrasetoponyms: establishing dialogues between phraseology and toponymy

Elizabete Aparecida MARQUES
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campo Grande)

Nomes, topônimos e apelidos: caminhos de ida e volta	34
--	----

Personal names, place names and surnames: two-ways journeys

Ana Isabel BOULLÓN AGRELO
(Universidade de Santiago de Compostela)



A intervenção régia na toponímia galega medieval. Os nomes de Afonso IX (1188-1230)	50
<i>The royal intervention in the Galician medieval toponymy. The names of Alfonso IX (1188-1230)</i>	
Gonzalo NAVAZA (Universidade de Vigo)	
Tendências da toponímia urbana do município de Dourados-MS: os nomes das ruas	79
<i>Trends of the urban toponymy of the municipality of Dourados – MS: the streets names</i>	
Marilze TAVARES (Universidade Federal da Grande Dourados)	
Os topônimos do Recôncavo da Bahia	96
<i>The toponyms of the Bahia Recôncavo</i>	
Lana Cristina SANTANA (Universidade Federal da Bahia)	
Marcela Moura Torres PAIM (Universidade Federal da Bahia)	
Toponímia urbana da região de Imbirussu, Campo Grande/MS: registros ontológicos e cartográficos de áreas toponímicas	105
<i>Urban toponomy of Imbirussu region, Campo Grande/MS: ontological and cartographic records of toponymic areas</i>	
Letícia Barbosa da Silva CAVALCANTE (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul)	
Aparecida Negri ISQUERDO (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CNPq)	
O sufixo diminutivo -ÓLA na toponimia galega	122
<i>Diminutive suffix -ÓLA in Galician place names</i>	
Carolina PÉREZ CAPELO (Universidade de Santiago de Compostela)	

Vária



Apresentação	138
--------------------	-----

Kelcilene GRÁCIA-RODRIGUES
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Três Lagoas)

Reciprocidade e enunciação na cultura de interação em uma classe de língua inglesa em Bagé	139
---	-----

*Reciprocity and enunciation in the interaction culture in a English class from
Bagé*

Mégui dos Santos MASCARELO
(Universidade Federal do Pampa)

Silvana SILVA
(Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Assimetria interacional e metadiscursso: uma análise em entrevistas	152
---	-----

Interactive asymmetry and metadiscourse: an analysis in interviews

Solange de Carvalho FORTILLI
(Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Três Lagoas)



Editorial

O número 25 da *Guavira Letras* consiste em reunir pesquisas acadêmicas voltadas para o estudo da toponímia, que ganham refinamento teórico e desvelam novas dimensões. É sob tal luz que se propôs o **Dossiê: A toponímia em foco: princípios, métodos, enfoques**.

Para a presente edição, os professores Aparecida Negri Isquierdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Bolsista de Produtividade do CNPq), Xilio Sousa (Universidade de Santiago de Compostela) e Rosario Álvarez (Universidade de Santiago de Compostela), na seção **Dossiê**, elaboraram a proposta de reunir pesquisas que estabelecem, em diversos aspectos, o estudo dos topônimos, nomes próprios de lugares.

Além do **Dossiê**, esta edição apresenta a seção Vária. O Dossiê reúne nove artigos. Já a seção Vária contém dois artigos que versam sobre pesquisas no âmbito dos estudos linguísticos, tais como, enunciação na cultura de interação no ensino de língua inglesa e a assimetria interacional e metadiscursivo em entrevistas.

Os artigos desta edição, considerando o Dossiê e a seção Vária, são assinados por autores de diferentes instituições do Brasil e do Exterior: Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universitat Autònoma de Barcelona (UAB), Universidade de Santiago de Compostela (USC) e Universidade de Vigo (UVigo).

No **Dossiê**, temos os seguintes artigos: 1. *Arredor do topónimo como signo linguístico*, de Gonzalo Hermo González (Universitat Autònoma de Barcelona – UAB); 2. *Fraseotopônimos: estabelecendo diálogos entre a fraseologia e a toponímia*, de Elizabete Aparecida Marques (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS); 3. *Nomes, topônimos e apelidos: caminhos de ida e volta*, de Ana Isabel Boullón Agrelo (Universidade de Santiago de Compostela – USC); 4. *A intervenção régia na toponímia galega medieval. Os nomes de Afonso IX (1188-1230)*, de Gonzalo Navaza (Universidade de Vigo – Uvigo); 5. *Tendências da toponímia urbana do município de Dourados – MS: os nomes das ruas*, de Marilze Tavares (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); 6. *Os topônimos do Recôncavo da Bahia*, de Lana Cristina Santana e Marcela Moura Torres Paim (Universidade Federal da Bahia – UFBA); 7. *Toponímia urbana da região de Imbirussu, Campo Grande/MS: registros ontológicos e cartográficos de áreas toponímicas*, de Letícia Barbosa da Silva Cavalcante (Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS) e Aparecida Negri Isquierdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/Bolsista de Produtividade do CNPq); 8. *O sufixo diminutivo -ÓLA na toponímia galega*, de Carolina Pérez Capelo (Universidade de Santiago de Compostela – USC).

Na seção **Vária**, estão os seguintes estudos: 1. *Reciprocidade e enunciação na cultura de interação em uma classe de língua inglesa de Bagé*, de Mégui dos Santos Mascarelo (Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA) e Silvana Silva (Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS); 2. *Assimetria interacional e metadiscursivo: uma análise de*



entrevistas, de Solange de Carvalho Fortilli (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/Três Lagoas).

Esperamos que o volume atenda à comunidade científica, oferecendo a devida visibilidade aos estudos desenvolvidos e que possa contribuir para o debate com respeito aos temas neles tratados.

Boa leitura!

Kelcilene Grácia-Rodrigues
Editora-Chefe



DOSSIÊ:

A toponímia em foco: Princípios, métodos, enfoque



Apresentação

Aparecida Negri ISQUERDO¹

Xulio SOUSA²

Rosario ÁLVAREZ³

Este número 25 da *Guavira Letras – Dossiê*, que congrega pesquisadores brasileiros e espanhóis, reúne um conjunto de trabalhos que compõem o dossiê sobre o tema **A toponímia em foco: princípios, métodos, enfoques**, organizado pelos professores Aparecida Negri Isquierdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS/Bolsista de Produtividade do CNPq), Rosario Alvarez (Universidade de Santiago de Compostela/USC) e Xulio Sousa (Universidade de Santiago de Compostela/USC). Este número teve como propósito disponibilizar para a comunidade acadêmica resultados de pesquisas que traduzem a diversidade de abordagens de estudos topográficos que, por sua vez, refletem teorias, métodos e enfoques analíticos distintos.

Foi intenção dos organizadores deste **Dossiê** reunir um conjunto de contribuições que permitissem disseminar bases teóricas, metodologias e diretrizes que orientam a pesquisa topográfica na atualidade. Esse campo dos estudos onomásticos tem experimentado nas últimas décadas significativos avanços, motivados pela sua renovação teórica e metodológica e também pela extensão das suas relações interdisciplinares com outros campos de investigação (Linguística, Geografia, origem populacional, História social e cultural etc.). As contribuições apresentadas, na seção **Dossiê**, têm o propósito de disponibilizar aos interessados por estudos voltados para essa temática uma amostra dos resultados de investigações em curso sobre topografia românica no Brasil e na Espanha, particularmente na Galícia, tanto em termos de atualização de fontes teóricas quanto no que diz respeito à análise prática de documentação topográfica atual e antiga. A publicação tem, pois, o compromisso de compartilhar saberes sobre investigações contemporâneas na área da Topografia aquém e além-mar.

Esta publicação resulta de uma das ações previstas no acordo de cooperação existente, desde 2009, entre a UFMS e o Instituto da Lingua Galega da USC, no âmbito de investigação em variação linguística, nomeadamente no campo das ciências do léxico, e de forma mais específica voltada para o projeto *Tesouro do Léxico Patrimonial Galego e Português*, um empreendimento do Instituto da Lingua Galega/USC que conta com a colaboração de pesquisadores brasileiros aos quais se incluem os vinculados à UFMS. Os organizadores agradecem de forma especial a deferência da Equipe Editorial da revista, no sentido de aceitar

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul– UFMS. Campo Grande – MS – Brasil. CEP: 79070-900. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: aparecida.isquierdo@gmail.com

² Universidade de Santiago de Compostela – USC. Faculdade de Filologia – Departamento de Filologia Galega. Santiago de Compostela – Espanha. CP: 15782. E-mail: xulio.sousa@usc.es

³ Universidade de Santiago de Compostela – USC. Faculdade de Filologia – Departamento de Filologia Galega. Santiago de Compostela – Espanha. CP: 15782. E-mail: rosário.alvarez@usc.es



a língua galega, a par da portuguesa, entre as admitidas para fins de publicação de trabalhos na *Guavira Letras*.

Abrindo a publicação, o trabalho de Gonzalo Hermo González, *Arredor do topónimo como signo lingüístico*, rediscute o estatuto linguístico do objeto de estudo da Toponímia à luz do quadro teórico do estruturalismo saussuriano. Tomando como exemplo nomes de lugar do território galego chama a atenção para a necessidade de revisão da forma como a noção de *significante* e de *significado* vem sendo aplicada aos estudos toponímicos. O autor enfatiza que, apesar das particularidades que singularizam os nomes de lugar e da necessidade urgente de estabelecer um *corpus* teórico sólido para a Onomástica, a Linguística precisa reafirmar a sua relevância no desenvolvimento dos estudos toponímicos.

No texto *Fraseotopônimos: estabelecendo diálogos entre a fraseologia e a toponímia*, Elizabete Aparecida Marques procura estabelecer a interação entre estudos toponímicos e fraseológicos, com base na delimitação do conceito de *fraseotopônimo* por ela proposto: “unidade toponímica que, no plano da escrita, é grafada como uma sequência de duas ou mais unidades lexicais que correspondem a um único referente: o acidente geográfico físico ou humano que ele nomeia”. A autora analisa 121 fraseotopônimos que nomeiam “fazendas” e “sítios” de cinco municípios da Mesorregião Leste do estado de Mato Grosso do Sul. A análise dos dados centra-se no exame da estrutura morfológica dos fraseotopônimos e das características semânticas das denominações mais recorrentes no *corpus* analisado.

Ana Isabel Boullón Agrelo, por sua vez, no texto *Nomes, topónimos e apelidos: caminhos de ida e volta*, analisa o processo de transferência que normalmente ocorre entre nomes pessoais e nomes de lugar. Tomando como referência o território galego, traça uma breve história de topônimos que se originaram de antropônimos, tanto nomes de batismo como sobrenomes. O trabalho trata com especial atenção os nomes femininos, não muito abundantes entre os dados examinados, e os haxiotopônimos, topônimos originados de nomes de santos, muito abundantes no *corpus* toponímico galego. A autora enfatiza a importância para os estudos onomásticos do estudo das mudanças de “ida e volta” que ocorrem entre os dois conjuntos de nomes próprios.

O artigo de Gonzalo Navaza, *A intervenção régia na toponímia galega medieval. Os nomes de Afonso IX (1188-1230)*, por sua vez, demonstra a necessidade de a Onomástica estabelecer estreitas relações interdisciplinares com as ciências históricas e com a Filologia. O investigador analisa, com profundidade e com base em ampla documentação, as mudanças de denominação ocorridas em muitos lugares galegos durante o reinado de Afonso IX (1188-1230), rei de Galícia e de Leão. Conforme a perspectiva de análise adotada pelo autor, as novas denominações, escolhidas pelo rei, têm origem na cultura francesa e são inspiradas no culto a Santiago e nas peregrinações relacionadas ao Caminho de Santiago. Entre outros topônimos, são analisadas no trabalho as denominações antigas e modernas de Milmanda, Monforte de Lemos, Baiona, Viana do Bolo, A Coruña, A Guarda e Salvaterra de Miño. O trabalho dá mostras da importância da perspectiva interdisciplinar como um caminho necessário e fundamental para as pesquisas toponímicas.

A toponímia urbana tem dupla presença neste volume, com trabalhos vinculados ao projeto *Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul* (ATEMS).

No texto *Tendências da toponímia urbana do município de Dourados-MS: os nomes das ruas*, Marilze Tavares examina as características identificadas nos nomes dos logradouros que compõem o espaço urbano da cidade sede do município de Dourados que foi fundada na primeira metade do século XX (1935) e cuja população é constituída tanto por migrantes estrangeiros das mais diversas procedências quanto por migrantes de diversas regiões do



Brasil. A autora analisa a motivação dos nomes, a estrutura do sintagma toponímico e as línguas envolvidas nos topônimos analisados, demonstrando que a pesquisa toponímica une ao seu valor intrínseco a sua utilidade para o estudo histórico da formação e configuração da cidade de Dourados.

Já no texto *Toponímia urbana da região de Imbirussu, Campo Grande/MS: registros ontológicos e cartográficos de áreas toponímicas*, Letícia Barbosa da Silva Cavalcante e Aparecida Negri Isquierdo analisam a microtoponímia de uma região urbana da capital do estado de Mato Grosso do Sul, adotando, para tanto, duas abordagens: a análise quantitativa para apresentação dos resultados relativos à língua de origem, à classificação taxionômica, à estrutura morfológica, etc. e a abordagem qualitativa no exame da motivação semântica dos topônimos. O trabalho analisa a relação entre as camadas toponímicas identificadas e a história social da cidade de Campo Grande. A visualização dos resultados por meio de mapas conceituais e da cartografia evidencia a concentração de topônimos com determinada motivação semântica e/ou origem linguística em certos espaços urbanos e, em consequência, a distribuição espacial de áreas toponímicas.

A história social e cultural também está presente, em outro nível, no artigo de Lana Cristina Santana e Marcela Moura Torres Paim, *Os topônimos do Recôncavo da Bahia*, região que pode ser considerada “o berço do Brasil” por ter sido a primeira área do território brasileiro a ser colonizada pelos portugueses e uma das primeiras exploradas economicamente pelos europeus. As autoras analisam a diversidade linguística visível na toponímia desse amplo espaço geográfico com destaque para os topônimos de composição híbrida, aqueles cuja estrutura reúne formantes oriundos dos três estratos linguísticos fundamentais do português do Brasil – indígena, africano e europeu –, ou seja, topônimos cuja estrutura evidencia um amálgama linguístico e social, um dos traços necessários para a configuração, a partir de bases sólidas, da crônica dessa sociedade.

No trabalho que fecha o volume, Carolina Pérez Capelo, em *O sufixo diminutivo – ŌLA na toponímia galega*, relaciona o estudo da variação morfológica na toponímia (resultados romances da forma latina) com o estudo da variação diatópica atual no léxico comum e o da gramática e dialetologia históricas. Os resultados da pesquisa toponímica revelaram-se essenciais para estudos de gramática histórica, pois a cartografia das formas onomásticas evidencia um estágio dialetal pretérito que, em algumas áreas e/ou para algumas variantes antigas, não deixou correspondência no léxico comum da língua.

Os organizadores agradecem a disponibilidade dos estimados colegas que responderam de forma positiva ao convite para publicação dos resultados das suas pesquisas neste **Dossiê** voltado para os estudos toponímicos. O agradecimento se estende aos especialistas de diversas universidades e países que contribuíram com este volume como pareceristas anônimos. Sem a concordância e contribuição desses dois segmentos de especialistas a publicação deste volume não teria se concretizado.

Está agora nas mãos da comunidade científica o produto deste trabalho, com o desejo e a esperança de que os textos que compõem este volume da *Guavira Letras* possam contribuir para a divulgação dos resultados alcançados pelas equipes que trabalham em ambos os lados do Atlântico e represente um marco significativo para a valorização e a divulgação da disciplina Toponímia como área de investigação linguística com inerente caráter interdisciplinar.



Arredor do topónimo como signo lingüístico

About place name as linguistic sign

Gonzalo HERMO GONZÁLEZ¹

RESUMO: O presente artigo aborda algúns aspectos que tocan ao topónimo como signo lingüístico e as particularidades que este presenta con respecto ao léxico apelativo ou común, tanto do punto de vista do seu significante como da problemática noción de «significado» en toponimia. O traballo afonda no aproveitamento que do significante toponímico se pode tirar para o campo de estudo da lingüística histórica e presenta a realidade toponímica como unha oportunidade para reconsiderar, cuestionar ou ampliar a concepción de significado que se vén empregando na tradición estruturalista.

PALAVRAS-CHAVE: Onomástica. Toponimia. Signo lingüístico. Lingüística histórica.

ABSTRACT: This contribution discusses some issues of place name as linguistic sign and its particularities with regard to common nouns, analysing its signifier and its discussed “signified”. The paper demonstrates the value of the toponyms for historical linguistics and presents place names as an opportunity to reconsider, question or expand the concept of signified that has been coined by structural theory.

KEYWORDS: Onomastics. Place names. Linguistic sign. Historical linguistics.

15

Introdución

Os estudos de toponimia en Galicia gozan dunha ampla tradición que se remonta aos albores da lingüística galega. Co seu *Onomástico*, Martín Sarmiento (s. XVIII) comeza unha andaina investigadora que, a partir da segunda metade do s. XX, á calor dos traballos dos profesores Abelardo Moralejo e Joseph M. Piel, sentará as bases da moderna ciencia onomástica galega². A liña que se impón, e que ecoa aínda con forza na obra dos investigadores en activo, é unha liña de dirección etimolóxica, isto é, de preocupación preeminente por esclarecer o étimo de nomes de lugar do territorio galego³. Escasean, en cambio, os traballos que se deteñen a apuntalar os fundamentos teóricos en que se basea a onomástica (e, no que aquí interesa, a toponimia) como disciplina lingüística. As publicacións que se debruzan sobre cuestiós como o estatuto lingüístico do topónimo ou sobre tipoloxía

¹ Universitat Autònoma de Barcelona – UAB – Departament de Filologia Francesa i Romànica. Barcelona – Cataluña – España. E-mail: gonzalo.hermo@uab.cat

² Pódese consultar unha historia dos estudos de toponimia galega de Sarmiento aos nosos días en Santamarina, 2017, p. 27-34.

³ O traballo de Boullón do ano 2010, onde se recolle a bibliografía existente ata o momento sobre toponimia galega, dá conta da continuidade dese enfoque da investigación, así como manifesta a boa saíde de que gozan en xeral os estudos de toponimia en Galicia. É interesante sinalar, con todo, unha liña de investigación activa na lingüística galega que parte do cruzamento de datos tirados da toponimia e da dialectoloxía, con traballos como os de Álvarez (2002), Navaza (2002), Boullón (2012) ou Pérez Capelo (2015).



toponímica son más ben cativas en Galicia⁴, sobre todo en relación á abundancia de traballos de orientación etimolóxica con base na toponimia dunha zona determinada, sexa unha freguesía, un concello ou unha área territorial máis grande⁵. Cómpre sinalar que esta dinámica non é exclusiva de Galicia, sendo extensible aos demais contextos científicos de ámbito iberorrománico.

A escaseza de bibliografía teórica resulta tamén rechamante se a comparamos coa que presentan outras disciplinas lingüísticas como a sintaxe, a morfoloxía ou a semántica. Mientras estas áreas de coñecemento asentan acotío en piares teóricos firmes, con orientacións diferentes en función das escolas e discusións conceptuais e metodolóxicas de longo alcance, semella que a onomástica, e nomeadamente a toponimia, acostuma a voar sen unha rede conceptual ben definida que terme dela. Con frecuencia, conceptos como *hodonimia*, *naonimia*, *antropotopónimo* ou *retoponimización* aparecen nos traballos de toponimia galega dando por sentadas ou tratando de xeito pouco prolixo as nocións que se atopan por detrás desas etiquetas. Esta orientación escasamente teorizadora explícarse pola predominancia, xa apuntada, de traballos centrados na recollida e análise de datos topónimicos, quer tirados dun determinado territorio, quer dunha fonte documental. Mais tamén debemos ter en conta o interese que os topónimos suscitan en ámbitos de saber non lingüístico, como a historia, a cartografía, a arqueoloxía ou a botánica⁶, de tal xeito que as aproximacións existentes ao estudo dos topónimos non son sempre levadas a cabo por especialistas en lingua e, en consecuencia, non sempre presentan o grao de rigor en materia lingüística que se esperaría dun lingüista.

Consciente desta realidade, nas páxinas que seguen propónome ofrecer unha contribución á teoría da toponimia sobre a base da reflexión dos nomes de lugar do territorio galego. En concreto, abordarei algúns aspectos que tocan ao topónimo como signo lingüístico e as particularidades que este presenta con respecto ao léxico apelativo ou común, tanto do punto de vista do seu significante como da problemática noción de «significado» do topónimo. Para este labor terei en consideración obras de especialistas do ámbito hispánico que se preocuparon pola definición e categorización da toponimia, como Maximiliano Trapero (1995 e 1997) e Terrado Pablo (1999).

Son os topónimos signos lingüísticos?

De acordo coa definición clásica de Saussure (2005), o signo lingüístico é unha unidade formada pola asociación dunha imaxe acústica ou *significante* e dun concepto ou *significado*. Daquela, en relación aos topónimos ou nomes de lugar, cabe preguntarse: teñen significado topónimos como *Lugo*, *Vigo* ou *Santiago de Compostela*? Pénsese que esta pregunta se dirixe contra a cerna da toponimia como disciplina lingüística, pois de chegarmos a unha resposta negativa, habemos concluír que os topónimos non son signos lingüísticos e, polo tanto, o seu campo de estudio non ha ser o da lingüística.

⁴ Martínez Lema (2017a) abordou nun artigo recente unha proposta xeral de tipoloxía toponímica, non circunscrita a análise dos topónimos dunha determinada área territorial, que supón unha excepción notable á tónica comentada.

⁵ Exemplares, desta perspectiva, son as obras de Palacio (1981), Rivas (1982), Marqués (2004) e Navaza (2006) ou os estudos de Nicandro Ares sobre topónimos de concellos da provincia de Lugo, recollidos en Ares, 2012-2013.

⁶ Sobre o carácter multidisciplinar da toponimia e o seu aproveitamento por parte de disciplinas non lingüísticas cfr. Ramírez, 1988 e Terrado, 1999, p. 18-26.



Para irmos debullando a cuestión, repárese na distinción que Maximiliano Trapero, con base en Coseriu (1977), recolle entre *significado* e *designación*:

el significado es un tipo de contenido que se constituye como valor estructural en la propia lengua, mientras que la designación es un objeto de referencia extralingüística que se conforma en el conocimiento que el hablante tiene de la realidad (TRAPERO, 1997, p. 245)

En galego, o substantivo *mazá* posúe o significado de ‘froito da maceira’, cun valor estable na lingua atinxido por oposición (en relación a *pera*, *pexego*, *cereixa* etc.). Neste sentido, se eu digo «come esta *mazá*», o referente será a *mazá* que teño na man e que estou a ofrecerche. Con todo, en función do seu significado, *mazá* pode designar potencialmente calquera froito da maceira da realidade e non únicamente a *mazá* que che ofrezo.

Isto non acontece cos topónimos. Desde unha perspectiva sincrónica, un nome como *Lugo* non significa nada; é un significante que serve para referírmosen a unha cidade do nordeste de Galicia. É dicir, non hai un concepto ligado de xeito indisociable ao significante *Lugo*, como si o hai entre ‘froito da maceira’ e o significante *mazá*. O valor dun topónimo é, pois, de tipo referencial: designar un espazo xeográfico concreto da realidade.

Con todo, isto non quere dicir que os topónimos non sexan elementos integrados da lingua. En palabras de Trapero (1997, p. 242), os nomes de lugar «pertencen al corpus léxico de los hablantes de una región determinada» e, polo tanto, han ser obxecto de estudio da lingüística. Os topónimos, como os antropónimos ou nomes persoais, son signos lingüísticos en que se produce unha superposición entre o significado e a realidade, ou o que é o mesmo, o seu «significado» ou valor é a designación dunha realidade (RODRÍGUEZ DÍEZ, 2003, p. 27). Son o que, fronte aos chamados *substantivos comúns*, denominamos *nombres propios*, cuxa existencia dá para repensar a concepción tradicional de *significado* que se vén empregando na teoría estruturalista, tema no que afondaremos máis adiante (cfr. § 3).

Aínda que moitas veces se dea por coñecida, a apreciación que veño de esbozar resulta aínda necesaria, fundamentalmente por dous motivos. O primeiro é que, por careceren os nomes propios de significado de acordo coa literariedade da definición saussuriana, non faltan lingüistas que consideren que topónimos e antropónimos non forman parte da lingua (RODRÍGUEZ DÍEZ, 2003, p. 23-24). En segundo lugar, cómpre reforzar o papel que a lingüística debe desempeñar na análise e estudio da toponimia. Aínda que a onomástica poida ser considerada unha *interdisciplina* (Ramírez, 1988), por confluíren nela saberes diversos provenientes da historia, a arqueoloxía, a cartografía ou a socioloxía, o certo é que traballa con elementos da lingua e, polo tanto, a súa dirección fundamental ha ser a lingüística.

O significante do topónimo. Unha fonte de estudio privilexiada para a lingüística histórica

Reparemos agora nalgúns aspectos que caracterizan o significante dos topónimos en relación ao do léxico común, empregando para isto unha perspectiva diacrónica.

En principio, os topónimos non son alleos á evolución fonética e morfolóxica do léxico común dunha lingua. Poñamos por caso, a tendencia á disimilación que se observa na vogal pretónica de resultados coloquiais como **taléfono*, por *teléfono*, fenómeno responsable da evolución desde o latín ao galego de formas como *filloa* (< lat. FOLIOLA) ou *fermoso* (< lat. FORMOSU), está tamén presente na toponimia. Así, o topónimo *Serantes*, nome de varias



freguesías e aldeas de Galicia, aparece recollido regularmente na documentación medieval como *Sarantes*, con *a* pretónico, o que indica que o resultado moderno se xerou por unha acción de tipo disimilatorio equiparable á dos apelativos arriba comentados⁷.

Outro exemplo. O substantivo galego moderno *mazarico*, nome dunha ave da orde dos caradriformes, tamén chamado *zarapico* ou *zarrapico*, é unha forma xerada por metátese sobre o medieval *maracico*, probablemente pola atracción analóxica de *mazar* ‘golpear cun mazo’. Pois ben, a forma medieval do topónimo *Mazaricos*, nome dunha freguesía e concello da comarca galega do Xallas, na provincia da Coruña, era *Maraciquos*⁸, de tal xeito que a mudanza por metátese que se produciu no apelativo se estendeu tamén ao topónimo equivalente⁹.

Con todo, obsérvase no significante dos topónimos unha tendencia a presentar unha maior grao de resistencia á evolución da lingua ca o léxico común. Os topónimos preséntanse nalgúns ocasions como reliquias de estadios evolutivos pretéritos, constituíndose nunha fonte de información privilexiada para a lingüística histórica. Así, a existencia dos pares toponímicos *Mouzo / Monzo*, *Mouzón / Monzón*, *Couso / Conso* ou *Coucieiro / Conciergeiro* evidencia que, nalgún momento da historia do romance galego do que non hai constancia documental, existiu unha solución resultante do ditongo latino AU (AURU > *ouro*; CAUTU > *couto*) con redución do ditongo e xeración dunha nasal secundaria: *CAU(S)SU > *Conso*, ao lado de *Couso*. Onde a documentación histórica non chega, pode chegar o significante toponímico.

Por outra banda, pode acontecer que os topónimos presenten un maior grao de variación fonética, ás veces con resultados descoñecidos nos seus apelativos equivalentes. Isto débese á perda da conciencia do sentido orixinal do topónimo e ao elevado nivel de uso que este presenta no nivel local. Valla como exemplo a herdanza toponímica galega do latín E(C)CLESIA, que inclúe variantes non testemuñada no apelativo correspondente como *Irexo*, *Irixo*, *Eirixa*, *Eirixe* ou *Grixo* (SANTAMARINA, 2008, p. 937-943).

Aínda, os datos que nos achega a proxección toponímica dun apelativo poden ser empregados pola lingüística histórica para atinxir información sobre a antigüidade de variantes do léxico común. En galego, a forma máis frecuente para denominar a árbore que dá noces é *nogueira*, resultado común ao portugués que procede dun derivado en *-aria* do latín *nūx*, *nūcis* ‘noz’, seguramente a través dun voz latino-vulgar **nōce* ‘íd.’ (NAVAZA, 2006, p. 372). Mais, ao lado de *nogueira*, rexístrase en galego a variante *noceira*, xerada directamente sobre *noz*¹⁰. Malia que a explicación etimolóxica que acabamos de trazar daría para concluir por si mesma que, do par *nogueira/noceira*, a forma más antiga é a primeira, isto vese corroborado pola existencia na toponimia desa primeira variante, mentres que a segunda non aparece. É dicir, o feito de que na toponimia galega se rexistre a forma *Nogueira* e non *Noceira* é un argumento a favor da maior antigüidade desta variante.

En conclusión, o significante toponímico presenta riscos compartidos co do léxico apelativo, pero tamén características particulares, como a tendencia á conservación de fenómenos lingüísticos desaparecidos da lingua común, das que a lingüística histórica pode tirar un frutífero rendemento.

⁷ Sobre a etimoloxía de *Serantes* cfr. Hermo González 2013.

⁸ *Tombo de tenzas primeiro* (segunda metade do s. XIV), fol. 19r, liña 12 (Hermo González, 2017, p. 118).

⁹ Para un estudio sobre o zoónimo *mazarico* na onomástica galega cfr. Martínez Lema, 2017b.

¹⁰ Ademais das variantes comentadas, a árbore que dá noces pode recibir en galego as denominacións de *nogal*, *cuncheiro/a*, *conchal* ou *carroleiro*, entre outras. Pódese consultar a lista completa de variantes, xunto á súa distribución xeoelectral, en ALGA VI, 611 (mapa nº 251).



A problemática noción de «significado» en toponimia

Volvamos agora á cuestión que nos ocupaba nas derradeiras liñas da epígrafe 2. Se os topónimos son signos lingüísticos que, de acordo coa definición saussuriana, carecen de significado en sentido estrito, cabe preguntarse: que acontece cos chamados *topónimos descriptivos ou transparentes*, aqueles cuxa correspondencia cun apelativo se evidencia dun xeito inmediato para os falantes dunha lingua?

Respondamos esta pregunta valéndonos dun exemplo. Na freguesía galega de Arbo, no concello homónimo da provincia de Pontevedra, existe unha núcleo de poboación chamada *A Aldea*. Se aplicamos unha análise lingüística como a que vimos de trazar a este topónimo, habemos concluír que *A Aldea* se trata dun significante (materia sonora) carente de significado (concepto), cuxo valor é designar unha entidade de poboación da realidade extralingüística, neste caso unha localidade situada en Arbo. Mais esta análise lingüística bate co saber lingüístico dos falantes, que son plenamente conscientes da correspondencia do topónimo (de carácter designativo) co apelativo *aldea* e, polo tanto, co seu significado de ‘núcleo de poboación rural de pequeno tamaño’. É dicir, os planos designativo (toponímico) e conceptual (en relación ao significado do apelativo *aldea* que orixinou o topónimo) non están completamente diferenciados na mente dos falantes. Só unha análise lingüística que teña en conta unha concepción restritiva de significado nos permite manter xebrados ambos os planos en compartimentos estancos¹¹.

Terrado Pablo explica esta dualidade valéndose dunha metáfora de forte poder suxestivo:

19

La belleza y la utilidad de los topónimos estriba precisamente sobre ese doble modo de significar: el inmediato, su identificación de una realidad, y el mediato, la alusión a unos rasgos descriptivos, a una categorización de los objetos del mundo. Y esos dos modos de significar se superponen. Como sobreponemos a veces un cristal a algunas láminas de papel bien enmarcadas, para preservarlas del paso del tiempo (TERRADO, 1999, p. 17).

A este respecto, o propio Terrado (1999, p. 70-71) establece unha distinción que ten sido aproveitada en estudos de toponimia galega recente (*cfr.* por exemplo, MARTÍNEZ LEMA, 2010, p. 35) e que pode ser útil á hora de deitar luz sobre a problemática noción de «significado» en toponimia. De acordo con este autor, nun topónimo debemos diferenciar entre o seu *designatum* (o tipo de lugar que identifica), o seu *significatum* (o valor do elemento léxico empregado para a súa creación) e o seu *referente* (a realidade única e irrepetible identificada nunha zona determinada polo ser humano). Poñamos por caso, o *designatum* dun topónimo como *Lugo* sería, na análise de Terrado, ‘entidade de poboación, cidade’; o seu *significatum* habería que buscalo no significado do latín *LŪCUS* e sería, pois,

¹¹ Malia que o tema excede os obxectivos propostos neste traballo, vale a pena comentar que a toponimia (non así a antropónimia) pon en tea de xuízo outro dos principios fundacionais da lingüística estruturalista, como é a arbitrariedade do signo lingüístico. Pénsese que a creación dun topónimo como o comentado *A Aldea* a partir do apelativo correspondente está motivada e, polo tanto, non é arbitraria. Sobre esta cuestión *cfr.* Rodríguez Díez, 2003.



‘bosque; bosque sagrado’¹² e o seu *referente* asentaría no espazo xeográfico que conforma a cidade de Lugo. A diferenza entre *A Aldea* (topónimo transparente) e *Lugo* (topónimo opaco) radica en que, no primeiro caso, o seu *significatum* é recoñecible para os falantes, mentres que no segundo non o é. Neste sentido, unha das tarefas da onomástica como disciplina é facer recoñecible o *significatum* de topónimos opacos como *Lugo*.

Máis alá da aceptación de que goza a categorización presentada por Terrado, o certo é que os nomes de lugar se presentan ante o lingüistas como unha oportunidade para reconsiderar, cuestionar ou ampliar a concepción de significado que se vén empregando na tradición estruturalista, unha tradición que, non por acaso, de Saussure a Hjelmslev, pasando pola Escola de Praga, nunca se formulou este tipo de cuestións relativas aos topónimos (RODRÍGUEZ DÍEZ, 2003, p. 24). A onomástica, disciplina atenta á perspectiva diacrónica, en boa medida abandonada polo estruturalismo en favor do estudo sincrónico da lingua, ten, daquela, algo que dicir sobre o signo lingüístico e, consecuentemente, tamén sobre a caracterización deses dous planos indisociables que Saussure chamou *significante* e *significado*.

REFERENCIAS

ALGA VI = García, Constantino e Antón Santamarina (dirs.) / Francisco Fernández Rei (coord.). *Atlas Lingüístico Galego. Volume VI: Léxico. Terra, plantas e árbores*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza / Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2016.

ÁLVAREZ BLANCO, Rosario. Topónimos en -edo e -ido. In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel (ed.). *Actas de XX Congreso Internacional de Ciencias Onomásticas (Santiago de Compostela, 20-25 de setembro de 1999)*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 2002, p. 87-101.

ARES, Nicandro. *Estudos de toponimia galega*. A Coruña: Real Academia Galega, 2012-2013. 2 v.

BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel. Toponimia de Galicia. Estado da cuestión. In: GORDÓN PERAL, María Dolores (coord.). *Toponimia de España. Estado actual y perspectivas de la investigación*. Berlin: De Gruyter, 2010, p. 31-58.

BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel. A gheada na onomástica (achechas á estandarización). *Estudios de lingüística galega* 4, 2012, p. 151-168. Disponible em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/viewFile/408/405>>.

COSERIU, Eugene. *Principios de semántica estructural*. Madrid: Gredos, 1977.

HERMO GONZÁLEZ, Gonzalo. Topónimos de base Sarand- e Serant-: unha hipótese etimolóxica común. *Revista Galega de Filoloxía*, 14, 2012, p. 43-69. Disponible em:

¹² Aínda que Lugo está sobradamente documentado en época latina como *Lucus*, e polo tanto a súa procedencia do substantivo latino *lucus* ‘bosque; bosque sagrado’ non está en dúbida, é opinión estendida entre os especialistas que o establecemento do topónimo supuxo a latinización do teónimo celta *Lugh*, de onde tamén procede o nome da cidade francesa de *Lyon*. Este exemplo exemplifica como a toponimia “es el resultado de una diacronía en donde las huellas de los distintos estratos léxicos son muy perceptibles, mucho más que en el léxico común” (TRAPERO, 1997, 243).



<http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/12594/RGF_14_2013_art_2.pdf;jsessionid=676CD9A23B97D888AED409F65E630345?sequence=1>.

HERMO GONZÁLEZ, Gonzalo. *O Tombo de tenzas primeiro (ACS CF 17) (1352-1412): estudo completo e edición das vinte e cinco primeiras tenzas, con especial atención ao elemento onomástico*. Tese de doutoramento. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2017.

MARQUÉS VALEA, Xulia. *A toponimia de Trabada*. [Santiago de Compostela]: Xunta de Galicia, 2004.

MARTÍNEZ LEMA, Paulo. *A toponimia das comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*. Tese de doutoramento. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2010. Disponível em: <http://dspace.usc.es/bitstream/10347/2870/1/9788498875782_content.pdf>

MARTÍNEZ LEMA, Paulo. A clasificación semántica da toponimia. In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel (ed.). *Estudar toponimia. Aproximacións metodolóxicas e interpretativas*. Anexo de Verba. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, p. 37-55, 2017a.

MARTÍNEZ LEMA, Paulo. Sobre a repercusión do zoónimo mazarico na onomástica medieval e moderna. *Estudos de lingüística galega*, 9, 2017b, p. 65-86. Disponível em: <<http://www.usc.es/revistas/index.php/elg/article/view/3684>>.

NAVAZA, Gonzalo. Toponimia e dialectoloxía. In: ÁLVAREZ, Rosario Álvarez; DUBERT, Francisco; SOUSA, Xulio. (eds.). *Dialectoloxía e léxico*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Instituto da Lingua Galega, 2002, p. 137-146. Disponível em: <<https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/9777>>.

NAVAZA, Gonzalo. *Fitotoponimia galega*. A Coruña: Fundación Barrié de la Maza, 2006. Disponível em: <http://ilg.usc.es/agon/wp-content/uploads/2010/09/Fitotoponimia_galega.pdf>.

NG = Comisión de Toponimia da Xunta de Galicia. *Nomenclátor de Galicia. Toponimia oficial das provincias, concellos, parroquias e lugares*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2004. Disponível em: <<http://www.xunta.es/nomenclator/busca.jsp>>.

PALACIO SÁNCHEZ, Xosé Antón. *Toponimia de Pantón*. Tese de doutoramento. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1981.

PÉREZ CAPELO, Carolina. *Toponimia e variación dialectal en galego. Os topónimos rematados en -oa, -oá, -úa, -uá*. Colección Limiar. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2015. Disponível em: <revistas.udc.es/index.php/rgf/article/download/1876/1238>.

RIVAS QUINTAS, Eligio. *Toponimia de Marín*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1982.



RAMÍREZ, Carlos. Algunos problemas sobre la onomástica como interdisciplina. *Documentos Lingüísticos y Literarios*, 14, p. 41-45, 1988. Disponible em: <http://www.humanidades.uach.cl/documentos_linguisticos/document.php?id=326>.

RODRÍGUEZ DÍEZ, Bonifacio (2003): Nomenclaturas, nombres propios y topónimos. *Moenia*, 9, p. 21-49, 2003. Disponible em: <<https://minerva.usc.es/xmlui/handle/10347/5773>>.

SANTAMARINA, Antón. A pegada reliosa na toponimia galega. 1. Edificios reliosos. In: AXEITOS, Xose Luís; GRANDÍO, Emilio Grandío; VILLARES, Ramón. (eds.). *A patria enteira. Homenaxe a Xosé Ramón Barreiro Fernández*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Universidade de Santiago de Compostela; A Coruña: Real Academia Galega, 2008, p. 935-949.

SANTAMARINA, Antón. A historiografía da toponomástica na Romania. In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel. (ed.). *Estudar toponimia. Aproximacións metodolóxicas e interpretativas*. Anexo de *Verba*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2017, p. 9-35.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística xeral*. Tradución, estudo introdutorio e notas de Xosé Manuel Sánchez Rei. Santiago de Compostela: Laiemento, 2005 [1916].

TERRADO PABLO, Javier. *Metodología de la investigación en toponimia*. Zaragoza: Edición do autor., 1999.

TRAPERO, Maximiliano. *Para una teoría lingüística de la toponimia (estudios de toponimia canaria)*. Las Palmas: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1995.

TRAPERO, Maximiliano. Para una teoría lingüística de la toponimia. In: ALMEIDA, Manuel; DORDA, Josefa. (eds.). *Contribuciones al estudio de la Lingüística Hispánica. Homenaje a Profesor Ramón Trujillo*, vol. 2. La Laguna: Montesinos y Cabildo Insular de Tenerife, 1997, p. 241-253.



Fraseotopônimos: estabelecendo diálogos entre a fraseologia e a toponímia

Phrasetoponyms: establishing dialogues between phraseology and toponymy

Elizabete Aparecida MARQUES¹

RESUMO: Pretende-se, neste trabalho, buscar o estabelecimento de uma interface entre a Fraseologia e a Toponímia, uma vez que este estudo propõe a categoria dos fraseotopônimos à luz da teoria fraseológica. No âmbito dos estudos lexicais, a Fraseologia pode ser definida como uma área de investigação que tem como objeto de estudo as combinações fixas de unidades lexicais, denominadas, hiperonimicamente, fraseologismos ou unidades fraseológicas (CORPAS PASTOR, 1996). Mesmo havendo controvérsias nos critérios de delimitação dos fraseologismos, Tristá (1988) propõe três características principais: a pluriverbalidade (ou polilexicalidade), que é a primeira característica que salta à vista, pois todo fraseologismo deve estar integrado por duas ou mais unidades lexicais; o sentido figurado (idiomaticidade), ou seja, a troca do sentido literal por um sentido figurado mediante processos de metaforização e metonimização; e a estabilidade, entendida como a reprodução de forma integral, indivisível dos fraseologismos. Por sua vez, a Toponímia é o ramo da Onomástica que tem como objeto de estudo os nomes de lugar, que incluem, em grande parte das ocorrências, um nome específico e uma designação genérica. A relação entre os dois âmbitos de investigação justifica-se pelo fato de que muitos nomes de lugar possuem propriedades similares às fraseológicas. Nessa perspectiva, fundamentado teoricamente em estudos sobre os fraseologismos (GROSS, 1982, 1996; CORPAS PASTOR, 1996; MEJRI, 1997; 2005; 2008), este trabalho objetiva apresentar uma primeira amostra de fraseotopônimos que designam fazendas identificados no *corpus* do Projeto Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS). O trabalho visa também a: i) verificar a produtividade dos fraseotopônimos no recorte do *corpus* e ii) analisar as tendências da composição fraseológica envolvida no processo de toponomização no recorte dos dados investigados. Os resultados indicam que a fraseotoponímia de fazendas sul-mato-grossenses apresenta um alto grau de vitalidade no recorte do *corpus* estudado, evidenciando temas como sentimentos, sensações, astros, religiosidade, animais, os quais integram a composição lexical do nome do lugar. Espera-se, com este trabalho, estabelecer uma interação entre os estudos fraseológicos e os estudos toponímicos.

PALAVRAS-CHAVE: Fraseotopônimos. Fraseologia. Toponímia. ATEMS.

ABSTRACT: In this work, we intend to establish an interface between Phraseology and Toponymy, because this paper proposes the category of phrasetoponyms under the phraseological theory. In the scope of lexical studies, Phraseology can be defined as an area of research that has as object of study the fixed combinations of lexical units, termed, hyperonimically, phraseologisms or phraseological units (CORPAS PASTOR, 1996). Although there are controversies in the criteria of delimitation of phraseologisms, Tristá (1988) proposes three main characteristics: the multiverbality, that is the first characteristic that is visible, since all phraseologism must be integrated by two or more lexical units; the figurative meaning (idiomaticity), that is, the exchange of the literal sense by a figurative sense through, for example, processes of metaphorization and metonymization; and stability, understood as the reproduction of an integral form, indivisible from the phraseologisms. Toponymy, on the other hand, is the branch of Onomastics which has as its object the names of places, which include, in large part, a specific name and a generic name. The relation between the two scopes of investigation is justified by the fact that many place names have properties similar to phraseological ones. This paper aims to present a first sample of phrasetoponyms identified in the *corpus* of the Toponymic Atlas Project of Mato Grosso do Sul /

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande – MS – Brasil. 79070-900. E-mail: eamarques@hotmail.com



Brazil (ATEMS/Brazil), which is based theoretically on studies on phraseologisms (GROSS, 1982, 1996; CORPAS PASTOR, 1996; MEJRI, 1997; 2005; 2008). The work also aims to: i) verify the productivity of the phrasetoponyms in the *corpus* and ii) analyse the trends of the phraseological composition involved in the toponomization process in the cut of the data investigated. The results indicate that the phrasenotopy of Mato Grosso do Sul farms presents a high degree of vitality in the *corpus* studied, evidencing themes such as feelings, sensations, stars, religiosity, animals, which integrate the lexical composition of the place's name. It is hoped, with this work, to establish an interaction between the phraseological studies and the toponymic studies.

KEYWORDS: Phrasetoponyms. Phraseology. Toponymy. ATEMS.

Introdução

O termo fraseologia apresenta um conceito lexicográfico polissêmico que aponta, ao mesmo tempo, para a disciplina da Linguística, para o objeto de estudo dessa disciplina, ou seja, o conjunto de elementos que ela estuda, bem como um domínio terminológico determinado (GONZALEZ REY, 2015). O estatuto disciplinar foi, e ainda é, um assunto polêmico, objeto de divergências entre autores de diferentes épocas do pensamento linguístico. Para a escola russa, trata-se de uma disciplina autônoma. Já no início do século XX, em 1928, Polivanov apontava seu caráter disciplinar ao defender a autonomia da Fraseologia em razão de ela possuir um objeto próprio de estudo. Além disso, “outros especialistas soviéticos (V. Vinogradov, A. V. Kunin, etc.) reivindicaram o estatuto disciplinar apoando-se, inicialmente, sobre o caráter léxico-semântico das unidades fraseológicas que as separa, por um lado, da Lexicologia e, por outro, da Gramática” (GONZALEZ REY, 2015, p. 30). Bally, considerado o pai da Fraseologia ocidental, a inclui dentro de uma abordagem estilística da língua, enquanto que Hausmann, Corpas Pastor e Coseriu a consideram como um ramo da Lexicologia, pois suas unidades fazem parte do vocabulário e estão “estocadas na memória como unidades simples do léxico” (GONZALEZ REY, 2015 p. 31). Para G. Gréciano e Ruiz Gurillo, a fraseologia “pode ser abordada não somente do ponto de vista interno, por diferentes abordagens (diacronia, sincronia, tradutologia, textologia, tipologia, didática, pragmática, estilística, terminologia), mas também, do ponto de vista externo, por outras áreas (psicolinguística, sociolinguística, informática, entre outras)” (GONZALEZ REY, 2015, p. 31).

Assume-se, neste trabalho, a Fraseologia como uma área de investigação dos estudos lexicais que tem como objeto de estudo as combinações fixas ou cristalizadas de unidades lexicais, ou seja, as unidades léxicas complexas do léxico e a fraseologia (grafada em letra minúscula) como o conjunto de unidades léxicas complexas de uma língua. Por sua vez, a Toponímia é definida como o ramo da Onomástica cujo objeto de estudo são os nomes de lugar, que incluem, em grande parte das ocorrências, um nome específico e uma designação genérica.

Na interface entre Fraseologia e Toponímia este trabalho visa a apresentar uma primeira amostra de fraseotopônimos que designam fazendas identificados no *corpus* do Projeto Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS), a partir do recorte dos dados de alguns municípios que integram a Mesorregião Leste do Mato Grosso do Sul, Estado localizado, geograficamente, na região Centro-Oeste do Brasil. O trabalho visa também a: i) verificar a produtividade dos fraseotopônimos no recorte do *corpus* estudado; ii) analisar as tendências da composição fraseológica envolvida no processo de toponomização no recorte dos dados investigados; iii) estabelecer uma interação entre os estudos fraseológicos e os estudos toponímicos. A relação entre os dois âmbitos de investigação justifica-se pelo fato de que muitos nomes de lugar parecem possuir propriedades similares às fraseológicas. A



estrutura organizacional do trabalho procura obedecer a três eixos: primeiramente, os pressupostos teóricos em que se discutem as características definidoras de um fraseologismo a fim de se chegar à proposta do conceito de fraseotopônimo. Em segundo lugar, são tratados os aspectos metodológicos que sustentaram a pesquisa que deu origem a este trabalho e, finalmente, tem lugar a análise dos dados, bem como a discussão dos resultados.

Em busca do conceito de fraseotopônimo

A proposta de conjugar Fraseologia e Toponímia surge do nosso contato e leitura de trabalhos científicos realizados, em âmbito acadêmico, na área desta última, o que nos levou a observar que certos topônimos, à primeira vista, apresentam propriedades bastante similares às dos fraseologismos.² Estes são concebidos como o termo mais amplo, ou seja, o termo guarda-chuva, para designar aquelas formações lexicais compostas por, no mínimo, duas unidades léxicas indissociáveis no plano formal, gerando, quase sempre, uma unidade de sentido.

Em termos saussurianos, o fraseologismo seria um signo complexo, uma vez que o significante não possui somente uma imagem acústica. São várias imagens acústicas ligadas a um significado, configurando-se como um bloco de “palavras” que, talvez, não possam ser analisadas em unidades ainda menores, sem que se perca o valor semântico daquilo que poderíamos, metaforicamente, chamar conglomerado lexical, resultante de um mecanismo de criação lexical, a partir de procedimentos de natureza morfológica, especialmente de composição. Como nos explica González Rey (2015, p. 37), o produto dessa composição, “a união de palavras pré-existentes, coaguladas ou separadas por um hífen [...] dava lugar a uma nova unidade lexical, sobretudo de natureza nominal”. Hoje em dia, os estudos mostram que os fraseologismos são, quase sempre, o resultado de operações de natureza sintático-lexicais, que vão além da categoria do nome (GONZÁLEZ REY, 2015, p. 37).

Ao fazer um histórico da fraseologia francesa, a autora afirma que, em 1922, o linguista C. de Boer, ao estabelecer a demarcação entre aquilo que ele denominou sintaxe fixa ou locucional e a sintaxe viva ou móvel, já considerava como pertencente ao domínio da primeira o nome próprio composto e dava como exemplo Châlons-sur-Marne (antigo nome do município francês Châlons-en-Champagne). O autor assinalaria, então, o caráter fraseológico dos sintagmas toponímicos. O exemplo por ele oferecido mostra uma estrutura composta por três elementos, três formas distintas unidas por hífen. Três formas linguísticas que se combinaram e se fixaram em uma determinada ordem para cumprir a função de nomear uma localidade. Estaríamos, então, diante de um fraseotopônimo? O que seria um fraseotopônimo?

Ainda que de forma preliminar, a definição de fraseotopônimo aponta para uma unidade toponímica que, no plano da escrita, é grafada como uma sequência de duas ou mais unidades lexicais que correspondem a um único referente: o acidente geográfico físico ou humano que ele nomeia.

Notem que a polilexicalidade ou multilexicalidade é a primeira propriedade que salta à vista, por ser ela a característica essencial, inerente ao signo de natureza fraseológica. Todo fraseologismo deve estar integrado por duas ou mais unidades lexicais, separadas ou não por

² Fraseologismo é utilizado como termo amplo, como o hiperônimo que recobre uma variada tipologia de unidades léxicas complexas, provérbios e fórmulas de rotina. Há uma profusão terminológica para designar o fenômeno fraseológico, porém, optamos por fraseologismo por acreditarmos que o termo é mais coerente com o nome da área de investigação que estuda esse fenômeno da linguagem humana.



hífen (BIDERMAN, 2005). Com base nesse pressuposto, todo fraseotopônimo deve estar integrado por, no mínimo, dois itens lexicais: *Passa Tempo*, *Pulo da Onça*, *Boa Vista do Cangalha* (nomes de fazendas do município de Três Lagoas-MS). Essa característica está relacionada a outra propriedade fraseológica, que é a frequência, ou seja, a co-ocorrência dos elementos formativos, repetidos sempre na mesma ordem, revelando “a materialidade do signo polilexical, que aparece sempre na mesma forma” (GONZÁLEZ REY, 2015, p. 47), em uma espécie de coerção de caráter combinatório³.

Relacionada com frequência, outra propriedade essencial de um fraseologismo é a fixidez, denominada, também, cristalização. Esta ocorre tanto no plano formal quanto no plano semântico. No plano formal, a cristalização diz respeito à soldadura entre os itens lexicais que integram o fraseologismo ou, neste caso, o fraseotopônimo. As palavras, ao se unirem, criam uma espécie de laço entre si, de sorte que *Pulo da Onça*, nome que identifica uma fazenda existente no município de Três Lagoas não admite nenhum tipo de transformação. No plano semântico, cada item lexical que compõe o nome deixa de expressar isoladamente o significado que comporta. São várias formas que perdem o seu conteúdo semântico e, devido a alguma causa denominativa, passam, em sua totalidade, a referir, a nomear um determinado acidente geográfico, funcionando, portanto, como um rótulo identificador do lugar que nomeia. Na gênese do nome, o bloco de palavras pode ganhar uma nova significação mediante determinados processos, como o metafórico, o metonímico, dentre outros, significação essa motivada por fatores de ordem histórica, cultural, ambiental, refletindo, assim, a relação entre língua, sociedade, cultura, meio ambiente, subjacente aos topônimos, em geral.

Embora não seja uma propriedade essencial dos fraseologismos, a idiomaticidade é uma característica que tem um papel importante no plano semântico. O sentido global não corresponde à soma dos significados dos elementos constituintes (o sentido não é composicional). O sentido não é dedutível em razão da opacidade semântica, pois a significação global é obscura em relação aos significados dos componentes. No fraseotopônimo *Pulo da Onça*, ninguém está se referindo à ação de pular do felino de cor parda ou pintada, natural de certas regiões da América do Sul. É o nome genérico que permite evitar confusões e indicar que se trata do nome de uma fazenda. Por razões óbvias, dificilmente, esse seria um nome atribuído a um lugar geográfico de um país onde não existisse tal animal selvagem. Desse modo, a toponímia local reflete o entrelaçamento entre língua e meio ambiente no processo de nomeação da realidade circundante. O mesmo ocorre com *Passa Tempo* (grafada separadamente), em que a referência não é uma atividade de entretenimento livre que o indivíduo realiza sozinho ou coletivamente (pintura, culinária, esporte). Ao dar nome à fazenda, é bem possível que o sujeito nomeador tenha atribuído um sentido metafórico ao nome, com base, possivelmente, no estabelecimento de analogias entre os aspectos considerados, por ele, agradáveis do lugar e a forma escolhida para nomeá-lo.

Assim, o processo de ressignificação dos nomes de lugar poderia ser equiparado, resguardadas as devidas proporções, à idiomaticidade, propriedade fraseológica que consiste na troca do sentido literal por um sentido figurado mediante processos de metaforização e metonimização (TRISTÁ PÉREZ, 1988), responsável, em grande parte, pela opacidade semântica dos fraseologismos.

³ Gross (1996, p. 154), entretanto, já alertava para a parcialidade da fixidez ao afirmar que nem toda sequência é totalmente fixa. Existem graus de liberdade que oscilam de um ponto que vai das formas totalmente fixas às formas que sofrem algum tipo de variação. Um exemplo disso, em português, seria a expressão *dar uma mão* cujo substantivo pode sofrer variação, de modo que *dar uma mãozinha* contradiz a afirmação de que os elementos formativos do fraseologismo aparecem sempre na mesma forma.



Aspectos metodológicos

Fonte dos dados

Os fraseotopônimos estudados neste trabalho foram levantados do Sistema de Dados do Projeto Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS). Coordenado pela pesquisadora Aparecida Negri Isquierdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS), o projeto, que está sediado na UFMS, possui como objetivo mais amplo a realização de um inventário e o estudo dos topônimos (nomes de lugares) dos 79 municípios do estado de Mato Grosso do Sul, visando à produção do Atlas Toponímico do Mato Grosso do Sul e à elaboração do Dicionário de Topônimos sul-mato-grossenses. O site do ATEMOS nos informa que o estudo se orienta pelos fundamentos teórico-metodológicos da Onomástica e da Toponímia, particularmente pelo modelo teórico de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (Universidade de São Paulo). Até o presente momento, foram defendidos 13 trabalhos de mestrado e doutorado, desenvolvidos no âmbito dos programas de pós-graduação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, trabalhos que estudam a toponímia sul-mato-grossense, a partir de diferentes perspectivas: a toponímia dos acidentes físicos do Pantanal sul-mato-grossense (SCHNEIDER, 2002), a toponímia da região do Bolsão (DARGEL, 2003), a toponímia das microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina (TAVARES, 2004), a toponímia da porção sudoeste, com o foco nos acidentes físicos e humanos (GONSALVES, 2004), aspectos históricos da toponímia da região centro-norte (TAVARES, 2005), toponímia e entrelaçamentos históricos na rota da Retirada da Laguna (SOUZA, 2006), além de estudos que culminaram com a produção de glossários de topônimos, como o *Glossário de topônimos do bolsão sul-mato-grossense* (CASTIGLIONI, 2008) e *Glossário de fitotopônimos sul-mato-grossenses* (CAZAROTTO). Nos últimos anos, a toponímia urbana tem sido objeto de investigação e as análises têm se centrado em aspectos socioetnolinguísticos da toponímia de Campo Grande (OLIVEIRA, 2014), nos entrelaçamentos históricos e linguísticos que fundamentam a religiosidade da toponímia urbana de Campo Grande (RIBEIRO, 2015), as interfaces entre léxico, cultura e história na toponímia de Três Lagoas (BITTENCOURT, 2015), bem como o léxico toponímico urbano na cidade de Campo Grande, com o foco na região do Imbirussu (CAVALCANTE, 2016).

Reiteramos que este trabalho parte de uma perspectiva fraseológica. Não tem como pretensão discutir as taxonomias dos topônimos, tão caras nos estudos toponímicos, tampouco criar uma nova taxe. Em outras palavras, não pretendemos aqui classificar os fraseotopônimos com base nas taxes propostas pelo modelo teórico de Maria Vicentina do Amaral Dick e ampliadas, posteriormente, por outros pesquisadores, toponimistas que, respeitando o modelo consolidado de Dick, se depararam com dados que demandaram a criação de outras taxes para descrevê-los. Em uma tentativa de aproximar as duas disciplinas (Toponímia e Fraseologia), o lugar de onde se olham os sintagmas toponímicos advém, sobretudo, da Fraseologia, com a intenção de tentar compreender e descrever, do ponto de vista fraseológico, o léxico complexo toponímico, uma vez que observamos a existência de topônimos que parecem compartilhar de propriedades fraseológicas.



Procedimentos de seleção e análise dos dados

O recorte dos dados incidiu sobre os acidentes humanos, uma vez que o objeto pesquisado são os nomes de fazendas⁴. A escolha tem como base a hipótese de que, no ato de nomear uma entidade geográfica de natureza cultural, como os acidentes humanos, o indivíduo manifestaria uma maior preferência pelos signos toponímicos compostos para identificá-las.

Para este trabalho, foram selecionados um total de 121 fraseotopônimos que nomeiam fazendas de cinco municípios da mesorregião do Leste de Mato Grosso do Sul. A escolha dos municípios Água Clara, Cassilândia, Inocência, Paranaíba e Três Lagoas ocorreu aleatoriamente.

No que diz respeito à análise, os fraseotopônimos foram analisados, a partir da consideração de três descriptores: 1. os fraseotopônimos mais produtivos no recorte do *corpus* pesquisado; 2. temas mais recorrentes nos fraseotopônimos em estudo; 3. estrutura morfológica dos fraseotopônimos.

Análise dos fraseotopônimos

Sequências toponímicas mais produtivas no *corpus* pesquisado

Como é sabido, o sintagma toponímico está estruturado em nome genérico + nome específico. Neste caso, o nome específico corresponde ao fraseotopônimo, por estar composto por mais de um item lexical, conforme se vê no quadro a seguir.

Quadro 1 – Estrutura do sintagma fraseotoponímico

Nome genérico	Fraseotopônimo
Fazenda	Boa Esperança
Fazenda	Bela Vista
Fazenda	Boa Vista
Fazenda	Vista Alegre
Fazenda	Ouro Verde
Fazenda	Nova Esperança

Fonte: Elaboração da autora

Em ordem decrescente, os fraseotopônimos dispostos no quadro são os mais produtivos no *corpus* pesquisado, uma vez que tiveram um maior número de ocorrências. Ou seja, na Mesorregião do Leste de Mato Grosso do Sul existem sete fazendas denominadas Boa Esperança; seis fazendas denominadas Bela Vista; cinco com o nome de Boa Vista; quatro

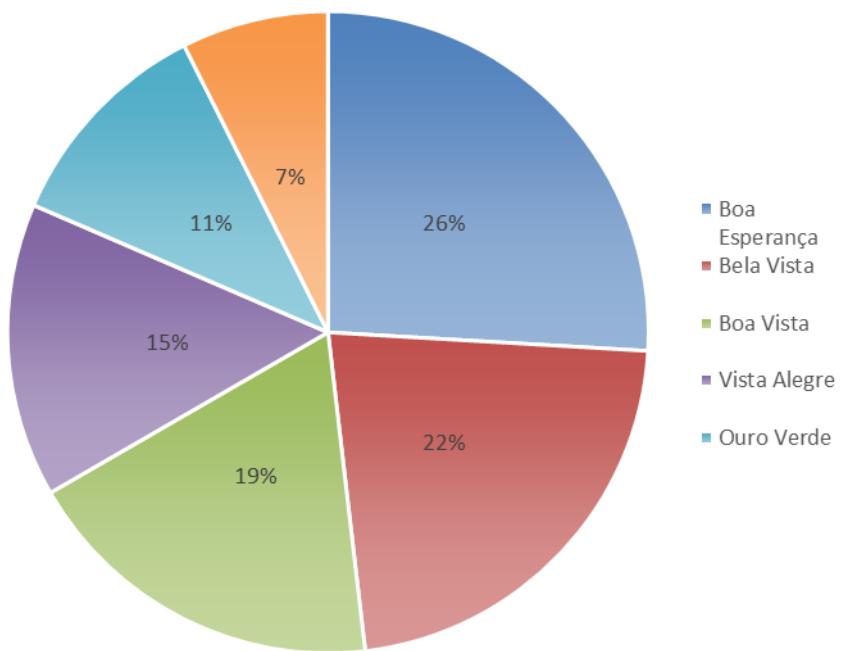
⁴ Os acidentes humanos abrangem ruas, praças, fazendas, sítios. Siqueira (2011) classifica as fazendas como uma entidade geográfica cultural. Para a autora, “a classificação das entidades geográficas culturais abrange aglomerados humanos, ruas, praças, fazendas. A classificação das entidades geográficas naturais compreende rios, lagos, córregos, morros (SIQUEIRA, 2011, p. 196).



designadas Vista Alegre; três denominadas Ouro Verde e, finalmente, duas fazendas com o nome de Nova Esperança, o que mostra a preferência do indivíduo (o denominador) por nomes que remetem a aspectos positivos do lugar, aspectos esses que podem estar relacionados à paisagem local ou que aludem a sentimentos do denominador em relação a projeções futuras que apontam para expectativas positivas sobre o lugar.

O percentual dos fraseotopônimos mais produtivos do recorte pesquisado pode ser representado pelo seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Fraseotopônimos mais produtivos no recorte pesquisado



Fonte: Elaboração da autora

A análise evidencia, também, que os substantivos mais recorrentes na composição dos fraseotopônimos no recorte estudado são *vista* (15 ocorrências), *esperança* (10 ocorrências) e *vale* (6 ocorrências) que, em sua maioria, são modificados por um qualificativo de natureza positiva e otimista que remetem a conceitos relacionados à bondade, beleza, alegria, dentre outros.

Nesse sentido, é interessante observar que *vista*, o substantivo de maior ocorrência, tem como uma de suas acepções “paisagem que se vê a partir de algum ponto” (AULETE DIGITAL). Portanto, as combinações cristalizadas *Boa Vista*, *Vista Alegre* e *Bela Vista* poderiam indicar aspecto(s) positivo(s), relacionado(s) com a paisagem do acidente humano nomeado pelo fraseotopônimo. Reiteramos que esse aspecto é determinado, sobretudo, pelos modificadores *Boa*, *Alegre* e *Bela*, que contribuem sobremaneira para a construção do sentido da unidade topográfica. Trata-se de um fraseotopônimo porque cada sequência é formada por dois itens lexicais indissociáveis, que não admitem determinadas transformações, como a inversão da ordem dos constituintes, **Vista Boa*, **Alegre Vista*, **Vista Bela*, ou outros tipos de variação. Qualquer alteração na ordem dos componentes do fraseotopônimo comprometeria a relação entre o nome do lugar e o referente por ele designado.



Temas mais recorrentes

A análise dos 121 fraseotopônimos aponta, também, que existem temas que são mais produtivos e, portanto, mais recorrentes na atribuição dos nomes dos acidentes humanos (fazendas) dos cinco municípios pesquisados na Mesorregião Leste de Mato Grosso do Sul. Nesse sentido, dentre os temas que aparecem com maior frequência, destacam-se:

- ✓ Sentimentos e sensações, geralmente, muito positivos como esperança, alegria, saudade, agradabilidade, admiração, entusiasmo como se depreende dos fraseotopônimos *Fazenda Boa Esperança*, *Fazenda Nova Esperança*, *Fazenda Bonita Esperança*, *Fazenda Vista Alegre*, *Fazenda Boa Vista*, *Fazenda Nova Alegria*, *Fazenda Campo Alegre*, dentre outros.
- ✓ Os astros também constituem uma fonte muito produtiva de topônimos. É comum ver elementos como estrela, sol, lua, luar na composição dos nomes das fazendas aqui estudados. *Estrela da Guia*, *Nova Estrela*, *Refúgio das Estrelas*, *Esquenta Sol*, *Morada do Sol*, *Sol Nascente*, *Terra do Sol*, *Portal do Sol*, *Meia Lua*, *Lua Nova*, *Luar do Sertão* são fraseotopônimos eufóricos utilizados para nomear fazendas porque, provavelmente, o sentido por eles veiculados expressa a integração e a harmonia existentes entre o espaço físico e os elementos da natureza.
- ✓ Os aspectos hidro-topográficos da região, como vale e serra parecem ter motivado os nomes das fazendas *Vale da Promissão*, *Vale do Aporé*, *Vale do Mimoso*, *Serra Azul*, *Serra Verde*, os quais se combinam com nomes de rios (*Aporé*, *Mimoso*), refletindo, provavelmente, certos aspectos do meio físico do lugar denominado.
- ✓ Elementos da religiosidade do denominador também aparecem refletidos na toponímia da região pesquisada, evidenciando que as crenças religiosas, especialmente as de tradição cristã, podem ter um papel importante no ato de nomeação do lugar, como se vê nos fraseotopônimos *Deus é Amor*, *Bom Jesus*, *Espírito Santo*, *Luz Divina*.
- ✓ Finalmente, os animais, sobretudo, os selvagens, como onça e suçuriú, aparecem na toponímia dos acidentes humanos aqui estudados: *Fazenda Toca da Onça*, *Fazenda Vale da Onça*, *Fazenda Pulo da Onça*, *Recanto do Sucuriú*.

Estrutura morfológica dos fraseotopônimos

A análise da estrutura morfológica dos dados estudados mostra uma predominância de fraseotopônimos formados por duas unidades lexicais. Dos 121, houve uma ocorrência de 76 fraseotopônimos compostos por dois itens lexicais, geralmente substantivo mais adjetivo ou vice-versa. Nessa perspectiva, quanto à estrutura morfológica, observam-se as estruturas morfológicas descritas na sequência:

- ✓ Adjetivo + Substantivo: *Boa Esperança*, *Nova Esperança*, *Boa Vista*, *Bom Retiro*, *Bela Vista*, *Bela Ideia*, *Boa Sorte*, *Bom Sucesso*, *Bom Tempo*, *Nova Primavera*, *Bom Jardim*, *Nova Alegria*, *Nova Era*, *Nova Vida*, *Nova Estrela*, *Bom Sossego*, *Novo*



Mundo, Bom Jardim, Bonita Esperança. Nesse tipo de estrutura, predominam os adjetivos *bom* e sua variante *boa*, bem como adjetivo *novo* e sua variante *nova*.

- ✓ Substantivo + Adjetivo: *Campo Alegre, Lagoa Santa, Rancho Fundo, Sonho Azul, Serra Azul, Barba Azul, Céu Azul, Ondas Verdes, Ouro Verde, Serra Verde, Pasto Ruim, Luz Divina, Lua Nova, Sol Nascente, Ouro Branco, Ouro Belo, Vida Mansa, Água Preciosa, Mundo Alegre, Campo Novo, Água Viva, Água Bonita, Espírito Santo.*
- ✓ Numeral + Substantivo: *Três Amores, Meia Lua, Cinco Estrelas.*

Além disso, outras estruturas morfológicas também são usuais, com predominância de fraseotopônimos compostos por substantivo + preposição + artigo + substantivo, conforme pode ser observado na sequência:

- ✓ Substantivo + Preposição + Substantivo: *Olho D'Água, Olho D'Água, Olho d'Água e Berro d'Água.*
- ✓ Substantivo + Preposição + Advérbio: *Retiro de Cima*
- ✓ Substantivo + Preposição + Artigo + Substantivo: *Alvorada do Pontal, Cantar do Sabiá, Cantinho do Céu, Borda da Mata, Flor da Mata, Sombra da Mata, Flor da Serra, Flor do Campo, Paraíso do Sul, Rei dos Ipês, Morro do Ipê, Estrela da Guia, Recanto do Sucuriú, Vale da Onça, Vale da Promissão, Vale do (Rio) Aporé, Vale do (Rio) Indaiá, Vale do (Rio) Mimoso, Recanto da Saudade, Pouso do Jaó, Portal do Sol, Morada do Sol, Luar do Sertão, Terra do Sol.*
- ✓ Verbo nominalizado + Substantivo: *Passa Tempo, Esquenta Sol, Espicha Couro.*
- ✓ Adjetivo + Substantivo + Preposição + Nome Próprio: *Bela Vista de Brício de Freitas, Vista Alegre de José Franco, Vista Alegre de Valdemar Mariano.*
- ✓ Oração com sentido completo: *Deus é Amor.*

Considerações finais

Este trabalho teve como principal objetivo apresentar e discutir uma primeira amostra de fraseotopônimos que nomeiam fazendas identificados no Sistema de Dados do Projeto Atlas Toponímico de Mato Grosso do Sul (ATEMS). A partir do recorte dos dados de cinco municípios (Água Clara, Cassilândia, Inocência, Paranaíba e Três Lagoas) que integram a Mesorregião Leste do estado de Mato Grosso do Sul. O trabalho, que objetivou, também, verificar a produtividade dos fraseotopônimos no recorte do *corpus* pesquisado, as tendências da composição morfofraseológica envolvida no processo de topónimização dos dados investigados, pode mostrar que é possível estabelecer uma interação entre os estudos fraseológicos e os estudos toponímicos. O recorte de dados pesquisados demonstrou que um número significativo de nomes de acidentes humanos (fazendas) possui propriedades muito similares às fraseológicas. Assim, os resultados obtidos mostram a possibilidade de aproximação entre a Fraseologia da Topónímia, uma vez que o recorte analisado evidenciou



um número representativo de sequências polilexicais cristalizadas, denominadas, neste estudo, como fraseotopônimos.

Os fraseotopônimos apresentam um alto grau de vitalidade no recorte do *corpus* pesquisado (nomes de fazendas) e evidenciam temas como sentimentos, sensações, astros, religiosidade, animais, dentre outros que entram em jogo na composição lexical do nome do lugar. Em última análise, os nomes estudados mostraram a relação do homem com seu entorno físico e cultural no momento de nomear as fazendas, valendo-se, para isso, do processo de construções complexas que, mediante um processo de fraseologização, se fossilizam na sempre mesma ordem.

REFERÊNCIAS

AULETE DIGITAL. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Baseado em Caldas Aulete, Francisco J.; Valente, Antônio Lopes dos Santos. Dicionário contemporâneo da língua portuguesa Caldas Aulete. Edição brasileira original: Hamílcar de Garcia. Desenvolvido por Lexikon Editora Digital Ltda. 2017. (Software gratuito)

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Unidades complexas do léxico. *Estudos em homenagem a Mário Vilela*. Porto: Faculdade de Letras do Porto, 2005.

BITTENCOURT, Karla Porto. *Toponímia urbana da cidade de Três Lagoas/MS: interfaces entre o léxico, cultura e história*. 2015. 227f. Dissertação (Mestrado). UFMS, Três Lagoas, 2015.

CASTIGLIONI, Ana Claudia. *Glossário de topônimos do Bolsão sul-mato-grossenses*. 2008. 279f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFMS. Campo Grande, MS, 2008.

CAVALCANTE, Letícia Barbosa da Silva. *Léxico topográfico urbano de Campo Grande/MS: região do Imbirussu*. 2016. 272f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFMS. Campo Grande, MS. 2016.

CAZAROTTO, Suely. *Fitotopônimos sul-mato-grossenses: perspectivas lexicológica e lexicográfica*. 2008. 321f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Centro de Ciências Sociais e Humanas – UFMS. Campo Grande, MS. 2008.

CORPAS PASTOR, G. *Manual de fraseología española*. Madrid: Gredos, 1996.

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre Buritis e Veredas: o desvendar da toponímia bolsão sul-mato-grossense*. 2003, 261f. Dissertação (Mestrado em Letras). UFMS, Três Lagoas, 2003.

GONSALVES, Doraci da Luz. *Um estudo da toponímia da porção Sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos*. 2004. 186f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2004.

GONZÁLEZ REY, María Isabel. *La phraséologie du français*. Toulouse: Presses universitaires du Midi, 2015.



GROSS, Gaston. *Les expressions figée en français: noms composés et autres locutions*, Paris: Ophrys, 1996.

MARTIN, Robert. *Sur les facteurs du figement lexical: la locution, entre la langue et usages*. Paris: Ophrys, 1996.

MEJRI, Salah. *Le figement lexical: descriptions linguistiques et structuration sémantique*. Manouba: Publications de la Faculté des Lettres de la Manouba, 1997.

_____. *Figement absolu ou relatif: la notion de degré de figement*. Linx, 53, 2005, p. 196.

_____. *Constructions à verbes supports, collocations et locutions verbales*, In: MEJRI, S.; MOGORRON HUERTA, Pedro (Ed.) *Las construcciones verbo-nominales libres y fijas. Aproximación contrastiva y traductológica*, 2008, p. 191-202.

OLIVEIRA, Letícia Alves Correia. *Toponímia urbana de Campo Grande/MS: um olhar etnodialítológico e linguístico*. 2014. 245f. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais e humanas - UFMS. Campo Grande, MS, 2014.

RIBEIRO, Priscila do Nascimento. *Religiosidade na toponímia urbana de Campo Grande/MS: entrelaçamentos históricos e linguísticos*. 2015. 182p. Dissertação (Mestrado). Centro de Ciências Sociais e humanas - UFMS. Campo Grande, MS, 2015.

SCHNEIDER, Marlene. *Um olhar sobre os caminhos do Pantanal sul-mato-grossense: a Toponímia dos acidentes físicos*. 2002 165f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Três Lagoas, UFMS, 2002.

TAVARES, Marilze. *Toponímia sul-mato-grossense: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina*. 2004. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Três Lagoas: UFMS.

TAVARES, Marineide Cassuci. *Estudo toponímico da região Centro-Norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história*. 2005. 238f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2005.

TIBIRIÇÁ, Luís. *Dicionário Tupi-Português*. São Paulo: Editora Traço, 1984.

TRISTÁ PÉREZ, Antonia María. Teoría fraseológica: visión general del problema. In: _____. *Fraseología y contexto*. La Habana: Ciencias Sociales, 1988, pp. 7-40

Recebido em 25/11/2017
Aprovado em 18/12/2017



Nomes, topónimos e apelidos: camiños de ida e volta

Personal names, place names and surnames: two-ways journeys

Ana Isabel BOULLÓN AGRELO¹

RESUMO: Unha das principais causas denominativas na toponimia é o recurso aos nomes persoais, ben sexa a partir do nome do propietario ou dunha persoa que por algunha razón estea vinculada co lugar, ben a partir dun haxióntimo. Velaí as principais vías de creación topoantropónímica, que se verán neste traballo con máis pormenor, con atención aos distintos procedementos empregados nas sucesivas etapas históricas e ao seu peso cuantitativo na toponimia maior actual, reflectida no *Nomenclátor de Galicia*. Estúdase especificamente a antropónimia feminina, para ver cal é o seu peso no conxunto e cales son os condicionantes sociais e xurídicos, amais do tipo de nomes implicados. Ademais, dáse conta da reconversión dos topónimos en designación de persoas cando pasan a ser apelidos ou nomes de pía.

PALAVRAS-CHAVE: Toponimia. Antropónimia. Lingüística histórica. Etimoloxía.

ABSTRACT: One of the main sources of the creation of place names is the use of personal names. It can be from the owner's name or from a person that is related for any reason to the place, or from a hagonym. These two ways will be seen in this article with more detail: the different procedures used in the successive historical stages and the quantitative weight of the personal names in the current Galician toponymy (*Nomenclátor de Galicia*). Besides, specific attention will be paid to the female personal names: its significance in the total of place names and the juridical and social constraints, and the kind of names involved. Furthermore, the reconversion of place names to refer to people, when they become in surnames or in personal names will be considered.

KEYWORDS: Place names. Personal names. Historical linguistics. Etymology.

Introdución

Os topónimos con orixe en nomes de persoa supoñen algo máis dunha cuarta parte do corpus da toponimia galega, segundo unha estimación feita a partir das formas distintas que aparecen no *Nomenclátor de Galicia* (en diante, NG)². Dentro destes conxunto podemos distinguir dous grupos ben diferenciados e de desigual incidencia proporcional. O máis numeroso é a dos nomes de poseedores, así chamados de maneira xenérica, aínda que non sempre impliquen relación de posesión entre o territorio nomeado e a persoa da que recibe o nome. En segundo lugar está a haxiotoponimia, que revela a grande incidencia da relixión cristiá na conformación da sociedade galega. Nas seccións sucesivas iremos desenvolvendo as principais características destes dous grupos.

¹ Universidade de Santiago de Compostela – USC – Instituto da Lingua Galega – Galicia – España. E-mail: ana.boullon@usc.es

² O NG consta de 41.374 formas topónimicas. Unha vez reducida a variación (as formas repetidas, a presenza/ausencia do artigo e de adjetivos moi recorrentes como *Arriba/Abaixo, Novo/Vello*), resultaron unhas 15.700 formas diferentes, que foron clasificadas segundo a súa proveniencia etimolóxica e a súa tipoloxía semántica (véxase BOULLÓN AGRELO, no prelo).



Os topónimos procedentes de nomes de persoas

Os topónimos que proceden dos nomes de persoas denotan unha relación co territorio nomeado, normalmente de pertenza. Amais de seren moi numerosos (arredor do 21% do total) son moi antigos. Joseph M^a Piel, un dos máis importantes estudiosos da toponimia galega e portuguesa, explicábaos deste xeito:

Desde que o mundo é mundo, o homen comprazeu-se em dar o seu nome á terra que ocupava e cultivava. ... Quando non é o próprio possuidor que procede a tal denominación, nada mais natural do que o façam os seus vizinhos, chamando um lugar «propriedade de fulano». São estas as razões por que os antropónimos, antigos e modernos, entram en tão larga escala na toponímia de todos os países. O seu estudo é particularmente instructivo, non só por nos esclarecerem sobre a forma como se nomearam os homens que em eras remotas habitavam determinado país, mas también por contribuir eficazmente para a solución de problemas de historia do povoamento. (PIEL, 1949, p. 145-146).

Entre os topónimos procedentes de nomes persoais poden distinguirse polas súas características morfolóxicas os chamados tradicionalmente *topónimos de poseedores*, formados a partir de sufixación ou dun resto casual da declinación latina, normalmente o xenitivo.

O procedemento máis antigo, da época galaico-romana, consistía na adxunción do nome en función adjetiva co sufijo latino -ANA a un primeiro elemento, normalmente *villa*, elidido case sempre na consolidación do topónimo: (VILLA) MARTIANA > *Marzá*. Atópanse mostras deste tipo de formación por toda a península, pero no territorio galego foi máis produtivo o procedemento que resulta da xustaposición do nome persoal en xenitivo a un primeiro elemento que pode ser *villa* ou outro semellante. Así, *Vilachambre* < VILLA FLAMMULAE, *Vilalvite* ou simplemente *Alvite* < VILLA ALVTI. Este tipo de denominacións orixinouse no noroeste da península ibérica entre os séculos VII e XI: a partir desta última data deixa de ser produtivo. Coincide co definitivo fin do mundo tardorromano e o nacemento do altomedieval, baseado en poderes locais e comunidades aldeás, nun proceso global en toda Europa. (SÁNCHEZ PARDO, 2013, p. 32).

En Galicia hai máis de 2.100 topónimos deste tipo (un 16% do total). O máis común é que os resultados non porten o elemento previo, pero cando este aparece o máis frecuente é VILLA, con máis de 160 topónimos; isto supón o 7% dos topónimos des poseedores (*Vilaxán* < lat.-heb. VILLA IOHANNIS, *Vilamariz* < xerm. VILLA MALARICI). Os restantes elementos que forman parte destas denominacións, ordenados por frecuencia, son:

- ✓ VILLARE (30 topónimos, pouco máis do 1%): *Vilarbuxán* < lat. VILLARE BUSIANI, xerm. *Vilarfonxe* < VILLARE ADEFONSI.
- ✓ FONTE (19 topónimos)³: *Fontefiz* < lat. FONTE FELICI, *Foguentelle* < xerm. FONTE GUNTELLI.
- ✓ BUSTU (18): *Buchaín* < lat. BUSTU FLAVINI, *Bustofreán* < xerm. BUSTU FROILANI.
- ✓ SALTU (12): *Soutillán* < lat. SALTU IULIANI, *Soutariz* < xerm. SALTU ALARICI.

³ Se non hai documentación medieval é imposible determinar nalgúns casos se estas formas (e varias das que seguen) responden a este procedemento ou se son compostos romances: *fonte* + *apelido* procedente dun topónimo de poseedor (*Fonte Ramil*, *Fontabuín*, *Fontealvite*). Inclúoas aquí se foneticamente se axustan aos nomes de poseedores procedentes de xenitivo. O mesmo ocorre com *casa*, *castro* e *porto*.



- ✓ CASA (12): *Cacidrón* < lat. CASA CITRONII, *Carguizoi* < xerm. CASA *WITIOI.
- ✓ CASTRU (10): *Castrolanzán* < lat. CASTRU LANCIANI, *Castrorramil* < xerm. CASTRU RANIMIRI.
- ✓ portu (8): *Portodiz* < prer. PORTU DIDACI, *Portover* < lat. PORTU VALERII.

Con menos de cinco ocorrencias atestamos outros xenéricos, como algunas voces prelatinas: *lama* (*Lamartín* < LAMA MARTINI), *bouza* (*Bouzamerelle* < *BAUTTIA MIRELLI), *barcia* (*Barzamedelle* < *VARCINA METELII), *coto* (*Cotomil* < *CÖTTU MIRI⁴); e tamén outras latinas: *agro* (*Agruchave* < AGRU FLAVII), *val* (*Valmarín* < VALLE MARINI), *pena* (*Penamil* < PENNA ALAMIRI), *mata* (*Matafaxín* < MATTA FAGINI), *couto* (*Coutomil* < CAUTO MIRI) e *cela* (*Celavente* < CELLA VALENTE).

Os nomes compostos con elementos de orixe xermánica representan o grupo etimolóxico máis numeroso deste tipo de formacións a partir dun nome declinado en xenitivo⁵: chegan ao 55%, mentres que os de orixe latina representan o 39% e os prerromanos un 4%. Como xa se ten dito en repetidas ocasións, a supremacía do elemento xermánico nestas formacións (igual ca nos nomes persoais na Alta Idade Media) non é reflexo dun compoñente étnico. En palabras de Piel, “Não existe ... relación directa entre o povoamento godo (e suevo) e a actual densidade regional da toponímia germánica no NO” (PIEL, 1989, p. 155). Debemos interpretar que a poboación hispano-románica fora facendo súa a antropónimia do pobo que se apropiara da Península⁶, igual que máis tarde (por volta dos séculos IX e X) os nomes árabes se foran sobrepondo, na España islámica, aos anteriores nomes hispanogodos.

Estes topónimos procedentes dun nome persoal en xenitivo son datables nun arco cronolóxico reducido, pero atopamos moitos outros con datación máis imprecisa por non presentaren certas peculiaridades morfolóxicas, como a terminación casual do xenitivo latino. De forma que, sen información documental, só podemos aproximar a época de formación desde a Idade Media ata os nosos días. Por exemplo, *Basquida* (< VELASQUITA) ou *Casal de Eirigo* (< AGERICU) sabemos que son formacións medievais, romances, polos seus trazos evolutivos, por procederen do acusativo latino, pola presencia da preposición *de*, e tamén porque os nomes que portaban eses poseedores deixaron de usarse despois da Idade Media. Con todo, se non sabemos por información extralingüística que *Vidavidal* (Ourense) foi un núcleo de poboación xurdido no século XX a partir do dono da casa, apelidado Vidal, poderíamos consideralo unha formación antiga, dado que o nome latino *Vitalis* foi un nome de inspiración cristiá empregado na Idade Media (e de onde vén o apellido moderno *Vidal*). Con características similares atopamos diversos tipos de construcións, que foron sistematizadas por Antón Palacio Sánchez (2017): formadas só cun nome de pía, con ou sen artigo (*A Cataliña*, *O Fagundo*, *Antoño*, *A Menda...*); só cun apellido, con frecuencia en plural, por designar colectivos (*Os Alvites*, *Os Baltares*, *Os Fontáns*, *Os Tatos...*); secuencias compostas de substantivo (+ prep.) + antropónimo (*Agrodosío*, *Casamuniño*, *Casdemento*, *Casalpaio...*) ou nome + apellido (*Xan Xordo*, *Mencide*). Os nomes persoais máis frecuentes para a formación destes topónimos son *Pai*, *Roi*, *Martín* e *Pero*, isto é, os preferidos na Idade

⁴ No HGN 146/13b tamén se especula coa posibilidade de que proceda do nome persoal *Gotomirus*.

⁵ Referímonos en xeral ao caso xenitivo, tendo en conta que algúns nomes imparísílabos de procedencia xermánica derivan do acusativo –ĀNEM, que pasou a afirmarse como caso xeral, coas solucións dialectais respectivas (*Vilatán*, *Atán* < VILLA ATTANEM, *Fafián*, *Fafiá* < FAFILANEM, a carón do xenitivo–ĀNIS (> gal. *Atás*, port. *Atães*): vid. PIEL (1989, p. 157).

⁶ No período comprendido entre os séculos VIII e XIII os nomes persoais desta orixe son maioritarios en Galicia (un 52%, nunha proporción maior conforme se recúa no tempo): vid. BOULLÓN AGRELO, 1999, p. 93.



Media, e case sempre na súa forma curta (fronte ás plenas *Paio*, *Rodrigo* e *Martín*, respectivamente) ou medieval (fronte á moderna *Pedro*).

A antropónimia feminina

Os nomes femininos teñen algunha presenza na toponimia de orixe antropónimica (representan arredor dun 6%). E iso pese que a ideoloxía dominante “se mostraba máis que hostil para a muller”, en expresión de Adeline RUCQUOI (1978). Así o podemos ver nos textos emanados da Igrexa Romana, sobre todo tralos escritos de Tomé de Aquino, quen consideraba a muller como fonte de tentacións para o home, e de menor valor e dignidade. Esta consideración maniféstase tamén nos textos lexislativos, sexa nos foros das cidades ou noutras de rango real, como as Partidas ou o Foro Real de Afonso X. A muller aparece supeditada primeiro ao pai e logo ao marido, con incapacidade para testificar en asuntos que non sexan “mujeriles”⁷ e en ocasións con imposibilidade de herdar. Pero hai indicios que proban que a liberdade real das mulleres, polo menos na súa actuación económica, era superior á que se deduce dos foros (SEGURA GRAÍÑO, 1986, p. 131). É o que demostran os documentos privados, onde elas son nomeadas explicitamente, aparecen a carón do marido nos instrumentos de transmisión de foros ou propiedades e especificase que á hora de legar os bens as fillas son igualmente válidas á hora de herdar. Non faltan exemplos en que a muller é a protagonista do documento (tomados de TMILG):

“damos e outorgamos a uós Domingo Iohannis e a uossa muller Eluira Perez e a uoso fillo ou filla ...un nosso casar de herdade” a.1272 DocSobTrives

“a vós Martin Fernandez de Toscayna et a uossa moller Marina Perez, en uossa uida danbos et a húún fillo ou filla danbos, se o ouuerdes ... fazemos preito et praço” a.1287 SClodioRibeiro

“damos a vós, Moor Fernandez et a hun vosso fillo ou filla, qual vos nomeardes a tempo de vossa morte a teir de nós et por nosso moesteiro en vossa vida o nosso casar de Regeyra” a.1323 CDoseira

“davan a fforo aos ditos Domingos das Pedras, vizinno de Bayonna e a Maria Perez sua moller e a uun seu fillo ou filla danbos qual nomear o postrimeyro delles a sua morte ... aquella herdade e vinna” a.1332 CDTui

“aforamos a vós, Fernán Ares, e a vosa muller Costança Rodríguez, e a hun filo ou fila que ambos agades de consuu, o qual filo ou fila deveades a nomear o postrimeiro de vós, ..., o noso lugar de Castrelo” a.1357 SPRocas

“avendo vós fillo ou fillos ou filla ou fillas, que fiquen todas estas herdades entregadas ao primeyro fillo ou filla legitima que vos Deus der sen embargo dos outros seus yrmaaos; et morrendo aquel sen fillo ou filla erdeyro que fique ao segundo, et morrendo o segundo sen filla ou fillo erdeyro que fique ao terceyro despou del et asi de hu enno outro commo dito he enna lña deçendente” a.1409 (Viveiro) CDMaia

“damos a foro et a verbo a bós Fernão de Muore, vyσjno de Chātada et a bosa muller, Ljonor Gonçalueσ e aha hū fillo ou filla que ambos ajades de consun” a.1474 (Chantada) CDMaia

⁷ “Toda molher uizinha filla de vizinho ou de vizīha possa testimoyar en cousas que forē feyas ou dictas en moynho ou en forno ou en banho ou en ryo ou en fonte ou sobre fiar ou texer ou sobre partos ou sobre encantamentos de mulleres ou sobre seus feytos e nō en outras cousas” (FERREIRA, 1987, p. 174).



quanto á baca fusca que, sy se cabalgar esta sazón, que a dita Ynés Fernandes non la posa sacar de casa do dito Martiño da Lama fasta que o *fillo ou filla* seja traído”
a.1520 (Celanova) DocDevOureNSE

Son algúns casos de coleccións documentais procedentes de diversos puntos da xeografía galega⁸, desde finais do século XIII ata primeiros do XVI. E son casos de mulleres do común, sen contar co peso decisivo que xogaron raíñas, aristócratas e abadesas dos mosteiro femininos⁹. Para perpetuaren o seu nome nos lugares que posuían, estas mulleres debían ostentar un determinado poder económico e, desde logo, a propiedade do lugar. É situación semellante á de Portugal, como recolle Iria Gonçalves:

na legislación medieval portuguesa, como, aliás, na de todos os países hispánicos da época, o acceso aos bens familiares era igual para homens e mulheres, como as heranças eram recebidas tanto do lado paterno como do lado materno. ... Assim, tratando-se de assuntos relativos à propiedade, todos tinham que ser lembrados. Do mesmo modo, nos contratos de locação que regulavam as relações entre o proprietário e o foreiro, a regra, e sobretudo quando se tratava de prédios rurais, era que fosse o casal, marido e mulher identificados pelos respectivos nomes, a assumir, em pé de igualdade, os deveres inherentes aos termos do contrato. (GONÇALVES, 2008, p. 5).

O feito de existiren nomes de posesoras (refírome ás formacións do xenitivo), isto é, con datación na Alta Idade Media, estanos informando de maneira indirecta de que as mulleres podían efectivamente ser as donas das explotacións agrarias ás que daban nome. A seguir verase en que medida constan nomes femininos na toponimia galega.

Cómpre indicar que non sempre é posible facer a identificación xenérica, posto que o resultado do xenitivo da primeira declinación latina e o da segunda conflúen en romance. En consecuencia, se non se atopan documentacións medievais, non se podería distinguir, por exemplo, se os topónimos *Freisende*, *Freixende*, *Freixinde* ou *Friosende* proceden dos xenitivos de *Fredesinda* ou de *Fredesindo* (HGN 103.16 e 17, respectivamente)¹⁰. En tales casos, dado que se documentan máis abundantemente os masculinos ca os femininos (e prescindindo agora do feito de que os nomes femininos están sempre moito menos representados na documentación), adóitase nestes casos adjudicálos a nomes masculinos. Ademais, estas formas poden confluír foneticamente con outras (a terminación xermánica –*ildi* coincide co resultado do xenitivo do sufijo latino –*ellus*). Por outro lado, os resultados modernos ás veces poden ser enganosos, como *A Axilda* (med. *domnum Anagildi* a.936 TCaaveiro) ou *Recarea* (med. *Recaree* a.1135, *Recarede* a.1140 TToxosoutos).

Como contrapartida, existen elementos onomásticos visigodos exclusivos da muller, aínda que non todos deixaron descendentes toponímicos (-*brida*, -*leova*, -*rona*, -*trudes*, -*trudia*¹¹ -*truda*, -*vara*); do resto do conxunto consérvanse moi poucos:

⁸ Tirados do TMILG, onde se poden ver as referencias bibliográficas completas. Para as fontes latinas de Galicia a referencia é o CODOLGA.

⁹ Para a revisión da consideración historiográfica do papel da muller na Idade Media, véxase GARCÍA-FERNÁNDEZ, 2015.

¹⁰ Para a significación, uso e descendentes toponímicos destas raíces xermánicas, a referencia indispensable é sempre PIEL / KREMER, 1976, abreviado como HGN.

¹¹ Para este segundo elemento no HGN cítase o galego *Esmidroi* (< *Ermedrudia* HGN 78.22b), pero este topónimo non se recolle no NG. Tampouco está en MADOZ (1845), pero rexístrase *Fuente Esmidroy* na parroquia de Belesar, en Vilalba (Lugo) nos Nomenclátores de 1920 e 1930, e *Fonte Esmidroy* no de 1940; aparentemente desapareceu.



- ✓ -verga (port. *Singiverga* < *Sindiuerga*, ast. *Teverga* < *Teodeverga* HGN 271.4)
- ✓ -vindis (port. *Geguinte/Giguante*, *Geguitentes* HGN 121.6)
- ✓ -geua (gal. *Guxeva* < *Gudigeva* 146.4)
- ✓ -vira (gal. *Xilvir* 127.12)

Ademais, a este grupo pódese engadir un sufijo feminino hipocorístico *-ilo(ne)*, moi produtivo, presente en 65 nomes¹²; a partir deles considero que só se poderían tirar os seguintes topónimos:

- ✓ *Faquiós* < *Fáquilo* HGN 83.4;
- ✓ *Floxón* < *Froilo* HGN 106.12. Este topónimo non se recolle no HGN, pero Palacio (1981, p. 824) relaciónao tamén con esta raíz, e as atestación medievais apoian esta idea: *Froion* a.969 DocCoruña.
- ✓ *Quión*: para explicar este topónimo, no HGB reconstrúen **Quito*, *-one* 161.bc, que pode dar lugar a *Quidões* en Portugal, pero a forma galega podería proceder más ben de *Ikilo(ne)* (HGN 149.6b), rexistrado na Idade Media: cf. “Andreas, maritus *Ikiloni*” a.944 CatLeón.
- ✓ *Reción* < *Ricilo* HGN 219.29
- ✓ *Subión*, documentado no séc. XVI e XVII como *Sebión* e *Sevión*, podería vir de **Sebilo*, a partir da raíz gót. *sibja* ‘parentela’, que deu lugar ó paralelo masculino *Sebila* (HGN 235.2).
- ✓ *Tiquión* < *Tequelo* 269.3; este topónimo non está recollido no HGN, pero pode retrotraerse a este nome, como apoia a documentación medieval: *Tequiloni* a.883 DocCoruña (BOULLÓN AGRELO, 1999 s.v.)

A maioría das terminacións femininas presentan equivalentes masculinos, pero con certas especificidades. Por exemplo, para o segundo elemento *-ildi* (HGN 336), que combina con 100 raíces diferentes orixinando outros tantos nomes femininos, existe o equivalente *-ildus* (HGN 337), pero figura en moitos menos nomes (HGN 337) e parece formación analóxica da feminina (PIEL 1989, 141). Neste caso, no HGN móstranse evolucións diferentes para cadansúa terminación: os femininos con palatalización, *-lle*, e os masculinos, con conservación do grupo consonántico, *-lde* (como en *Ramelle/Ramilde*, *Xonxil* < xen. de *Sonegildo* HGN 246.4) ou, en menos ocasións, *-ide* (*Daildu* > *Viladaíde* HGN 63.4, *Hermildus* > *Vilarmide*, *Armil* HGN 78.10)¹³. Desta raíz proceden os seguintes nomes¹⁴:

- ✓ *Baille* < “*BADILDE f. (?)” HGN 35.3.
- ✓ *Berdelle* < “*BERT-ILDI f. (?)” 45.3. Non se recolle no HGN, onde si consta o port. *Bertelhe*.
- ✓ *Biville* < VIVLDI HGN 316.1.

¹² No HGN cítanse 66, pero o 65 é un erro por *Vitila*, formado co sufijo hipocorístico masculino *-ila(ne)*.

¹³ Nun par de casos a raíz non parece ser *-ildi*, senón *-iti*: *Vilagoncide*, de **Guntildus* segundo o HGN 145.12, pero está documentado *Guntitus* a.935 TSobrado; ou *Donide*, de “**Donnildus* (?)” no HGN 68.2, pero cf. *Donnitus* a.958 TSobrado.

¹⁴ Amais da información de HGN, inclúo novas atestacións para refutar ou apoiar outras hipóteses. Téñase en conta que *O Muelle* (Pontecesures, Po) non procede de MODILDI, como suxire o HGN 188.4, senón que é castelanismo recente por ‘peirao’.



- ✓ *Braílle, Braelle, Braínlle* < EBRILDI HGN 69.4.
- ✓ *Brille* < BERILDI HGN 43.5. O topónimo (en Cambre, Co) non está recollido no HGN; atéstase varias veces en textos galegos: “*Berildi deo vota*” a.871 TCelanova, “*Villare Berilli*” a.916 DocCatMondoñedo (quizais *Vilabrille*, Pezós, As).
- ✓ *Bustarvelle* < ARUILDI HGN 18.4, port. *Arilhe*.
- ✓ *Cenlle* < SENILDI 240.2. É topónimo de etimoloxía discutida: Piel (1949, 190) propuxo o latín *Caelius*, e Martínez Lema (2007, p. 144-5) propuxo este nome xermánico, “atestado en documentos de Sobrado dos anos 935 e 964; *Sinildi* xa en 887”, ou ben un primeiro formante *cen-*, enraizado quizais no gót. *qino* ‘muller, esposa’. Finalmente, Bascuas (2014, §71.6.1) propón o lat. *cingūlum*. As atestacións medievais, *Ceenli* a.1258, “Santa María de *Çeelle*” a.1289 DocCatOurense, poderían apuntar á caída dunha consoante intervocálica, e por tanto apoiar a etimoloxía xermánica, pero está en contradición coas formas medievais, con *C-* e non con *S-*.
- ✓ *Condelle* < GUNTILDI 145.11. Non está recollido en HGN.
- ✓ *Crestelle* < CRESTILLI HGN 60.1, onde Piel e Kremer parten dun híbrido co greco-latino *Christo*. Pero pode ser variante da raíz *Wistr-* HGN 314, como suxire *Guistrilli* a.1025-1040 TCelanova.
- ✓ *Delle, Denle* < DAGILDI HGN 63.3.
- ✓ *Ermille* < HERMILDI HGN 78.9b. Pero *Esmelle*, que vén recollido tamén no HGN como procedente deste nome, debe vir do nome hebreo *Ismael*, conforme as documentacións medievais (*Esmaeli*, *Ismael*, *Ismaele*: vid. BOULLÓN AGRELO, 1999 s.v.).
- ✓ *Espaílle* < SPANILLI HGN 249.2.
- ✓ *Esparrelle* < SPAROILDI HGN 250.
- ✓ *Fraemelle, Fermelle* < FRAMILDI HGN 100.1: cf. *Framilli* desde a.904 TSamos, *Framildi* a.948 DocCoruña.
- ✓ *Framille* < FRAMILDI HGN 100.1 Actualmente non se rexistra no NG. Aparece no dicionario de MADOZ (1845) no concello de Quiroga (Lu).
- ✓ *Frinle* < FREDILDI HGN 103.6.
- ✓ *Froxelle* < FROGILDI HGN 106.2. En HGN figura como procedente de FROGILDO, 106.3, pero as varias atestacións medievais de mulleres *Frogilli* (a.1011-45 TCelanova, a.1096 CDCarboeiro) e a propia evolución en *-lle* apoian a orixe nun nome feminino.
- ✓ *Guntille, Gundille, Reguntille* (*Re-* é contracción de *río*), *Gontelle, Gondelle, Gonselle* < GUNTILDI HGN 145.11.
- ✓ *Lestelle, Lamastelle* < ASTILLI HGN 26.7.
- ✓ *Lentille* < *LINTILDI HGN 168.1; pode tratarse tamén do primeiro elemento *Nand-* (HGN 191), pois é frecuente esta vacilación (cf. infra *Lobelle-Novelle*).
- ✓ *Lobelle, Novelle* < LEOVILDI HGN 169.4. Podería proceder tamén de *Lupellus* (Piel 1949), pero *Leovildi* está moi documentado (a.842 DipAstur, *Liuwaldi* a.971 TSobrado; “Veiga de *Loyvildi*” a. 1216 Santiago).
- ✓ *Manselle* < *MANSILDI HGN 178.4; tamén podería corresponder ao cognome lat. *MANSELL(I)US.
- ✓ *Ramelle* < RAMILLE HGN 215.5.
- ✓ *Recelle, Cacharequille* [con *cacha(da)* ‘rozada’, quizais do lat. *QUASS-IARE] HGN 219.5; tamén *Caborrecelle* (Portomarín, Lu), que non consta no HGN.



- ✓ *Remesil* < REMESILDI HGN 220.2 Atéstase *Remesilli* a.1066 TASantiago.
- ✓ *Roelle* < *RODILDI HGN 224.5a, e *Roel*, que tamén pode vir de RUDIGILDI HGN 224.3.
- ✓ *Rumille, Romelle* < ROMILDI HGN 225.2.
- ✓ *Sandelle* < *SANTILDI HGN 231.2.
- ✓ *Sarille* < SARVILDI HGN 232.1.
- ✓ *Saville* < SAVILDI HGN 227.6.
- ✓ *Seselle, Sexelle* [non no NG], *Sisenla* < SISILDI HGN 244.11.
- ✓ *Sonelle, Suínlle, Sonelle* < SUNILDI HGN 246.5.
- ✓ *Tuillé, Toubille, Toutelle* < TEODILDI HGN 271.11 (quizais tamén *Teide*)
- ✓ *Valduíde* < *BALD(U)ILDI ? HGN 37.5.
- ✓ *Varille* < BERILDI HGN 43.5.
- ✓ *Vilagamelle* < *GAMILDI HGN 113.1, pero segundo Piel e Kremer podería vir tamén do xentilicio latino CAMEL(L)IUS/CAMIL(L)IUS.
- ✓ *Vilastrille* < ASTROLDI HGN 27.8.

Casos en certa forma semellantes constitúenos as terminacións femininas *-gunti* e *-gundia*, posto que o masculino *-gundus* ten moi pouca rendibilidade (HGN 335). Con este formante atopamos os seguintes topónimos:

- ✓ *Adragonte* < “*ADRAGUNTI ?” HGN 30.3.
- ✓ *Aldegunde* < ELDEGUNTIA HGN 150.10a.
- ✓ *Argonde, Argonte, Argunte* < ARAGUNTI HGN 18.2.
- ✓ *Bagunda* < *BADAGUNTI HGN 35.1.
- ✓ *Bragunde, Bergunde* < *BERGUNTI HGn 43.4a. Máis tarde, PIEL (1982) considerouno procedente do nome latino *Verecundus* ‘vergoñoso, vergoñento’, por falta de atestacións medievais. Pero si existen e corroboran a etimoloxía xermánica: *Bergundi* a.969 TSamos (vid. BASCUAS 2014 §14.11.1, BOULLÓN AGRELO, 1999 s.v.).

41

Non incluíbles no grupo dos anteriores son *Argote* (< ARAGOTI HGN 18.3) e *Faquín*, do xenitivo de *Faquina* HGN 83.6; este topónimo vén no HGN adxudicado a *Fauquinus* (83.7), nome que non se documenta nos textos galegos, mentres que si hai un personaxe feminino *Faquina* varias veces nomeado no TCelanova entre os anos 917 e 1026 (e o actual topónimo *Faquín* está situado no Carballiño).

Nos nomes latinos atópanse moi poucos nomes que non constitúan a femininación doutros masculinos, de maneira que só localicei como procedentes dun nome latino de posesora os topónimos *Chamuín* e *Chamoín*, a partir do nome *Flammulina*, constatado na Idade Media só como feminino e localizado como *Flamolina* precisamente no Tombo de Sobrado, próximo ao moderno topónimo *Chamoín* (Frades, Co)¹⁵. E tamén *Mostás* (Frades,

¹⁵ O xenitivo sería FLAMULINAE; a evolución explícarse: “Não seria, na verdade, difícil de conceber que um escriba medieval, que continuava a grafar *-ini* num tempo em que já se pronunciava *-im*, tivesse aplicado, por velho hábito, aquela maneira de escrever num caso em que *-im* excepcionalmente não procedia de *-INI*, mas de *-INAE, -ine*; cf. o port. *ruim* que, segundo toda a evidência, não se filia em RUINA, mas em •IWINE” (PIEL 1947 § 140).



Co), que se pode remitir a *Mostacia*, personaxe documentado en Sobrado no séc. X, feminino dun cognome latino derivado de *mustaceus* ‘pastel de vodas’ (vid. BOULLÓN AGRELO, 1999 s.v.). A mesma orixe pode ter *Mostaz* (no Folgoso de Courel), e mesmo *A Mostaza* (Santa Comba), como procedente do acusativo, tendo en conta a atestación “casale de Mostaza” do séc. XII, do Tombo de Sobrado (CODOLGA).

En conxunto, son preto de 80 nomes de lugar procedentes de nomes femininos, case todos eles de orixe xermánica, o que representa algo menos do 4% do conxunto dos topónimos de posesores. A proporción aumenta se consideramos os nomes femininos de calquera das épocas históricas, como os medievais (*Costanza, Sancha, Mariñadona, Mariñanes, Valdorraca, Moniña, A Gudiña, Alduara, Valdesenda, Aragonza, Menda...*) ou outros que ou son claramente modernos (*Esperanza, Mercedes*), ou non son encadrables nun arco cronolóxico determinado por poderen orixinarse en calquera período romance (*María de Amido, Martiña, A Vicenta*) ou constitúen a feminización dun patronímico (*A Espariza, A Esmorisa, A Cendona*). En total, os nomes femininos constitúen algo máis dun 6% de tódolos topónimos que presentan un nome persoal na súa composición (e algo máis dun 1% do total dos topónimos clasificados).

Os topónimos deantropónimicos nos apelidos

Os topónimos constitúen unha fonte moi importante na creación dos apelidos: en conxunto, supoñen un 73% das formas do corpus, aínda que esta cifra varía se consideramos o peso cuantitativo que ten na poboación cada unha das formas, xa que nos patronímicos hai unha enorme concentración (os dez apelidos más frecuentes son deste tipo e comportan un 35% do total); considerando este feito, a porcentaxe dos apelidos de orixe toponímica baixa ata o 40%, o que segue a ser moi significativo (vid. BOULLÓN AGRELO, 2012, p. 185). A constitución dos topónimos en elementos significativos nas cadeas onomásticas tivo lugar despois da Idade Media, posto que nesa época o procedemento máis utilizado era o patronímico, seguido dos sobrenomes delexicalais¹⁶. Os topónimos comezaron a incorporarse despois do séc. XVI e acabaron cristalizando como apelidos hereditarios coa Lei de Rexistro Civil de 1870.

Estas formas participan das mesmas características dos apelidos detopónimicos, pois presentan unha variación semellante con respecto ás formas das que proceden. En primeiro lugar, atopánse formas castelanizadas, tanto no nivel fonético e morfolóxico (*Buján* < top. *Buxán*, *Meijide* < top. *Meixide*, *Triñanes* < top. *Triñáns*, *Gende* < top. *Xende*, *Goyanes* < top. *Goiáns*, *Cagiao* < top. *Caxiao*, *Villamor* < top. *Vilamor*, *Atanes* < top. *Atás*, *Penabad* < top. *Penabade*, *Cajaraville* < top. *Caxaraville*)¹⁷, como no gráfico (case sempre pola utilización de –y na vogal final de ditongo decrecente, en vez de –i: *Romay, Recarey, Permuy, Asorey, Aboy, Astray, Bascoy, Gay, Guimarey*). Existen algúns que amosan peculiaridades dos apelidos, como o engadido dunha consoante –z por analogía cos patronímicos: *Abáldez* (de *Abalde*), *Artímez* (de *Artine*), *Gegúndez* (de *Xegunde*), ou modificacións para adecualos ao xénero do portador (*Chento*, a partir do topónimo *Chente*).

¹⁶ No corpus de BOULLÓN (1999), das secuencias antropónimicas dos séculos VIII a XIII que presentan un total de 5.518 segundos nomes, só nun 8% constan elementos toponímicos, mentres que é material nominal un 73% e o delexical un 19% (BOULLÓN 1999, p. 108-9).

¹⁷ Cito só os dez más frecuentes, a partir dos datos do DAG.



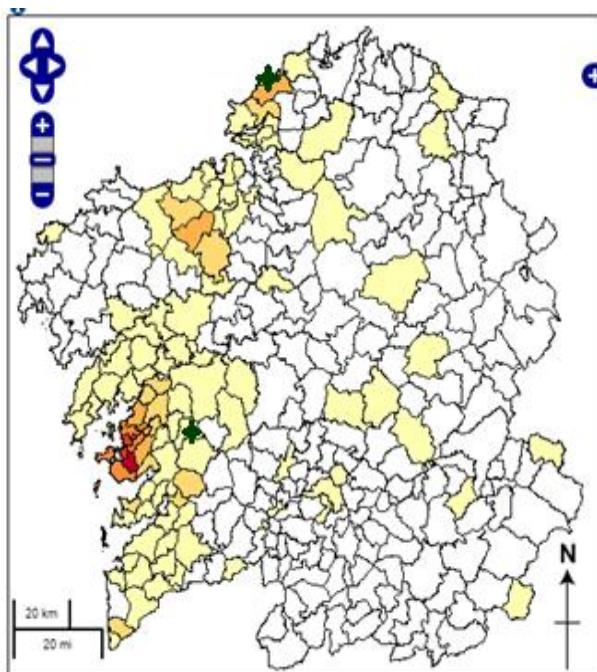
Por outro lado, algunas variantes con respecto aos topónimos respectivos requiren explicacións específicas: *Gadín* presenta aférese con respecto a *Agadín de Arriba* e *Agadín de Abaixo* (Oleiros, Vilalba, Lu), lugares de onde procede. *Recioi* evolúa de maneira diverxente con respecto ao topónimo *Reción* a partir de RICILONI (do nome xermánico feminino *Ricilo*). *Piñor* dá lugar ao apellido *Piñor* e a unha variante *Piñol*. O topónimo *Racamonde*, amais do apellido *Rocamonde*, orixina por etimoloxía popular *Rocamonde*.

Un dos aspectos máis interesantes dos apelidos é que nos ofrecen información de topónimos desaparecidos. É o que ocorre con *Aenlle*, do que coñecemos a súa existencia pola zona de Trabada (Lu) no Catastro de Ensenada (séc. XVIII) e pola súa pervivencia como apellido na mesma zona (nordeste da provincia de Lugo). Ou *Guillín*, cognado do topónimo portugués *Guilhim* (Faro), de orixe xermánica, que testemuñamos na mesma área ca hoxe (comarca de Xallas-Co e arredores) en cadeas onomásticas que delatan a súa procedencia toponímica desde o séc. XVI: *Inés de Guillín* a.1583, veciña de San Mamede de Bazar (Santa Comba, Co), *Domingo de Guillín* a.1632, *Francisca Guillín* a.1856, de San Mamede de Bazar AHUS. O mesmo ocorre con *Gulín*, *Omil* ou *Romalde*.

Os apelidos que representan topónimos de poseedores non proceden necesariamente dos núcleos máis importantes nin dos máis repetidos. Entre eles, o que deixou máis apelidos é *Padín* (< PALATINI, xenitivo do nome latino de posesor *Palatinus*), que dá nome a oito localidades en Galicia (tres en Pontevedra e A Coruña e dúas en Lugo). A distribución polo territorio deste apelidos ofrece información dos movementos internos da poboación. Podemos ver que estes apelidos teñen unha orixe polixenética, é dicir, de núcleos distintos, posto que hai varias áreas ben diferenciadas: unha na península do Salnés, procedentes do topónimo do concello de Campo Lameiro, outra no litoral da comarca de Ferrol, do lugar homónimo de Valdoviño (véxase a Figura 1, onde os topónimos citados están marcados cunha estrela de catro puntas); tamén hai bastantes na comarca de Ordes, sobre todo en Cerceda, pero hoxe non se rexistra pola zona ningún lugar así chamado, quizais porque desaparecese. E como moitos topónimos galegos, a partir do seu lugar de procedencia, cruzou o océano e hoxe ten máis portadores fóra de Galicia: en primeiro lugar, na Arxentina; despois, en Galicia, Filipinas, Puerto Rico, EEUU e Brasil, amais doutros países, sobre todo americanos (vid. FOREBEARS). A variante *Paadín*, que reflicte na súa grafía a pronuncia antiga, debe ser unha variante do topónimo do Valdoviño, pois os seus portadores están moi concentrados en Ferrol.



Figura 1. Apelido Padín en Galicia (4.602 ocorrencias)



Fonte: CAG

44

No corpus do DAG detectamos máis de 800 apelidos procedentes de nomes de poseedores, o que representa un 12% do total dos apelidos estudiados. Indicamos a seguir os que teñen unha frecuencia maior das mil ocorrencias, ordenadas alfabeticamente segundo o seu étimo e agrupados por orixe. Entre paréntese engádese o topónimo de que procede cando ten forma diferente:

De orixe xermánica: *Abalde, Aldao* (de *Aldán*), *Alvite, Amil, Argibay* (*Arxibai*), *Baamonde/Vaamonde, Brandariz, Cendán, Cendón, Esmorís, Espasandín, Gondar, Meilán, Permuy* (*Permui*, a partir do topónimo *Bermuí*), *Ramil, Ramilo, Recarey* (*Recarei*), *Roel, Rosende, Sande, Segade, Sendón*.

De orixe latina: *Abuín, Amorín, Andrade, Añón, Bugarín, Buján* (*Buxán*), *Caride, Carou, Ces, Chaves, Marín, Meijide* (*Meixide*), *Millán, Moure, Mourelle, Padín, Pampín, Penín, Piñón, Romay* (*Romai*), *Triñanes* (*Triñáns*), *Villamarín* (*Vilamarín*).

Os haxiotopónimos

Os nomes dos santos teñen unha especial incidencia na toponimia de Galicia, como reflexo da enorme influencia da Igrexa católica na sociedade. Constitúen arredor dun 5% do total de tódolos topónimos, menor cós que conteñen orixe nun nome persoal (21%)¹⁸. É ben

¹⁸ Aumenta a pegada relixiosa na toponimia se se lles engaden outros elementos léxicos pertencentes a esta área semántica: *Eirexa* e tódolos descendentes de *ECCLESIA* e demás edificios (vid. SANTAMARINA, 2008) e as profesións ou cargos con ela vinculados: *Freire(s), Frades, Abade, Mociños* (< lat. *MONACHINOS*), *Mogor* (<lat. *MONACHORUM*), etc.



sabido o papel da parroquia como elemento vertebrador do territorio, do que é proba o chamado *Parroquial Suevo ou Divisio Theodomiri*, de finais do séc. VI (vid. Pierre David 1947). Este documento mostra que nesa época se consolida a rede episcopal, arredor das sés de Lugo, Iria, Tui, Ourense e Bretoña, todas elas, agás a última, en ámbitos urbanos. Os estudos históricos apuntan a que hai unha gran continuidade entre os asentamentos rurais tardorromanos e os poboamentos tradicionais rurais (SÁNCHEZ PARDO 2013). Nas parroquias, amais da particular advocación que cada unha ten, é relativamente frecuente na súa denominación o nome dun santo (aproximadamente nun 10% dos casos¹⁹). Cando coincide coa advocación, o nome da parroquia adoita ter unha forma máis evolucionada: *Santiorxo* (*San Xurxo*), *Santiso* (*San Tirso*), *Seoane* (*San Xoán*), e, ademais, o haxiotopónimo pode ser “denominación exclusiva (*San Martiño*, *Santalla*, *Seoane*...) ou ben primeiro elemento dun composto (*San Cibrao das Viñas*, *Seoane de Arcos*, *San Cristovo do Az...*)” (NAVAZA 2009, p. 182).

Os santos más antigos son mártires do séc. III como *San Lourenzo*, *San Cibrán ~ San Cibrao ~ San Cibrá* (<lat. CYPRIANUS) e *Santa Comba* (virxe galo-romana martirizada no sur de Hispania), *Santa Baia ~ Santaballa ~ Santalla ~ Santoalla* (<gr.-lat. EULALIA), a más popular das santas hispánicas; *San Fiz ~ San Fins* (<lat. FELIX); *San Xiao ~ San Xián ~ San Xillao ~ San Xiá* e o cultismo *San Xulián* (<lat. IULIANUS). É do séc. VI bispo de Tours, *San Martiño* (ou *San Martín*), fomentado por san Martiño de Dumio, desde Braga. O culto a Santiago é necesariamente posterior á *inventio* do sepulcro, no séc. IX, e o de san Paio á época do seu martirio, no X. É salientable Santa Mariña, un dos nomes más comúns na Idade Media galega, e unha das advocacións que más abundan (109 parroquias, haxiotopónimo en 14 delas, nome de 32 lugares). Son varias as santas veneradas con este nome en Galicia (a de Augasantas e a de Covelas en Ourense, ou a de Obre na Coruña: véxase o DNG. Obxecto de grande devoción, esta santa non é recoñecida oficialmente como tal pola Igrexa Católica. Segundo o meu parecer, o nome non vén do latín MARINA (feminino de MARINUS), senón que pode ser unha variante hipocorística do nome María, tal como parecen indicar os datos medievais (BOULLÓN AGRELO, 1999 s.v.). É fácil pensar que as orixinais advocacións mariñas se converteron nunha santa Mariña á que despois se lle agregou unha historia.

O índice de frecuencia das advocacións (indicamos as dez primeiras: santa María, san Pedro, Santiago, san Martiño, san Xoán, san Salvador, san Miguel, santa Baia, san Xiao, santa Mariña), non coincide co dos haxiotopónimos (*San Vicenzo* 32, *San Pedro* 23, *Santa Baia* (e variantes) 21, *San Xoán* (coas variantes *Seoane ~ Seivane ~ Savane ~ Sevane*) 20, *San Cibrán* (ou *San Cibrao*) 18, *San Salvador* 16, *San Mamede* (ou *San Amedio*, *San Nomedio*, *San Domedio*, *Somede*) 14, San Miguel 14, *Santa María* 14, *Santa Mariña* 14), porque houbo cambios nos santos titulares das parroquias ao longo da historia.

Estes topónimos entraron tamén no corpus dos apelidos: atéstanse 99 variantes no corpus para o DAG (aquí indícanse só as entradas principais, prescindindo das variantes). Entre eles figuran santos con pouco reflexo antropónimo na Idade Media porque o seu culto comezou a fomentarse a partir do Concilio de Trento (séc. XVI), como é o caso de Xosé:

Madalena, Sambréixome, Sampaio, Sampedro, Sampil, San Domingo, San Emeterio, San Fiz, San Isidro, San Luís, San Mamede, San Miguel, San Millán, San Román, San Segundo, San Vicente, San Xil, San Xosé, San Xurxo, Sancosmede, Sanmarco, Sanmartiño, Santa Clara, Santa Cruz, Santa Eufemia, Santa María, Santa Mariña,

¹⁹ Este dato e a maior parte da información sobre as parroquias están tirados de NAVAZA (2009), o principal traballo sobre o asunto. Para a haxiotponimia, a referencia é PIEL (1949, 1950).



Santa Marta, Santalla, Santana, Santas Mariñas, Santiago, Santiso, Santoandré, Santomé, Sanxiao, Seoane

Ademais, na renovación dos nomes propios que ocorreu en Galicia a partir do último cuarto do século XX (coincidindo coa chegada da democracia e tras a eliminación da imposición legal de escolher nomes exclusivamente en español), os nomes tradicionais constituíron un importante recurso na escolla dos nomes; e estes nomes tradicionais pervivían na fala oral fundamentalmente na haxiotoponimia (vid. BOULLÓN AGRELO, 2016). É o caso de *Uxía* (gr.-lat. EUGENIA), *Alla* ou *Baia* (<gr.-lat. EULALIA), *Comba* (< lat. COLUMBA), *Mariña*, *Madanela*, *Vicenzo*, *Xenxo/Xes* (<lat. GENESIUS), *Cibrán* (<gr.-lat. CUPRIANUS), *Xurxo* (<gr.-lat. GEORGIUS), *Tomé* (< gr.-lat *Thomae*) e *Fiz* (< lat. FELICEM) -estes catro últimos tamén apelidos-, así como as variadas formas do nome do apóstolo Santiago: *Xacobe*, *Xacobo*, *Xaime*, *Iago*, *Xácome*.

Conclusións

Os topónimos procedentes de nomes persoais constitúen unha parte porcentualmente importante dentro do corpus da toponimia galega, posto que, en conxunto, ascenden a máis do 21% do total. En tódalas épocas históricas se utilizaron nomes dos habitantes ou propietarios para nomear lugares, pero entre eles son especialmente salientables os chamados nomes de posesores (16%). Algúns deles datan na época galaico-romana, os constituídos co sufijo latino *-ANA*, e outros, os más numerosos e característicos do territorio do noroeste hispánico, formados entre os séculos VII e XI, derivan case sempre do xenitivo casual latino, morfoloxía á que se adaptaron os moitos antropónimos xermánicos adoptados polos habitantes da Galicia altomedieval. Os actuais nomes de lugar que proceden deste tipo de formacións son, na súa maioría, de orixe etimolóxica xermánica (un 55%), fronte a un 39% de nomes latinos. Case todos eles se remontan a nomes masculinos, pois non chega ao 4% os que proceden dos femininos (e corresponden a menos do 1% do total). Se consideramos os nomes de muller que deron lugar a un topónimo en calquera época histórica, a porcentaxe ronda o 6%.

Os nomes de santos xeraron un 5% dos topónimos, e obviamente reflecten a influencia do cristianismo na nosa sociedade. Moitos deses haxiotopónimos convertérónse en apelidos e mantiveron as formas galegas dos nomes, que na vida civil foran substituídas polos equivalentes casteláns. Nos últimos anos foron tamén unha das fontes á que a sociedade recorreu para renovar o elenco dos nomes propios.

Dos habitantes da Galicia altomedieval non só chegou ata hoxe unha considerable cantidade de nomes de persoa, senón que moitos deles se converteron en nomes de lugar, que pola súa banda se habilitaron como apelidos e ás veces rescatáronse para volver ser utilizados como nomes de persoa. Varios posesores altomedievais chamados *Rudesindo* nomearon cadanxeu lugar en Galicia (6 na Coruña, 9 en Lugo, 2 en Pontevedra), e a partir deles xurdiu o apelido *Rosende* que hoxe portan case 2.000 galegos e áinda máis persoas na Arxentina, Chile, Filipinas, Brasil e outros países. A Eulalia do século III fixérona santa e de aí procede *Santalla*, suxeito de devoción e nome de lugar, de onde o apelido *Santalla*; máis tarde, *Alla* e *Baia* foron recuperados para nomear rapazas no século XXI. Nomes de persoas e de lugares móstrannos as súas rutas vizosas e as súas converxencias polo espazo e o tempo.



REFERENCIAS

BASCUAS, E. *Novos estudos de hidronimia paleoeuropea galega*. Vigo: Universidade de Vigo, 2014.

BOULLÓN AGRELO, A. I. *Antroponimia medieval galega (séculos VIII-XII)*. Tübingen: Niemeyer, 1999.

BOULLÓN AGRELO, A. I. Aspectos metodológicos para o estudo dos apelidos detoponímicos na Galicia. *Quaderni di Semantica. Rivista internazionale di semantica teorica e applicata* 33/1, p. 183-204, 2012.

BOULLÓN AGRELO, A. I. Os nomes galegos no século XXI. In: GONZÁLEZ, Manuel (ed.): *Lingua, pobo e terra. Estudos en homenaxe a Xesús Ferro Ruibal*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2016, p. 191-212.

BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel. O artificio das etimoloxías: elementos constitutivos da toponimia galega. In: *IV Congresso Internacional de Lingüística Histórica*. 17-21 de julho 2017. (no prelo)

CAG = BOULLÓN AGRELO A. I., SOUSA FERNÁNDEZ, Xulio (dirs.): *Cartografía dos apelidos de Galicia*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponible en: <http://ilg.usc.es/cag/> Acceso en 5 set. 2017.

CODOLGA = *Corpus Documentale Latinum Medievale Gallaeciae*. Centro Ramón Piñeiro para a investigación en humanidades. Santiago de Compostela. Disponible en: <http://corpus.cirp.es/codolga/buscas.html> Acceso en 5 set. 2017.

DAG = BOULLÓN AGRELO A. I. (coord.), MÉNDEZ, Luz, NAVAZA, Gonzalo, PALACIO, Antón. *Dicionario dos apelidos galegos*. [En preparación]

DAVID, Pierre. *Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIe au XIIe*. Lisboa: Institut Français au Portugal, 1947.

DNG = FERRO RUIBAL, Xesús (dir.) / BOULLÓN AGRELO, A. I / LEMA, J. M. / TATO PLAZA, F. R. / GARCÍA, J. M. *Diccionario dos nomes galegos*. Vigo: Ir Indo, 1992.

FERREIRA, J. de Azevedo. *Afonso X. Foro Real*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

FOREBEARS = Surnames Meanings, Origins & Distribution Maps. Disponible en: <http://forebears.io/surnames> Acceso en 5 set. 2017.

GARCÍA-FERNÁNDEZ, M. Patrimonio, memoria y religiosidad medievales más allá de la Edad Media. Las mujeres en el Tumbo Viejo Becerro de los dominicos de Pontevedra (Galicia). *Territorio, Sociedad y Poder*, nº 10, p. p. 17-38, 2015.

GONÇALVES, I. Notas sobre a Identificação Social Feminina nos finais da Idade Média. *Medievalista* ano 4, nº 5 2008. Disponible en:



http://www.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA5/medievalista-iria.htm#_ftn11

Acceso: 5 set. 2017

HGN = PIEL, J. M.; KREMER, D. *Hispano-gotisches Namenbuch*. Heidelberg: Carl Winter, 1976.

MADOZ, P. *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*. Madrid: Est. Literario Tipográfico de P. Madoz y L. Sagasti, 1845.

MARTÍNEZ LEMA, P. Nomes de posesor na toponimia do concello de Begonte (Lugo). *Revista Galega de Filoloxía* 8, p. 125-155, 2007. Dispoñible en: http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/7581/1/RGF_8_art_4.pdf

NAVAZA, G. Parroquias e toponimia. In: GARCÍA PAZOS, F. (coord.): *A parroquia en Galicia. Pasado, presente e futuro*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2009, p. 181-201. Dispoñible en: <http://www.medioruralemar.xunta.es/fileadmin/archivos/publicaciones/DR/A_Parroquia_en_Galicia.pdf>

NG = COMISIÓN DE TOPONIMIA DA XUNTA DE GALICIA. *Nomenclátor de Galicia*. Xunta de Galicia, 2003. Dispoñible en: <http://www.xunta.es/nomenclator/index.htm>

PALACIO SÁNCHEZ, X. A.: *Toponimia del ayuntamiento de Pantón (Lugo)*. Tese de doutoramento (inédita). Universidade de Santiago, 1981.

PALACIO SÁNCHEZ, A. Antropónimos en topónimos galegos. In: BOULLÓN AGRELO, Ana Isabel (ed.). *Estudar toponimia: aproximacións metodolóxicas e interpretativas*. Anexo 75 de *Verba. Anuario Galego de Filoloxía*. Universidade de Santiago de Compostela, 2017, p. 115-136.

PIEL, J. M. Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular. *Biblos*, n. 25, p. 287-353, 1949; n. 26, p. 281-314, 1950.

PIEL, J. M. Toponímia germânica da Península Ibérica. In: PIEL, Joseph M. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989, p. 129-157.

PIEL, J. M. Respiga de antropo-toponímia galega de origem latina. *Verba* 9, p. 125-152, 1982.

RUCQUOI, A. Historia de un tópico: la mujer en la Edad Media. *Historia* 16 n. 21, p. 104-113, 1978.

SÁNCHEZ PARDO, J. C. Iglesias y dinámicas sociopolíticas en el paisaje gallego de los siglos V-VIII. *Hispania* 73, n. 243, p. 11-50, 2013.

SANTAMARINA, A. A pegada relixiosa na toponimia galega. I. Edificios relixiosos. In: AXEITOS, X. L., GRANDÍO SEOANE, E., VILLARES, R. (eds.). *A patria enteira*.



Homenaxe a Xosé Ramón Barreiro Fernández. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Real Academia Galega/Universidade de Santiago, 2008, p. 935-949.

SEGURA GRAÍÑO, C. Situación jurídica y realidad social de casadas y viudas en el medioevo hispano (Andalucía). In: FOURGUERNE, Yves-René, ESTEBAN, Alfonso (coords.). *La condición de la mujer en la Edad Media: actas del Coloquio Hispano Francés celebrado en la Casa de Velázquez del 5 al 7 de noviembre de 1984*. Madrid: Casa de Velázquez, 1986, p. 121-134.

TMILG = VARELA BARREIRO, Xavier (dir.) (2004-): *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*. Santiago de Compostela: Instituto da Lingua Galega. Disponible en: <http://ilg.usc.es/tmilg>. Acceso en: 12 set./12/2017.

*Recebido em 02/10/2017
Aprovado em 20/12/2017*



A intervenção régia na toponímia galega medieval Os nomes de Afonso IX (1188-1230)

**The royal intervention in the Galician medieval toponymy.
The names of Alfonso IX (1188-1230)**

Gonzalo NAVAZA¹

RESUMO: Graças à documentação medieval sabemos que os nomes de várias cidades galegas importantes não são, como se pensava, herança da toponímia antiga, mas criações medievais impostas por Afonso IX (1188-1230), rei de Galiza e de Leão, no momento da concessão de um foro ou carta de povoamento aos habitantes e a constituição de um concelho. Os nomes escolhidos por este rei têm origem na cultura francesa ou estão inspirados nas lendas carolíngias relacionadas com o Caminho de Santiago.

PALAVRAS-CHAVE: Mudança de topônimos. Toponímia hispânica medieval. Coruña. Baiona. Monforte. Salvaterra. Viana. Rozavales. Afonso IX. Carlomagno. Caminho de Santiago.

ABSTRACT: Thanks to the medieval documentation we can know that the names of several important Galician cities are not, as it was thought, inheritance of the ancient toponymy, but medieval creations imposed by Alfonso IX (1188-1230), King of Galicia and Leon, at the time of granting a foro or letter of settlement to the inhabitants and the constitution of a municipality. The names chosen by this king come from the French culture or are inspired by the Carolingian legends related to the Way of Santiago.

KEYWORDS: Change of placenames. Medieval Hispanic toponymy. Coruña. Baiona. Monforte. Salvaterra. Viana. Rozavales. Afonso IX. Charlemagne. Way of Santiago.

Nomes medievais de vilas e cidades realengas²

Os estudos de toponomástica, graças ao desenvolvimento de ferramentas informáticas e à digitalização da documentação medieval, têm hoje ao seu dispor um conhecimento cada vez mais completo dos registros históricos dos topônimos, o que faz possível estabelecermos para cada um deles o seu historial escrito, desde as atestações antigas ou medievais em latim e as das sucessivas variantes com que se registra na documentação em romance até hoje. Essa informação, com os contextos dos diferentes registros, é peça imprescindível para podermos conhecer a história individualizada de cada topônimo e formular explicações etimológicas com certo grau de certeza.

O melhor conhecimento da documentação medieval permite afirmar que alguns topônimos galegos significativos, que correspondem a povoações que foram *reguengas* ou realengas no Antigo Regime e hoje são vilas ou cidades de importância, nasceram na época

¹ Universidade de Vigo. Campus das Lagoas. Vigo E-36310. Espanha. E-mail: gnavaza@uvigo.es

² As imagens que reproduzem fragmentos de manuscritos medievais foram tiradas de PARES [<http://pares.mcu.es/>] e correspondem a documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Nacional de Madrid.



medieval por uma mudança de nome imposta pelo rei, substituindo outra denominação prévia, no momento da concessão do foro ou carta foral aos seus habitantes.

No medievo, o rei é o principal agente modificador dos nomes de vilas e cidades. A *imposição régia ou senhorial* é mencionada em primeiro lugar em todas as enumerações das causas de mudança toponímica na península ibérica no período medieval (TEJERO ROBLEDO, 1995, p. 107-116). Se o processo de imposição de novos nomes com o avance militar para o sul dos reinos cristãos do norte, muitas vezes substituindo nomes arábigos com a chamada *toponímia de Reconquista*, já era mais ou menos bem conhecido, até há pouco tempo não se tinha prestado atenção suficiente às mudanças toponímicas no interior dos reinos cristãos peninsulares ou especificamente no território galego, sempre isento de domínio muçulmano, de jeito que a milenária continuidade populacional levou a interpretar erradamente como patrimoniais (isto é, antigos; bem de origem latina, bem pré-romana quando não se podiam explicar pelo latim) certos topônimos que na realidade são criações medievais. A documentação escrita que chegou até hoje permite reconstruir com bastante detalhe, embora as carências e lacunas, a política toponímica dos monarcas dos reinos de Galiza e de Leão a partir do século XII.

O rei medieval que mais influiu na toponímia galega atual foi sem dúvida Afonso IX³. Provavelmente outros reis anteriores já tinham dado nome a algumas vilas com topônimos “de repertório” como *Villam Novam*, *Villam Bonam*, *Benevivere*, etc. A própria mudança semântica do termo *vila*, que perde as conotações rurais etimológicas da VILLA latina para adquirir as de ‘núcleo urbano’, tem muito a ver com os forais régios, como também com o nascimento de uma nova classe social isenta de cargas senhoriais, com uma nova demografia e um contrapeso ao poder territorial da igreja. Daí o valor simbólico das intervenções toponímicas do rei Afonso IX, que mudaram o nome de pequenas povoações que são vilas e cidades importantes da Galícia atual, algumas com topônimos singulares, insólitos. A concessão de foro ou carta foral aos vizinhos “e povoadores presentes e futuros” era também um reclamo para atrair população. Os textos forais de Afonso IX, que continuam a linha do seu pai Fernando II, mostram uma política régia de reorganização demográfica do território galego depois da separação do condado portucalense e o nascimento do reino de Portugal.

Os foros que Fernando II (rei de 1157 a 1188) concedeu em 1167 à vila de *Malgrado*, no reino de Leão, constituíram o principal modelo seguido por Afonso IX no reino de Galiza (SOLANO, 2010, p. 89) ao longo das quatro décadas do seu reinado. No novo reino de Portugal, segregado poucas décadas antes, também se usaram modelos semelhantes nalgum dos forais concedidos a diversas povoações. Ao tempo que se estabelece *novam populationem* ou *nova pobla* (que não significa a construção de uma nova vila ou cidade, mas simplesmente uma nova organização da população) e se reconhecem direitos aos povoadores presentes e futuros, também é habitual a imposição de um novo nome para o lugar. O foro que serviu como modelo tinha substituído o nome da vila de *Malgrado* pelo de *Beneventum* ‘bem sucedido, bom sucesso’, em romance *Benavente*. O próprio Fernando II concedeu esse foro de Benavente a outras povoações que, ao recebê-lo, mudaram o nome (Coyanza, em Valladolid, recebeu foro em 1188 e a vila passou a chamar-se *Valencia*, hoje *Valencia de Don Juan*).

³ Usamos o ordinal habitual na historiografia espanhola de hoje. Neto de Afonso VII e filho de Fernando II, o seu ordinal teria que ser o oitavo, mas foi alterado o cômputo para incluir na numeração dos reis medievais da casa de Borgonha o seu primo Afonso VIII de Castela. O conhecido hoje como décimo, Afonso X o Sábio, no cômputo antigo era *nono*. Podemosvê-lo no título e a capa das edições antigas (até o século XIX) das suas obras: *La Siete Partidas del Sabio Rey don Alonso el Nono* (edição do ano 1829, pode ver-se em <http://www.cervantesvirtual.com>).



Noutras variedades de forais régios, como o dado pelo mesmo Afonso IX a Baiona no ano 1201, o texto faz explícita menção da mudança toponímica (*impono eadem villam de novo nomen Baionam*). O mesmo acontece nos forais portugueses que seguem o modelo do de Valença estabelecido por Afonso III o Bolonhês em 1262: *mutavimus sibi nomem de Contrasta e imposuimus sibi nomem Valenciam* (VENTURA; OLIVEIRA, 2006, p. 334). Contrariamente, quando se aplica o foro de Benavente ou outros próximos do seu modelo, é habitual que o texto não mencione a mudança de topônimo; usa-se o novo nome sem mais explicação nem referência ao possível nome anterior. Também é assim em forais portugueses parecidos, como o concedido no ano 1200, em tempos de Afonso II, a um novo município criado na beira do rio Tejo, em Santarém, o qual também recebe o nome o de *Benavente*⁴.

Afonso IX e a toponímia galega

O reinado de Afonso IX coincide com a época de maior esplendor de Santiago de Compostela e de mais estreita vinculação dos monarcas dos reinos de Galiza e Leão com o templo do Apóstolo Santiago, convertido em destino de peregrinações chegadas de toda a Europa. É também um momento de máxima influência cultural francesa e occitana nas culturas dos reinos cristãos peninsulares, favorecida pelos reis da casa de Borgonha, a ordem religiosa de Cluny e o próprio Caminho de Santiago; a época da culminação da arte românica e dos inícios da lírica trovadoresca galego-portuguesa, que também responde ao estímulo da influência cultural de além-Pireneus. Essa influência e o mundo das peregrinações e do culto ao apóstolo Santiago motivam as escolhas toponímicas do rei Afonso IX para impor novos nomes a vilas e cidades.

Vemos a continuação algumas das vilas medievais galegas que mudaram o nome ao tempo de receberem foro de Afonso IX. A relação não é completa, pois com a exceção de Monforte e da Coruña apenas se referem a povoações situadas no sul de Galiza, cujo povoamento, a finais do século XII e começos do XIII, tinha por objetivo a defesa da fronteira com o novo reino de Portugal. No apartado final mencionam-se outros topônimos que também parecem devidos a este rei, mas de momento não podemos confirmar a atribuição com documentos medievais.

Para os documentos dos foros, no essencial sigo a coleção de Afonso IX publicada por Julio González (1944, vol. II). As citas de forais portugueses, quando não se indica outra fonte, são tomadas do primeiro volume de *Portugaliae Monumenta Histórica*. Os originais dos documentos citados com a referência do AHN (Archivo Histórico Nacional, de Madrid) podem ser consultados em cópia fotográfica em Internet, no *Portal de Archivos Españoles*, PARES (veja-se a bibliografia); para os do mosteiro de Santa Maria de Oia utilizamos também a transcrição, ainda inédita, de M^a Carmen Pérez Rodríguez, realizada no ILG da Universidade de Santiago de Compostela baixo a direção de Ramón Lorenzo. Nas citas

⁴ A vinculação da ordem de Calatrava com a cidade leonesa de Benavente explica o uso do mesmo nome noutros lugares onde tinha presença essa ordem militar. Além da povoação portuguesa, há outro *Benavente* em Alburquerque, na Estremadura espanhola. No leste da península ibérica tem paralelo noutro *Benavente* em Aragão e dois *Benavent* em Catalunha, todos eles de origem medieval. Em última instância este nome imita uma mudança toponímica clássica, da Antiga Roma, relativa à cidade italiana hoje chamada *Benevento*, na Campânia. Segundo Procópio de Cesarea (*De Bello Gothicó*) e outros autores, o nome originário da cidade era *Maleventum*, mas depois de uma heroica vitória militar dos romanos nesse lugar no ano 275 a. C., substituíram esse nome por uma espécie de antônimo honorífico: *Beneventum* ‘bem sucedido, bom sucesso’ (MORALEJO, 1977, p. 219-230).



tomadas do TMILG (*Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*) ou do CODOLGA (*Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*), damos somente estas siglas acompanhando a indicação de lugar e data do documento.

Milmanda, 1199

A primeira carta foral conhecida das outorgadas por Afonso IX a unha povoação realenga do território galego atual é a de *Milmanda* (concelho de Celanova, Ourense), emitida em junho de 1199 (GONZÁLEZ, 1944, p. 180-183). Dieter Kremer dedicou um estudo a este topônimo, um nome originário da França, onde se aplicou a fortalezas ou povoações fortificadas: *Mirmande, Marmande* (KREMER, 1988, p. 51-78). Também teve uso em francês como apelativo comum com esse significado: *mirmande* ‘ville, maison fortifiée’ (DAUZAT/ROSTAING, 1978, p. 436). As conotações de ‘praça forte’ o aproximam doutros exemplos do repertório toponímico militar medieval como *Valença* ou *Monforte*. Para a difusão do emprego de *Milmanda* como topônimo deveu contribuir uma etimologia popular que o supôs composto do numeral *mil* seguido de uma forma do verbo *mandar* (*Milmanda*, ‘manda em mil’), explicação viva ainda hoje na tradição local de Milmanda em Ourense. Interpretamos que a grafia com duplo *ll* na primeira sílaba, *Millmanda*, com que aparece muitas vezes na documentação medieval, é indício de que também naquela altura se interpretava assim.

O recurso ao nome de *Milmanda* por Afonso IX não é inteiramente original na península ibérica, pois já tinha sido usado na Catalunha na década anterior (em 1184) por Pedro II, Conde de Barcelona e rei de Aragão, para nomear uma vila fortificada em Poblet (Tarragona), substituindo um nome prévio. Corominas (1972, I, p. 95) estudou esse *Milmanda* catalão, que sobrevive na atualidade, e não vacila em lhe atribuir origem francesa: “se tomó evidentemente del fr. Marmande”. Com as estreitas relações, também familiares, que mantinham entre si as monarquias dos diferentes reinos cristãos peninsulares, são frequentes casos como este, em que se imitam nos topônimos escolhidos para dar novo nome a povoações. Afonso IX de Galiza e Leão estava emparentado com a dinastia aragonesa, pois era neto por via paterna de Berenguela de Barcelona, quem repousa perto dele no panteão real da catedral de Santiago de Compostela. A influência da cultura francesa, aliás, estava muito presente na corte de Afonso IX e no seu tempo, como o tinha estado nos reinados dos seus predecessores os reis de Galiza e de Leão da casa de Borgonha.

Além do topônimo galego e o catalão, houve outro *Milmanda* na Andaluzia, localizado por Kremer (1988, p. 61) na documentação dos *Repartimentos* da cidade de Sevilha depois da sua conquista em 1247-1248. Dado que o exército de Fernando III que tomou a cidade andaluza era eminentemente galego, é verossímil que esse *Milmanda* sevilhano seja um eco do topônimo de Ourense, imposto no próprio processo de divisão das terras conquistadas. Agora temos notícia documental doutro *Milmanda* em Galiza, hoje desaparecido, como nome de uma torre no interior do recinto amuralhado da cidade de Lugo, concretamente “entre las actuales calles de la Cruz y Armañá dando frente a ambos lados” (CARIDAD ARIAS, 2006, p. 231).

A construção do *alcácer de Milmanda* e a delimitação do seu amplo termo jurisdicional a finais do século XII visava defender a fronteira galega com Portugal nessa área da Raia Seca (*damus vobis alfoz contra regnum Portugalensium*, lemos no texto foral), pois o reino vizinho, segregado de Galiza décadas antes, tinha realizado incursões militares



chegando a ocupar terras galegas das dioceses de Ourense e de Tui, dependentes de Braga no passado. Por essa razão, Fernando II iniciou uma reorganização do território, continuada pelo seu filho Afonso IX, para reforçar a fronteira construindo fortalezas ou amuralhando vilas e favorecendo o assentamento de população mediante a concessão de cartas de povoamento e foros. Estas cartas e foros podem coincidir com a imposição de um novo topônimo, que substitui o anterior. O texto do foro de Milmanda, dado precisamente em Benavente, embora oferecer alguns traços específicos, como as indicações relativas às responsabilidades militares dos povoadores na defesa da fronteira, faz explícito qual é o seu modelo: *damus uobis populatoribus de Milmanda ipsam villam cum suis terminis et hereditatibus ut populetis per forum de Benevento...* (GONZÁLEZ, 1944, p. 182).

Repare-se em que se fala da “vila que se diz Milmanda”, como se a vila já tivesse esse nome previamente:

ego Alfonsus, Dei gratia Legionensis rex, una cum uxore mea regina domna Berengaria, damus et concedimus omnibus habitantibus in villa que Milmanda dicitur uel ad habitandum ibi conuenientibus ipsam villam Milmanda ad populandam... (GONZÁLEZ, 1944, p. 180).

Mas na prática, é com esse foro quando se estabelece o topônimo. Todos os registros de *Milmanda* que encontramos na documentação medieval são posteriores a 1199. A vila não podia ter nome previamente porque aqui não havia uma povoação anterior. Na realidade é nesse momento quando se cria a vila *ex novo*, ao pé de uma fortaleza erigida num lugar despovoado. Ao contrário do que se passou com a maior parte das vilas medievais favorecidas com foros por Afonso IX em Galiza, que com o passo dos séculos se converteram em povoações importantes ou grandes cidades, esta *Vila de Milmanda*, que o rei quis promover à beira do *alcácer de Milmanda*, nunca chegou a prosperar como elas. Ainda hoje A Vila é uma aldeia pequena da freguesia de *Alcázar de Milmanda*, um grupinho de casas (o censo de 2007 dá 70 habitantes para o conjunto da freguesia, formada por oito aldeias) à beira da igreja com os vestígios do alcácer medieval.

O nome que o rei impôs em 1199 finalmente não chegou até hoje como nome da povoação, a qual se chama simplesmente *A Vila*, abreviação do composto *A Vila de Milmanda* que aparece na documentação. Mas arraigou como corônimo, denominando a extensa jurisdição de Milmanda no Antigo Regime e o concelho homônimo até o século XX, e sobreviveu até a atualidade no nome de duas freguesias: *Alcázar de Milmanda* e *Santa Eufémia de Milmanda*. Segundo se observa na cartografia do *Catastro de Rústica espanhol*⁵, as terras de cultivo que ficam ao leste da Vila, na primeira destas freguesias, recebem o nome de *O Concello*, topônimo que lembra os tempos em que o lugar foi capital municipal e cabeça de jurisdição. No século XIX as duas freguesias de Milmanda integraram-se no concelho de Acevedo do Río, que desapareceu em 1968 para se agregar ao de Celanova, ao qual pertencem na atualidade.

No nome da freguesia chamada *Alcázar de Milmanda*, o primeiro substantivo do composto é o comum *alcácer*, um arabismo (propriamente a forma arabizada de *castro* ou do latim *CASTRUM*) incorporado ao léxico militar dos reinos cristãos hispânicos medievais como sinônimo de *fortaleza*. A forma *alcázar* que vemos na denominação oficial vem usando-se desde pelo menos o século XVIII (figura assim no *Catastro de Ensenada*, 1752) e poderia estar condicionada pela língua castelhana; na documentação medieval registra-se como

⁵ <https://www1.sedecatastro.gob.es/Cartografia/mapa.aspx?tc=U&del=32&mun=25>



alcácer, com a forma coincidente com o português: *en Millmanda a su a iglesia de santa Maria do Alcaçer* (Ramirás, ano 1329, TMILG); *en na dita vila de Millmanda (...) en o eirado dante a torre do concello. Et aynda uos damos o nosso soar que esta a su a a dita torre (...) et do outro cabo parten con eixido da iglesia de santa Maria do Alcacer* (Ramirás, ano 1339, TMILG).

Noutros lugares, a imposição de um novo topônimo pelo rei substitui o antigo nome da vila. Em Milmanda, a vila não mudou o nome porque não havia vila prévia; mas mudou o nome da freguesia. A documentação medieval dos mosteiros de Celanova e Ramirás permite deduzir que o alcácer de Milmanda se construiu no século XII em terras de uma freguesia denominada naquele tempo *Carrazedo*, parte de cujo território, com o alcácer, passou a formar freguesia autônoma sob o orago de Santa Maria. Na atualidade *Carracedo* é um dos núcleos habitados de *Santa Eufémia de Milmanda* e nesse lugar residiu a câmara ou casa do concelho de Acevedo do Río até a década de 1930. Contém no seu nome um derivado coletivo de *carrizo* ‘espécie de junco’, formado sobre o latim CAREX (NAVAZA, 2006, p. 212): um fitotopônimo, relativo à flora, com o sufixo correspondente ao latim -ĒTUM.

Se para a data de nascimento do nome da atual freguesia de *Santa Maria do Alcácer de Milmanda* podemos sinalar o ano de 1199, ignoramos em que momento deixou de chamar-se *Carracedo* a freguesia contígua e passou a ser também *de Milmanda*, seja com o orago de Santa Eufémia seja com outro anterior, talvez San Martinho, pois *San Martiño* é o nome doutro dos núcleos habitados de Santa Eufémia de Milmanda. Nessa freguesia tinham um celeiro as freiras de Ramirás e na sua documentação continuam usando o velho nome décadas depois do foro de Milmanda: *o nosso celeiro de san Martinu de Carrazedo* (Ramirás, ano 1287, TMILG).

55

Monforte de Lemos, 1199

A documentação medieval transcrita por Carlos Rodríguez Fernández em *La colección diplomática de San Vicente del Pino* (1990) permite estabelecer sem dúvida que o nome de *Monforte (de Lemos)* nasceu no ano 1199. A denominação anterior da povoação era *Pino (O Pino)*, que sobreviveu no nome do mosteiro (*San Vicente do Pino*) situado no seu núcleo urbano. Com isso contradiz-se uma opinião muito estendida que o considerava topônimo patrimonial, antigo.

Monforte de Lemos identifica-se tradicionalmente com a antiga *Dactonium* das fontes clássicas (Plínio, *Naturalis Historia*, IV, 112; Ptolomeo, *Geographia*, II, 6, 25), a principal povoação do povo dos *Lemavi*, que ocupavam o ângulo nordeste da confluência dos rios Sil e Minho. Este etnônimo pré-romano, céltico, deu nome á comarca (*Lemos < LÉMAVOS*), onde tem remota origem o sobrenome topográfico correspondente, que com a Reconquista conheceu notável difusão na onomástica espanhola e portuguesa.

Na documentação medieval anterior a 1199, o nome da povoação aparece em latim como *Pinus* ou *Pinum* (alguma vez *Pinnum*). Se fosse o fitônimo latino PINUM, o pinheiro, então a forma romance *Pino* (e não **Pinho*) seria um castelhanismo ou bem um cultismo latinizante, talvez condicionada pelo ambiente eclesiástico (no mosteiro de *San Martiño Pinario* /pinário/, em Compostela, o exato equivalente a *pinheiro* chegou até hoje na forma latina). Mas o próprio relevo de Monforte, uma elevação sobre as planícies da Terra de Lemos, faz mais verossímil que o topônimo contenha o adjetivo *pino* ‘empinado, elevado’, comum a galego, português e espanhol e de etimologia controvertida (DCECH, s.v. *pina*).



No ano 1191, em documento dado em Cenlle (Ourense), Afonso IX tinha concedido ao mosteiro de San Vicente do Pino certos direitos sobre a vila ou burgo de *Pino*: *Ego Adefonsus Dei gratia rex Legionis et Gallecie (...) concedo et confirmo Deo et monasterio Sancti Vincentii de Pinu (...) tertiam partem de populatura de Pinu* (GONZÁLEZ, 1944, p. 68, nº 41).

Em 1193 o mesmo rei, estando na própria vila quando ainda não se chamava Monforte, emitiu o documento de doação da vizinha freguesia de Santa Maria de Salvadur à confraria de Roncesvales. Nela lemos: *fakta karta apud Pinnum* (ano 1193, GONZÁLEZ, 1944, p. 101, nº 66).

Não se conserva o documento da carta de foro de Monforte, mas deduzimos que se deveu de produzir em setembro de 1199, ao tempo que o rei lhe concede ao mosteiro de San Vicente do Pino as igrejas da povoação a câmbio de lhe retirar os direitos que vimos atrás, concedidos em 1191. É um procedimento habitual que acompanha a concessão de foros régios, pelo qual o rei oferece compensações ao senhor eclesiástico da vila (o bispo ou um mosteiro regular) pelas perdas que vão experimentar os seus interesses a causa da nova situação administrativa e os novos direitos dos povoadores. Se o modelo empregado em Monforte for o de Benavente, então é verossímil que o seu texto não contivesse nenhuma referência à mudança de nome, mas esta resulta evidente no documento das compensações dadas ao mosteiro de San Vicente, emitido o dia 20 de setembro de 1199 na vila de Chantada (Lugo), pois fala expressamente de “Monforte, que noutro tempo (*olim*) se dizia Pino”:

56

Ego Adefonsus, Dei gratia rex Legionis et Gallecie, una cum uxore mea refina domina B[erengaria], per hoc scriptum notum facio universis presentibus et futuris quod concedo et confirmo Deo et monasterio Sancti Vincentii de Monteforti, quod olim dicebatur Pinus, totas ecclesias ipsius ville... // ...pro eo quod idem monasterium habere solebat in burgo ipso de Pinu... (GONZÁLEZ, 1994, II, p. 190-191, nº 133)

A partir de 1199, a povoação só se registra com o novo nome. O mosteiro, porém, não mudou a sua denominação e continuou se chamando *do Pino* até hoje. Não é excepcional esta negativa do poder eclesiástico a secundar as modificações topográficas impostas pela monarquia. Já em 1170, Fernando II, pai de Afonso IX, pretendera mudar o nome da cidade episcopal de Tui pelo de *Boaventura* (*Bonam Venturam*) com motivo da concessão de foro aos seus povoadores, mas a pronta restauração do senhorio episcopal deixou sem efeito o foro e a mudança de topônimo (NAVAZA, 2016, p. 111). Como veremos mais adiante, quando Afonso IX impôs em 1208 um novo nome para a vila e porto de *Faro* (a atual cidade da Coruña), a administração eclesiástica continuou empregando, e continua na atualidade, o velho nome como denominação oficial do arciprestado, e o mesmo aconteceu na diocese de Tui, que também conservou no nome dum arciprestado o antigo nome da vila da Guarda.

Igual que em *Milmanda*, o rei acidiu aqui ao repertório topográfico militar medieval da França, onde há uma dúzia de povoações chamadas *Monfort* ou variantes, muitas delas documentadas pela primeira vez nos séculos XI e XII (DAUZAT/ROSTAING, 1978, p. 473). É um termo composto que contém nos seus elementos referência ao poder militar do lugar e à sua orografia, tanto em língua francesa como em qualquer outra das línguas neolatinas. E também como em *Milmanda*, não era a primeira vez que se usava na península ibérica esse nome para impor nova denominação a castelos e fortalezas. O mais antigo que registramos está no foro concedido à povoação de *Nomam* (hoje chamada *Castelo de Numão*, no distrito português da Guarda) por Fernão Mendes de Bragança, cunhado do rei Afonso Henriques, no



ano 1130. Não dispomos doutra informação que o permita confirmar, mas o contexto em que aparece o nome, “Nomão, dito ou apelidado Monforte” (*Nomam cognomento Monforte*, PMH I, 368) faz pensar num propósito de mudança de topônimo que depois não chegou a se consolidar. Outros *Monforte* portugueses (nos distritos de Castelo Branco e Portalegre, junto com um terceiro *Monforte de Rio Livre*, hoje *Santo António de Monforte*, próximo da fronteira com a Galiza) são posteriores; o primeiro recebeu foro de Afonso III o Bolonhês em 1257 (PMH I, 670), o terceiro em 1273 (PMH, I, 730).

No leste peninsular já tinha usado em 1157 esse nome (*Monfort* em catalão) o conde de Barcelona Ramon Berenguer IV (de quem Afonso IX de Galiza e de Leão era sobrinho-neto) quando outorgou foro e carta de povoamento aos moradores de uma vila e fortaleza situada no lugar de uma antiga fortificação muçulmana (BAIGES, 2010, p. 1658; MÉNDEZ, 2017, p. 372) na atual província aragonesa de Teruel. Hoje a povoação chama-se oficialmente *Monforte de Moyuela*.

Em território leonês existe outro *Monforte* (hoje *Monforte de la Sierra*, província de Salamanca), que provavelmente também deve o seu nome a Afonso IX de Galiza e de Leão, segundo Luz Méndez, pois este rei tinha dado carta foral (ano 1213) e sinalado os limites (ano 1215) da vizinha povoação de Miranda del Castañar, à cuja jurisdição pertenceu Monforte de la Siera até o século XVIII (MÉNDEZ, 2017, p. 373).

Apesar de que nos documentos em latim o topônimo se regista sempre com a forma plena dos dois elementos do composto (*mons fortis*, *montem fortem*, *montefortem*), devemos interpretar que em todos os casos essas grafias representavam desde o início uma pronúncia /monforte/ em galego, português ou castelhano, com o primeiro elemento apocopado (*monte-* > *mon-*). Na toponímia tradicional galega dos compostos com um primeiro elemento *monte-* convivem os resultados dos tipos *Moncalvo* e *Monte Calvo*, mas são muito mais abundantes os segundos, com as formas plenas. Nos distintos topônimos *Monforte* do centro e o ocidente da península ibérica, a origem francesa do modelo explica a sistemática aplicação da forma apocopada.

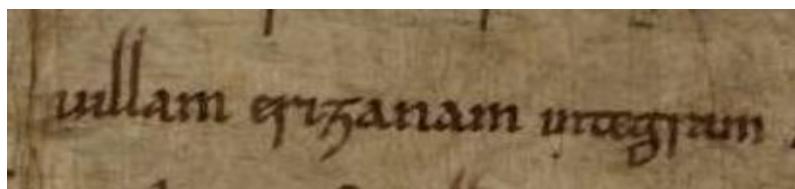
Baiona, 1201

O sete de maio de 1201, estando na Coruña quando ainda se chamava Faro, Afonso IX outorgou foro à vila denominada em latim *Erizana*, porto de mar situado na ribeira meridional da Ria de Vigo, que por esse foro passou a chamar-se *Baiona*. Antes dessa data, em documentos régios e do mosteiro de Santa Maria de Oia, a vila e o seu porto registram-se em latim com o nome de *Erizana*, como nas doações de Afonso VII nos anos 1130 e 1137 (PARES, AHN CLERO, Car.1794 N.2 e N.3), mas desde 1201 já aparece sempre o novo nome de *Baiona* ou *Bayona*. Perdeu-se o documento original do texto foral, em latim, mas era bem conhecido por uma paráfrase e comentário do século XVII, da autoria do bispo tudense Prudêncio de Sandoval, e uma transcrição parcial do século XIX, também comentada, do historiador Ávila y La Cueva. Hoje conhecemos outras cópias conservadas na documentação manuscrita do mosteiro de Santa Maria de Oia.

O foro de Baiona não segue o modelo de Benavente, senão que é uma variedade exclusiva, e faz explícita a mudança do topônimo: *et impono eadem villam de novo nomen Baionam* (ÁVILA, 1995, II, p. 117; NAVAZA, 2017, p. 106). A carta foral de Baiona foi dada em *Faro*; desde o século XIX toda a literatura que a menciona diz que esse *Faro* é uma das Ilhas Cíes, mas é erro originado em Ávila y la Cueva; na realidade a ilha tinha naquele



tempo o nome de *Santo Estevo de Sías*. O lugar chamado *Faro* é a atual cidade da Coruña antes de que o próprio Afonso IX mudasse o seu nome para lhe impor o de *Crunia* (NAVAZA, 2016, p. 130).



...*villam Erizanam integrum* (ano 1137)

A forma *Erizana* dos documentos é latinização artifiosa de um *Iriçã* romance, que hoje seria *Irizán* /iri'saŋ/ no galego local. A falta de um estudo mais detalhado que descarte a possível origem antropônímica com sufixo latino -ANA (cf. o vizinho *Nigrán*, de uma VILLA NIGRANA, do nome pessoal *Niger*), consideramos mais verossímil que o topônimo seja um derivado do substantivo comum latino ERICIUM mediante o mesmo sufixo. Um zootopônimo motivado pela fauna marinha de Baiona, onde ainda são abundantes os ouriços de mar.

A carência de registros romances do velho topônimo fez popular essa forma *Erizana*, que até nomeia o clube de futebol local. Mas essa era uma grafia convencional para representar em latim o nome popular. Possuímos atestação da forma romance num documento do mosteiro de Oia do ano 1351 que insere o translado doutro de 1339 e onde se pode ler: *con las jglleias de Hiriçã a que ora dizen Bayona*; e mais adiante, no mesmo documento: *a dita décima parte do portádigo & coomas da dita villa de Bayona, que ante era chamada Hiriçã* (AHN, Clero, Car.1827, N.21).

Apesar das dificuldades fonéticas que representava o -n- intervocálico de *Baiona* para lhe supor uma origem antiga, e de ser feito conhecido que esse nome substituiu em 1201 outro anterior (na própria vila, um monumento urbano com estátua de Afonso IX contém a frase da carta foral relativa à mudança toponímica), até há pouco tempo ainda se formulavam hipóteses etimológicas que o supunham patrimonial e que já estaria na toponímia local antes de 1201, acaso dando nome a uma parte de *Erizana* ou a um pequeno lugar imediato, e que se não se registrava por escrito antes de 1201 era por simples azar, pelas carências da documentação conservada. Já não se pode manter hoje essa opinião, tanto pela informação que chega a coleção diplomática do vizinho mosteiro de Santa Maria de Oia quanto porque sabemos que os reis medievais nunca recorreram à toponímia local para escolher o novo nome imposto às vilas reguengas com a concessão dos foros. Igualmente, não deve haver dúvida de que o nome de todas as *Baiona* e *Bayona* peninsulares, incluída a desaparecida *Bayona de Tajuña* (hoje *Titulcia*, perto de Madrid), constitui um eco medieval da cidade francesa homônima (*Baiona* em basco, *Baiona* em gascão, *Bayonne* em francês). Para esta Baiona originária, a etimologia mais difundida, não isenta de controvérsia, relaciona o topônimo com o basco *ibai* ‘curso de água’⁶ (NAVAZA, 2017, p. 109).

Na documentação medieval em latim e em romance, o nome da povoação galega aparece com a forma simples, com a vacilação meramente gráfica *de Bajona*, *Bayona*,

⁶ A vila e porto da *Baiona/Bayonne* francesa em tempo dos romanos era *Lapursum*. Com o nome de *Baiona* ou *Bayona* apenas se registra desde o reinado de Sancho III rei de Navarra, Sancho Garcés o Grande, que reinou em Pamplona entre 1104 e 1035, quando Baiona era o porto principal do reino de Navarra. A cidade conheceu uma época de esplendor no século XII, em tempos de Leonor de Aquitânia, rainha dos franceses e depois rainha consorte de Inglaterra. O porto esteve baixo domínio inglês até o século XV.

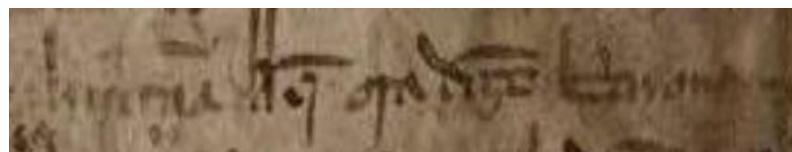


Baiona. Às vezes também se acrescenta o complemento “de Miñor” (como outras freguesias próximas: *Santa Cristina de Miñor*, *Parada de Miñor*, por estarem no vale desse rio): “*Eu Vidal Domínguez, notario plúbico do concello de Bayona de Miñor...* (ano 1303, AHN, Clero, Car.1809, N.4). O nome do rio *Miñor* (Minhor), que dá nome à comarca do seu vale, é um hidrônimo de origem pré-histórica e considera-se derivado da mesma raiz indo-europeia presente no nome do rio *Minho* e doutros rios da Europa (BASCUAS, 2015, p. 225; NAVAZA, 2017, p. 85).

A escolha do nome de *Baiona* para um porto de mar a começos do século XIII tem seguramente uma intenção augural, como expressão do desejo de que a vila e o seu porto cheguem a emular a Baiona francesa do Golfo de Gascunha, que no século anterior se tinha convertido no principal porto europeu do Atlântico. Contém ao mesmo tempo uma homenagem do rei à estirpe da sua segunda esposa Berenguela, filha de Afonso VIII de Castela e neta por via materna de Leonor de Aquitânia. Sem desdenhar essas razões, noutro trabalho (NAVAZA, 2016, p. 137) defende que o prestígio do nome *Baiona* naquele tempo, com as conotações de porto próspero e internacional e, o que é mais importante, vinculado às origens legendárias das peregrinações a Compostela, que falavam da suposta intervenção de Carlomagno no culto ao apóstolo, procedia em realidade de um livro escrito em latim na Galiza do século XII e do qual correram cópias e traduções por toda a Europa medieval: a *Historia Turpini*, também conhecida como *Pseudo-Turpin*, um dos livros que compõem o *Codex Calixtinus* ou *Códice Calixtino* da catedral de Santiago de Compostela.

Do texto latino da *Historia Turpini*, que data de mediados do século XII, há tradução galega de finais do século XIV ou começos do XV, incluída no volume conhecido como *Miragres de Santiago*. Nessa versão em galego, a *Baionam* do original latino aparece parafraseada como “Baiona dos bascos” ou “Baiona a velha” (NAVAZA, 2016, p. 137). O mesmo livro da *Historia Turpini* serviu de inspiração para Afonso IX noutras ocasiões em que renomeou vilas galegas com motivo da concessão de foros, como veremos a seguir.

Durante a Idade Média, o porto de Baiona disputava-lhe ao da Coruña o primeiro lugar entre os portos do rei em Galiza. Baiona foi a primeira povoação europeia que conheceu a existência do Novo Mundo transoceânico, pois ao seu porto arribou a caravela *Pinta* depois da primeira viagem de Colombo, e tem visos históricos a lenda local que diz que no campo santo da sua igreja colegiada descansam os primeiros americanos que chegaram na Europa.



hiriçāa, a q ora dizē bayona (ano 1339)

Viana do Bolo, 1206

Viana do Bolo é uma vila e concelho do leste da província galega de Ourense. O nome de *Viana* registra-se desde o século XIII, tanto para denominar a vila como para o seu território (*Viana*, *Terra de Viana*, *Terras de Viana*), que constituiu no Antigo Regime um partido e uma jurisdição no civil, no eclesiástico um arciprestado. A condição fronteiriça entre os antigos reinos de Galiza e de Leão marca a história da terra de Viana, que com as vizinhas de Valdeorras e Trives em diferentes momentos da história dependeram do poder leonês, e na



administração eclesiástica seguem pertencendo hoje à diocese leonesa de Astorga. O complemento com preposição (*do Bolo*) que leva o atual nome oficial do concelho incorporou-se por Real Decreto em 1916 (MÉNDEZ, 2017, p. 374), recuperando um uso que já tinha no Antigo Regime para a freguesia (“*Viana del Bollo*” no *Catastro de Ensenada*, ano 1752, PARES) e para a Jurisdição (“*Viana del Bollo*” no *Nomenclátor de Floridablanca*, 1789).

Para o estudo do topônimo *Viana* e do seu emprego na Idade Média, a carência de documentação relativa à vila vem compensada pelos registros que possuímos referidos ao território. Antes do século XIII, a área geográfica correspondente ao que depois se chamou terra, partido ou arciprestado de Viana aparece nos documentos em latim como *Rouoreta*, *Rouoreda*, *Roureda* e variantes, que representam um étimo ROBORĒTA, derivado do latim ROBŌREM ‘carvalho’ com o sufixo coletivo latino –ĒTA. Podemos ter uma ideia aproximada da sua extensão pela relação de igrejas que um documento do século XI situa no seu vale: *In valle Rovreda, Caldesinus, Sancto Iohanne, Sorveira, Omoso, Castro Malo, Cella Valenti* (ano 1029, Celanova nº 457, CODOLGA). São freguesias que hoje pertencem ao concelho de Viana (Caldesiños, Solbeira e Quintela de Umoso) e aos contíguos da Veiga (Seoane e Castromao) e do Bolo (Celavente).

Nos inícios do reinado de Afonso IX, pouco antes da concessão da carta foral, e com ela da mudança que instaura o nome *Viana*, o *tenente* da terra de *Rovreda* em nome do rei era *Velascus Fernandiz*, que também aparece como tenente das vizinhas terras do Berzo e às vezes das de Santo Estevo de Ribas de Sil: *Uelascu Fernandiz, tenens Bergidum cum Roureda et Sancto Stephano de Ripa de Sil* (ano 1188, Tombo A Catedral Santiago, CODOLGA), *Uelascus Fernandi tenens Bergidum cum Roureda* (ano 1189, idem; GONZÁLEZ, 1944, II, p. 44). O mesmo corônimo segue usando-se para designar o território despois de imposto o nome de *Viana* para a vila (*Viana en Roureda*, ano 1209; GONZÁLEZ, 1944, II, p. 340) e podemos documentar esse uso até o século XV em documentos em galego. Tiramos os seguintes exemplos do TMILG: *Lourenzo Moniz de sua mano meirño em Roureda*, ano 1255; *Gonçalo Yanes de Roureda, meu parente e amigo*, ano 1280; *herdades que eu ajo en Rovreda e enas Frieyras*, ano 1417; *señor de Monforte e de Robreda*, ano 1419. Da documentação medieval do mosteiro de Montederramo (LORENZO, 2017) tiramos estes outros: *tenente Roboreda (...) archidiacono de Roboreda Pelagius Julianiz*, ano 1229; *arçidiago em Triues et em Rroureda don Arias Paes*, ano 1275, *teendo Triues et Rroureda infante don Sancho*, ano 1275.

O complemento que porta hoje o topônimo (*Viana do Bolo*) nasceu, como vimos atrás, no Antigo Regime. No medievo registramos às vezes *Viana* com o corônimo como complemento: *Affonso Aras, notario público em Viana de Roureda por nosso señor o conde dom Enrrique* (ano 1351, Montederramo). A denominação *Viana do Bolo* nasceu talvez porque já não se reconhecia o velho corônimo, pois em caso contrário chegaría até hoje como *Viana de Robreda*. Na toponímia patrimonial, nos complementos com preposição o segundo elemento é habitualmente coronímico e há entre o primeiro e ele uma relação de pertença. Os nomes atuais de freguesias e concelhos galegos compostos de um complemento motivado por uma relação de proximidade, onde o segundo elemento é o nome de uma povoação vizinha (*Viana do Bolo*, *Paderne de Allariz*, *Piñor de Cea*...) são relativamente recentes, criações administrativas do Antigo Regime ou posteriores.

Hoje o topônimo teria a forma *Robreda*, como o resultado patrimonial local. A queda da vogal pré-tônica diverge do resultado comum na toponímia galega para o latim ROBORETUM, ROBERETAM, que conserva a vogal (*Reboreda*, *Reboreda*). Como nos registros



medievais em galego não vemos dissimilação de consoantes líquidas R-R / R-L, fenômeno que sim se registra na documentação em castelhano (*Robleda*), consideramos formas interferidas por essa língua as doutros topónimos galegos atuais da mesma zona oriental da província de Ourense fronteiriça com Leão e pertencentes à mesma família léxica de ROBUR, como o nome das freguesias de *Robledo* (concelho da Rúa de Valdeorras), *Robledo* (em Carballeda de Valdeorras) e *O Robledo da Lastra* (em Rubiá).

Os topônimos galegos *Rebordaos* (duas freguesias e cinco povoações com esse nome no *Nomenclátor de Galicia*) ou *Rebordáns* (uma freguesia e duas povoações) e um *Rovordãos* português (Rio Tinto, Gondomar, Porto) são resultado do adjetivo gentílico correspondente ao latim ROBORETANOS. A procura de uma origem geográfica dos povoadores medievais que suscitaram esses topônimos sempre se centrou em lugares chamados *Reboredo* ou *Reboreda* (duas freguesias e uma dúzia de povoações); dado o que levamos visto, devemos considerar também a possível origem na *Terra de Robreda*, pois são muitos os topônimos medievais dessa classe que derivam de um corônimo com o sufixo resultante de -ANOS ou -ENSES, sinalando a procedência dos povoadores pela terra ou comarca, não pela povoação concreta: *Cambeses* (de Camba, Pontevedra), *Castelaus* (de Castela, Ourense), *Asturaos* (das Astúrias), *As Maos* (< ASMANOS, de terra de Asma, em Chantada, Lugo).

A partir do século XVI já não registamos o corônimo com a forma galega que aparecia na documentação medieval. Na administração civil a antiga *Terra de Rovreda* passa a denominar-se com o nome da vila (*de Viana*) enquanto na administração eclesiástica sobrevive a velha denominação, pero já com a forma alterada por dissimilação consonântica, o resultado castelhano: *Robleda*. No *Censo de población de las provincias y partidos de la corona de Castilla en el siglo XVI*, realizado no ano 1594, a vila de Viana faz parte, no civil, da chamada *Tierra de Viana*, integrada na “Provincia de las Tierras del Conde de Benavente” e no eclesiástico, esta terra forma o *Arciprestazgo de Robleda* (GONZÁLEZ, 1829, p. 24, 180). No século XIX já era oficialmente *Arciprestazgo de Viana*, e com esse nome chegou até finais do XX para desaparecer integrado no Arciprestado da Rúa de Valdeorras.

As carências documentais não permitem estabelecermos com completa certeza a data de nascimento do nome da vila de *Viana*, anterior ao uso coronímico como nome de Terra, Concelho, Jurisdição, Partido ou Arciprestado de Viana. Podemos fixar um *terminus ante quem* em 1209, no primeiro registro escrito do topônimo de data certa; é o documento em que Afonso IX doa as igrejas construídas e por construir em Ponferrada, Castro Ventosa e Viana ao bispo de Astorga como compensação dos danos causados pelas concessões de foro (*populationes*) desses lugares:

Et in recompensatione damni et jacture gravissime que astoricense ecclesie accidit et evenit ex populationibus de Ponferrato et de Castro Ventosa in Bergido et de Viana in Roureda, dono atque concedo (...) omnes ecclesias de Ponteferrato et de Viana constructas et construendas (GONZÁLEZ, 1944, II, p. 340).

Julio González, no estudo que precede a coleção documental de Afonso IX, diz que o rei “hacia 1205 hacía la repoblación de Viana, cerca de Robledo; por agosto de ese año donó a la catedral de Astorga las iglesias que en ella se construyesen” (GONZÁLEZ, 1944, I, p. 255); na mesma obra, no segundo volume, emenda o erro no topônimo e na data: *Robleda* (non *Robledo*) e 1206 (GONZÁLEZ, 1944, II, p. 776-777). Não se conserva o documento que continha essa informação de 1206, talvez perdido no incêndio do arquivo de Astorga em 1809, daí que González se limite a recolher esses dados da *España Sagrada* (vol. 16, *Astorga*), segundo se indica em nota. Nesta fonte lê-se: “otra donación fue la de las iglesias



que se construyesen en tierra de Viana, en Robleda, Ponferrada y Laguna del Páramo, en recompensa de los graves daños que resultaron a la santa iglesia por las poblaciones que el rey hizo en las expresadas tierras, defraudándola de iglesias y de hombres que eran suyos. Dada en León por Agosto del 1206” (FLÓREZ, 1787, p. 227). Não podemos saber se no texto de 1206 já estava o nome de Viana ou se Flórez escreve “Viana, en Robleda” porque conhece o citado documento de 1209, que faz efetiva a doação das igrejas. Por esta razão sugerimos o ano de 1206 (NAVAZA, 2016, p. 135) como data do estabelecimento do nome de *Viana* para a atual Viana do Bolo, mas com cautela, pois só temos certeza do registro de 1209.

A muita distância da Galiza, e ao final da década seguinte, em 1219, o rei de Navarra Sancho VII o Forte concedeu foro á povoação de *Viana*, Navarra, situada no Caminho de Santiago. É comumente aceitado que foi o foro o que instituiu o nome para a vila construída pelo rei onde previamente havia um hospital para peregrinos. Pedro Duque, na sua edição do *Fuero de Viana (Navarra)*, lembra os antecedentes remotos dessa vila e doutras povoações vizinhas que nasceram à beira do Caminho de Santiago nessa zona próxima de Pamplona no século XII e começos do XIII e escreve:

Alfonso I El Batallador (1104-1134) insta al obispo Sancho de Larrosa a la fundación de Roncesvalles y la erección de una red de centros asistenciales desde Valcarlos hasta Cuevas. Las ordenes monásticas fueron poblando de albergues y hospitales los pueblos del recorrido. En la Alberguería, en la llanada que comienza al pie del cerro sobre el que se alza Viana, y junto al cementerio de hoy, descansaban unos... (Duque, 1074, p. 410).

Se o nome da Viana de Navarra nasceu em 1219 com esse foro, então é a Viana galega (do Bolo), que já tinha esse nome desde a década anterior, a que inaugura o emprego do nome de *Viana* para diferentes povoações na Península. Nos topônimos *A Guarda / La Guardia*, como vemos depois, há também coincidência na escolha de Afonso IX e Sancho VII de Navarra, e os favores que o primeiro concedeu em terras galegas aos freires de Roncesvales, confraria amparada pelo rei navarro, revelam a relação e colaboração entre os dois monarcas na comum promoção do Caminho das peregrinações a Compostela. Para alguns dos topônimos *Viana* formularam-se hipóteses etimológicas que os associavam à hidronímia pré-latina, a pesar das dificuldades que oferecia a identidade de formas em territórios onde não há o mesmo resultado para o *-n-* intervocálico, igual que acontece com os topônimos *Baiona/Bayona*. Na *Viana* de Navarra é evidente não só a relação com o Caminho de Santiago, mas também, segundo vemos na cita, com outros topônimos vizinhos como *Roncesvales* ou *Valcarlos*, inspirados nas lendas carolíngias do Caminho, difundidas desde Compostela com a *Historia Turpini*, o livro IV do Códice Calixtino. Nas últimas décadas vinha tendo aceitação a hipótese que considerava o nome da *Viana* navarra um eco da cidade francesa de *Vienne*, en Isère, Ródano-Alpes (Belasko, 1996 s.v.), chamada *Viana* em occitano. Em última instância é essa a origem, mas a *Viana* que moveu os reis cristãos peninsulares a usar esse nome não foi a cidade real, foi a *Viana* literária da *Historia Turpini* (*Vienna* no texto latino, do século XII, *Viana* na versão medieval em galego incluída nos *Miragres de Santiago*). Segundo a narração do calixtino, nessa cidade reside o bispo Turpin, amigo de Carlomagno, quando recebe a encomenda de contar por escrito como o Imperador “librou as terras de Espanha e de Galiza do poderío dos mouros”, em palavras da versão galega medieval.

Não me detenho aqui na geografia e as cronologias dos registros escritos de todas as outras *Viana* peninsulares, que a falta de documentação que o contradiga considero também medievais mas posteriores à galega e à navarra. Outra *Viana* galega, freguesia em Chantada,

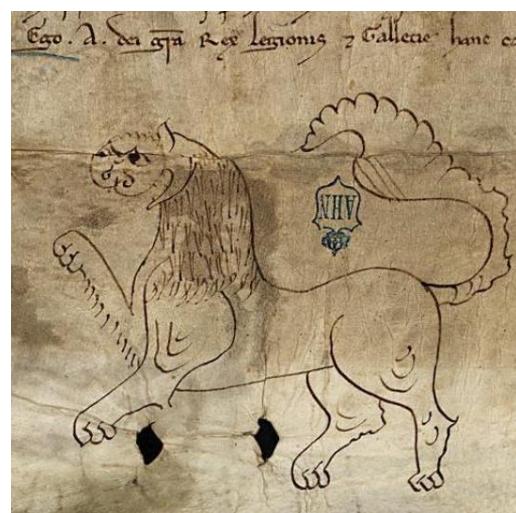


deve-se provavelmente também a Afonso IX, quem tinha em Chantada e no seu mosteiro de San Salvador de Asma um dos seus centros de atuação e favoreceu as igrejas da zona, mas ainda não dispomos de informação documental suficiente. A que não oferece dúvida como nome medieval imposto pelo rei é a Viana portuguesa, hoje Viana do Castelo. Recebeu o nome, no ano 1262, de Afonso III o Bolonhês, quem aplicou o modelo do foro inaugurado por ele mesmo esse ano em Valença (*concedo vobis populatoribus de Viana presentibus et futuris pro foro forum de Valencia*) e, igual que no modelo valenciano, deixa constância de que por esse documento a freguesia de *Santa Maria da Foz de Lima*, e concretamente o seu lugar chamado Átrio, passa a se denominar *Viana* pela sua real vontade: *volo facere populam in loco qui dicitur Atrium in foce Limie cui popule de novo impono nomen Viana* (VENTURA/OLIVEIRA, 2006, p. 325-326).

O nome de *Viana*, além das conotações adquiridas no livro de que foi tomado, as quais associam o topônimo com as lendas carolíngias do culto a Santiago e com as peregrinações, podia se interpretar ou etimologizar (no sentido da *arte etimológica* de Isidoro de Sevilha) como um derivado do latim VIA ‘caminho’ e em consequência ser nome ajeitado para qualquer lugar relacionado com a rede viária. A mesma razão fez da concha da vieira o símbolo da peregrinação a Compostela; embora seja literatura em latim no século XII a que assenta essa simbologia, quando o latim era a única língua da escrita, na realidade nasceu na língua galega falada na Compostela daquele tempo, pois era no galego *vieira* onde se dava a confluência dos resultados de, por um lado, o latim VENEREA ou VENERIA, o nome da concha, um adjetivo derivado de VENUS, e por outro o também latino VIARIA, o adjetivo derivado de VIA ‘caminho’.

63

Figura 1: Ego A[defonsus] dei gratia Rex Legionis et Gallecie...
[signum do rei num documento de Ribas de Sil, ano 1214]



Fonte: AHN (Archivo Histórico Nacional, Madrid). Tirado de PARES [<http://pares.mcu.es/>]



A Coruña, 1208

O nome da cidade da Coruña⁷ era até há pouco tempo um topônimo de origem e etimologia duvidosas; a opinião mais estendida considerava-o pré-romano. Um trabalho recente (NAVAZA, 2016), ao qual remito para os pormenores, exponho que o topônimo é também um dos novos nomes impostos por Afonso IX às suas vilas galegas com motivo da concessão de um foro de povoamento. O foro da Coruña concedeu-se em 1208 e nessa data nasceu o novo topônimo (*Crunia* em latim; em romance com nasal palatal e artigo desde os primeiros registros: *A Cruña* em galego, *La Cruña* em castelhano). O nome anterior da vila era *Faro*, que à sua vez tinha substituído o topônimo pré-romano, céltico, de *Brigantium*. O rei tirou o novo topônimo do nome de uma cidade que se menciona entre as conquistas galegas de Carlomagno na *Historia Turpini*. Novamente foi o mundo do culto a Santiago e das peregrinações o que motivou a escolha de Afonso IX para dar novo nome à vila realenga. A própria *Historia Turpini* já fora usada pelo rei como fonte do nome de *Viana*.

De acordo com a documentação medieval, a vila chamava-se *Faro* até 1208 e o topônimo *Crunia* não tinha existência prévia na toponímia local. No século XII, o lugar que aparece com esse nome na *Historia Turpini* era um lugar desconhecido. A invalidação dos registros do topônimo supostamente anteriores a 1208, por erros de leitura ou datação e por falsas identificações, que ocupa várias páginas no trabalho mencionado, hoje já não seria necessária, visto que o CODOLGA atualizou a base de dados e corrigiu as datas de documentos que continham o topônimo, a maioria da coleção do mosteiro de Toxosoutos. Na atualidade (setembro de 2017) o CODOLGA só oferece para *Crunia* uma atestação datada antes de 1208; é um documento asturiano do século IX e o contexto em que aparece mostra que se refere a uma povoação asturiana e que *Crunia* deve ser erro de cópia ou de leitura por *Coania*, o atual concelho asturiano de *Coaña*. O CODOLGA não inclui fontes literárias, por isso não aparece o *Crunia* da *Historia Turpini*, datável arredor de 1150. Se realizamos a busca de registros da forma *Clunia*, o CODOLGA também oferece já um único exemplo anterior a 1208, uma *villa de clunia* atestada no *Tombo velho* da catedral de Lugo e datada no século XII; pelo contexto também se deduz, com a identificação dos lugares que se mencionam, que corresponde a um topônimo *Cuña* atual, de jeito que o *Crunia* do texto latino deve de ser um lapsus calami por *Culina*.

As formas escritas do topônimo no mesmo século XIII, nos reinados dos sucessores de Afonso IX, ofereciam irregularidades que dificultavam toda explicação. O *Crunia* latino dos documentos régios de 1208 e o romance *A Cruña* dos registros iniciais começam a apresentar novas variantes só umas décadas depois da instituição do topônimo: *Clunia* em latim, coincidente com o nome duma antiga cidade da Hispania romana (hoje Coruña del Conde, Burgos) e uma forma trissilábica em romance (*Curuña*, *Coruña*), talvez condicionada por essa mesma coincidência com o nome da povoação castelhana. Essas alterações de um topônimo tão recente obedecem a um processo que pretendeu, por parte da monarquia castelhana, apagar as conotações carolíngias do nome da povoação, já que o novo paradigma histórico que se impõe desde Castela na metade do século XIII com o cronista Ximénez de Rada,

⁷ Além da cidade, é também o nome de uma das quatro províncias galegas: A Coruña, Lugo, Ourense e Pontevedra. No Antigo Regime foi sede da Real Audiência, a representação do poder real em Galícia.



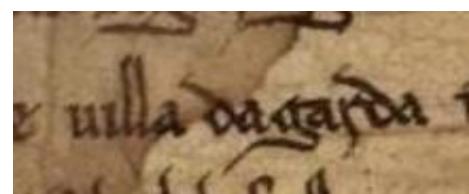
arcebispo de Toledo em tempos de Fernando III, não aceita como verdade histórica a participação de Carlomagno na Reconquista e condena os conteúdos da *Historia Turpini*, que antes se vinham considerando históricos e quase sagrados e agora são vistos como apócrifos e legendários. Só assim se explica que Afonso X o Sábio, que sem dúvida conhecia a documentação relativa à vila de Faro e à concessão do foro que lhe deu o novo nome de *Crunia/A Cruña* em tempos de seu avô, invente nas suas *crônicas* uma nova origem legendária para o topônimo, vinculando o histórico farol da cidade com Hércules e supondo que *A Cruña* (ou *La Cruña* em castelhano) deve o nome a um nome de mulher. Afonso X, com tudo, respeitou a forma do topônimo numa língua e na outra. Mas depois de morto Afonso X em 1284, no reinado do seu sucessor Sancho IV já começa a utilizar-se uma nova forma do nome, trissilábica. Não se conserva o primitivo texto foral de 1208, em latim, onde o nome da vila tinha que figurar como *Crunia*, pois assim aparece nos dois documentos contemporâneos conservados em que o rei oferece compensações à catedral de Santiago e ao mosteiro de Sobrado (CODOLGA). O que se conserva é um diploma com a confirmação de Sancho IV, de 1286; nele, em vez de reproduzir o nome tal como estava no documento original, usa-se já a forma trissilábica *Curunia*.

O processo de apagamento ou anulação dos mitos carolíngios, irradiado desde Castela, que provocou a alteração do nome da vila poucas décadas depois de imposto, é o mesmo processo que explica, por exemplo, o mito histórico da batalha medieval de Clavijo, cuja existência foi contestada pela historiografia, e que nós consideramos uma invenção de Ximénez de Rada destinada a modificar a interpretação de uma lenda carolíngia relacionada com o culto do apóstolo e que na altura do século XIII já tinha produzido abundante iconografia: a lenda conhecida como “sonho de Carlomagno”, que também faz parte da *Historia Turpini*⁸.

Estas razões também explicam o estranho feito de que o *Crunia* que figura em latim na relação das conquistas de Carlomagno da *Historia Turpini* não aparece (e a omissão não pode ser casual) na tradução ao galego dos *Mirages de Santiago*.

A Guarda, 1228?

A Guarda é um porto pesqueiro do extremo SW do território galego, na banda norte do esteiro do Minho. A escassez de documentos relativos a essa zona anteriores ao século XIV não impede estabelecer uma data bastante precisa para a origem do seu nome atual e identificar o nome antigo. As primeiras atestações que possuímos do nome atual, onde se registra como *villa da Garda*, datam do ano 1233 (AHN, Clero, Car.1799, N. 1)⁹, isto é, dos primeiros tempos do reinado de Fernando III o Santo, que



⁸ O mito substitutivo denominou-se “el sueño del rey Ramiro” e foi atribuído a um rei de Astúrias. Vejam-se os frescos da capela de Santiago na basílica de Santo Antônio em Pádua, Itália, onde a visão “castelhana” levou a interpretar como relativa à batalha de Clavijo uma pintura que representa o prodígio da queda das muralhas de Pamplona (um episódio da *Historia Turpini*) e a denominar como “il sogno del Re Ramiro” a imagem da aparição de Santiago a Carlomagno, comum na iconografia francesa do século XIII. No *Codex calixtinus*, a vinheta que representava “o sonho de Carlomagno” foi mutilada.

⁹ No CODOLGA consta uma atestação de *la Guarda* do XII: “mediatatem etiam de ecclesia de la Guarda”, de um documento dado em Tui por Afonso VII em 1137. É uma paráfrase inserida na confirmação de Afonso XI e a data do documento é realmente 1334 (Oia, AHN, Clero, Car.1826, N. 16).



já era rei de Castela quando obteve também o trono dos reinos de Leão e Galiza a partir de 1230, após a morte do seu pai Afonso IX em Sarria (Lugo). Em território galego, o novo rei Fernando III confirmou muitas cartas forais do seu pai, mas não temos notícia de que modificasse nenhum topônimo, pelo que devemos situar também no reinado de Afonso IX (1188-1230) a imposição do novo nome desta vila, que em origem apresentava a solução fonética que reduz o /gw/, como nos modelos franceses *La Garde* e como a que finalmente se consolidou no galego standard, mas que entrava em contradição com a fala local do Baixo Miño, que nesses contextos apresenta /gw/ como no português (*guardar, guadaña* e não os *gardar, gadaña* do galego comum).

Mesmo não dispondo do texto foral da Guarda, temos referências à sua concessão nos litígios que manteve durante décadas Santa Maria de Oia por causa das propriedades que foram do mosteiro e ficaram dentro da nova demarcação municipal. Nessas propriedades achavam-se, de um lado, certos bens pertencentes ao *Reguengo de Saa* (Saa é hoje uma povoação da freguesia de Camposancos, contígua à da Guarda) que duas décadas antes foram cedidos por privilégio de Afonso IX ao mosteiro junto com as igrejas de *Erizana* com ocasião do foro de Baiona em 1201 (Oia, AHN, Clero, Car.1796, N.11; González 1944, II, 208-209) e doutro lado, propriedades dentro da mesma vila que Afonso IX lhe tinha comprado ao mosteiro a troco da quarta parte da igreja de *Caamones* (hoje *Camos*¹⁰) e uns casais em *Pandion* (hoje Panxón) no tempo da *pobrança* da vila ou concessão da carta de foro. Como Afonso IX não chegou a cumprir a sua parte do troco, Santa Maria de Oia solicitou o cumprimento ante o sucessor Fernando III, e em tanto não se cumpria reclamava ante o concelho as suas propriedades e para o seu abade os mesmos direitos dos povoadores da vila a participar nas decisões comuns, *como huun dos vizinos da Garda daquelas cousas que perteeçen a vezynança*, e fundamentava esse direito nas *herdades que o abade et o conuento auán priuylegiadas et gaanadas ante que a villa ffosse pobrada*, junto com outras propriedades *que les cambiou el rrey ou filou para pobrança da villa* (ano 1287, Oia, AHN, Clero, Car. 1807, N.17). Por *pobrança* devemos entender a concessão da carta de foro. Se o direito sobre as propriedades *privilegiadas e ganhadas* pelo mosteiro antes dessa carta remontava a 1201, as que foram *cambiadas ou filhadas* para a *pobrança* devem se datar em junho de 1228, data do documento dessa operação (troca *Pandion, Caamones* e outros por todo canto tem o mosteiro *in villa de Saa*) inserido noutro de Fernando III de 1232 (Oia, AHN, Clero, Car.1798, N.14; GONZÁLEZ, 1944, II, p. 649). Pelo tanto, esse ano de 1228 é a data mais provável do foro que impôs o novo nome à vila da Guarda.

¹⁰ Camos (Nigrán, Pontevedra). É o berço do sobrenome toponímico *Camões*.



A documentação relativa ao litígio entre o mosteiro de Santa Maria de Oia e o concelho realengo da Guarda também nos revela o nome anterior da vila, pois numa ocasião as mencionadas propriedades *cambiadas ou filhadas* pelo rei aparecem chamadas os *herdamentos rregeengos que o moosteiro vendera en Taraas* (Oia, AHN, Clero, Car.1807, doc. nº 16). Tarás é muito provavelmente o nome que tinha até o ano 1228 a vila da Guarda. Esse nome tinha também uso coronímico, como denominação de território, e nesse uso sobreviveu ainda com a forma Tarás vários séculos. Atestações medievais como as que reproduzimos na página seguinte mostram diferentes valores do uso coronímico deste nome: no físico designava o vale do extremo ocidental da beira norte do Minho, ao pé da citânia de Santa Trega, entre o vale do rio Tamuxe e o mar (o doc. do ano 1303 situa a povoação de *Pintán* no vale de Tarás); no administrativo, um território com *tenente* e no eclesiástico um arciprestado da diocese de Tui, que quando unido ao do vizinho vale de Tebra recebia o nome de *Arciprestado de Tebra e Tarás*. Com o passo do tempo, perdida a referência por esquecimento do velho nome da vila, ao se restaurar o arciprestado de Tarás separando-o do de Tebra, passou a chamar-se Arciprestado da Guarda, em tanto que o de Tebra manteve no seu nome o composto “*Tebra y Tarás*”, percebido como denominação alternativa do simples *Tebra*. Assim figura no livro de Prudêncio de Sandoval, bispo de Tui (1610: 414). No século XIX, o historiador Ávila y la Cueva, que só reconhecia o topônimo Tarás nesse composto, achava estranho não encontrar o arciprestado da Guarda nas divisões eclesiásticas medievais de Tui (Ávila y la Cueva 1995: II, 513; 531). Em diferentes momentos o tenente de Tebra é também o tenente da Guarda, mas em contextos como o “*Johannes Gundisaluui tenebat Tebra, Johannes Muniz, Tariaes*” do ano 1213, fica claro que eram terras diferentes.

		<i>IGLESIA DE TVY.</i>
	<i>Val de Miñor.</i>	
<i>Tebra y Taras.</i>		<i>Arcediano de</i>
	<i>La Guarda.</i>	<i>Vál de Miñor</i>

P. de Sandoval (1610)

Eis algumas atestações do nome da vila e a sua terra, em ordem cronológica. A última, ainda que de 1323, contém traslados e referências a documentação anterior e faz menção de *um reitor da igreja de Tarás*: é a única prova firme que possuímos de que Tarás dava nome também a uma freguesia, ou de que a vila da Guarda tinha também pelo menos uma igreja e freguesia antes da concessão do foro e a mudança de nome:

ano 1156: *terra de Taraes, terra de Mineore, terra de Valle de Vice* (CODOLGA, Espanha Sagrada)

ano 1186 (venda da oitava de Villa de Saa...): [facta carta] *in Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car.1795, N. 10).

ano 1201: *Fernandus Petri Churruchano tenente Morgadanes, Iohannis Nuni tenente Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car1796, N.11)

ano 1213: *Johannes Gundisaluui tenebat Tebra; Johannes Muniz, Tariaes* (Oia, AHN, Clero, Car.1797, N3).

ano 1225: *Tariaes tenebat dominus Petrus Johannis, Iudex Raminurs Menendi* (Oia, AHN, Clero, Car.1797, N.18)

ano 1233: *tenente uilla da Garda Martino Gil, iudices in ipsa uilla Petro Caluuuo et Iohannes Pelagii* (Oia, AHN, Clero, Car. 1799, N.1)

ano 1245: *quantam hereditatem habemus in Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car.1800, N.10)

ano 1254: *quantam hereditatem habeo in Sandiam et in Marciam et in Taraes et in termino de Taraes* (AHN, Clero, Car.1801, N.10)



ano 1257 *quantum habemus in Sandian et in Taraes et in suis terminis* (Oia, AHN, Clero, Car.1801, N.19)

ano 1261: *mandamos a uós, Joán Eanes, notario da Garda, que fazades cartas ou plazos entre nós & omees de Tharaes* (Oia, AHN, Clero, Car.1803, N.8).

ano 1287: *dos herdamentos rregeengos que o moosteiro vendera en Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car.1807, N.16)

ano 1303: *lugar de Pintán con todas ssúas pertēnças que ias no valle de Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car.1814, N.8.)

ano 1321: *Paulos Peres, notario yurado da Guarda de Taraes* (Oia, AHN, Clero, Car.1808, N.7).

ano 1323: *Ffernandum Petri, rectorem ecclesie de Taraes* (ano 1323, Oia AHN, Clero, Car.1822, N.15)

A forma oficial do topônimo sofreu vacilações ao longo do tempo. Como fica visto atrás, a variante imposta pelo rei no século XIII foi *A Garda*, em contradição com a solução dialectal local (*Guarda*). Até o século XIV registramos habitualmente *A Garda* na documentação de Tui ou de Baiona e também na local da Guarda quando o documento é do notário régio, mas se é local de particulares ou doutras instâncias aparece mais facilmente a verdadeira forma da fala, *Guarda*. No século XIV, no contexto das guerras entre Pedro I e Henrique de Trastâmara, a vila deixa de ser realenga e, depois dum período de senhorio laico, passa a ter por senhor o bispo de Tui na década de 1370 (ÁVILA, 1995, II, p. 147). Nos escritos dos séculos XV, XVI e XVII registra-se habitualmente como *Guarda*, forma favorecida sem dúvida pelo feito de ser a usada em língua castelhana na burocracia civil e eclesiástica (*La Guarda*). No censo de 1594 lê-se *La Guarda, villa de La Guarda, Partido de la villa de la Guarda* (GONZÁLEZ, 1829, p. 40). A administração diocesana de Tui, que por outros casos é conhecida como poderoso agente castelhanizador da onomástica galega no seu território nos séculos XVII e XVIII, talvez é também a responsável da mudança desse topônimo secular, idêntico em galego, português e castelhano com a única diferença do artigo (*A Guarda / La Guarda*), substituído pela forma exclusivamente castelhana *La Guardia* no século XVIII. No “Interrogatório” do Catastro de Ensenada (1752-53), lê-se *La Guardia* (*Villa de La Guardia*) nas respostas da própria freguesia da vila, mas fala-se dela como *La Guarda* nas respostas das freguesias vizinhas (Ensenada, PARES: *Guardia; San Miguel de Tabagón; Salcidos*). No *Nomenclátor de Floridablanca* (1789) já é *La Guardia*. Esse foi o nome oficial que recebeu o concelho no século XIX, nome que continuou vigente até a década de 1980, em que a legislação derivada do *Estatuto de Autonomía de Galicia* estabeleceu a forma galega como única forma oficial dos topônimos galegos, neste caso para oficializar *A Guarda*, a forma que continuava viva no galego falado na zona.

O topônimo escolhido por Afonso IX para dar nome á vila galega da foz do Minho tem origem na cultura francesa medieval, o mesmo que outros nomes impostos por este rei. Se em casos como *Viana* ou *Crunia* optou por um nome original, aqui escolheu um nome de repertório, que levava mais de um século usando-se na península ibérica como nome de fortalezas e vilas amuralhadas, mais de dois séculos na França. Dauzat e Rostaing trazem numerosos exemplos de praças militares francesas chamadas *La Garde* ou variantes e derivados, como os diminutivos *Lagardelle*, *Lagardiolle*, que se registram por escrito pela primeira vez nos séculos XI e XII (DAUZAT/ROSTAING, 1978, p. 310). É um termo de origem germânica, *wart* ‘guarda’, difundido desde o frâncico às línguas neolatinas a partir das formas latinizadas *wardia*, *warda*. Igual que na França, foi usado na toponímia hispânica



medieval pelas conotações de ‘vigilância’ que também estão presentes nos correspondentes comuns da família léxica de *guardar*, *gardar*.

Na península ibérica parece que foi usado inicialmente como topônimo militar nas fronteiras dos reinos cristãos com os domínios muçulmanos e só mais tarde nas fronteiras entre reinos cristãos. O lugar onde se assenta a povoação de *La Guardia*, em Toledo, fazia parte das praças ocupadas por Afonso VI quando conquistou Toledo em 1085, mas não há constância documental de que já fosse esse rei quem lhe impôs o nome. Nesse caso seria a mais antiga das *Guarda/Guardia* peninsulares, ainda que não temos informação completa das *Guardia, Guardiola* do território linguístico catalão. As mais tardias, mas também medievais, são as andaluzas (*La Guardia*, município em Jaén; *La Guardia*, município em Granada). A vila basca de *La Guardia* (em Álava) recebeu do Rei Sancho o Sábio de Navarra o seu foro em 1164 e com ele o nome; há controvérsia na questão de qual era o nome velho; o texto não faz menção da mudança e dirige-se diretamente aos povoadores usando o novo topônimo: *facio hanc cartam omnibus populatoribus de la Guardia* (AZTARNA, 2014).

Também se conserva o foral fundacional da cidade portuguesa da Guarda, dado por Sancho I em 1199, e no texto segue-se uma fórmula semelhante, sem referência nenhuma à instauração de um topônimo novo e usando-o diretamente ao se dirigir *vobis populatoribus ciuitate Aguarda* (“a vós, pobradores da cidade da Guarda” na posterior versão romance de Afonso II) (PMH, I, 508).

Enfim, é inegável que em 1228 as adaptações do francês *garde* já eram muito comuns nos reinos peninsulares e tinham sido usadas pelos reis cristãos para impor novo nome a fortalezas e praças fortes. A literatura da matéria de Bretanha, que na Idade Média circulou em latim e em romance (também em galego) deveu de contribuir a divulgar o uso do correspondente substantivo comum (galego *garda*, *guarda*, português *guarda*, espanhol *guarda*, *guardia*, catalão *guardia*) com o significado de ‘castelo’ (como as *Douloureuse Garde* e *Joyeuse Garde*, castelos de Lancelot du Lac).

No *Nomenclátor de Galicia* consta outro topônimo idêntico, com aglutinação do artigo, no nome da freguesia chamada *A Aguarda* (concelho de Pastoriza, Lugo). O CODOLGA registra-o no século XIII na documentação do mosteiro de Lourenzá: *villam de Guarda* (ano 1253).

Tarás, o velho nome do concelho da Guarda, é muito provavelmente de origem pré-romana e cremos que contém um derivado de uma raiz *tar- de significado oronímico (‘altura rochosa’), a mesma que está presente nos substantivos comuns galegos *tara*, *taro*, *tarelo*, aparentemente exclusivos desta língua, e que os dicionários explicam como ‘cotarro, relieve rocoso al que sólo suben las cabras’ (DdD, s.v.).

Gonzalo Hermo estudou outro topônimo *Tarás*, nome duma freguesia do concelho de Outes (A Coruña) e chamou a atenção sobre a alta densidade de topônimos dessa família na península do Barbanza; para esse *Tarás* propõe um étimo **Tarales*, com a mesma raiz oronímica pré-romana dos mencionados *tara*, *taro*, *tarelo* e o sufixo coletivo de origem latina -ALE (HERMO, 2017, p. 258), contradizendo nisto a Villar Liébana, quem tinha sugerido um sufixo também pré-romano com nasal. Esse hipotético **Tarales* é também étimo verossímil para o antigo nome da Guarda, vistas as grafias medievais *Taraes* e variantes (em tanto que o de Outes se registra no século XII na documentação do mosteiro de Toxosoutos como *Taras*, *Petrus Vellaz de Taras, ecclesie Santi Juliani de Taras...* CODOLGA).

A formação com sufixo átono com nasal seria pré-romana; um derivado em -ALES é necessariamente posterior. A toponímia menor (PTG, s.v. *Taral*) registra o que parece o



correspondente singular *O Taral* como nome de terras nos concelhos do Porto do Son e de Brío (A Coruña). Mas outros topônimos que aparentemente pertencem a esta mesma família léxica provam a existência de derivados com sufixo nasal. Uma povoação da freguesia de Aldemunde (Carballo, A Coruña) chamada hoje *Tares* aparece no século X como *Taranes* (*in Brangantinos Soffani, Taranes et medio Sancto Saturnino*, ano 934, Celanova, CODOLGA), que devemos interpretar esdrúxulo (*Tárances*), pois doutro jeito o resultado atual seria **Taráns*. A mesma formação, com um sufixo átono com nasal, explica *Tarnas* (*Tarnes* no ano 1037, Sobrado, CODOLGA), nome de uma aldeia em Cervantes, Lugo. Aliás, topônimos como *Tarendo* e *Taraído* que vemos no *Nomenclátor de Galicia* parecem exigir um étimo **TARANÉTU* (NAVAZA, 2007, 33). Por essa razão, por em quanto não dispomos de nova documentação anterior ao século XII, podemos admitir para *Tarás* tanto um étimo **TARALES* como **TÁRANES*. O segundo exigiria um posterior deslocamento do acento (*Táraes* > *Tarás*), compatível com soluções dialectais locais coincidentes com as portuguesas e divergentes das do galego comum (cf. lat. MAMULA > galego *mámoa* vs. *mamoia* /ô/ em português, ou o mencionado topônimo galego medieval *Caámones* > gal. *Camos* /á/ vs. pt. *Camões*).

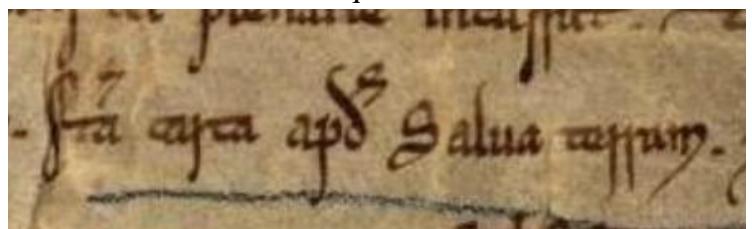
Salvaterra de Miño, 1228 (Lazoiro)

Ao contrário do que acontece com alguns dos outros topônimos que tratamos aqui, a origem medieval do nome da vila e concelho de Salvaterra de Miño (Pontevedra) e também o seu antigo nome, *Lazoiro*, eram bem conhecidos, pelo menos na própria tradição local de Salvaterra, onde o antigo topônimo nomeia uma associação cultural atual. Ávila y la Cueva oferece diferentes atestações do nome antigo, desde um *Lacedurio* do ano 991 a vários *Lazoyer*, *villa de Lazoiro* do século XII. Ao não dispor de registros intermedios do século XIII, conclui que “no consta con certeza cuando dejó este nombre y tomó el de Salvatierra” (ÁVILA, 1995, II, p. 176).

70

Hoje estamos em condições de atribuir esta mudança toponímica também a Afonso IX, a partir de um documento de mosteiro de Oia dado em Salvaterra (*Facta carta apud Salua Terram*) pelo rei Fernando III o 28 de fevereiro de 1231 (Oia, AHN, Clero, Car.1798, N. 9). Fernando III, rei de Castela desde 1217, só aceceu ao trono de Leão e Galiza depois da morte do seu pai Afonso IX o 23 de setembro de 1230, poucos meses antes desta sua presença em Salvaterra. Não temos constância de que Fernando III desse alguma carta foral em território galego nem menos ainda de que mudasse o nome de qualquer povoação; limitou-se a confirmar os foros dos seus predecessores. Se a vila se chamava *Salvaterra* em fevereiro de 1231, este nome já tinha pelo menos uns meses de uso e temos que o atribuir a Afonso IX.

A data mais provável para a mudança de *Lazoiro* em *Salvaterra* é o ano de 1228, em que registramos por última vez aquele nome num documento do *Tombo B* da Catedral de Santiago pelo qual Afonso IX concede à igreja de Compostela certas propriedades e benefícios em troco dos bens que esta tinha em *locum sive villam que dicitur Laçoyer* (GONZÁLEZ 1944: 650; CODOLGA).



Facta carta apud Salua terram (ano 1231)



Eis os registros significativos da mudança toponímica de *Lazoiro* em *Salvaterra*:

991: ...*nomine Lacedurium, que est in ripa Minei, cum ecclesia Sancti Saluatoris* (Tui. CODOLGA)

1125: *incauto etiam vobis flumen Minei a Villa de Lazoiro usque ad faucem ipsius Minei* (Tui. CODOLGA)

1142: *Ipsum flumen a fauce Minei usque ad villam de Lazoiro* (Tui. CODOLGA)

1170: *omnes piscarias a fauce Minei usque ad villam de Lazoiro* (Tui. CODOLGA)

ca.1199: *villas de Lazoiro, Baldranes et Lamamala et Nugaria* (Santiago, Tombo A. CODOLGA)

1128: *locum sive villam que dicitur Laçoyer...* (Santiago, Tombo B. CODOLGA)

1231: *Facta carta in Salua Terram* (Oia, AHN, CLERO Car.1798, N.9. PARES)

1250: *alcaydibus en Salva terra Menendo Alfonsi et Fagundo Menendi* (Tui. CODOLGA)

O nome que o rei escolhe imita também um modelo francês. Na França há mais de uma dúzia de comunas ou cidades com o nome de *Sauveterre* em francês, *Sauvaterra* em occitano, todas elas de origem medieval. Na península ibérica há outras povoações com o mesmo nome, mas possivelmente foi a galega a primeira que o recebeu. Além da *Salvaterra de Miño* galega, ha *Salvatierra* em Álava (*Agurain* em basco, tomou o nome de *Salvatierra* com o foro de 1256 concedido por Afonso X), na Estremadura espanhola *Salvatierra de Santiago* (Cáceres) e *Salvatierra de los Barros* (Badajoz), dos quais não temos informação histórica suficiente, mas hão de ser medievais, como o nome de dois *Castillo de Salvatierra* em Alacante e em Ciudad Real, e as povoações portuguesas de *Salvaterra de Magos* (Coruche, Santarém) e *Salvaterra do Extremo* (Idanha a Nova).

No composto *Salvaterra*, a anteposição do adjetivo delata o seu carácter não patrimonial nas línguas romances da península ibérica. É um topónimo que faz referência á condição de asilo do lugar denominado. Para favorecer o povoamento da vila, são admitidas como colonos as pessoas perseguidas pela justiça nouros territórios. Já tinham esse significado as *Sauveterre*, *Sauvaterra* francesas: “terre sauve, jouissant du droit d’asile” (DAUZAT / ROSTAING, 1978, p. 646).

Desconhecemos a origem e significado do velho topônimo *Lazoiro*. A atestação *Lacedurium* do século X poderia ser uma falsa latinização. Não é inverossímil que contenha um substantivo deverbal com o sufixo correspondente ao latim –ORIUM, que designaria o lugar onde se realiza a ação expressa no verbo. Ainda que nestas formações o comum seja a derivação a partir do particípio, a toponímia galega apresenta tanto derivados em -ORIUM como em -(AT)ORIUM, -(IT)ORIUM (*Preguntoiro, Catoira / Preguntadoiro, Catadoiro*). O lexema poderia ser o verbo galego *lazar* ‘congelar-se’ (DdD, s.v.), de um étimo GLACIARE (DCECH, s.v. *glacial*), que na toponímia galega está representado principalmente em derivados do tipo *As Laceiras* (< GLACIARIAS?). Nesse caso o topônimo *Lazoiro* estaria motivado pelas condições climáticas do lugar. Esse étimo exige sibilante sonora, pelo que consideramos que a única atestação medieval com a grafia *Laçoyer* é um lapsus calami ou um erro de leitura. Mas também é possível uma origem pré-romana, acaso duma raiz LAT- (< PLAT-), referida à orografia plana da zona, com a clássica perda do *p-* inicial própria do céltico.



Se não fosse substituído por *Salvaterra*, o topônimo chegaria a nós provavelmente com a forma *Lazouro*, pois nessa área tudense o resultado deste sufixo latino não é o *-oiro* maioritário em galego, mas *-ouro*, como em português (o *Nomenclátor de Galicia*, em contraste com 54 povoações chamadas *A Corredoira* ou *As Corredoiras* noutras áreas geográficas galegas, recolhe na zona tudense duas povoações chamadas *A Corredoura*, uma no concelho de Salvaterra e outra no de Tui).

Outras mudanças toponímicas de Afonso IX

As quatro décadas do reinado de Afonso IX (1188-1230) deixaram pegada indelével na toponímia galega. Nos exemplos vistos, os topônimos usados pelo rei têm relação direta ou indireta com a cultura francesa. Na primeira parte do reinado, as escolhas toponímicas estão vinculadas às peregrinações e o culto a Santiago; nos forais dos últimos tempos usa nomes de repertório que já se tinham usado antes noutras áreas geográficas.

Há provavelmente outros topônimos atribuíveis a este rei. Com a exceção de Monforte e da Coruña, os topônimos vistos aqui apenas se referem a povoações situadas no sul, próximas da fronteira com Portugal. O estudo específico da documentação medieval relativa a outras áreas permitirá encontrar mais mudanças toponímicas desconhecidas ou precisar o momento e a circunstância em que se produziram outras conhecidas, mas de data indeterminada, como a de *Vilalba* (Lugo), que na alta Idade Média era *Montenegro* e onde a escolha de uma espécie de antônimo evoca o caso de *Benavente*.

Na fronteira com Portugal temos indícios de que pelo menos outra povoação galega da Raia Seca de Ourense adquiriu o seu nome atual na mesma época, embora não disponhamos de momento de informação suficiente: é a vila e freguesia chamadas *A Xironda* (Cualedro, Ourense). Também poderia responder a um étimo *SIRONDI, genitivo dum nome pessoal *Sirondus*, documentado em Lugo no século IX (*Sirondus diaconus*, ano 841, CODOLGA), mas hoje sabemos que o topônimo nasceu no século XIII, quando já não tihna rendemento o emprego do genitivo para a criação de topônimos, e em consequência cremos que pode ser um eco do topônimo francês *La Gironde*.

Nos séculos XI e XII registra-se em latim simplesmente como *Villamaiore* ou *Villamaior* (Celanova, números 148, 457, 459). Pelo *Catastro de Ensenada* (ano 1752) sabemos que no século XVIII exercia senhorio na freguesia o mosteiro de Melón, muito distante de ali. Exerceu-o durante todo o Antigo Regime, pois os primeiros registros que temos da Xironda (em latim *Gironda*, *Sancto Salvatore de Gironda*) aparecem na documentação desse mosteiro no século XIV, e por eles sabemos que a vila tinha sido originariamente povoação realenga mais fora cedida ao abade de Melón no século anterior (Melón, AHN CLERO, Car.1462,N.12; AHN, CLERO, Car.1463,N.6).

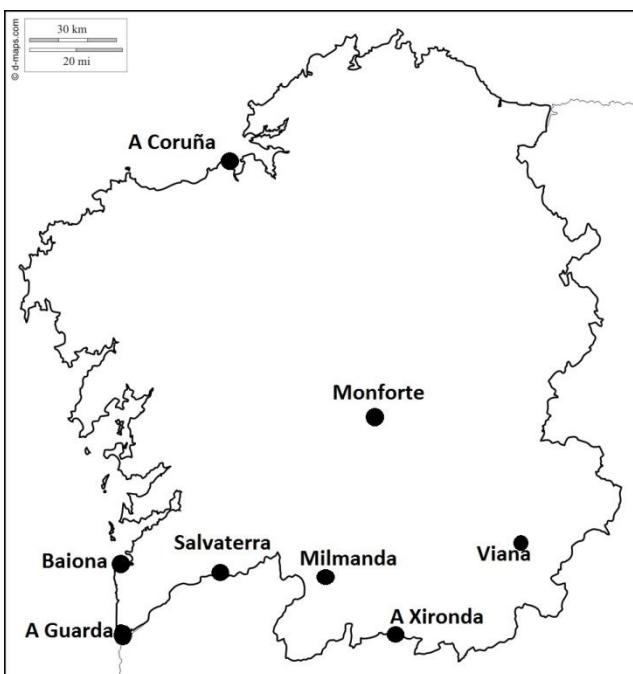
Segundo informação da minha aluna Lucía R. Palomares, natural da Xironda, certa tradição erudita local diz que num passado remoto, antes de pertencer ao mosteiro de Melón, a vila e freguesia também receberam a denominação de *Vilamaior de Trás os Montes*, o que sugere a antiga relação, que a fronteira nascida no século XII não chegou a truncar, com o vizinho concelho português de Montalegre. Com essa denominação, mas em latim, aparece noutro documento do mosteiro de Melón onde o abade se refere a *illam meam villam que vocatur Vilamaior de Ultramontem [sic] quam dominus bone memorie rex Alfonsus mihi dedit* (ano 1249, CODOLGA, segundo a leitura de S. Cambón): ‘a minha vila que chamam Vilamaior de Tras-os-Montes que o rei dom Afonso, de boa memória, me deu’. Esse rei é sem



dúvida Afonso IX, a quem devemos atribuir o novo nome da vila, embora não possamos dar data precisa.

No estudo das mudanças toponímicas régias devemos contar também algumas parciais do tipo *Pobra de + velho topônimo* (*Chantada -> Pobra de Chantada*) ou *Vilanova + velho topônimo* (*Sarria -> Vilanova de Sarria*), procedimento usado, por exemplo, por D. Dinis em Portugal no ano 1303 com o foral que faz que o antigo *Varazim de Jussãos* passe a se chamar *Pobra de Varazim* (hoje a *Póvoa de Varzim*). Em ocasiões essa mudança parcial não chegou a se consolidar ou não sobreviveu até a atualidade, como aconteceu com as mencionadas (*Sarria* tinha recebido o nome de *Vilanova de Sarria* também com o foro de Afonso IX)¹¹. Não dispomos de documentação suficiente para atribuir a Afonso IX o nome de uma *Pobra da Louriña*, que registramos em documentação do mosteiro de Melón nas últimas décadas do século XIII e que parece corresponder à vila do Porriño (Pontevedra); em qualquer caso, seria um exemplo de mudança topográfica régia que não chegou a se consolidar.

Figura 2: Vilas e cidades cujo nome foi imposto pelo rei Afonso IX



Fonte: Mapa confeccionado pelo autor

Concluímos com outros três topônimos galegos atribuíveis também a Afonso IX: dois *Rozavales* e um *Souto de Rozavales*. Cronologicamente constituem a mudança topográfica mais antiga devida a este rei, pois correspondem aos primeiros anos do seu reinado, mas essa mudança não coincide com a concessão de uma carta foral, embora seja consequência de uma decisão do rei. A documentação conservada permite supor que nos foros concedidos por

¹¹ A denominação oficial das povoações portuguesas com nome composto não sempre permite saber qual é o elemento nuclear do composto ou a forma abreviada do uso coloquial (*Vilanova de Cerveira* é o nome oficial, na fala usa-se o simples *Cerveira*).



Afonso IX nesses primeiros tempos não havia intervenção na toponímia, já que em todos os casos se manteve sem mudança o nome prévio das povoações. O seu primeiro foro é o de *Vilanova de Oscos*, na estrema entre Galícia e Astúrias, importante etapa, com hospital, de um dos caminhos de Santiago; foi dado no ano 1188, poucos dias depois de herdar o rei o trono por morte do seu pai. A mudança que vamos ver aqui tem lugar cinco anos mais tarde e também guarda relação com o caminho das peregrinações.

Em documento dado em Monforte, quando ainda se chamava *O Pino* (“facta karta apud Pinnum”), o 17 de abril de 1193, o rei concede a freguesia denominada até esse momento *Santa Maria de Salvadur*, em terra de Lemos, à confraria do Hospital de Roncesvales, fundada em 1127 pelo bispo de Pamplona e dedicada ao auxílio dos peregrinos a Santiago:

In Dei nomine. Ego Adefonsus, Dei gratia rex Legionis et Gallecie, per hoc scriptum notum facio presentibus et futuris quod do et hereditario iure concedo Deo et Hospitali Sancte Marie de Roscidavale illam ecclesiam meam de Santa Maria de Salvador cum suis pertinenciis et directuris... (GONZÁLEZ 1944, II, 101, nº 66)

Neste caso não há nenhum ato administrativo que imponha mudança de nome, mas de fato essa doação provocou que a antiga freguesia de *Santa Maria de Salvadur* passasse a ser conhecida como *Roçavales*, com o mesmo orago. Assim continuou até hoje (*Rozavales* no *Nomenclátor de Galicia* de 2003; o <z> representa a pronúncia interdental comum do galego). O célebre topônimo do Pireneu de Navarra (port. *Roncesvales*, esp. *Roncesvalles*, arag. *Ronzesbals*, fr. *Roncevaux*, basco *Orreaga*), cenário de um dos mais conhecidos episódios das lendas carolíngias, o mesmo que o nome da correspondente Confraria, em galego medieval apresenta sempre a forma *Roçavales*, interpretado como um composto de *roçar* e o plural de *vale*, e assim se lê em toda a literatura medieval e na prosa notarial.

A grafia *Salvador* com que aparece o velho topônimo no texto em latim corresponde em realidade a *Salvadur*, que segue sendo hoje o nome de uma das aldeias da freguesia de *Rozavales*, no concelho de Monforte de Lemos. Foi povoação importante já em passado muito remoto, pois aparece citada nas divisões territoriais do século VI da catedral de Lugo e do *Liber Fidei* de Braga (*ad Cairocam [= Quiroga] in directum et alia parte levat se in Salvatur*, CODOLGA). E também podemos considerar indício da antiga importância do velho topônimo o feito de que a contígua freguesia de *Vilachá*, pertencente já ao concelho da Pobra do Brollón, à beira de Quiroga, siga sendo conhecida na atualidade (na língua oral, pois o nome oficial é simplesmente *Vilachá*) como *Vilachá de Salvadur*, para fazer diferença com outros lugares homônimos (*Vilachá* é a forma comum no galego central e oriental para o resultado correspondente ao latim VILLAM PLANAM).

Da anómala presença de /u/ da vogal tónica em *Salvadur* podemos inferir que o topônimo procede de um genitivo *SALVATORI, abundantemente registrado na documentação medieval (em bom latim seria propriamente SALVATORIS), pois é verossímil que fosse essa desinência do genitivo latino a que provocou a metafonia da vogal tónica, procedente de um ô longo etimológico. Na documentação do mosteiro de Celanova registra-se um nome pessoal *Gugueua Salvadur* no século X (ca. 942-977, CODOLGA) onde interpretamos o segundo elemento como um patronímico também em genitivo. Ainda que insólito, o vocalismo de *Salvadur* conta com alguns paralelos toponímicos, como o nome da freguesia de *Seadur* (Larouco, Ourense), resultado de um genitivo *SENATORI do nome pessoal de origem latina *Senator*, em contraste com os resultados sem inflexão da vogal tónica *Seador* (aldeia em Láncara, Lugo) e *Siador* (freguesia em Silleda, Pontevedra), também procedentes do genitivo.



Na documentação medieval em galego, este *Salvadur* da terra de Lemos regista-se sempre com <u>. Na coleção documental do mosteiro de Montederramo (LORENZO, 2016) lemos:

Girreiryro de Saluadur et Petro Pelagij de Saluadur (Montederramo, ano 1207, nº 52)
Samamede de Uilla Chaa de Saluadur (Montederramo, ano 1281, nº 412)
Domingo Pérez do Outeyro de Saluadur (Montederramo, ano 1313, nº 759)
Joham Ffernandes de Saluadur (Montederramo, ano 1314, nº 800)
San Mamede de Uyla Chaa de Saluadur (Montederramo, ano 1348, nº 1248)
Afonso Peres, morador em Saluadur (Montederramo, ano 1459, nº 1682)

Outros dois topônimos galegos que contêm o mesmo nome carolíngio são *Rozavales* e *Souto de Rozavales*, duas aldeias em terra de Trives, Ourense, na freguesia de *San Martiño de Manzaneda*¹². Deve-se o seu nome a que também foram propriedades da Confraria do Hospital de Roncesvales, administradas desde a freguesia de Rozavales em Lemos, não muito distante mas na outra beira do rio Sil. Na coleção do mosteiro de Montederramo achamos mostra documental dessa relação:

...erdade que á o moosteyro de Monte de Ramo en Triues [...] como parte comúa leyra dos freyres de Rroça Uales (Montederramo, ano 1296, nº 581)
...com outra leyra de Rroça Uales (Montederramo, ano 1313, nº 768)

Na mesma documentação vemos outros exemplos de *Roçavales* em nomes de propriedades dessa confraria: *sso signo de Santa Maria de Cesuras (...)* *viña de Roça Uales* [Cesuris, Manzaneda] (Montederramo, ano 1276, nº 373). A aldeia chamada *Souto de Rozavales* ainda se chamava no século XIV *Souto da Porta*, quando já tinha propriedades nela a confraria mas ainda não chegara a se consolidar a mudança do segundo elemento do topônimo: *lugar que dizen O Ssouto da Porta ssu ssyno de SsaMartino de Maçaeda, assy como parte com este ssouto et en çima com outro herdamento de Rroça Uales* (Montederramo, ano 1308, nº 692).

REFEFEÇIAS

ACS = Arquivo da Catedral de Santiago. Disponível em: <http://csa.archivo3000.es/jopac/>. Acessado em: 15 ago. 2017

AHN = Arquivo Histórico Nacional (Madrid). [Os documentos digitalizados podem consultar-se em PARES]

ÁVILA Y LA CUEVA, Francisco. *Historia civil y eclesiástica de la ciudad de Tuy y su obispado*. 4 vols. Ed. Facsimilar do manuscrito de c.1852. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1995.

AZTARNA (sem indicação de autor). Laguardia/Guardia y su denominación, *Aztarna*, 17-05-2014. Amurrio: Aztarna, Asociación de etnografía y difusión cultural del Alto Nervión. [<http://aztarna.es/laguardiaguardia-y-su-denominacion>]. Accesado em 15 ago. 2017.

¹² O nome medieval era *Maceda de Trives*. A homonímia coa vizinha *Maceda de Limia* (hoje *Maceda*) favoreceu desde o século XVI a substituição do nome originário pelo castelhanismo *Manzaneda*.



BAIGES, Ignasi J. et alii (dirs.). *Els pergamins de l'Arxiu Comtal de Barcelona, de Ramon Berenguer II a Ramon Berenguer IV*, vol. V. Diplomataris, 51. Barcelona: Fundació Noguera, 2010.

BASCUAS, Edelmiro. *Novos estudos de hidronimia paleoeuropea galega*. Vigo: Universidade de Vigo, Servizo de publicacións, 2014.

BELASKO, Mikel. *Diccionario etimológico de los nombres de los pueblos, villas y ciudades de Navarra*. Pamplona: Pamiela, 1996.

CARIDAD ARIAS, Joaquín. *Toponimia céltica de Galicia*. Lugo: Deputación Provincial, 2006.

CODOLGA = LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo (dir) (1994-). *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*. [<http://corpus.cirp.es/codolga>]. Accesado em 15 ago. 2017.

COROMINAS, Juan. *Tópica Hespérica. Estudios sobre los antiguos dialectos, el substrato y la toponimia romances*. Madrid: Gredos, 1972.

DAUZAT, Albert & ROSTAING, Charles. *Dictionnaire étymologique des noms de lieux en France*. 2. ed. Revue e complétée par Ch. Rostaing. Paris: librairie Guénegaud, 1978.

DCECH = Corominas, Juan / José Antonio Pascual (1982-1991): *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*. 6 vols. Madrid: Gredos.

DdD = SANTAMARINA, Antón. *Dicionario de Dicionarios. Corpus lexicográfico da lingua galega* [<http://sli.uvigo.es/DdD/>]. Accesado em 15 ago. 2017.

DUQUE, Pedro. El fuero de Viana, *Príncipe de Viana*, 35, número 136-137, p. 409-428. Pamplona: Gobierno de Navarra, 1974.

FLÓREZ, Fr. Henrique. *España Sagrada. Theatro Geographico Historico de la Iglesia de España*. Tomo 16 (Astorga). Madrid: Oficina de Pedro Marín, 1787.

GONZÁLEZ, Tomás (Edit.). *Censo de poblaciónnde las provincias y partidos de la corona de Castilla en el siglo XVI*. Madrid: Imprenta Real, 1829.

GONZÁLEZ, Julio. *Alfonso IX*. Madrid: Instituto Jerónimo Zurita – Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1944.

HERMO, Gonzalo. *O Tombo de tenzas primeiro (ACS CF 17) (1352-1412). Tese de Doutoramento inédita*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Filoloxía, 2017.

KREMER, Dieter. Zu den Orstnamen *Milmanda* und *Milreu*. In: KREMER, Dieter (Ed.). *Homenagen a Joseph M. Piel por ocasião do seu 85º aniversário*, p. 51-78. Tübingen: Max Niemeyer, 1988.



LORENZO, Ramón. *Colección documental do mosteiro de Montederramo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2016.

MÉNDEZ FERNÁNDEZ, Luz. Galicia no decreto de 1916. *Boletín da Real Academia Galega*. Núm. 377, p. 365-386. A Coruña: Real Academia Galega, 2017.

MORALEJO Lasso, Abelardo. *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Editorial Pico Sacro, 1977.

NAVAZA, Gonzalo. *Fitotponimia galega*. Santiago: Instituto da Lingua Galega – Fundación P. Barrié de la Maza, 2006.

NAVAZA, Gonzalo. Topónimos da parroquia de Rebordechán, p. 13-68. In: VV.AA.: *Rebordechán, A nosa memoria*. Rebordechán: Asociación Cultural Amistade, 2007.

NAVAZA, Gonzalo. A orixe literaria do nome da Coruña. RFG, *Revista de Filoloxía Galega*. A Coruña: Universidade da Coruña, 2016. [http://revistas.udc.es/index.php/rfg/article/view/1873] <DOI: 10.17979/rfg.2016.17.0.1873>

NAVAZA, Gonzalo. Toponimia miñorá: *Miñor, Nigrán, Gondomar, Baiona*. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón (edit). *Estudar topónimia: Aproximacións metodolóxicas e interpretativas*. Anexo 75 de *Verba, Anuario galego de filoloxía*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2017, p. 81-114.

NOMENCLÁTOR DE FLORIDABLANCA. *España dividida en provincias é intendencias, y subdividida en partidos, corregimientos, alcaldías mayores: obra formada por relaciones originales qe. de orden de S.M. se pidieron por su ministro de Estado, Conde de Floridablanca, en 22 de Marzo de 1785. Con un Nomenclator o Diccionario de todos los pueblos del Reino*. Madrid: Imprenta Real, 1789.

PARES = *Portal de Archivos Españoles*. Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. [http://pares.mcu.es/]. Accesado em 15 ago. 2017.

PMH, I = Academia Real das Sciencias de Lisboa. *Portugália Monumenta Histórica*. Volume I. Lisboa: [Olisipone: Typis academicis], 1856.

PTG = *Proyecto Toponimia de Galicia*: Xunta de Galicia (2004-) [http://toponimia.xunta.es/gl/toponimiaengalicia]. Accesado em 15 ago. 2017.

RODRÍGUEZ FERNÁNDEZ, Carlos. *La colección diplomática de San Vicente del Pino*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade de Granada baixo a direção de J. I Fernández de Viana y Vieites, 1990. [Inédita; encontra-se em DIALNET e outros servidores de textos acadêmicos].

SANDOVAL, Prudencio de. *Antigüedad de la ciudad, y Iglesia cathedral de Tuy y de los obispos que se save aya auido en ella*. Braga: Em casa de Fructuoso Lourenço de Basto, 1610.



SOLANO FERNÁNDEZ-SORDO, Álvaro. Historia urbana en la Galicia medieval. Balance y perspectivas, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, LVII, nº 123, 2010, p. 55-90. <DOI: 10.3989/ceg.2010.v57.i123.76>

TEJERO ROBLEDO, Eduardo. La retoponimización: cuestión interdisciplinar. In: PERDIGUERO VILLARREAL, Hermógenes & ÁLVAREZ, Antonio (Coord.). *Toponimia de Castilla y León: actas de la Reunión Científica sobre Toponimia de Castilla y León*, 107-116. Burgos, novembro de 1992. Burgos: Universidad de Burgos, 1995.

TMILG = VARELA BARREIRO, Xavier (dir.) (1993-). *Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega*. [<http://ilg.usc.es/tmilg>]. Accesado em 15 ago. 2017.

VENTURA, Leontina / RESENDE DE OLIVEIRA, António. *Chancelaria de D. Afonso III: Livro I*. Vol. I. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. <DOI: 10.14195/978-989-26-0411-4>

XUNTA DE GALICIA. *Nomenclátor das provincias, concellos, parroquias e lugares de Galicia*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia – Litonor, 2003.

Recebido em 15/10/2017
Aprovado em 13/12/2017



Tendências da toponímia urbana do município de Dourados-MS: os nomes das ruas

**Trends of the urban toponymia of the municipality of Dourados – MS:
the streets names**

Marilze TAVARES¹

RESUMO: Neste trabalho investigamos os nomes de ruas da área Urbana do município de Dourados – MS com o objetivo de examinar tendências no que se refere à motivação semântica, à estrutura do sintagma toponímico e à presença de outras línguas, além da língua portuguesa. Em geral, fundamentamo-nos nos pressupostos teórico-metodológicos de Dick (1990; 1992) que orientam as principais pesquisas toponímicas do Brasil, especialmente aquelas realizadas no âmbito do Projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul – ATEMS, ao qual este trabalho está vinculado. A análise evidenciou os seguintes resultados: i) quanto à motivação, prevalecem os nomes de pessoas e, em segundo lugar em número de ocorrências, os nomes de outras localidades (cidades, estados, países.); ii) quanto à estrutura morfológica, sobressaem os topônimos compostos de dois ou mais vocábulos; e, iii) quanto à língua de origem, a portuguesa prevalece, seguida, bem de longe, de línguas indígenas e de várias outras (italiano, japonês, árabe, espanhol...), que podem, em certa medida, serem associadas ao processo de constituição da população do município.

PALAVRAS-CHAVE: Léxico. Toponímia. Nomes de ruas. Dourados/MS/Brasil.

ABSTRACT: In this work we investigate the streets names of Dourados municipality urban area with the aim of examining trends regarding semantic motivation, the structure of the toponymic syntagm and the presence of other languages besides the Portuguese language. In general, we base ourselves on the theoretical and methodological assumptions of Dick (1990, 1992) that guide the main toponymic researches in Brazil, especially those carried out under the Atlas Toponymic Project of the State of Mato Grosso do Sul ATEMS, to which this work is linked. The analysis showed the following results: I) as to motivation the names of people prevail, and secondly, in the number of occurrences the names of other localities (cities, states, countries.) II) as to the morphological structure, the toponyms composed of two or more word stand out. And III) as to the native language, the Portuguese language prevails, followed by far, by indigenous languages and by several others (Italian, Japanese, Arabic, Spanish, ...), which may in a certain way to be associated with the process of constitution of the municipality population.

KEYWORDS: Lexicon. Toponimmia. The streets names. Dourados/MS/Brazil.

Introdução

A nomeação dos espaços, urbanos ou rurais, tem como função identificá-los e individualizá-los em relação aos demais; por meio dos nomes próprios específicos, podemos,

¹ Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD – Faculdade de Comunicação, Artes e Letras – FACALE. Dourados – MS. Brasil. 79804-970. E-mail: marilzetavares@ufgd.edu.br



principalmente, nos orientar melhor. Apenas isso já apontaria para uma importância muito prática e cotidiana dos topônimos, principalmente os da área urbana. Estudar os processos de nomeação, entretanto, pode nos ajudar também a compreender aspectos da história, da cultura, das ideologias, do ambiente físico em que os designativos se encontram.

Neste texto apresentamos resultados de uma pesquisa que teve os seguintes objetivos: evidenciar as características principais da toponímia das ruas da cidade de Dourados – MS, especialmente no que se refere à motivação; registrar tendências quanto à estrutura formal dos topônimos e quanto à presença de outras línguas (diferentes da língua portuguesa); e fomentar, com dados, o Sistema de Dados do Projeto ATEMS – Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul ao qual esta pesquisa está vinculada.

Para isso, conforme pressupostos teórico-metodológicos de Dick (1990; 1992) – adotados também pelo ATEMS – foram coletados, do mapa impresso da área urbana de Dourados e do Banco de Dados Multifinalitário (do site da prefeitura), 985 nomes de ruas. Após a coleta, os dados foram, inicialmente, organizados e classificados segundo sua motivação semântica, sua língua de origem e sua estrutura formal. Essa organização inicial dos dados embasou as análises quantitativa e qualitativa.

Sobre o município de Dourados

O município de Dourados foi fundado no ano de 1935, a partir do desmembramento de terras do município de Ponta Porã – MS. É considerado o segundo mais importante do estado e está a 220 km de sua capital, Campo Grande. A Fig. 01 que segue mostra a localização de Dourados no Mato Grosso do Sul.

80

Figura 01 – Dourados no Mato Grosso do Sul



Fonte: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Dourados>



A população da região em que hoje fica Dourados foi se constituindo de diversos grupos estrangeiros que se instalaram na cidade: paraguaios, que sofriam com as consequências do país devastado pela Guerra da Tríplice Aliança; árabes, sírios e libaneses, que viam na região oportunidades de crescimento com a atividade de comércio, principalmente; japoneses que vieram principalmente para se estabelecer na Colônia Agrícola de Dourados (CAND). Além disso, levas de brasileiros de outros estados e regiões também se instalaram no município: paulistas, que vieram para trabalhar na construção da Estrada de Ferro; mineiros, que se dedicaram às atividades pastoris, gaúchos, atraídos pelos preços baixos de lotes; nordestinos de vários estados, que sonhavam em também conseguir um pedaço de terra.

Convém registrar, porém, que antes do processo de colonização da região em que hoje fica Dourados, o espaço já era habitado por indígenas das etnias Terena e Guarani Kaiowá. Essa população, principalmente a de Guarani Kaiowá, que se constitui como uma das maiores do Brasil, foi sendo confinada em espaços muito pequenos e hoje vive em situação de miséria em aldeias próximas da área urbana do município.

Atualmente o município é constituído de oito distritos: Vila Formosa, Guassu, Indápolis, Itahum, Panambi, Picadinho, Vila São Pedro e Vila Vargas e sua população total está estimada em 216.000 aproximadamente.

A toponímia dos espaços urbanos

Como toda toponímia, de qualquer espaço, a urbana identifica e individualiza os elementos geográficos. Suas funções de organizar e orientar as pessoas ficam ainda mais evidentes devido à intensidade da movimentação e da circulação que são próprias das áreas urbanas, onde vivem, em geral, um aglomerado maior de pessoas.

Além dessas funções, podemos perceber que a toponímia urbana é também meio para imprimir e veicular aspectos de natureza física e, muito mais ainda, de natureza antropocultural. Valores, crenças e ideologias são impressos na toponímia de um local ao longo de sua história. Isso pode ser observado especialmente em relação aos nomes de ruas, que assim como os nomes de estados, cidades e bairros, são atribuídos por meio de uma escolha um pouco mais refletida. É diferente do que ocorre, em geral, com a nomeação de elementos da área rural, onde, por exemplo, um córrego pode receber o nome de *Laranjal* ou *Araras* pela simples presença de uma plantação de laranjeiras ou de ninhos de araras que estejam próximos ao elemento geográfico.

Isso não significa, evidentemente, que o mesmo não ocorra com a nomeação de elementos da área urbana, no entanto, como mostraremos, por meio da análise de dados, ao menos na área urbana de Dourados, os elementos antropoculturais são muito mais presentes.

É preciso considerar que a nomeação das ruas em Dourados deve obedecer à legislação específica e depende da aprovação da comunidade (ao menos de seus representantes, como os vereadores, por exemplo). De acordo com o Artigo 17 da Lei Orgânica do Município de Dourados – MS, as vias e logradouros públicos receberão, preferencialmente, “[...] nomes de pessoas, de datas, de fatos e referências relativos à história do Município [...].” Esse artigo, por si só, já se mostra um forte controlador da nomeação dos espaços urbanos. Ou seja, no momento da aprovação de um nome para determinada rua, a Lei



deve ser levada em consideração e os “nomes de pessoas, de datas, de fatos históricos [...]” terão preferência em relação a outros que eventualmente possam ter sido propostos.

Resultados e discussões

Partimos da observação de que a maioria dos nomes de ruas parecia ser motivada por nomes de pessoas, conforme prevê a Lei. Pretendíamos, entretanto, verificar quais outras motivações – considerando o modelo taxionômico de Dick (1992) – poderiam ser observadas nos nomes das ruas. Inicialmente quantificamos os topônimos de acordo com a natureza de sua motivação, conforme mostra o Gráfico 01.

Gráfico 01 – Natureza da motivação dos topônimos (nomes de ruas de Dourados – MS)



82

Fonte: Elaboração da autora

A análise dos dados evidenciou, então, que 87% dos nomes de ruas têm motivação inspirada em aspectos de *natureza antropocultural*. Essa é a primeira tendência observada nesse conjunto de topônimos urbanos.

E dentre as categorias de *natureza antropocultural*, as mais recorrentes são as seguintes: *antropotopônimos* (nomes próprios individuais, sobrenomes e apelidos – 629); *corotopônimos* (nomes de cidades, estados, países, regiões, continentes – 124); *axiotopônimos* (nomes de títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais – 41); *historiotopônimos* (nomes de movimentos históricos, seus membros, bem como às datas



correspondentes – 21); e *sociotopônimos* (nomes de atividades profissionais, locais de trabalho e pontos de encontro dos membros de uma comunidade – 09)².

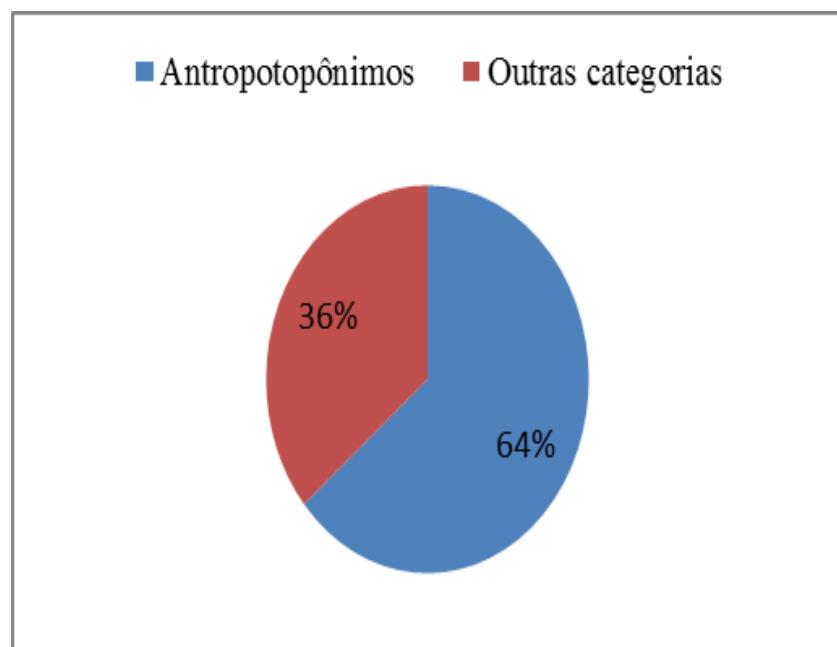
Os *antropotopônimos* constituem a categoria de maior destaque na toponímia urbana do recorte investigado e, segundo Dick (1990, p.309), em qualquer “porção do território”.

A conclusão que se pode retirar do estudo antroponímico na nomenclatura geográfica, em qualquer porção do território, certamente apontará a categoria estudada como a mais concorrida entre as restantes. Cite-se, para ilustrar, o exame efetuado nas denominações municipais do Estado de São Paulo, que revelou cerca de 101 topônimos, dentre as áreas políticas, como pertencentes à taxeonomia antropotoponímica.

Notamos, no entanto, que os nomes de pessoas estão mais frequentemente na toponímia urbana uma vez que os primeiros estudos já concluídos, realizados no âmbito do Projeto ATEMS, tendo como foco principal a toponímia de acidentes físicos da área rural de municípios de Mato Grosso do Sul – Schneider (2002), Dargel (2003), Tavares (2004), Gonsalves (2004) e Tavares (2005) –, mostram que as categorias de *natureza física* sobressaem em relação às de *natureza antropocultural*.

Voltando aos dados desta pesquisa, reiteramos que do *corpus* de 985 nomes, 629 são nomes de pessoas. São exemplos desses *antropotopônimos*: avenida Marcelino Pires, rua Weimar Torres, rua Joaquim Teixeira Alves. O Gráfico 02 mostra essa proporção em números percentuais:

Gráfico 02 – *Antropotopônimos* em relação ao total dos dados



Fonte: Elaboração da autora

² Para conhecer o modelo de classificação completo, ver Dick (1990, p. 31-32).



É importante registrar que apenas cerca de 10% dos *antropotopônimos* são nomes de mulheres como os exemplos: rua Adelina Rigotti, rua Albertina de Mattos, rua Eulália Pires. Registrarmos ainda que, entre os *antropotopônimos* do *corpus*, encontramos principalmente os nomes dos chamados pioneiros e de pessoas que, por alguma razão, se destacaram na história do município. No entanto, são incluídos nessa categoria nomes de escritores (rua Castro Alves), esportistas (rua Airton Senna), religiosos (rua Allan Kardec), inventores (rua Santos Dumont) e de outras personalidades conhecidas nacionalmente.

É nesse sentido que Dick (1990, 294), mencionando Dauzat e Backheuser, lembra que os topônimos antroponímicos podem demonstrar diversos sentimentos e intenções como “oportunidade e autolatria”, “modéstia e espiritualidade”, “acentuada intelectualidade”, “sentimento cívico”, conforme os nomes escolhidos.

De acordo com a mesma autora, “[...] os topônimos de origem antroponímica podem se apresentar antecedidos de títulos indicativos de profissão, de patentes militares, nobiliárquicos ou de investidura em funções políticas e, mesmo, de dignidade ou honrarias [...]” (DICK, 1990, p. 309). Esse tipo de topônimo foi dividido, pela mesma autora, em outras duas categorias, a dos *sociotopônimos* e dos *axiotopônimos*, mas se caracterizam, igualmente, pela intenção de homenagem ao homem. Entre os dados, as homenagens mais frequentes a pessoas que possuem título ou indicativo de profissão são aquelas relativas a:

- i) *títulos militares* como “coronel”, “general”, “major”, “marechal”: rua Coronel Ponciano, rua General Osório, rua Major Capilé, rua Marechal Rondon;
- ii) *funções políticas* como “presidente”, “vereador”, “deputado”: rua Presidente Vargas, rua Vereador Aguiar de Souza, rua Deputado Weimar Gonçalves Torres;
- iii) *títulos religiosos* como “padre”, “pastor”, “irmã”, “frei”: rua Padre Edson Nogueira Lima, rua Pastor Braff, rua Irmã Josélia Tomas, rua Frei Antonino;
- iv) *títulos de nobreza* como “barão”, “duque”, “dom” (para monarcas e príncipes): rua Barão do Rio Branco, rua Duque de Caxias, rua Dom Pedro I;
- v) *profissões* como “professora”, “guarda municipal”: rua Professora Antônia Cândida de Melo, rua Guarda Municipal Helena Recalde.

Dick (1990, p. 310), sobre as homenagens a pessoas na toponímia, citando mais uma vez Backheuser, esclarece:

Ainda que, como disse Backheuser, os nomes pessoais aplicados a localidades geográficas, possam revelar aspectos de autolatria, imodéstia ou desejo de perpetuação de feitos individuais, não se pode por em dúvida que, quando bem aplicados, procurando-se o vínculo aproximado entre as circunstâncias do lugar e do denominador que lhe permitiu a designação, possibilitam, realmente, que uma parcela da história regional ou nacional seja conservada e transmitida às gerações posteriores.

Se a homenagem aos homens de destaque na história está prevista e incentivada pela Lei Orgânica do município, a homenagem a outros espaços, por meio da transferência de topônimos não está prevista na Lei. Ainda assim, a categoria dos *corotopônimos* se apresenta como a segunda mais produtiva entre os nomes de ruas. Essa prática, isto é, nomear um



espaço com o nome de outro espaço, já foi verificada e estudada por Dick (1982, p. 95), que explica:

[...] os topônimos deslocam-se [...] ou acompanhando as levas povoadoras, o que caracteriza a tão comentada “saudade” da terra natal, ou separadamente do elemento humano que imigrou, impulsionado, apenas pelo próprio prestígio, como diz Backheuser, configurando, neste caso, um típico exemplo de “mimetismo toponímico”.

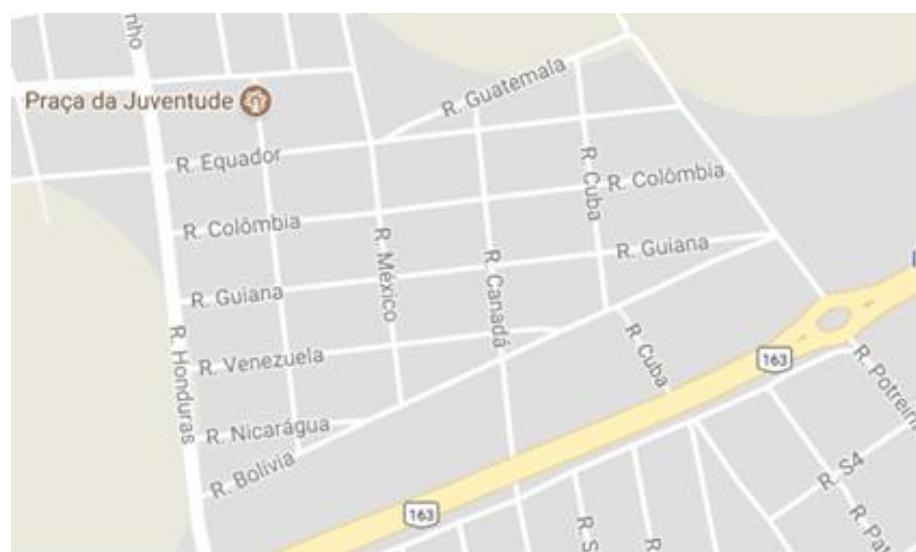
A análise demonstrou que os *corotopônimos* do *corpus* aqui examinado têm diversas procedências, que podem, de fato, conforme menciona Dick, evidenciar saudade da terra natal ou intenção de conferir prestígio ao local. As procedências mais comuns são as seguintes:

- i) *Nomes de cidades e distritos do próprio MS*: rua Campo Grande, rua Caarapó, rua Ivinhema, rua Ponta Porã;
 - ii) *Nomes de estados brasileiros*: rua Mato Grosso, rua Rio Grande do Sul, rua São Paulo;
 - iii) *Nomes de países das Américas*: rua Argentina, rua Bolívia, rua Canadá, rua Colômbia, rua México, rua Nicarágua;
 - iv) *Nomes de países da Europa*: rua Alemanha, rua Espanha, rua Itália, rua Portugal, rua Suíça;
 - v) *Nomes de locais turísticos brasileiros ou estrangeiros*: rua Bariloche, rua Cancun, rua Fernando de Noronha, rua Itapuã.

85

Em Dourados, existem bairros em que praticamente todas as suas ruas têm nomes transplantados. É o que ocorre com o bairro Parque das Nações I, ilustrado com a Fig. 2 que segue, em que aparecem nomes de países das Américas.

Figura 02 – Recorte do mapa de Dourados – *corotopônimos* no Parque das Nações I



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-22.2334478,-54.760894,19z>



Caso semelhante é o do bairro Jardim Europa, no qual encontramos ruas designadas com os nomes de países da Europa: rua Alemanha, rua Espanha, rua França, rua Suécia, entre outras.

Além dos nomes de cidades, estados, países e continentes, já previstos na definição dessa categoria, observamos que todas as regiões da Itália foram homenageadas por meio da nomeação das ruas do bairro Vila Roma II, um dos mais recentes da cidade.

Assim, ainda que de forma concentrada em alguns bairros, as referências à Itália ficaram muito presentes no conjunto dos nomes de ruas da cidade Dourados. No Quadro 01 apresentamos esses topônimos e os elementos geográficos a que eles se referem antes de serem tomados como nomes de ruas.

Quadro 01 – Topônimos que nomeiam outros elementos geográficos na Itália

Topônimos em Dourados – MS	Elementos geográficos da Itália designados com o mesmo nome
Rua Apeninos	Cadeias de montanhas da Itália
Rua Abruzzo	Região
Rua Arezzo	Cidade da região da Toscana
Rua Basilicata	Região
Rua Calábria	Região
Rua Campânia	Região
Rua Emília Romagna	Região
Rua Esquilino	Colina localizada em Roma
Rua Friul Veneza	Região
Rua Grosseto	Comuna/cidade
Rua Lázio	Região
Rua Ligúria	Região
Rua Lombardia	Região
Rua Marche	Região
Rua Molise	Região
Rua Palatino	Colina localizada em Roma
Rua Piemonte	Região
Rua Puglia	Região
Rua Quirinale	Bairro do centro de Roma
Rua Sardenha	Região
Rua Sicilia	Região
Rua Siena	Cidade da região da Toscana
Rua Toscana	Região
Rua Trentino	Região
Rua Umbria	Região
Rua Vale Daosta	Região
Rua Veneto	Região
Rua Viminale	Colina localizada em Roma
Rua Vaticano	País encravado em Roma (?)

Fonte: Elaboração da autora



Os nomes de ruas que também são nomes de colinas e montanhas (Apeninos, Esquilino, Palatino, Viminale) não foram classificados como *corotopônimos* porque não se encaixam na descrição dessa categoria – ficaram, por ora, sem classificação quanto à motivação.

Ainda entre as categorias de *natureza antropocultural*, destacamos os *historiotopônimos*, que podem ser exemplificados pelos seguintes designativos: rua da Abolição, rua Independência, rua 07 de Setembro, rua 20 de Dezembro (aniversário da cidade). Lembramos que a Lei Orgânica determina que sejam privilegiados nomes “[...] nomes de pessoas, de datas, de fatos e referências relativos à história do Município.” No entanto, as datas e fatos verificados nos nomes de ruas são, com mais frequência relativos à história do país.

Independentemente da taxionomia que estamos utilizando na análise dos nomes, notamos que um importante fato histórico para o Brasil – a Guerra do Paraguai – deixou algumas marcas na toponímia urbana de Dourados. Os topônimos transcritos na sequência, de alguma forma, fazem referência a esse episódio bélico: rua Aquidabã, rua Benjamin Constant, rua Duque de Caxias, rua Floriano Peixoto, rua General Câmara, rua General Osório, rua Guia Lopes, rua Humaitá, rua Riachuelo, rua Visconde de Taunay³.

Além das categorias antropoculturais mais recorrentes já mencionadas (*antropotopônimos*, *corotopônimos*, *axiotopônimos*, *historiotopônimos* e *sociotopônimos*) outras seis foram observadas na análise dos dados, conforme é possível verificar no quadro seguinte no qual constam as quantidades e um exemplo.

Quadro 02 – Outras categorias de *natureza antropocultural*

Categoria	Quant.	Exemplo
Animotopônimo	01	rua Liberdade
Ecotopônimo	01	travessa do Castelo
Etnotopônimos	06	rua dos Caiuás
Hagiotopônimos	02	rua São Francisco
Hierotopônimos	04	rua Sagrada Família
Hodotopônimos	07	rua Marginal

Fonte: Elaboração da autora

Na sequência passamos às considerações sobre topônimos das categorias de *natureza física* que se destacaram entre os dados desta pesquisa.

Como é possível observar no Gráfico 01, apenas 13% dos nomes de ruas puderam ser incluídos em categorias de *natureza física*. As cinco mais recorrentes foram as seguintes:

³ Encontra-se no prelo artigo de nossa autoria que analisa mais detalhadamente as marcas da Guerra do Paraguai na toponímia urbana de Dourados – MS.



fitotopônimos (nomes relativos à vegetação em geral – 64), *zootopônimos* (nomes relativos a animais – 45), *litotopônimos* (nomes de índole mineral ou relativos à constituição do solo – 07), *geomorfotopônimos* (nomes relativos a formas topográficas – 06), cardinotopônimos (nomes relativos a posições geográficas em geral – 05).

Entre os fitotopônimos, pudemos verificar que diferentes tipos de árvores e outras plantas aparecem como designativos de ruas. Entre as quais, citamos as seguintes:

- i) *Árvores frutíferas*: rua dos Abacateiros, rua das Amoreiras, rua dos Ingazeiros, rua dos Pessegueiros;
- ii) *Árvores para madeira*: rua Cedros, rua Cerejeiras, rua Eucalipto, rua Peroba;
- iii) *Árvores ornamentais*: rua dos Ipês, rua Manacás, rua das Palmeiras, rua dos Oitis;
- iv) *Outras plantas*: rua das Cicas, rua Cafelândia, rua Girassol, rua dos Gerânicos.

Convém destacar a presença dos ipês entre os *fitotopônimos*, uma vez que diferentes tipos dessa árvore aparecem nos nomes de ruas: rua Ipê Amarelo, rua Ipê Branco, rua Ipê Rosa, rua Ipê Roxo. Lembramos, porém, que, no processo de nomeação, nem sempre é necessária a presença da árvore na rua para que seu nome se torne um topônimo. Da mesma forma, a árvore está presente em canteiros de várias ruas que receberam outros nomes (cf. Fig.3).

Figura 03 – Ipês Rosa na Rua Camilo Hermelindo da Silva – Dourados – MS



88

Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=ipês+rosa+em+Dourados+ms>

A fonte motivacional relativa aos animais – que resulta em *zootopônimos* – ficou representada na toponímia urbana por um pequeno conjunto de aves: rua das Andorinhas, rua Arara Azul, rua Azulão, rua dos Beija-Flores, rua Flamingo; e de peixes: rua Jaú, rua Lambari, rua Pacu, rua Piau, rua Piraputanga, rua Tambaqui. É possível afirmar que, de modo geral, esses animais estão presentes na flora da região em que fica Dourados, o que comprova que aspectos do ambiente físico se refletem na língua, nesse caso no processo de nomeação do espaço.



Os *litotopônimos* foram representados por pedras preciosas: alameda dos Brilhantes, alameda dos Diamantes, alameda das Esmeraldas, alameda das Pérolas, alameda dos Rubis, alameda das Safiras, alameda dos Topázios. São todos nomes de ruas de um mesmo bairro de Dourados: Campo Dourado.

Já na categoria dos *geomorfotopônimos*, foram incluídos os seguintes topônimos: ruas dos Alpes, rua Atalaia, rua Esplanada, rua Monte Alegre, rua Pantanal, avenida Planalto, porque os sentidos considerados foram os seguintes, retirados todos do dicionário Hoauiss (2001):

- i) alpe: “serra, monte, lugar elevado”;
- ii) atalaia: “lugar elevado [...], “morro mais alto de uma serra”;
- iii) esplanada: “terreno plano, largo, extenso [...]”;
- iv) monte: “parte de uma superfície que se eleva em relação ao espaço circundante; morro”;
- v) pantanal: “grande extensão de pântano”;
- vi) planalto: “superfície elevada e plana, ou com poucas ondulações [...]”.

Lembramos que o objetivo do estudo é apresentar tendências gerais, e apenas uma pesquisa mais detalhada sobre cada um dos nomes – o que é possível quando se tomam pequenos recortes toponímicos – poderá confirmar a real motivação de alguns nomes. Monte Alegre, por exemplo, poderia ser classificado como *corotopônimo*, já que existem vários municípios brasileiros denominados por Monte Alegre com ou sem outro elemento especificador: Monte Alegre (Pará), Monte Alegre do Sul (São Paulo), Monte Alegre de Minas (Minas Gerais), Monte Alegre dos Campos (Rio Grande do Sul), Monte Alegre do Piauí (Piauí), Monte Alegre de Goiás (Goiás). Assim migrantes vindos de qualquer um desses estados poderiam ter sugerido a denominação dessa rua com o nome de sua cidade natal. O mesmo ocorre com Cafelândia, que também é nome de municípios dos estados do Paraná e de São Paulo.

Quadro 03 – Outras categorias de *natureza física*

Categorias	Quant.	Exemplos
Astrotopônimos	03	rua Júpiter
Cardinotopônimos	05	alameda Oeste
Hidrotopônimos	02	rua Lagos Andinos
Meteorotopônimo	01	rua Orvalho

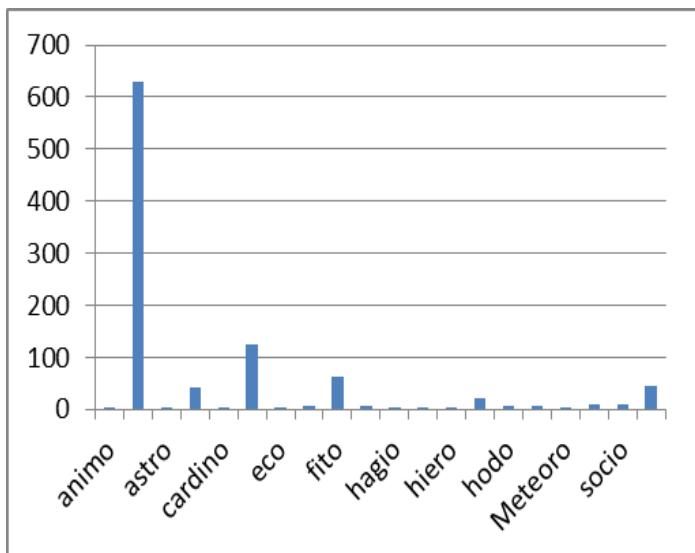
Fonte: Elaboração da autora

No Gráfico 03, podemos observar a produtividade de todas as categorias, com destaque, considerando, agora, a totalidade dos dados, para os *antropotopônimos*,



corotopônimos, fitotopônimos, zootopônimos, axiotopônimos e historiotopônimos. Esse gráfico confirma a prevalência dos fatores de natureza antropocultural no recorte investigado.

Gráfico 03 – Taxionomia dos nomes das ruas de Dourados – MS



Fonte: Elaboração da autora

Ficaram sem classificação quanto à motivação os topônimos do Quadro 04, cujas informações enciclopédicas não permitiram que fossem “encaixados” em nenhuma das categorias do modelo utilizado.

Quadro 04 – Topônimos sem classificação taxionômica

Termo genérico	Termo específico	Informações enciclopédicas
rua	Apeninos	Os Montes Apeninos são cadeias de montanhas, localizadas na Itália.
rua	Campidoglio	O Capitólio, ou monte Capitolino, é uma das sete colinas de Roma.
rua	Continental	Relativo a continente.
rua	Esquilino	O monte Esquilino é uma das sete colinas de Roma.
rua	Fluminense	Relativo ao Rio de Janeiro, estado do Brasil.
rua	Maçarico	Maçarico pode se referir à praia do Maçarico, Salinópolis/PA.
rua	Mediterrâneo	Relativo ao mar Mediterrâneo.
rua	Negreiros	Relativo a negros.

Fonte: Elaboração da autora



A estrutura formal dos topônimos

Os nomes de pessoas, como demonstrado, prevalecem na nomeação das ruas de Dourados. Esses nomes, em geral, são formados de primeiro nome e sobrenomes, como ilustram mais esses exemplos: rua Alcides Klaus, rua Cláudio Goelzer, rua Clóvis Cerzózimo de Souza. Como, até o momento, não dispomos de fontes seguras para determinar a origem linguística da maioria dos nomes e sobrenomes de pessoas, que aparecem entre os dados, optamos por não informar os supostos casos de composição com hibridismo.

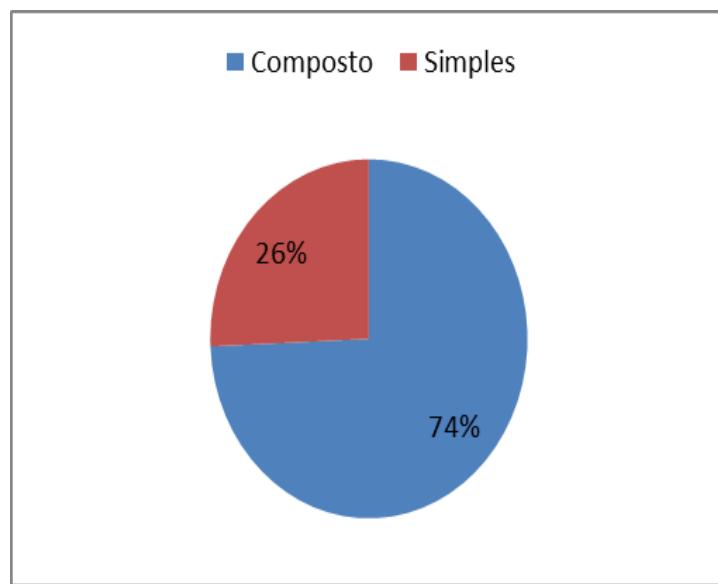
Na sequência, entretanto, para não correr o risco de não considerarmos algumas características importantes dessa toponímia, apresentamos algumas observações a respeito de evidências de línguas estrangeiras (e indígenas) que aparecem nos dados.

Ainda sobre a estrutura formal, observamos também raros casos de topônimos simples formados por elementos de língua diferentes. Além de raros, eles não denotam particularidades da região. Trata-se de vocábulos já incorporados à língua portuguesa que não são mais percebidos, pelos falantes, como pertencentes à outra língua. Ilustram esse tipo de designativos, os seguintes: rua das Araras, rua Arapongas, rua Pitangueiras. Nos dois primeiros nomes, temos apenas a desinência de plural, que é morfema da língua portuguesa, associada aos vocábulos de origem tupi; no último, um sufixo precede a desinência de número.

O Gráfico 04 ilustra a proporção de nomes formados por apenas um elemento (simples) e por nomes formados de dois ou mais elementos (compostos).

91

Gráfico 04 – Estrutura formal dos topônimos



Fonte: Elaboração da autora

Como podemos perceber por esse gráfico, 74% dos topônimos urbanos têm estrutura composta. Esse resultado, reiteramos, está associado ao tipo de motivação que prevalece.



A língua de origem dos topônimos

Ainda que não seja possível informar, com segurança, a língua de origem dos nomes que compõem os sintagmas toponímicos coletados para este estudo, consideramos importante apresentar algumas observações sobre as línguas que ficaram evidenciadas no conjunto dos dados (além da língua portuguesa, que, obviamente, é a predominante). Isso porque entendemos que as línguas refletidas nos designativos, em certa medida, estão associadas ao processo de constituição da população do município.

Tavares e Velasco (2016, p. 24), em artigo intitulado *A presença e a motivação de topônimos indígenas nas ruas de Dourados/MS*, já haviam verificado que apenas 7% dos nomes de ruas de Dourados têm origem indígena ou são formados por pelo menos um vocábulo de origem indígena; ou seja, a proporção em relação ao todo é relativamente pequena. Nesse percentual estão incluídos nomes como: rua Arara Azul, rua Buriti, rua Jandaia, rua Ponta Porã.

Quando levamos em conta que, no município, encontra-se a maior população indígena do estado e uma das maiores do Brasil, é comum supor que as línguas indígenas locais estivessem mais fortemente presentes na toponímia. As autoras, porém, concluíram:

No exame do conjunto de nomes cuja origem é de alguma língua indígena (em geral do Tupi), foi possível verificar que os vocábulos, em sua maioria, já foram, há muito tempo, incorporados à língua portuguesa, denotando que não são especificidades da região. Ou seja, não possuem relação com a presença e com os aspectos culturais dos indígenas da região (TAVARES; VELASCO, 2016, p. 31).

92

Além das línguas indígenas, da portuguesa, obviamente majoritária, outras ficaram evidenciadas nesse conjunto de topônimos urbanos. Em geral, as línguas estrangeiras apareceram nos nomes e sobrenomes de pessoas que foram utilizados como topônimos e nos nomes de elementos geográficos de outras localidades que foram, em Dourados, novamente utilizados como designativos geográficos.

Os topônimos de origem linguística italiana – conforme já mencionado na análise relativa à motivação – foram os que mais se destacaram e podem ser exemplificados com os seguintes sobrenomes que acompanham primeiro nome: avenida Adroaldo Pizzini, rua Jandira Barbieri Ducci, rua Osvaldo Lorenzini, (em que os sobrenomes Pizzini, Ducci e Lorenzini têm origem italiana.); e com os seguintes nomes que também são topônimos de outras localidades na Itália: rua Arezzo, rua Basilicata, rua Calábria, rua Marche.

Sabemos que o período mais intenso da imigração italiana para o Brasil ocorre por volta de meados do século XIX (1850) depois da proibição do tráfego de escravos, ou seja, é um período muito anterior à criação do município de Dourados. Mas, sabemos também, que os italianos se instalaram principalmente nas regiões sul e sudeste do Brasil e dessas regiões, mais tarde, migraram para a região onde hoje fica o município de Dourados.

Sobressaíram também topônimos de língua japonesa, representados por nomes e sobrenomes de pessoas como rua Massao Iguma, rua Shonei Fujinaka, rua Toshinobu Katayama, rua Toshio Oshiro.



Os japoneses chegaram ao Brasil no início do século XX (1908 seria o marco da migração japonesa no país) e se instalaram principalmente no estado de São Paulo. Algumas décadas, depois muitas famílias, incentivadas pelas políticas de ocupação da região Centro-Oeste, vieram se estabelecer na região para trabalhar, principalmente nas lavouras de café, como fizeram os imigrantes italianos.

Ainda no que se refere à língua dos topônimos, chama a atenção também a presenças de nomes árabes como rua Elia Saad, rua Hayel Bon Faker, rua Mohamad. H. Hajj, rua Mustafa S. Abdo Sater.

A imigração árabe no Brasil passa a ter importância também no início do século XX. É do Líbano e da Síria que teriam partido os maiores fluxos que se instalaram na região sudeste do país e depois se dirigiram para outros locais, como Dourados, por exemplo. Ao contrário de outros grupos imigrantes, os árabes não se destacaram pelo trabalho na lavoura, mas, em sua maioria, como mascates e varejistas⁴.

Considerações finais

Como explicitado, este artigo teve o objetivo principal de apontar tendências no que se refere à nomeação das ruas da cidade de Dourados. Como a pesquisa seguiu os pressupostos teóricos de Dick (1990, 1992) e os parâmetros do ATEMS, analisamos os dados a partir de sua motivação semântica, de sua estrutura formal e de sua língua.

Quanto à motivação, reiteramos, sobressaem as categorias de *natureza antropoculturais*, sendo os nomes de pessoas a principal, abrangendo a grande maioria dos dados. Atribuímos esse resultado à existência da Lei Orgânica do Município de Dourados, que orienta que os nomes de ruas sejam, preferencialmente, nomes de pessoas, de datas, de fatos e referências relativos à história do município, conforme já mencionado.

No que se refere à estrutura morfológica dos topônimos, verificamos que a composta é a que prevalece. Associamos esse resultado, principalmente, às taxionomias que sobressaem no *corpus*: nomes de pessoas, acompanhados ou não de títulos ou indicativos de profissão ou ocupação. Em outras palavras, a maioria dos nomes de ruas, que por sua vez, são nomes de pessoas, são compostos de nomes e sobrenomes.

Quanto à língua de origem, vale lembrar, não foi possível uma análise quantitativa por meio da qual apresentássemos quantidades exatas, uma vez que não tivemos acesso a fontes seguras que pudessem determinar a origem de todos os nomes, sobretudo dos nomes de pessoas. No entanto, algumas línguas verificadas nos topônimos puderam ser evidenciadas e relacionadas ao processo de colonização do município e/ou da região.

Ao término da análise, foi possível concluir que o modelo taxionômico adotado para a classificação da motivação se mostrou adequado e suficiente para esse conjunto de topônimos urbanos. No entanto, como a categoria dos *antropotopônimos* prevalece majoritariamente entre os dados, talvez fossem úteis algumas subdivisões que fizessem aclarar mais aspectos que denotassem especificidades da toponímia urbana. Isso porque, por exemplo, na mesma categoria estão os nomes de pessoas pouco conhecidas e pessoas muito célebres como artistas, escritores, esportistas, religiosos, entre outros.

⁴ Mais informações sobre a migração árabe em Dourados, ver Souza (2007).



Recortes menores dos mesmos dados poderão ainda ser tomados como objeto de estudo para que os outros aspectos da toponímia urbana de Dourados possam ser conhecidos e registrados.

REFERÊNCIAS

DARGEL, Ana Paula Tribesse Patrício. *Entre buritis e veredas: o desvendar da toponímia do Bolsão sul-mato-grossense*. 190 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2003.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANABLUME, 1996

_____. *Toponímia e antropónima no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas/FFLCH/USP, 1992.

_____. *A motivação topográfica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. Origens históricas da toponímia brasileira. Os topônimos transplantados. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros – IEB*. Universidade de São Paulo, São Paulo, n.24, p. 76 – 96, 1982.

GEODOURADOS BANCO DE DADOS MULTIFINALITÁRIO. Disponível em <http://geo2.dourados.ms.gov.br/geodourados/map.phtml>. Acesso em setembro de 2017.

94

GONSALVES, Doraci da Luz. *Um estudo da toponímia da porção sudoeste de Mato Grosso do Sul: acidentes físicos e humanos*. 185 f. (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2004.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mário Sales. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE DOURADOS. Disponível em <http://www.camaradourados.ms.gov.br/a-camara/lei-organica>. Acessado em 27 de janeiro de 2017.

SCHNEIDER, Marlene. *Um olhar sobre os caminhos do Pantanal Sul-mato-grossense: a toponímia dos acidentes físicos*. 168 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas-MS, 2002.

SOUZA, Roney Salinas. *Uma vida entre dois mundos: imigrantes sírios e libaneses em dourados (1910-1980)*. 207 f. (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2007.



TAVARES Marilze; VELASCO, Denise de Oliveira Barbosa. A presença e a motivação de topônimos indígenas nas ruas de Dourados – MS. In: *Revista Arredia*, Dourados, MS, Editora UFGD, v.5, n.9: 15-34, jul./dez. 2016.

TAVARES, Marilze. *Toponímia sul-mato-grossense: um caminhar pelas microrregiões de Dourados, de Iguatemi e de Nova Andradina*. 214 f. (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2004.

TAVARES, Marineide Cassuci. *Estudo toponímico da região centro-norte de Mato Grosso do Sul: o desvendar de uma história*. 214 f. (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas – MS, 2005.

*Recebido em 15/10/2017
Aprovado em 10/11/2017*



Os topônimos do Recôncavo da Bahia

The toponyms of the Bahia Recôncavo

Lana Cristina SANTANA¹
Marcela Moura Torres PAIM²

RESUMO: Os topônimos do Recôncavo baiano apresentam uma rica diversidade linguística, compatível com as influências culturais vivenciadas nesse território. Em seu espaço geográfico, há uma presença marcante dos estratos dialetais indígenas, africanos e europeus, por ter sido uma das primeiras regiões brasileiras colonizadas e exploradas economicamente. A mistura desses povos pode ser verificada nos topônimos encontrados na microtoponímia dessa região: nomes de fazendas, comunidades e hidrografia, formados por nomes de origem Tupi associados a nomes e morfemas originários do latim ou de outras línguas europeias, que foram emitidos como um empréstimo ou uma mistura. Também é possível verificar a presença de formações toponímicas em que existe a união do estrato europeu com o repertório léxico das línguas bantas: quicongo, quimbundo e umbundo e das línguas cuá: yorubá e fon, revelando a presença dos povos africanos na cultura brasileira. Assim, o estudo toponímico é, na sua base, interdisciplinar, uma vez que utiliza outras áreas do conhecimento, como História, Geografia, Antropologia e Sociologia, como forma de base científica. Desta forma, a toponímia é o ramo dos estudos linguísticos que confirma a força dinâmica e interativa que o idioma possui, ratificando que a variação linguística está presente em todas as línguas naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia. Recôncavo baiano. Identidade cultural.

ABSTRACT: The toponyms of the Bahian Recôncavo presented a rich linguistic diversity, compatible with the cultural influences experienced in this territory. In its geographic space, there is a remarkable presence of the indigenous, African and European dialectal strata, since it was one of the first Brazilian regions that were colonized and economically exploited. The mixture of these peoples can be ascertained in the toponyms found in the microtoponymy of this region: names of farms, communities and hydrography, formed from Tupi origin names associated with names and morphemes originated from Latin, or from other European languages, that were issued as a loan, or a mixture. It is also possible to verify the presence of toponymic formations in which there is the union of the European stratum with the lexical repertoire of the Bantu languages: quicongo, quimbundo and umbundo and of the languages cuá: yorubá and fon, revealing the presence African peoples in Brazilian culture. Thus, the toponymic study is, in its base, interdisciplinary, since it uses other areas of knowledge, such as History, Geography, Anthropology and Sociology, as a form of scientific basis. In this way, Toponymy is added to the other linguistic studies that confirm the dynamic and interactive force that the language possesses, affirming that linguistic variation is present in all natural languages.

KEYWORDS: Toponymy. Reconcavo of Bahia. Cultural identity.

¹ Universidade Federal da Bahia – UFBA – Instituto de Letras. Salvador – Bahia – Brasil. CEP: 40170-115. E-mail: lanasantana8@gmail.com.

² Universidade Federal da Bahia – UFBA – Instituto de Letras. Salvador – Bahia – Brasil. CEP: 40170-115. E-mail: mmtpaim@ufba.br.



Introdução

Este trabalho analisa aspectos da microtoponímia do território de identidade (T.I.) do Recôncavo baiano, o qual faz parte de uma divisão elaborada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) — órgão da Secretaria de Planejamento do estado da Bahia (SEPLAN) — que dividiu o território baiano em 27 T.I.s. Tal procedimento foi realizado a partir de dados que apontavam semelhanças na formação histórica e cultural dos municípios, além de fatores geográficos, econômicos e sociais, a fim de que o governo pudesse agilizar a implementação de políticas públicas no estado.

No desenvolvimento da pesquisa que deu origem a este artigo, foi analisado um *corpus* composto de topônimos híbridos que nomeiam fazendas, comunidades rurais e a hidrografia de vinte municípios que formam o T.I do Recôncavo baiano³, a saber: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Muniz Ferreira, Muritiba, Maragogipe, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

O objetivo principal da pesquisa foi identificar na formação desses topônimos a influência dos estratos dialetais indígena, africano e europeu, investigando suas motivações semânticas, em uma perspectiva sincrônica, buscando compreender a relação existente entre língua, cultura e sociedade. Para tanto, considerou-se a importância da toponímia nos estudos linguísticos, uma vez que o nome é muito mais do que um locativo, pois possui elementos linguísticos que, quando analisados etimologicamente e inseridos em um contexto sociohistórico, são verdadeiros portais de conhecimento da cultura de uma sociedade e isso porque os topônimos normalmente configuram-se como signos motivados semanticamente, isto é, muitas vezes apresentam uma ligação direta entre o nome do lugar e o próprio lugar, representando aspectos físicos da região ou antropoculturais regionais ou nacionais.

Partindo dessa compreensão, o texto discute, de forma breve, alguns conceitos a respeito da variação linguística à luz da Dialetologia, além de conceitos sobre a Lexicologia e o léxico onomástico-toponímico, apresentando, em seguida, a análise dos dados e as conclusões a respeito do assunto abordado.

Léxico e Toponímia: resgate da identidade cultural de uma sociedade

A região do Recôncavo baiano é diversa em sua natureza, pois apresenta uma rica variedade em sua fauna e flora, além de possuir bacias hidrográficas que foram favoráveis ao processo de colonização, pois essa foi uma das primeiras regiões a ser explorada pelos colonizadores portugueses, principalmente pelo solo massapê, ali encontrado, que propiciou, durante os três primeiros séculos de colonização, uma grande escala de produção de cana-de-açúcar. Além dessa atividade agrícola, a cultura fumageira também predominou por toda essa região e ambas trouxeram uma grande riqueza patrimonial para o território do Recôncavo,

³ Os dados do *corpus* que compõem este artigo correspondem a uma divisão que prevaleceu até o ano de 2015, pois em 2016 o T.I. do Recôncavo baiano foi reduzido a dezenove municípios, retirando São Francisco do Conde e São Sebastião do Passé e, ao mesmo tempo incluindo o município de Salinas das Margaridas. Cf. referências.



com a construção de grandes engenhos e casarões que representavam a arquitetura colonial, com toda a ostentação digna dos grandes latifundiários que ali se alojaram.

Mas, para além das riquezas natural e patrimonial, ressalta-se a riqueza cultural do Recôncavo baiano, resultado da convivência dos povos indígena, africano e europeu, que hoje pode ser percebida por meio das manifestações artísticas e culturais e, lógico, na língua do povo dessa região, exemplo nítido da formação lexical do português brasileiro (PB), que apresenta uma variação linguística, resultante da própria formação histórica e cultural do Brasil.

Sobre a variação linguística do PB, é importante ressaltar que, durante os primeiros contatos linguísticos iniciais ocorridos no Brasil, houve uma relação de proximidade bastante significativa entre os primeiros colonizadores e o grupo Tupi da Costa brasileira. A esse grupo pertencem as línguas *tupinambá*, *tupiniquim*, *potiguara*, *nheengatu*, além dos dialetos *cocama* e o *cocamilla* pertencentes "[...] a uma língua de origem não-tupi-guarani tupinizada pelos tupinambás que entraram no Alto Amazonas e no Solimões nos séculos XVI-XVII [...]" (DIETRICH, 2015, p. 13), assim como a língua *omágua/omawa/canga-peba* "[...] língua muito importante na Amazônia dos séculos XVI e XVII; da mesma origem que o cocama-cocamila, com o qual forma um grupo linguístico [...]" (DIETRICH, 2015, p. 13).

Observa-se, portanto, uma proximidade dos colonos com a diversidade linguística e cultural dessas tribos indígenas, principalmente nas primeiras décadas de exploração do território, o que ocasionou a inserção de palavras tupis e tupinambás na língua portuguesa. Para Rodrigues (2015, p. 31),

98

[...] os nomes comuns e os topônimos são as aquisições mais naturais quando os falantes da língua receptora não têm nomes em sua língua para objetos culturais ou seres vivos que lhes são completamente estranhos, nem para os lugares que passam a conhecer. Mas sua aquisição em grande quantidade e com pouca alteração fonética, como é a situação predominante na nomenclatura adquirida dos tupis e tupinambás, implica um convívio detido e mais ou menos intenso.

Assim, há a influência dessas variedades do tronco tupi-guarani na nomeação da flora e da fauna brasileira e, por extensão, na onomástica. Além da influência indígena, inclui-se nesse processo de interação linguística, a percepção do povo africano, trazido para o Brasil em meados do século XVI e, mesmo na condição de escravo, exerceu enorme influência em toda a formação cultural e linguística brasileira. Segundo Castro (2005), as línguas de origem *banto*: *quicongo*, *quimbundo* e *umbundo* e as línguas *Kwa*: *iorubá* e *fon* foram marcantes no território baiano. A língua *banto* era usada por africanos que estavam em maior número no Brasil e que tiveram maior continuidade de tempo com o colonizador, enquanto os povos que dominavam a língua *Kwa* vieram para o Brasil, no final do século XVII. Os falantes da língua *fon* eram dirigidos para várias regiões, entre elas o Recôncavo da Bahia. Já os *iorubás* foram trazidos para a Bahia, na fase final do tráfico negreiro e ocupavam-se, principalmente, de trabalhos urbanos e domésticos em Salvador.

Como se observa, o léxico brasileiro recebeu diversas influências linguísticas; a diversidade pode ser verificada não somente por meio da influência indígena e africana, mas também, pela própria diversidade linguística do povo europeu, já que o território brasileiro foi cobiçado por muitos, entre eles, os franceses, espanhóis, holandeses, todos representantes de idiomas que já possuíam influências linguísticas várias em sua formação. Dessa forma,



estudar o léxico e suas variações em um determinado espaço geográfico traz a possibilidade de evidenciar

[...] a particularidade de cada terra, exibindo a variedade que a língua assume de uma região para outra, como forma de responder à diversidade cultural, à natureza da formação demográfica da área, à própria base linguística preexistente e à interferência de outras línguas que se tenham feito presentes naquele espaço geográfico no curso de sua história (CARDOSO, 2010, p. 15).

Essa é a perspectiva adotada pela Dialetologia, ramo da Linguística que se ocupa do estudo da variação linguística em um espaço geográfico, e, a partir do que expõe Cardoso (2010), o espaço geográfico é concebido como um espaço social, local onde a língua é constituída a partir das interações socioculturais ocorridas e perpetuadas através das gerações. São essas interações que darão origem ao léxico, parte do sistema linguístico que é considerado como um **tesouro**, pois carrega todo o conhecimento de uma sociedade, acumulado pelas gerações. Segundo Biderman (1978), os membros de uma sociedade tornam-se os responsáveis pela perpetuação e reelaboração contínua do léxico da sua língua. Sobre essa perspectiva, é importante considerar a importância dos padrões e processos de formação de palavras, pois eles

[...] otimizam as possibilidades de expansão lexical, **fazendo uso de material simbólico previamente existente através de sua adaptação a novas circunstâncias**, quer criativamente, quer de acordo com padrões convencionais gramaticalizados. O uso de padrões que aproveitam elementos previamente existentes atribuindo-lhes funções é fundamental para a eficiência dos processos de formação de palavras, na medida em que garantem a comunicação automática sem sobrecarga de memória (BASÍLIO, 2004, p. 51. Grifo nosso).

99

Entre esses processos, pode-se citar o hibridismo, exemplo perfeito da mistura das culturas que foram disseminadas no território brasileiro. Houaiss (2009) define esse processo como a “[...] língua ou palavra resultante da mistura dos vocabulários de duas ou mais línguas e/ou da interpenetração de sintaxes provenientes de línguas distintas [...].” Portanto, em um processo de hibridismo, unem-se elementos lexicais de línguas diferentes, resultando em **híbridos simples**, como ocorre nos processos de derivação por afixos, ou **híbridos compostos**, em que se unem raízes de línguas diferentes, por um processo de composição (ROCHA, 1998).

Todas as discussões realizadas sobre o léxico comum estendem-se ao léxico onomástico-toponímico, uma vez que, antes que uma palavra seja deslocada para o campo onomástico, transformando-se em topônimo, ela faz parte do repertório lexical de uma sociedade. Dessa forma, o topônimo também pode ser considerado um tesouro cultural. Como bem afirma Dick (1999a), eles são como uma **crônica da sociedade**, que preserva fatos históricos, sociais e culturais, sendo possível, portanto, aplicar-lhes análises linguísticas, geográficas, históricas, antropológicas e psicológicas.

Observa-se, por conseguinte, que mesmo vinculando-se à Linguística, a Toponímia é uma área de pesquisa interdisciplinar que estabelece interfaces com outros campos de conhecimento, possibilitando uma análise de fatores extralingüísticos, que favorecem o



trabalho do toponímista, no que diz respeito à confirmação de dados pesquisados acerca das motivações semânticas das denominações toponímicas, já que o deslocamento de uma palavra para o campo onomástico não ocorre de forma aleatória; há sempre uma influência externa ao sistema linguístico que motiva essa transição.

Partindo dessas premissas, o topônimo pode ser considerado um fóssil linguístico⁴, pois preserva formas antigas, que acabam por se tornarem opacas, por sofrerem a ação do tempo (DICK, 1990a). Como forma de exemplificação, pode-se citar os topônimos de origem tupi, os quais, quando analisados etimologicamente, apresentam elementos formadores descritivos e funcionam como sintagmas que definem claramente a localização do lugar através de referências; segundo Sampaio ([1901] 1987), os nomes de lugares para esses índios “[...] são, a bem dizer, verdadeiras definições do meio local”.

Portanto, é com essa compreensão que o *corpus* coletado foi trabalhado. Analisá-lo significa uma possibilidade de adentrar no universo linguístico-cultural do Recôncavo baiano, mostrando que o português brasileiro éário e suas bases linguísticas precisam ser reconhecidas e valorizadas em toda sua diversidade.

Análise de dados

A consulta aos mapas estatísticos municipais dos vinte municípios do Recôncavo baiano — escala 1.100.000, disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — resultou em 1.600 topônimos, sendo que destes, 144 apresentam formação híbrida. O tratamento dado a esses topônimos corresponde a uma metodologia já conhecida nas pesquisas toponímicas realizadas no Brasil, introduzida pela toponímista e coordenadora do Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP) e do Atlas Toponímico do Brasil (ATB), Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, que desenvolveu um quadro taxionômico (DICK, 1990a; 1990b), que possibilita uma classificação dos topônimos brasileiros, conforme as suas especificidades. Apesar dessa amplitude, as taxes não são limitadas, ou seja, diante de um contexto de nomeação toponímica que não corresponda ao quadro, o pesquisador poderá criar adaptações de acordo às necessidades encontradas.

O quadro taxonômico é composto por vinte e sete taxes, sendo onze de natureza física e dezesseis de natureza antropocultural (DICK, 1990b, p. 31-34). A formação das taxes apresenta-se de acordo com aspectos semânticos de natureza física ou natureza antropocultural observados no termo específico do sintagma toponímico. Por exemplo, no sintagma toponímico “comunidade Pedra Preta” o primeiro elemento do termo específico desse sintagma (Pedra Preta) vincula-se a um elemento de índole mineral, assim, seguindo o quadro taxonômico, esse termo teria a classificação de **litotopônimo**, pois *lito-* é um termo hiperônimo de origem grega, relativo à mineralogia que, associado a “topônimo”, forma a taxonomia. Assim, também teriam a mesma classificação os termos específicos dos sintagmas toponímicos “comunidade Barro Vermelho”, “comunidade Cascalho” e “comunidade Areia Fina”.

⁴ Dick (1990a, p. 42) informa que o primeiro a utilizar essa expressão foi o geógrafo francês Jean Brunhes, que qual considerava o topônimo um “fóssil da geografia humana”.



Seguindo essa metodologia, verificou-se, nos topônimos híbridos, uma maior porcentagem de topônimos com motivação semântica de natureza física, com 69%, com a presença das seguintes taxionomias: fitotopônimo (referente à índole vegetal, 53 ocorrências, correspondentes a 52%); geomorfotopônimo (referente às formas geográficas, 18 ocorrências, correspondentes a 17%); hidrotopônimo (resultante de acidentes hidrográficos em geral, com nove ocorrências, correspondentes a 9%); zootopônimo (relativo à índole animal, seis ocorrências, correspondentes a 6%); dimensiotopônimo (referente às características dimensionais dos acidentes geográficos); litotopônimo (referente à índole mineral), ambas categorias com cinco ocorrências, correspondendo a 5%; metereotopônimo (referente a fenômenos meteorológicos, com quatro ocorrências, correspondente a 4%) e morfotopônimo (referente a formas geométricas, com duas ocorrências, correspondendo a 2%).

A porcentagem encontrada para topônimos com motivação semântica de natureza antropocultural foi de 31%, com a presença das seguintes categorias: animotopônimo (relativo à vida psíquica, à cultura espiritual, com 12 ocorrências, correspondentes a 29%); hagiotopônimo (relativo aos santos do hagiólgio romano, sete ocorrências, correspondentes a 17%); ergotopônimo (relativo aos elementos da cultura material, com cinco ocorrências, correspondentes a 13%); antropotopônimos (relativo aos nomes próprios individuais); sociotopônimo (relativo às atividades sociais, seja de trabalho ou lazer) e ecotopônimo (relativo às habitações de um modo geral), com quatro ocorrências cada um, correspondendo a 10%; numerotopônimo (relativo aos adjetivos numerais, com duas ocorrências, correspondente a 5%); os etnotopônimo (referente aos elementos étnicos); dirrematopônimo (corresponde a frases ou enunciados linguísticos) e mitotopônimos (relativo a entidades mitológicas) apresentaram uma ocorrência, o que corresponde a 2% cada.

Quanto à formação híbrida, foram identificados topônimos com as seguintes formações: português-tupi (81 ocorrências, correspondendo a 56%), português-francês (20 ocorrências, correspondendo a 14%), português-africano (14 ocorrências, correspondendo a 10%), português-árabe (8 ocorrências, correspondente a 6%), português-germânica (7 ocorrências, correspondente a 5%), português-espanhol (6 ocorrências, correspondente a 4%), português-malaio (3 ocorrências, correspondente a 2%), português-italiano (2 ocorrências, correspondente a 1%), sânscrito-português (2 ocorrências, correspondente a 1%) e francês-Tupi (2 ocorrências, correspondendo a 1%).

A seguir, apresenta-se um quadro com uma amostra de topônimos híbridos, pois os limites de espaço deste trabalho não permitem a apresentação de todos os híbridos catalogados. O quadro está assim estruturado: sintagma toponímico (termo genérico e específico); origem do topônimo; a localização no Recôncavo baiano; a categoria semântica e a taxionomia.

Quadro 1: Exemplos de topônimos híbridos do Recôncavo baiano

Sintagma Toponímico		Origem	Município	Categoria semântica	Taxionomia
Termo genérico	Termo específico				
Comunidade	Alto da Valença da Guaíba	Português + Tupi	Cachoeira	Física	Dimensiotopônimo



Comunidade	Santiago do Iguape	Português + Tupi	Cachoeira	Antropocultural	Antropotopônimo
Comunidade	Caboquinho	Tupi + Português	Cachoeira	Antropocultural	Etnotopônimo
Fazenda	Rancho Alegre	Português + Espanhol	Castro Alves	Antropocultural	Ecotopônimo
Comunidade	Bom Jardim	Português + Francês	São Francisco do Conde	Antropocultural	Animotopônimo
Comunidade	Mina do Sapé	Francês + Tupi	Santo Antônio de Jesus	Antropocultural	Sociotopônimo
Comunidade	Xangô São Francisco	Português + Africano	São Felipe	Antropocultural	Mitotopônimo
Fazenda	Guandu Velho	Português + Africano	Dom Macedo Costa	Física	Fitotopônimo
Comunidade	Duas Estivas	Português + Italiano	Muniz Ferreira	Antropocultural	Numerotopônimo
Comunidade	Água Branca	Português + Germânico	São Sebastião do Passé	Física	Hidrotopônimo

Fonte: Elaboração das autoras

Tendo discutido os dados e apresentado alguns exemplos dos topônimos híbridos do Recôncavo baiano, o texto dirige-se à conclusão.

102

Conclusão

Frente ao exposto, verifica-se que os dados aqui apresentados sobre a toponímia baiana destaca a importância dos estudos variacionistas, no que diz respeito à formação do léxico do português brasileiro (PB). Ao buscar a origem dos topônimos de uma determinada região, há a possibilidade de serem verificados, por meio da etimologia, os estratos dialetais, que deram origem à língua vernácula em determinada região. Essa análise pode revelar formas antigas de linguagem que não estão mais em uso ou, ainda, termos que não foram dicionarizados (DICK, 1996). Além disso, através do método da Geolinguística (CARDOSO, 2010), é possível mapear as áreas em estudo, buscando, na dimensão diatópica, pontos em que há a maior ocorrência dos estratos que formaram o PB, sendo possível traçar um comparativo entre as áreas analisadas, revelando a realidade toponímica do local averiguado.

Ao mesmo tempo, o estudo semântico-lexical realizado a partir desse material linguístico (topônimos) permite não somente uma análise descritiva, mas também revela a criatividade e a expressividade linguística do falante, já que este, para colocar em prática o processo de nomeação, utiliza recursos metafóricos complexos, tornando o topônimo um signo linguístico relativamente motivado, característica compreensível, na maioria das vezes, a partir da sua inserção sociocultural, uma vez que reflete a ideologia de um povo registrada por meio desse material linguístico. Portanto, é correto afirmar que o



topônimo é um signo linguístico capaz de resgatar a memória e a identidade cultural de uma sociedade.

Diante de tamanha importância e funcionalidade, a Toponímia firma-se cada vez mais na Linguística e, por meio de pesquisas nessa área, mostra-se a necessidade da preservação de topônimos que surgiram a partir das vivências sociais, sem que sejam modificados aleatoriamente, criando sobreposições que se distanciam da história social do lugar.

REFERÊNCIAS

- BASÍLIO, M. Polissemia sistemática em substantivos deverbais. *Ilha do Desterro*, Florianópolis, n. 47, p. 49-71. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/desterro/article/viewFile/7347/6769>. Acesso em: 06 dez. 2009.
- BIDERMAN, M. T. C. *Teoria linguística*: linguística quantitativa e computacional. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- CARDOSO, S. A. M. *Geolinguística*: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola, 2010.
- CASTRO, Yeda Pessoa de. *Falares africanos na Bahia*: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras/ Topbooks Editora, 2005.
- DICK, M. V. de P. do A. *A motivação topográfica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado de SP, 1990a.
- DICK, M. V. de P. do A. *Toponímia e Antropónima no Brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed.. São Paulo: [s.n.], 1990b.
- DICK, M. V. de P. do A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- DIETRICH, W. O tronco tupi e as suas famílias de línguas: classificação e esboço tipológico. In: Noll, V., Dietrich, W. (Orgs). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 27-48.
- HOUAISS, A., V. M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Versão eletrônica. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia, Banco de dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- RODRIGUES, A. D. Tupi, tupinambá, línguas Gerais e português no Brasil. In: Noll, V., Dietrich, W. (Orgs). *O português e o tupi no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 68-99.
- SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. 5 ed. São Paulo: Editora Nacional: 1987.



SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA.
Estatísticas dos municípios baianos. *Território de Identidade Recôncavo*. v. 13. Salvador:
SEI. Disponível em:
http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=76&Itemid=110
>. Acesso em: 12 mai. 2012.

*Recebido em 30/09/2017
Aprovado em 25/11/2017*



Toponímia urbana da região do Imbirussu, Campo Grande/MS: registros ontológicos e cartográficos de áreas topográficas¹

Urban toponymy of Imbirussu region, Campo Grande/MS: ontological and cartographic records of toponymic areas

Letícia Barbosa da Silva CAVALCANTE²
Aparecida Negri ISQUERDO³

RESUMO: Este trabalho discute tendências temáticas evidenciadas na microtoponímia dos aglomerados urbanos (bairros e parcelamentos) e dos logradouros (ruas, avenidas, travessas...) da região urbana Imbirussu da cidade de Campo Grande/Mato Grosso do Sul. Essas tendências foram representadas por meio de mapas conceituais (ontologia) e de cartografia de áreas topográficas sistemáticas e sistêmicas da região em análise. O estudo parte de um recorte da pesquisa de Cavalcante (2016), vinculada ao projeto Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul (ATEMS), que teve como fonte de dados os Arquivos Vetoriais sobre o planejamento urbano, disponibilizados pelo Grupo de Informática e Geoprocessamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura Municipal. O *corpus* foi composto por 927 topônimos que nomeiam os sete bairros que compõem a região do Imbirussu; os 99 parcelamentos e os 821 logradouros que integram a região. A análise embasou-se nos princípios teórico-metodológicos da Lexicologia e da Toponímia, em especial no modelo teórico concebido por Dick (1990a; 1990b; 1996a, 1996b; 1999; 2002-2003; 2004). A pesquisa demonstrou que o recorte topográfico estudado aponta, dentre outros aspectos, para a identificação de áreas de motivação antropónímica, de designativos nacionais e internacionais transplantados e de topônimos relacionados à flora e à fauna.

105

PALAVRAS-CHAVE: Toponímia urbana. Campo Grande. Áreas topográficas.

¹ Este artigo discute parte dos resultados obtidos pelo projeto de pesquisa *Léxico topográfico urbano na cidade de Campo Grande/MS: região do Imbirussu*, que resultou na dissertação de Mestrado de Letícia Barbosa da Silva Cavalcante, defendida em 2016, no Programa de Mestrado em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Negri Isquierdo. Pesquisa realizada com recursos da CAPES/Bolsa de Demanda Social (2015-2016).

² Instituto Federal do Mato Grosso do Sul – IFMS. Campo Grande – MS – Brasil. E-mail: leticia.cavalcante@ifms.edu.br

³ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Campo Grande – Mato Grosso do Sul – Brasil. CEP: 79070-900. Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: aparecida.isquierdo@gmail.com



ABSTRACT: This work discusses the thematic trends evidenced in the microtoponymy of urban agglomerates (districts and allotments) and public roads (avenues, streets, crossings...) of Imbirussu, urban region of the city of Campo Grande, Mato Grosso do Sul State, Brazil. These trends were represented through conceptual maps (ontology) and cartography of systematic and systemic toponymic areas of the study region. The study is based on the research of Cavalcante (2016), connected to the Project Toponymic Atlas of the State of Mato Grosso do Sul (ATEMS) which had as data source Vector Files on urban planning, made available by the Computer and Geoprocessing Group of Local Department of Environment and Urban Development (SEMADUR), Campo Grande City Hall. The study corpus was composed by 927 toponyms that name seven districts which make up Imbirussu region; 99 allotments and 821 public roads that are part of the study region. The analysis was based on the theoretical and methodological principles of Lexicology and Toponymy, especially in the theoretical model conceived by Dick (1990a; 1990b; 1996a, 1996b; 1999; 2002-2003; 2004). The research pointed to, among other aspects, the identification of toponymic areas of anthroponymic motivation, national and international transplanted designations and toponyms related to flora and fauna.

KEYWORDS: Urban toponomy. Campo Grande. Toponymic area.

Introdução

Ao longo de sua existência, o homem tem se valido do acervo vocabular da língua para nomear seres e lugares. Interessa à Onomástica o estudo de duas categorias de nomes próprios, os de pessoas, que são estudados pela Antropónímia, e os de lugares, objeto de estudo da Toponímia. O léxico topônomico, mais do que designar locativos, fornece suporte linguístico que permite o resgate de aspectos da história de um povo, razão pela qual pode ser tomado como veículo transmissor de informação e de ideologia. Isquierdo (2008, p. 36) pontua que a história das palavras caminha muito próxima à história de vida do grupo que dela faz uso e observa nos topônimos a confirmação dessa tese, uma vez que "a ação de atribuir um nome a um lugar corporifica uma soma de diversificados fatores – linguísticos, étnicos, socioculturais, históricos, ideológicos – do grupo que habita o espaço geográfico tomado como objeto de investigação". A topónímia é também um meio de conservação linguística, à medida que elementos formadores da língua de registro e até formas linguísticas de línguas de povos que habitaram a região em tempos remotos são cristalizados por meio dos topônimos.

O objetivo deste trabalho é discutir tendências temáticas evidenciadas na microtoponímia dos aglomerados urbanos (bairros e parcelamentos) e dos logradouros (ruas, avenidas, travessas e praças) da região urbana Imbirussu da cidade de Campo Grande, tomando como referência a interrelação léxico, cultura e sociedade e, por extensão, destacando a interface entre a topónímia e fatores históricos e socioculturais. Essas tendências foram representadas por meio de mapas conceituais (ontologia) e de cartografia das áreas topónimicas delimitadas na região em estudo.

106

Bases teóricas e metodológicas

Considerando os objetivos deste estudo, buscou-se respaldo teórico-metodológico na Linguística, em especial nas ciências onomásticas, teorias sobre a



Toponímia, especialmente a concebida pela toponímista brasileira, Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick (1990a; 1990b; 1996a; 1996b, 1998; 1999; 2006).

Partilha-se aqui a concepção de Toponímia como “um imenso complexo línguo-cultural, em que dados das demais ciências se interseccionam necessariamente e não exclusivamente” (DICK, 1990a, p. 36) e que considera a Toponímia como um campo de estudos multidisciplinar que extrapola o campo linguístico, propiciando articulações entre linguagem, história, sociedade, cultura e identidade.

O sintagma topônimo, concebido como o resultado da relação binária entre o acidente geográfico (elemento determinante) e o topônimo (elemento determinado), é o objeto de estudo da Toponímia:

[...] depreendem-se dois dados básicos, um, que se convencionou denominar *termo ou elemento genérico*, relativo à entidade geográfica que irá receber a denominação, e o outro, o *elemento ou termo específico*, ou topônimo propriamente dito, que particularizará a noção espacial, identificando-a e singularizando-a dentre outras semelhantes (DICK, 1990b, p. 26).

Em termos de estrutura, os topônimos são classificados segundo a sua formação: a) o topônimo ou o elemento específico simples: “aquele que se faz definir por um só formante, seja substantivo ou adjetivo, de preferência, podendo, contudo, apresentar-se também acompanhado de sufixações (diminutivas, aumentativas ou de outras procedências lingüísticas)”; b) o topônimo composto ou elemento específico composto: “aquele que se apresenta com mais de um formador, de origens diversas entre si, do ponto de vista do conteúdo, gerando, por isso, às vezes, formações inusitadas que, apenas a história local poderá elucidar, convenientemente” e c) o topônimo híbrido ou elemento específico híbrido: “aquele designativo que recebe em sua configuração elementos lingüísticos de diferentes procedências: a formação que se generalizou no país é a portuguesa + indígena ou a indígena + portuguesa” (DICK, 1990b, p.13-14). Os topônimos híbridos podem ser simples quando a um radical é acrescido um afixo de outra língua, como ocorre, dentre muitos casos, com *Capãozinho*, que resulta da base *capão* do tupi combinada com o sufixo *-zinho* do português. Já em *Capão Bonito* ocorre um composto híbrido por resultar da junção de dois formantes: *capão* (tupi) e *bonito* (português).

Já para a análise semântica, Dick (1990b, p. 31-34) concebe uma taxionomia com base na análise do topônimo (significado do item lexical elevado à categoria de topônimo), priorizando o ponto de vista sincrônico, razão pela qual aspectos diacrônicos como o levantamento histórico acerca da origem dos topônimos são reservados para estudos pontuais e específicos acerca de cada nome. O modelo elaborado pela toponímista contempla a realidade da toponímia brasileira, considerando as diversidades geográficas de um país com dimensões continentais, e reúne 27 taxes, 11 que se relacionam ao ambiente físico, taxionomias de natureza física, e 16 taxes que remetem ao homem e a sua relação com a sociedade e a cultura, logo, de natureza antropocultural (DICK, 1990b, p. 31-32).

A abrangência dos estudos toponímicos é destacada por Isquierdo (2008, p. 36), ao apontar aspectos que são considerados nesse tipo de pesquisa: linguísticos



(etimologia, base linguística dos elementos formativos do nome, estrutura formal do sintagma toponímico, classificação taxionômica) e extralingüísticos (causas denominativas que impulsionaram o denominador no ato da nomeação). A potencialidade dos topônimos é também um dos aspectos evidenciados por Dick (1990a, p. 21):

Exercendo na Toponímia a função de distinguir os acidentes geográficos na medida em que delimitam uma área da superfície terrestre e lhes conferem características específicas, os topônimos se apresentam, da mesma maneira que os antropônimos, como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada. Verdadeiros “testemunhos históricos” de fatos e ocorrências registrados nos mais diversos momentos da vida de uma população encerram, em si, um valor que transcende ao próprio ato da nomeação: se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal.

Como uma crônica, a toponímia possibilita o resgate histórico e cultural de povos, apresentando-se como campo fecundo de pesquisa de grande notabilidade, principalmente, a partir da segunda metade do século passado.

Universo pesquisado

108

De acordo com a divisão territorial do Brasil (IBGE, 2017), a localização geográfica do município de Campo Grande⁴ está assim situada: grande região Centro-Oeste do Brasil; estado de Mato Grosso do Sul; região geográfica imediata Campo Grande e região geográfica intermediária Campo Grande.

Conforme a Lei Complementar n. 74, de 6 de setembro de 2005, que dispõe sobre o ordenamento do uso e da ocupação do solo no município de Campo Grande, a cidade de Campo Grande é dividida em sete regiões: Centro, Segredo, Prosa, Imbirussu, Lagoa, Bandeira e Anhanduizinho. A região urbana do Imbirussu é composta por sete bairros⁵: Nova Campo Grande, Núcleo Industrial, Panamá, Popular, Santo Amaro, Santo Antônio e Sobrinho.

⁴ A fundação do povoado *Arraial do Santo Antônio de Campo Grande* deu-se em 1872. Em 1889 foi criado o distrito pela Lei n. 792, de 23/11/1889 com a denominação de *Campo Grande*. Foi elevado à categoria de vila pela Resolução Estadual n. 225, de 26/08/1899, e à condição de cidade pela Lei Estadual n. 772, de 16 de julho de 1918, ambas com a denominação de *Campo Grande*. A criação do estado de Mato Grosso do Sul elevou a cidade ao *status* de capital de estado, o que foi concretizado em 11 de outubro de 1977, pela Lei Complementar n. 31.

⁵ Em Campo Grande, conforme a Lei Complementar n. 74, de 6 de setembro de 2005, bairros são “áreas pertencentes às Regiões Urbanas organizadas para qualificar as condições de trabalho, circulação, recreação, moradia e as relações de cooperação em todos os tipos de atividades de vizinhança” (Art. 4º, VIII) e parcelamento, “qualquer divisão do solo, com ou sem abertura de vias de circulação, que resulte em novas unidades imobiliárias” (art. 4º, XLVIII).



Metodologia

Como fonte primária de dados, foram utilizados os Arquivos Vetoriais sobre o planejamento urbano da cidade de Campo Grande/MS, disponibilizados pelo Grupo de Informática e Geoprocessamento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), da Prefeitura Municipal. Foram levantados, catalogados, analisados e registrados em quadros topográficos, elaborados com base da ficha lexicográfico-toponímica de Dick (2004), os topônimos que compõem a microtoponímia dos sete bairros, dos 99 parcelamentos e dos 821 de logradouros. A tabela, a seguir, reúne dados quantitativos relativos aos 920 topônimos que compõem a tessitura toponímica da região em estudo, distribuídos por parcelamento e por logradouro, no âmbito de cada um dos sete bairros que compõem a região urbana do Imbirussu.

Tabela 1– Número de topônimos por parcelamento e por bairro da região do Imbirussu, Campo Grande/MS

Bairros	Número de topônimos/ parcelamentos	Número de topônimos/ logradouro	Total
Nova Campo Grande	14	145	159
Núcleo Industrial	06	76	82
Panamá	18	119	137
Popular	12	157	169
Santo Amaro	18	136	154
Santo Antônio	10	76	86
Sobrinho	21	103	124
Topônimos transversais ⁶	-	09	09
Totais	99	821	920⁷

109

Fonte: Cavalcante (2016, p. 96).

A Tabela 2, por sua vez, traz o detalhamento dos 821 topônimos dos logradouros que integram os sete bairros da região urbana do Imbirussu, distribuídos conforme o acidente geográfico nomeado.

⁶ Há nove logradouros que não estão contabilizados nessa tabela (rua Dr. Euler de Azevedo, rua Duarte Pacheco, rua Jaboatão, avenida José Barbosa Rodrigues, avenida Júlio de Castilho, rua Ministro José Linhares, avenida Presidente Vargas, rua Wanderlei Pavão, rua Yokoama), pois se configuram como transversais à medida que, por facultarem o acesso aos bairros, perpassam mais de uma localidade.

⁷ O *corpus* analisado foi composto por 927 topônimos, incluindo os designativos dos sete bairros que compõem a região urbana do Imbirussu.



Tabela 2 – Número de topônimos de acordo com o tipo de acidente geográfico e por bairro da região do Imbirussu, Campo Grande/MS

Bairros	Número de ruas	Número de avenidas	Número de travessas	Número de praças	Total
Nova Campo Grande	134	11	0	0	145
Núcleo Industrial	63	13	0	0	76
Panamá	106	0	13	0	119
Popular	149	4	4	0	157
Santo Amaro	120	5	10	1	136
Santo Antônio	64	3	9	0	76
Sobrinho	81	5	16	1	103
Topônimos transversais	06	3			
Totais	723	44	52	02	821

Fonte: Cavalcante (2016, p. 93)

110

A pesquisa que deu origem a este trabalho está vinculada ao Projeto ATEMS (Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul), adotando, para tanto, os mesmos procedimentos teórico-metodológicos do projeto maior. Todos os topônimos foram analisados quantitativa e qualitativamente. A análise quantitativa considerou o tratamento estatístico dos dados, expressos por meio de tabelas, gráficos acerca dos vários aspectos analisados (língua de origem, classificação taxionômica, estrutura morfológica etc.), enquanto a análise qualitativa focou o exame da motivação semântica dos designativos e a relação entre as camadas toponímicas e a história social da cidade de Campo Grande. Não se buscou apenas a motivação etimológica, pois considerou-se também o contexto social e os elementos extralingüísticos que pudessem subsidiar a explicação da origem de um topônimo. No bairro *Santo Amaro*, por exemplo, observou-se a presença de uma área toponímica formada por nomes de times de futebol (*rua Fluminense, rua Juventus, rua Grêmio, rua Ponte Preta, rua Colorado* etc.), que traduz de forma transparente a causa denominativa que impulsionou o denominador. Essa



constatação motivou o exame do conjunto de topônimos também em termos de distribuição espacial dos nomes, o que permitiu a identificação e a delimitação de outras possíveis áreas toponímicas na área estudada que são apresentadas ao longo deste texto.

Análise e apresentação dos topônimos

A análise dos dados evidenciou a produtividade de topônimos ligados a um determinado referencial, o que poderia sugerir o estabelecimento de áreas toponímicas na área investigada. Quando os topônimos de uma microtoponímia são delimitados por características bem marcadas e constata-se a manutenção de uma lógica denominativa, tem-se uma área toponímica sistemática e sistêmica (ISQUERDO; SEABRA, 2010). Neste estudo, para citar um dos casos, no parcelamento Coophatrabalho/bairro Santo Amaro, por exemplo, a temática da *flora* orientou a nomeação dos logradouros: *rua Sacumbu, rua Angelim, rua Imbúia, rua Cumbaru, rua Mangabeira* etc. Zamariano (2012, p. 94), ao tratar das possibilidades de apresentação e distribuição dos topônimos, pondera:

111

Em uma pesquisa sobre a toponímia de uma determinada região, os dados toponímicos tabulados podem ser exibidos tanto em forma de mapas e cartas quanto em forma de gráficos. A diversidade de temas trabalhados num atlas, seja em visão estática, de caráter dinâmico, seja em raciocínio analítico, pode recorrer aos métodos de representação oferecidos pela Cartografia temática.

Com vistas a apresentar os dados toponímicos estudados, em especial as áreas toponímicas identificadas na região do Imbirussu, neste estudo, os topônimos foram inseridos numa ontologia, ou seja, em “uma organização semântica da área objeto, semelhante ao que se entende por árvore de domínio, a diferença é que os conceitos/termos estão ali armazenados. Organiza-se uma estrutura constituída de campos nacionais, de forma que essa estrutura reflete os conceitos da área-objeto bem como as relações entre eles” (ALMEIDA; ALUÍSIO; OLIVEIRA, 2007, p. 410).

O mapa conceitual (Figura 1) foi a base para a categorização das áreas toponímicas e posterior construção da carta toponímica, pois, do ponto de vista cognitivo, as unidades terminológicas estão subordinadas a um contexto temático; ocupam um lugar preciso num mapa conceitual e o seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupam nesse mapa (CABRÉ, 2003). É, sobretudo, em Cabré (1999) que se encontram os pilares teóricos e metodológicos da Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e, consequentemente, da ontologia. Segundo a autora (2003, p.189-190), qualquer unidade lexical tem o potencial de ser uma unidade terminológica e isto inclui os topônimos.

Assim, na análise dos dados toponímicos, à medida que os topônimos foram sendo classificados conforme o modelo proposto por Dick (1990b) pôde-se ter uma visão das tendências temáticas e, consequentemente, das possíveis áreas toponímicas, o que permitiu a organização das respectivas ontologias (CABRÉ, 2003). As sete

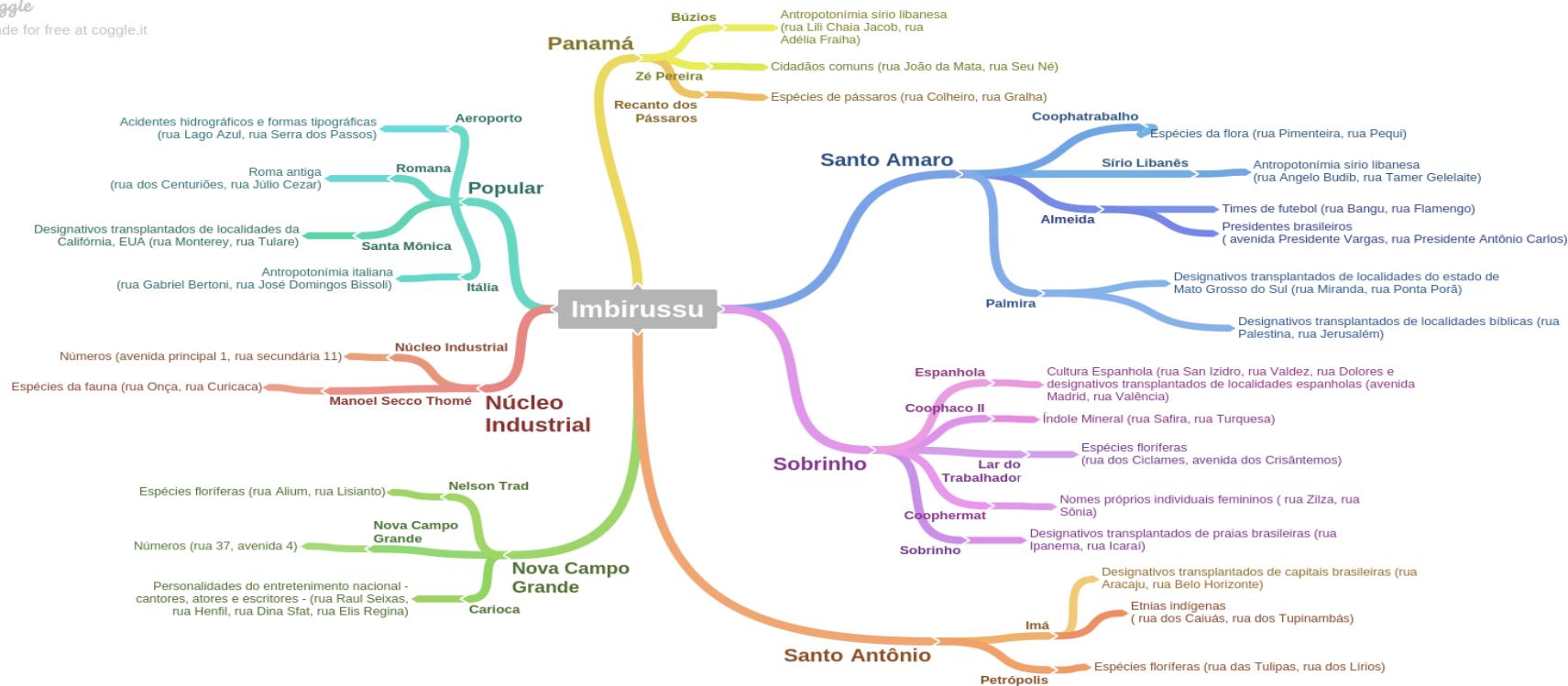


tendências temáticas evidenciadas pela toponímia da região urbana do Imbirussu, identificadas segundo a distribuição por bairros e respectivos parcelamentos, permitiram a delimitação de cinco áreas toponímicas, ou seja, a concentração e distribuição de topônimos com determinada motivação semântica e/ou origem linguística em certos espaços urbanos. Na sequência apresentam-se a Fig. 1 que contém a visualização das tendências temáticas identificadas e o Quadro 1 que traz o detalhamento dos topônimos de acordo com as áreas toponímicas delimitadas a partir das tendências evidenciadas pelos dados.



Figura 1 – Tendências temáticas da região urbana do Imbirussu, Campo Grande/MS.

coggle
made for free at coggle.it



Fonte: Cavalcante (2016, p. 246)



Quadro 1 – Áreas toponímicas identificadas na região do Imbirussu, Campo Grande/MS

Áreas toponímicas	Bairro	Parcelamento	Descrição/exemplos
Antroponímica	Popular	Itália	Antropotopônimos com um formante de origem italiana (<i>rua Gabriel Bertoni, rua José Domingos Bissoli</i>).
	Nova Campo Grande	Carioca	Antropotopônimos formados com nomes de personalidades ligadas à área artística, em nível nacional: cantores, atores e escritores (<i>rua Raul Seixas, rua Henfil, rua Dina Sfat, rua Elis Regina</i>).
	Panamá	Zé Pereira	Antropotopônimos que prestam homenagem a cidadãos comuns (<i>rua João da Mata, rua Seu Né</i>).
	Panamá	Búzios	Antropotopônimos com formantes de origem sírio libanesa (<i>rua Lili Chaia Jacob, rua Adélia Fraiha</i>).
	Santo Amaro	Sírio Libanês	Antropotopônimos que reúnem formantes de origem sírio libanesa (<i>rua Angelo Budib, rua Tamer Gelelaita</i>).
	Santo Amaro	Almeida	Antropotopônimos/axiotopônimos que nomeiam vultos históricos em nível nacional e estadual (<i>avenida Presidente Vargas, rua Presidente Antônio Carlos</i>).
Coronímica I (topônimos nacionais transplantados)	Santo Amaro	Palmira	Nomes de municípios do estado de Mato Grosso do Sul transplantados para a toponímia urbana da região do Imbirussu (<i>rua Miranda, rua Ponta Porã</i>).
	Sobrinho	Coophermat	Nomes de praias brasileiras atribuídos a logradouros campograndenses (<i>rua Ipanema, rua Icarai</i>).
	Santo Antônio	Jardim Imá	Nomes de capitais brasileiras transplantados para nomes de ruas de Campo Grande (<i>rua Aracaju, rua Belo Horizonte</i>).
Coronímica II (topônimos internacionais transplantados)	Popular	Santa Mônica	Nomes de localidades da Califórnia, EUA, transplantados para os nomes de logradouros da cidade de Campo Grande (<i>rua Monterey, rua Tulare</i>).
	Santo Amaro	Palmira	Nomes de localidades do continente asiático registrados na Bíblia Sagrada transplantados para a toponímia urbana de Campo Grande (<i>rua Palestina, rua Jerusalém</i>).



Fitotoponímica	Nova Campo Grande	Nelson Trad	Nomes de espécies floríferas recuperados pela toponímia urbana (<i>rua Alium, rua Lisianto</i>).
	Santo Antônio	Petrópolis	Nomes de espécies floríferas valorizados pela toponímia da região do Imbirussu (<i>rua das Tulipas, rua dos Lírios</i>).
	Santo Amaro	Coophatrabalho	Nomes de espécies arbóreas recuperados pela toponímia urbana de Campo Grande (<i>rua Pimenteira, rua Pequi</i>).
	Sobrinho	Lar do Trabalhador	Nomes de espécies floríferas presentes pela toponímia urbana de Campo Grande (<i>rua dos Ciclames, avenida dos Crisântemos</i>).
Zootoponímica	Panamá	Recanto dos Pássaros	Nomes de tipos de pássaros brasileiros atribuídos a ruas de Campo Grande (<i>rua Colheiro, rua Gralha</i>).
	Núcleo Industrial	Manoel Secco Thomé	Nomes de elementos da fauna brasileira recuperados pela toponímia urbana de Campo Grande (<i>rua Onça, rua Curicaca</i>).

Fonte: Cavalcante (2016, p. 247), com ajustes para este trabalho.

No recorte toponímico examinado os corotopônimos representaram 17,50% do total de designativos de logradouros, destes, 30% são de base linguística indígena (*rua Macaé*⁸, *rua Taubaté*⁹). Foi recorrente no *corpus* estudado a presença de topônimos de base linguística indígena que poderiam ser classificados como corotopônimos, tomando-se por base a referência a outro designativo geográfico ou em uma taxa de outra natureza (DICK, 1990b), se o critério escolhido fosse somente a motivação semântica baseada no estrato linguístico da palavra. O designativo *Angatuba*¹⁰, por exemplo, poderia ser classificado como corotopônimo (referência ao município do interior do estado de São Paulo) ou fitotopônimo ("fruto do ingazeiro encontrado em abundância"). No caso, foi classificado como fitotopônimo, tomando como base apenas o estrato linguístico da palavra, pois não foi identificada uma área toponímica predominante no bairro.

Nesses casos, procurou-se identificar a existência de uma possível área toponímica que justificasse a classificação, como a predominância de designativos que remetessem à flora, por exemplo, ou recorrência de termos transplantados. Nessa situação específica, como não foi possível a identificação de informações extralingüísticas que justificassem a classificação, o critério adotado foi a base linguística do termo em análise.

⁸ Do tupi, "Macahé, corr. macá-é, a macaba que é doce, a macaba saborosa, o fructo agradavel da palmeira, bacaba, macaba ou bocayuva, Rio de Janeiro, V. macaba" (SAMPAIO, 1901, p. 138).

⁹ Do tupi, "Taubaté, corr. taba-etê, alt. táua-etê, vila, povoação considerável; S. Paulo" (SAMPAIO, 1901, p. 153).

¹⁰ Do tupi, "inga-tyba, fruto do ingazeiro encontrado em abundância" (TIBIRIÇÁ, 1984, p. 59).



Já os topônimos *Carancho* e *Mutum*, designativos de ruas localizadas no parcelamento *Recanto dos Pássaros*, onde foi registrado grande contingente de topônimos que remetem à fauna, mais especificamente a espécies de pássaros, foram classificados como zootopônimos, embora houvesse a possibilidade de classificação como corotopônimos, uma vez que são exemplos de nomes transplantados. Exemplificam isso também topônimos como rua *Mergulhão*; rua *Caturrita*; rua *Papagaio* etc.

Pela predominância de designativos transplantados, como *Monte Aprazível*, *Texas*, *Reino Unido*, *Atenas*, *Roda Velha* etc. no parcelamento Secco Thomé, nomes de estrato indígena (rua *Ubá*, rua *Taubaté* e rua *Criciúma*) também foram classificados como corotopônimos.

Apreende-se, portanto, a importância do levantamento de dados extralingüísticos vinculados a outras áreas do conhecimento humano que forneçam subsídios para configurações teóricas da Toponímia.

A fim de identificar o referencial lexemático do topônimo *Toró*, por exemplo, foram analisadas diferentes possibilidades:

toro [Do lat. toru.] Substantivo masculino. 1. Tronco de árvore abatida, ainda com a casca. 2. O corpo do animal privado de membros. 3. Pedaço de cabo náutico para desfiar. 4. Bot. A parte central, mais grossa, da membrana de uma pontoação. 5. Arquit. Moldura circular na base das colunas. 6. Geom. Sólido gerado pela rotação de um círculo em torno de um eixo que lhe é externo e coplanar. 7. Bot. P. us. Torilo. 8. Poét. Leito conjugal: “o leito pouco importa / Seja de pedra ou paina, / Rota enxerga de palha ou toro de veludo” (Alberto de Oliveira, Poesias, 3.^a série, p. 197). 9. Ant. Mar. V. toco (7).

toró¹ [Voc. onom.] Substantivo masculino. Bras. Amaz. 1. Zool. V. rato-toró. 2. Zool. V. rato-de-espinho. 3. Zool. V. sauiá. 4. Etnogr. Pequena buzina dos índios.

toró² [Voc. onom.] Substantivo masculino. 1. Bras. N.E. V. garoa¹ (3). 2. Bras. MG RJ Chuvada violenta, repentina e, ger., curta.

toró³ [De torar.] Adjetivo de dois gêneros. 1. Bras. Diz-se de pessoa defeituosa por falta de um dedo, ou da falange de um deles. (FERREIRA, 2010).

Todavia, a identificação de referenciais culturais foi fundamental para estabelecer inferências sobre o denominador, sua produção nominativa e, consequentemente, as decorrentes relações de significação. Apurou-se, por exemplo, que o ex-prefeito de Campo Grande, Lúdio Coelho, responsável pela nomeação das ruas do parcelamento jardim Zé Pereira (1993), prestou homenagem a cidadãos comuns da cidade:

E fui pondo, nas ruas, os nomes daquele povo antigo daqui: o João da Mata, o Barbosa... O Barbosa era um capangueiro que ficou doido - o Joseti. E tinha uns matadores de gente, eu pus também. Lá tem rua com nome de todo mundo. Tinha um parente da minha mulher chamado Toró, “nego” bom de gatilho, botei o nome da rua “Toró” (BUAINAIN, 2006, p. 313).



As variáveis culturais "próprias da comunidade, num determinado tempo" (DICK, 1990b, p. 1-10), neste caso específico, foram essenciais para o posicionamento e seleção do referencial de natureza antropotoponímica – alcunha Toró – possivelmente em decorrência de um defeito físico (falta de um dedo, ou da falange de um deles). Outros cidadãos comuns, igualmente homenageados, foram: João da Mata, Lico Barcellos, Prudêncio Tomaz, Salvador Nagles, Seu Né, Elenir Amaral, Felipe Balbuena.

A análise dos dados apresentada no estudo que deu origem a este texto cumpriu as etapas preliminares recomendadas pela metodologia do Projeto ATEMS, à medida que elegeu a hodonímia como referencial lexemático e constatou dois principais pontos de vista do nomeador, um mais objetivo, motivado por aspectos naturais (fauna, flora, acidentes hidrográficos, formas tipográficas etc.), e outro, mais abrangente, de natureza ideológica: "homenagens políticas, devocionais ou de credos, de amizade, de respeito, de reverência filial ou familiar, enfim, de aspecto ideológico" (DICK, 2002-2003, p. 190), averiguando essas semelhantes às apontadas pela toponomista brasileira, no estudo etnotoponímico comparado entre a microtoponímia urbana carioca e a paulistana.

No mesmo trabalho a autora destaca a importância da conduta do pesquisador na orientação de uma análise topográfica.

Não basta, assim, "ler" as cartas geográficas, sincronicamente, é preciso saber interpretá-las, retirando do texto cartográfico as relações de causa e efeito, que são diacrônicas ou pancrônicas, ainda que a perspectiva do analista externo seja ética e não êmica. Conhecer o meio alógeno significa entender, primeiro, o seu próprio, na totalidade de suas condicionantes, a fim de que a visão etnolinguística se realize e se justifique (DICK, 2002-2003, p. 190).

117

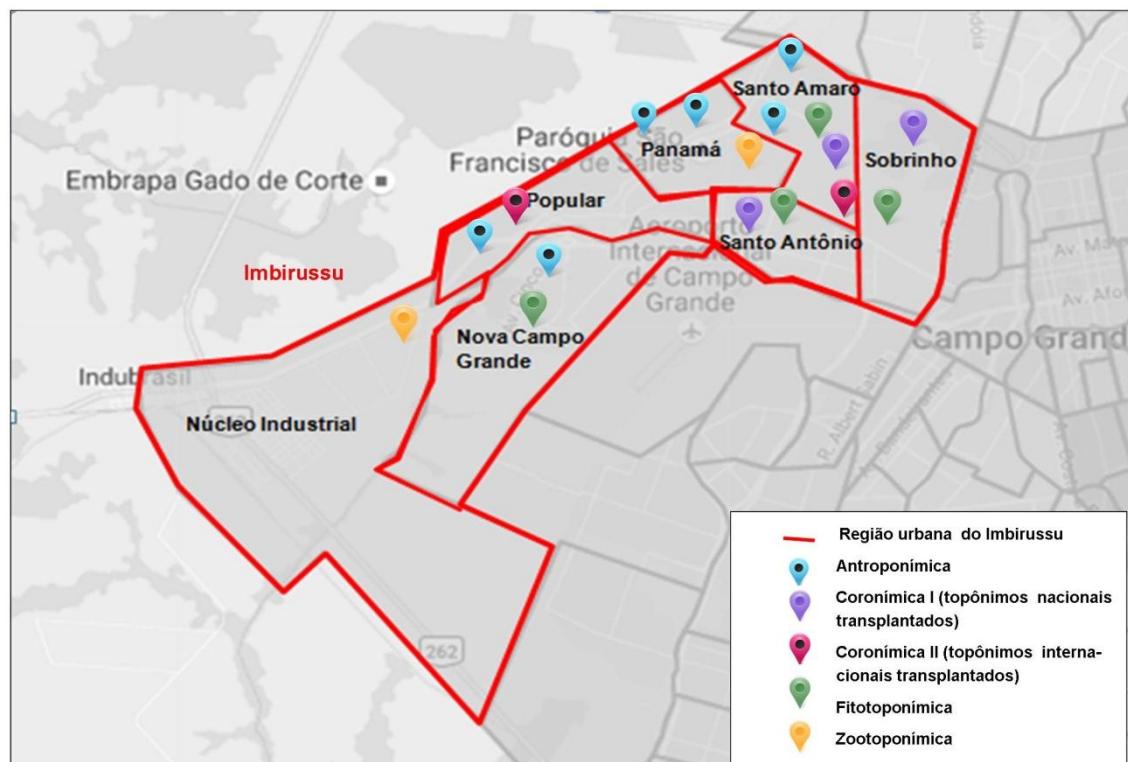
A toponímia e a memória, ligadas à história, dizem muito acerca do espaço em que os topônimos estão inseridos (DICK, 1990a; 1996b). O resgate dessa memória faz emergir a história viva que engendrou o surgimento do topônimo; o signo toponímico, agora transparente, permite o resgate do discurso nomeante, as ideologias que o marcaram e o momento histórico da atribuição do nome. Revelam, em certos casos, fatos que extrapolam o oficial, resgatam parte da memória da população e contribuem para a valorização do sentimento de identidade, de pertencimento, figurativizada na memória individual e coletiva. O acervo da microtoponímia da região do Imbirussu retrata a riqueza de fatores históricos, sociais, culturais e ideológicos vigentes na sociedade da época em que os elementos geográficos foram nomeados, por isso representa um registro vivo da sociedade ao longo dos anos. Nas palavras de Dick (1998, p. 103):

A peculiaridade do processo denominativo é exatamente a constituição dessa cadeia gerativa de enunciação, que revela contornos particulares; um denominador isolado, construtor de uma mensagem [...] interferindo em uma coletividade receptora, que passa a ser usuária do (s) designativo(s), sem que interagisse na dinâmica do processo. A adequação da escolha, que passa pelo crivo da objetividade ou da subjetividade do nomeador, ainda que inconscientemente, será sentida ou pela reação do grupo ou pela análise posterior do linguista, em uma fase posterior, distinta do momento inicial de marcação do lugar ou do batismo da pessoa.



A Fig. 2 que segue traz a carta que contém a distribuição das áreas topográficas delimitadas (Quadro 1), no mapa da região urbana do Imbirussu, Campo Grande/MS. Para este estudo foram realizados pequenos ajustes na nomenclatura das áreas topográficas apresentadas na carta original (CAVALCANTE, 2016), que não afetam a essência da gênese da proposta, apenas teve como objetivo melhor detalhá-las e adequá-las aos propósitos deste texto.

Figura 1 – Áreas topográficas da região do Imbirussu, Campo Grande/MS



Fonte: Cavalcante (2016, p.250), com ajustes para este trabalho.

Merecem aqui destaque, sobretudo, elementos de ordem histórico-social preservados pela toponímia investigada. A análise do *corpus* permitiu identificar que aspectos históricos relativos à formação e ao desenvolvimento da cidade se destacam, como, por exemplo, a construção da estrada de ferro NOB (Noroeste do Brasil), na década de 1910 (vila *Entroncamento*, rua *Agachi*) e a presença das Forças Armadas, também a partir de 1910 (avenida *Duque de Caxias*, rua *Ricardo Franco*, avenida *Marechal Hermes*) e da Aeronáutica, a partir de 1940 (avenida *Aerooclube*, vila *Aviação*, jardim *Aeroporto*).

Evidencia-se no processo de nomeação dos logradouros o registro de aspectos do processo de urbanização da capital: a divisão das fazendas em glebas (vila *Serradinho*) para formação de parcelamentos por particulares (vila *Sobrinho*, vila *Coutinho*); a presença de empresas, cooperativas habitacionais (*Coophatrabalho*, *Coopermat*, *Coophaco* e *Coophaco II Alba*); a atuação do poder público (*Lar do Trabalhador*, residencial *Nelson Trad*) e o processo de urbanização de áreas invadidas (favelas) que, posteriormente, foram revitalizadas (loteamento municipal *Jaguaribe*, antiga favela *Sandália Nova*, jardim *Sayonara* e vila *Macaé*).



O *corpus* investigado mostra ainda que muitos são os referenciais que motivam a escolha de um nome, entre eles, figuras da comunidade (vila *Secco Tomé*, rua *Vespasiano Martins*, rua *Dr. Camilo Boni*); personalidades nacionais: políticos (rua *Presidente Delfim Moreira*, rua *Ministro José Linhares*); escritores (rua *Machado de Assis*, rua *Ulisses Serra*); artistas (rua *Raul Seixas*, rua *Elis Regina*); vegetação (vila *Cinamomo*, rua *Peroba*, avenida *dos Crisântemos*); fauna (rua *Onça*, residencial *Bosque das Araras*); atividades econômicas (residencial *dos Bancários*, rua *Copagaz*, rua *do Senai*) e religião (rua *San Izidro*, rua *Santo Amaro*, bairro *Santo Antônio*).

Independente da motivação denominativa, além de exercer a função de signo topônimo, o nome revela muito da cultura, dos valores e da visão de mundo dos que residem em determinado espaço. Os dados do *corpus* estudado indicam que as ocorrências de natureza antropocultural (75%) predominam sobre as de natureza física (25%), uma característica da toponímia urbana em geral.

Outra tendência de nomeação observada está relacionada à consagração da história individual dos loteadores ou dos donos das terras e homenagens a seus parentes por meio dos antropotopônimos (*residencial Bellinate*, ruas *Jamil Nahas*, *Jorge Nahas*, *Zakia Nahas Siufi*, situados no parcelamento *Lar do Trabalhador*).

É possível averiguar também marcas dos processos migratórios e influências étnicas ao longo dos 118 anos de colonização e miscigenação cultural, o que é materializado pela influência japonesa (rua *Tokio*, rua *Okinawa*, rua *Yokoama*); portuguesa (rua *Antônio Secco Thomé*, rua *Madera*); italiana (rua *Dr. Camilo Boni*, travessa *Padial*); espanhola (vila *Espanhola*, rua *Madrid*, rua *Dolores*); sírio-libanesa (residencial *Sírio Libanês*, rua *Fuad Gelelait*) na toponímia campo-grandense.

119

Considerações finais

Frente à diversidade de variáveis culturais vivenciadas no contexto das grandes cidades, constantes avanços dos tempos modernos e influência cultural de outras partes do mundo, a cosmovisão que anima o denominador "só pode ser apreendida, na totalidade, através de estudos mais aprofundados de seu contexto histórico-social e psicológico" (DICK, 1987, p. 98). No caso deste trabalho, observa-se a busca pela construção de uma identidade regional, por meio da toponímia.

Os topônimos são, portanto, hábeis instrumentos de pesquisa, pois são ponto de partida para investigações que se inscrevem nos campos da Linguística, da Geografia, da Antropologia, da Psicossociologia, enfim, da cultural em geral; permitem, também, compreender aspectos da mente do denominador além de um elemento isolado, mas como projeção de um grupo social (DICK, 1987). Demonstram, pois, formas distintas de apreensão da paisagem urbana que envolve fatores distintos da maneira de ver e sentir a paisagem rural.

Isso posto, a proposta da ontologia e das áreas toponímicas enriqueceram a análise, à medida que a proposição de um mapa semântico apontou respostas para perguntas em um corpo de informação, não só relacionando conceitos e termos, mas também contextualizando-os em uma classificação.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. M. B.; ALUÍSIO, S. M.; OLIVEIRA, L. H. M. O método em Terminologia: revendo alguns procedimentos. In: ISQUERDO, A. N.; ALVES, I. M. (Orgs.). *Ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. 1 ed. Campo Grande/São Paulo: Editora da UFMS/Humanitas, 2007, v. III, p. 409-420.

BUAINAIN, M. S. C. N. *Campo Grande: memória em palavras: a cidade na visão de seus prefeitos*. Campo Grande: Instituto Municipal de Planejamento Urbano, 2006.

CABRÉ, M. T. *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

_____. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology*, v.9, n.2, p.163-200, 2003.

CAVALCANTE, L. B. S. *Léxico toponímico urbano na cidade de Campo Grande/MS: região do Imbirussu*. 2016. 272fl. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2016.

DICK, M. V. P. A. Toponímia e cultura. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, SP, 1987, p. 93-101.

_____. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. In: *Actas del XI Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de la América Latina*. Tomo III. Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 1996a, p.2389-2396.

_____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo: (1554-1897)*. São Paulo: ANNABLUME, 1996b.

_____. Aspectos de etnolinguística - a toponímia carioca e paulistana - contrastes e confrontos In: *REVISTA USP*, São Paulo, n.56, p. 180-191, dezembro/fevereiro 2002-2003.

_____. Métodos e Questões Terminológicas na onomástica. Estudo de Caso: O Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. In: *Investigações Linguísticas e Teoria Literária*. Recife, UFPE: v. 9, p.119-148, 1999.

_____. *Motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990a.

_____. *Toponímia e Antropónímia no Brasil*. Coletânea de estudos. 2^a ed., S. Paulo, Serviços de Arte Gráfica da FFLCH/USP, 1990b.

_____. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na Onomástica Brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M. G. (Orgs.). *As ciências do léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia*. Vol. II. Campo Grande, MS: Editora da UFMS, 2004, p. 121-130.



_____. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiótica et Linguística*. São Paulo: Editora Plêiade, 1998.

_____. Fundamentos teóricos da toponímia: estudo de caso: o projeto ATEMIG – Altas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, M. C. T. C. (org). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMS, 2006.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa* (livro +CD-Rom. Curitiba: editora Positivo, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE*, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO – PLANURB. *Perfil Socioeconômico de Campo Grande*/Instituto Municipal de Planejamento Urbano - PLANURB. 21 ed. rev. Campo Grande, 2014.

ISQUERDO, Aparecida Negri et al. *Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso do Sul*. Volume I. Campo Grande: UFMS, 2011 (inédito).

_____. O nome do município. Um estudo etnolinguístico e sócio-histórico na toponímia sul-mato-grossense. *Revista Prolíngua*. n.2, v.1, dezembro/2008. Disponível em: <http://www.revistaprolingua.com.br/wp-content/uploads/2009/07/aparecida-negriisquierdo.pdf>.

_____; SEABRA, M. C. T. C. Apontamentos sobre hidronímia e hidrotoponímia na fronteira de Mato Grosso e Minas Gerais. In: ISQUERDO, A. N.; BARROS, L. A. *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. v. V. Campo Grande: Editora UFMS, 2010, p. 79-98.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO GRANDE. Câmara Municipal de Campo Grande. Legislações. Disponível em: <http://www.camara.ms.gov.br/>. Vários acessos.

_____. *Mapoteca da SEMADUR*. Disponível em: <http://www.capital.ms.gov.br/egov/sisgran/geo/index.php?tabID=&campoID>. Vários acessos. SAMPAIO, T. *O Tupi na Geographia Nacional*. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em: http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi. Acesso em 15 maio 2016.

TIBIRIÇÁ, L. *Dicionário Tupi-Português*. São Paulo: Editora Traço, 1984.

ZAMARIANO, M. Cartografação de dados topográficos no Brasil: perspectiva historiográfica. In: *Revista do GELNE*, Natal/RN, Vol. 14 Número Especial: 77-98. 2012.

Recebido em 30/09/2017
Aprovado em 25/11/2017



O sufijo diminutivo -ÓLA na toponimia galega

Diminutive suffix -ÓLA in Galician place names

Carolina PÉREZ CAPELO¹

RESUMO: O sufijo diminutivo latino -ÓLA, improutivo no romance galego desde época ben temperá, aparece hoxe cristalizado nun interesante grupo de topónimos galegos coma *Pereiroa*, *Pereiroá*, *Pereirúa* ou *Pereiró*. Neste traballo pretendemos estudar o citado sufijo na toponimia de Galicia, centrando a nosa atención tanto na súa evolución formal coma no seu significado. Así, na primeira parte aproximaremos ás principais solucións sincrónicas que a terminación presenta nos nomes de lugar e describiremos a súa distribución dialectal ao longo do territorio. O mapa que os topónimos nos permiten debuxar corresponde cun estadio dialectal pretérito, sen correspondencias no léxico común. No segundo apartado centraremos a nosa atención no plano do contido e trataremos de sinalar os valores significativos de -ÓLA presentes nos topónimos estudiados. Distinguimos entre topónimos derivados dun apelativo común, en que o sufijo presenta o valor de ‘minoración obxectiva’ e topónimos derivados doutras formas toponímicas preexistentes, en que -ÓLA expresa unha relación de dependencia entre os lugares nomeados polo topónimo base e o derivado.

PALAVRAS-CHAVE: Toponimia galega. Sufixación diminutiva. Dialectoloxía.

122

ABSTRACT: The Latin diminutive suffix -ÓLA, unproductive in Galician language from a very early age, appears crystallized today in an interesting group of Galician place names like *Pereiroa*, *Pereiroá*, *Pereirúa* or *Pereiró*. In this paper we intend to study that suffix in the place name of Galicia, focusing our attention on its formal evolution and its meaning. In the first part, we will approach the main synchronous solutions that the termination presents in place names and will describe its dialectal distribution throughout the territory. The map that place-names allow us to draw corresponds to a past dialectal stage, without correspondence in the common lexical. In the second section, we will focus our attention on the meaning and we will indicate the values of -ÓLA presents in the place names studied. We distinguish between place names derived from a common name, where the suffix present the value of ‘objective minoration’ and place names derived from other preexisting toponymic forms, where -ÓLA express a relationship of dependence between the places named by the base placeholder and the derivative.

KEYWORDS: Galician place names. Diminutive suffixation. Dialectology.

Introdución

O sufijo diminutivo latino -ÓLU / -ÓLA, variante tardía da forma clásica -ÜLU / -ÜLA (PHARIES, 2002, p. 517; DĘBOWIAK, 2014, p. 49), deixou de ser produtivo no romance galego desde época ben temperá. A síncope da consoante lateral intervocálica foi a causa principal da desaparición do valor sufixal de -ÓLU / -ÓLA, pois tal como apunta Alonso Núñez (2004, p. 13), «o segmento *o* non podía consolidarse en galego para expresar ‘diminución’, xa

¹ Universidade de Santiago de Compostela – USC. Instituto de Lingua Galega. Santiago de Compostela – Espanha – 15782. E-mail: carolina.perez.capeco@usc.es



que soportaba outros valores, especialmente o significado ‘xénero masculino’». Con todo, malia se perder moi cedo a súa significación diminutiva, o sufijo latino ficou cristalizado nunha pequena manchea de voces do léxico común (*avoia* < AVIÖLA, *filloa* < FOLIÖLA...) e tamén nun bo monllo de formas toponímicas coma *Pereiroa*, *Pereiroá*, *Pereirúa* e *Pereiró*. O obxectivo deste traballo é precisamente achegarnos aos topónimos galegos que presentan a forma feminina -ÖLA petrificada na súa terminación. A nosa atención focalizarse en primeiro lugar no plano do significante, isto é, na análise dos diferentes resultados formais da evolución do sufijo na toponimia galega. Na segunda parte do artigo centrarémonos no plano do contido, tratando de determinar os valores significativos de -ÖLA nos topónimos estudiados.

Para fixar o corpus obxecto do noso estudo partimos da toponimia maior oficial recollida no *Nomenclátor de Galicia*, que recolle a toponimia maior oficial: nomes de concellos, parroquias e lugares (en total, 41409 topónimos). Os datos do *Nomenclátor* foron peneirados tendo en conta a orixe etimolóxica das denominacións, comprobando en cada caso que a terminación actual deriva do sufijo diminutivo -ÖLA. Os topónimos estudiados e a súa orixe etimolóxica aparecen recollidos nos Anexos 1 e 2 do traballo.

Os resultados diverxentes do sufijo -ÖLA e a súa distribución dialectal na toponimia galega

A diverxente evolución formal do sufijo latino -ÖLA no romance galego deu lugar a catro solucións sincrónicas diferentes: -ÖLA > -oa, -oá, -úa e -ó. Estes resultados consérvanse hoxe na toponimia de Galicia e presentan unha distribución dialectal clara (Mapa 1). Comentaremos deseguido as mudanzas que operaron nas diferentes terminacións e o espazo que cada unha delas ocupa no territorio:

123

a. A solución en -oa (*Ferreiroa*, *Figueiroa*, *Pereiroa*...) con pronuncia ['oa]) resulta da síncope de -L- intervocálico e o mantemento sen alteracións das dúas vogais que formaron hiato apóis a desaparición da lateral. É a terminación maioritaria: rexístrase en 92 topónimos do corpus e xeograficamente ocupa toda a provincia da Coruña, a metade occidental de Lugo, o interior de Pontevedra e o noroeste ourensán.

b. A solución en -ó, rexistrada en 22 topónimos do corpus (*Figueiró*, *Nogueiró*, *Pereiró*...) con pronuncia ['ɔ]), explícase desde a gramática histórica como o resultado da asimilación e posterior coalescencia das dúas vogais que forman hiato: -ÖLA > ['ɔa] > ['ɔɔ] > [ɔ]. Esténdese ao longo de toda a costa pontevedresa, desde a península do Barbanza (aínda no extremo sur da Coruña) até o Baixo Miño e rexístrase tamén por toda a franxa sur do interior da provincia de Pontevedra e na área máis ao suroeste de Ourense. Esta solución constitúe ademais o resultado xeral de -ÖLA no territorio portugués, tanto na toponimia (*Pereiró* e *Nogueiró* no distrito de Braga; *Figueiró dos Vinhos* en Leiria; *Coimbró* en Vila Real...) coma no léxico común (*avó*, *corrijó*, *filhó*...) (DĘBOWIAK, 2013).

Tal e como apuntou G. Navaza (2006, p. 271), a partir desta forma -ó puido xerarse en ocasións unha nasal posnuclear non etimolóxica que sexa quizais a que se rexistra en topónimos espallados pola zona de terminación [ɔ] coma *A Costa de Figueirón* (Beluso, Bueu, Pontevedra), *Gandarón* (Lavadores, Vigo, Pontevedra) ou *Piñeirón* (Leiro, Ribadumia, Pontevedra).



c. A solución *-oá*, presente en 43 topónimos do corpus (*Bouzoá, Figueiroá, Pereiroá...*) rexístrase principalmente na provincia de Ourense (agás na súa zona máis occidental, onde, como anteriormente indicamos, encontramos *-oa* ao norte e *-ó* ao sur) e pola metade sur da provincia de Lugo. É, xa que logo, o resultado característico da denominada área lucu-aureliense (FERNÁNDEZ REI, 1990, p. 132-137).

Tal e como sinalou R. Álvarez (2007, p. 50-54), os lugares que levan estes nomes en *-oá* concétranse maioritariamente nas dúas bandas do Miño. Lonxe de actuar como linde natural, o curso do río acentuou o vínculo social entre as localidades de ambas as súas beiras, un vínculo que se manifesta asemade no falar da veciñanza destes lugares. Así, alén da terminación *-oá* na toponimia, outros trazos dialectais característicos da área lucu-aureliense e compartidos nas dúas ribeiras do Miño son o paradigma de demostrativos masculinos *iste, ise, aquil* ou os pronomes de suxeito *il e tu*.

Para explicar o desprazamento acentual que se observa nestas formas subscrimos a hipótese apuntada por R. Álvarez:

Moi probablemente o hiato *-oa* (coa primeira vogal tónica ou átona, a segunda sempre átona) pechou o primeiro elemento e tendeu a unha pronuncia como ditongo, que ou non chegou a callar ou recuou, pero en todo caso deixou como pegada o desprazamento do acento cara á segunda vogal: ['ɔa] > ['øa] ~ ['wa] > [o'a], [u'a] (R. ÁLVAREZ, 2007, p. 50).

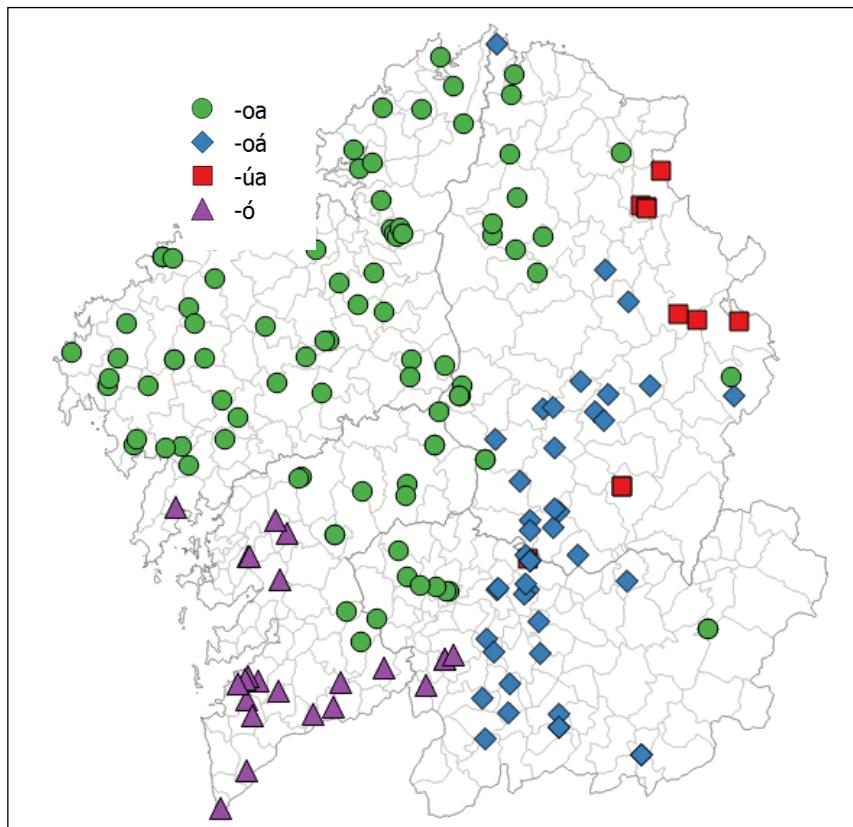
Cómpre aínda sinalar que, a carón deste resultado, é probable tamén que a terminación *-uá* de topónimos localizados na zona periférica da área de *-oá* coma *Mouruás* (en San Xoán de Río, Ourense) ou *Paraxuá* (Samos, Lugo) teña tamén a súa orixe no sufijo *-ÓLA*. Neles, amais do desprazamento acentual, produciríase o peche da vogal ao pasar a ocupar a posición átona. Estes topónimos rematados en *-uá* sitúanse nunha franxa comprendida entre os rematados en *-oá* e os que presentan *-úa* na terminación.

124

d. Por último, a solución *-úa* rexistrada en 10 topónimos do corpus (*Folgueirúa, Eirexúa, Pereirúa...*) localízase fundamentalmente nunha área compacta do nordeste lucense (concellos de Riotorto, A Pontenova, A Fonsagrada e Navia de Suarna) e é tamén a forma característica dos concellos asturianos galegófonos. Esta forma *-úa* explícase como resultado dunha disimilación vocálica entre as dúas vogais que forman hiato logo da caída de *-L-*: *-ÓLA* > ['ɔa] > ['oa] > ['ua].



Figura 1: Resultados de -ÓLA na toponimia galega



Fonte: Elaboración da autora

125

O mapa dialectal que os datos topónimicos nos permiten esbozar non presenta correspondencias hoxe en día no léxico común. Na toponimia, máis resistente perante as mudanzas lingüísticas, conservamos catro terminacións, mentres que na fala viva do territorio tan só se manteñen dúas: *-oa* (*avoña*, *filloña*) e *-ó* (*avón*, *fillón*) (ALGa III, 1999, p. 125). Porén, a área de *-ó* presenta unha extensión máis reducida que a que observamos no mapa de topónimos; a súa isoglosa vai desprazándose e perdendo territorio fronte a *-oa*. No que atangue a *-úa* e *-oá*, praticamente non se rexistran na lingua común, salvo en moi contadas voces coma *teiroá*, *grañoá*, *lenzoá* ou *aixoá* (todas elas na zona oriental do territorio; TLPGP). O espazo destas terminacións é ocupado no léxico común pola solución maioritaria *-oa* ou, noutras palabras, o resultado *-oa* substituíu a *-oá* e *-úa*. Os topónimos estudiados resultan, pois, de grande interese para a xeografía lingüística xa que nos permiten debuxar un mapa dialectal pasado que se correspondería cun estadio pretérito da lingua galega.

O significado do sufijo diminutivo -ÓLA na toponimia

Para achegármonos ao significado do sufijo diminutivo -ÓLA nos topónimos estudiados cómpre partir dunha primeira distinción entre:



a. Nomes de lugar en que o sufijo diminutivo foi engadido a un apelativo do léxico común transformado posteriormente en topónimo.

b. Nomes de lugar en que o sufijo diminutivo foi engadido a unha forma toponímica preexistente.

De acordo con Gordón Peral (2002, p. 1506), unha característica que distingue de xeito preciso os dous grupos é o feito de que no segundo se verifica a coexistencia nunha mesma área de dúas variantes (sufixada e insufixada) dun mesmo nome, constituíndose así unha parella de formas opostas pola presenza / ausencia do sufijo diminutivo. No entanto, cómpre ter en conta que nalgúns casos pudo desaparecer o topónimo que serviu de base e conservarse tan só o membro diminutivo da parella. No corpus estudiado achamos un exemplo deste tipo no topónimo *Cabreiroá*, nome dunha freguesía do municipio de Verín (Ourense). Desde o punto de vista sincrónico, *Cabreiroá* parece pertencer ao primeiro dos grupos indicados, posto que hoxe en día non se rexistra na contorna do lugar a correspondente forma toponímica insufixada *Cabreira*. Porén, nun documento de c. 1194 faise referencia á *ecclesiam de Cabreiroa que est in termino de Capraria* (CODOLGA). É probable, xa que logo, que a denominación *Cabreiroá* derive realmente dese extinto topónimo *Capraria*.

Dos 167 nomes que estudamos neste traballo, 27 deles (o 16%) poden ser incluídos no segundo dos grupos sinalados, é dicir, creáronse moi probablemente a partir da adición do sufijo -ÓLA a outro topónimo que nomea unha localidade relativamente achegada. Nos restantes 140 casos (o 84%), o proceso derivativo ocorreu nun apelativo do léxico común posteriormente convertido en nome propio. É posible que a través dun exame máis demorado das fontes medievais poidamos descubrir algúns outros casos coma o de *Cabreiroá*, incrementándose así a nómina de topónimos baseados noutros topónimos. Con todo, a través desta primeira aproximación, resulta evidente que os nomes de lugar con -ÓLA creados a partir de bases onomásticas presentan unha frecuencia ben menor ca os derivados de apelativos. Dentro destes últimos, é salientable o alto número de fitotopónimos rexistrados (63 en total, 0 38% dos topónimos do corpus): *Cerdeiroa* ← *cerdeira*, *Figueirúa* ← *figueira*, *Pereiró* ← *pereira*, *Salgueiroas* ← *salgueira*, *Piñeiroá* ← *piñeira*, *Viñó* ← *viña*, etc.

Segundo a M. Trapero (2000, p. 227), que estudiou o valor dos sufijos diminutivos na toponimia canaria, no primeiro grupo de topónimos que contemplamos (os creados a partir de apelativos comuns) o sufijo -ÓLA especifica o concepto expresado polo apelativo base mediante o sentido de ‘minoración obxectiva’. Así pois, o significado orixinal de *Eirexúa* sería o de ‘igrexa pequena’; o de *Bouzoá*, ‘bouza pequena’; o de *Gandaroa* ‘gándara pequena’; o de *Figueiró*, ‘figueira pequena’... Na opinión do citado estudos, os valores subxectivos (afecto, agarimo, menosprezo...) que na lingua común adoitan presentar os sufijos diminutivos non poden ser aplicables aos nomes de lugar:

No caben otros valores en el diminutivo de la toponimia, dado que su objeto único es el de la “referencia objetiva”; nunca en la toponimia podría existir, por ejemplo, un diminutivo cuyo valor fuera el de menosprecio o burla, porque entonces el topónimo nombraría por lo que no hay en la realidad, contraviniendo el principio de la “motivación objetiva” (...), esto es, el que cada topónimo sea una “descripción abreviada” de la realidad a la que nombra. (TRAPERO, 2000, p. 227).



No que atangue ao segundo grupo de topónimos con -ÓLA (os derivados dunha forma toponímica preexistente), o feito de acudir, á hora de bautizar un lugar, a outro topónimo xa existente en lugar de se crear outro nome totalmente novo e independente, ten a súa xustificación nun estreito vínculo entre os seus dous referentes, isto é, entre os dous lugares nomeados. Trátase dunha relación histórica, extralingüística, mais que presenta unha repercusión lingüística directa (Gordón PERAL, 2002, p. 1507). Atendendo á relación extralingüística sincrónica que se dá entre os referentes dos topónimos estudiados podemos clasificalos en tres subgrupos (o número que acompaña ás denominacións correspón dese co que presentan na listaxe incluída no *Anexo 2* deste traballo):

a) O topónimo derivado con -ÓLA e o topónimo base designan dous lugares dunha mesma parroquia ou dúas parroquias dun mesmo municipio. Un exemplo ilustrativo deste grupo téromo na parella *Embernallúas* (37) - *Embernallas*: a aldea de Embernallúas localízase a uns catro quilómetros e medio da de Embornallas, ambas situadas no municipio lucense de Navia de Suarna, na parroquia de Muñís. Similares son os casos de *Montañó* (112) - *Montaña* (dous lugares da parroquia de Lampón, Boiro, A Coruña); *A Ribeiroa* (149) - *A Ribeira* (lugares de Barallobre, Fene, A Coruña) ou *Olveiroa* e *Olveira* (neste caso, dúas parroquias contiguas do municipio coruñés de Dumbría).

b) O topónimo derivado con -ÓLA designa un lugar pertencente á parroquia designada a través do topónimo base. Un exemplo ilustrador é o dos topónimos *Nogueiró de Arriba* (123) e *Nogueiró de Abaixo* (124), denominacións de senlos lugares localizados na freguesía de San Tomé de Nogueira, no concello pontevedrés de Meis. Do mesmo xeito, o lugar de *Negreiroa* (114) pertence á parroquia de Negreira (A Coruña) e o de *Xunqueiroá* (167) á de Xunqueira de Ambía (Ourense).

c) O topónimo derivado con -ÓLA designa un lugar e o topónimo base designa unha parroquia próxima a ese lugar. Neste último grupo situamos, por exemplo, os topónimos *Basadroa* (14) e *Basadre*: *Basadre* é o nome dunha freguesía do municipio pontevedrés de Agolada, contigua á parroquia de Eidián, onde se sitúa o lugar de Basadroa. Outros casos similares son os dos topónimos *As Abeleiroas* (1) (lugar da parroquia de Corzón, Mazaricos, A Coruña) e *Abeleiras* (nome dunha freguesía próxima ás Abeleiroas); *Ferreiroá* (44) (lugar situado nos lindes da parroquia de Eiré coa freguesía veciña de Ferreira de Pantón, ambas no municipio lucense de Pantón); *Filgueiroa* (79) (aldea da freguesía de Donramiro, localizada na estrema coa parroquia de Filgueira, ambas as dúas localizadas no concello pontevedrés de Lalín) ou *Morañó* (113) (lugar situado na freguesía do Campo do municipio pontevedrés de Campo Lameiro, situado a catro quilómetros de distancia da parroquia de Moraña).

Non resulta doado establecer con precisión o valor orixinal do sufixo diminutivo destas denominacións xa que para isto cumpliría coñecer con exactitude as condicións históricas da fundación e bautizo destes lugares. Está claro, no entanto, que -ÓLA reflicte algún tipo de vínculo entre estas parellas de lugares. Pode tratarse dunha relación administrativa, isto é, o lugar co topónimo sufixado pertence e depende do núcleo coa denominación sen sufíxar. Outra posibilidade é que se trate de casos de “toponimia transportada” (Terrado 1999: 90, 91): o nome con -ÓLA sería o dunha poboación fundada por unha parte dos habitantes procedentes da localidade que leva o nome non sufíxado.

Finalmente, cómpre aínda facer referencia a outro monllo de topónimos do corpus que presentan unha base onomástica, mais neste caso hidronímica. Referímonos ás formas *Loñoá*



(108, 109), *Tixoa* (153) e *Ulloa* (154, 155, 156, 157, 158). Nestes nomes, o sufijo -ÓLA soldouse a un hidrónimo preexistente (*Loña*, *Toxa* e *Ulla* respectivamente) para designar as terras que esos ríos atravesan no seu curso alto, cando o seu caudal áinda é pouco abundante.

REFERÊNCIAS

ALGa III = GONZÁLEZ GONZÁLEZ, M. (coord.) *Atlas Lingüístico Galego. Volume III: Fonética*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza / Instituto da Lingua Galega, 1999.

ALONSO NÚÑEZ, A. Aproximación á sufixación diminutiva non verbal a través dun corpus textual medieval. In: ÁLVAREZ, R.; SANTAMARINA, A. (eds.), *(Dis)cursos da escrita: estudos de filoloxía galega ofrecidos en memoria de Fernando R. Tato Plaza*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2004, p. 9-34.

ÁLVAREZ, R. AYROA, Riazón, Lagosteiras, Oiteiro. Algúns procesos de cambio lingüístico testemuñados en apuntamentos onomásticos de Matín Sarmiento. In: MÉNDEZ, L.; NAVAZA, G. (eds.), *Actas do I Congreso Internacional de Onomástica «Frei Martín Sarmiento» (Santiago de Compostela, 2, 3 e 4 de setembro de 2002)*. Santiago de Compostela: Asociación Galega de Onomástica, p. 49-67.

ARES VÁZQUEZ, N. *Estudos de toponimia galega*. Tomo I. A Coruña: Real Academia Galega, 2011.

ARES VÁZQUEZ, N. *Estudos de toponimia galega*. Tomo II. A Coruña: Real Academia Galega, 2013.

ARES VÁZQUEZ, N. Toponimia do concello de Agolada. *Lucensia*, Lugo, n. 45, p. 291-316, 2012b.

BASCUAS LÓPEZ, E. *Estudios de hidronimia paleoeuropea gallega*, anexo 51 de *Verba*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2002.

BASCUAS LÓPEZ, E. *Hidronimia y léxico de origen paleoeuropeo en Galicia*. Sada (A Coruña): Ediciós do Castro, 2006.

CABEZA QUILES, F. *Os nomes da terra. Topónimos galegos*. Noia: Toxosoutos, 2000.

CABEZA QUILES, F. *Toponimia de Galicia*. Vigo: Galaxia, 2008.

CODOLGA = LÓPEZ PEREIRA, X.E. (dir.) *Corpus Documentale Latinum Gallaeciae*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades. Disponible en: <<http://corpus.cirp.es/codolga/>>. Acceso en 31 set. 2017.

CONCEPCIÓN SUÁREZ, J. *Diccionario toponímico de la montaña asturiana*. Oviedo: KKR Ediciones, 2001.



DCECH = COROMINAS, J.; PASCUAL, J.A. *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, 6 vols. Madrid: Gredos, 1980-1991.

DEBOWIAK, P. *La formation diminutive dans les langues romanes*. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2014.

DEBOWIAK, P. Nota de morfología histórica do português: sufixo *-ó, *Diacrítica*, Universidade do Minho, vol. 27, n.1, p. 131-152, 2013.

DIÉGUEZ GONÇÁLEZ, J. *Toponímia galega na escrita notarial medieval, derivados com o sufixo -olu, -ola*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2002.

GORDÓN PERAL, M.D. Sobre la significación del diminutivo en topónimia. In: Echenique Elizondo, M.T.; Sánchez Méndez, J. (eds.), *Actas del V Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española (Valencia 31 de enero - 4 de febrero de 2000)*. Madrid: Gredos, 2002, p. 1506-1517.

KRÜGER, F. Cosas y palabras del Noroeste Ibérico, *Nueva Revista de Filología Hispánica*, Ciudad de México, año IV, n. 3, p. 231-253, 1950.

MARQUÉS VALEA, X. *A toponimia de Trabada*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2004.

MARTÍNEZ LEMA, P. *A toponimia das comarcas de Bergantiños, Fisterra, Soneira e Xallas na documentación do Tombo de Toxos Outos (séculos XII-XIV)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2010.

129

MORALEJO ÁLVAREZ, J. J. Toponimia de las vías romanas de Galicia, *Palaeohispanica*, Zaragoza, n. 9, p. 189-202, 2009.

MORALEJO ÁLVAREZ, J. J. Topónimos galaicos con final *-oño*. In: LUJÁN E. R.; GARCÍA ALONSO, J. L. (eds.): *A Greek Man in the Iberian Street. Papers in Linguistics and Epigraphy in Honour of Javier de Hoz*. Innsbruck: Innsbrucker Beiträge zur Sprachwissenschaft, 2011. p. 257-267.

MORALEJO LASSO, A. *Toponimia gallega y leonesa*. Santiago de Compostela: Pico Sacro, 1977.

NAVAZA BLANCO, G. *Fitotoponimia galega*. A Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2006.

PALACIO SÁNCHEZ, A. *Toponimia del ayuntamiento de Pantón (Lugo)*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela (Tese de doutoramento inédita), 1981.

PHARIES, D. A. *Diccionario etimológico de los sufijos españoles; y de otros elementos finales*. Madrid: Gredos, 2002.



PIEL, J. M. As águas na toponímia galego-portuguesa. *Boletim de Filologia*, Lisboa, T. VIII, p. 305-342, 1945.

PIEL, J. M. *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

PIEL, J. M. Semblanza toponímica de un ayuntamiento gallego: Fonsagrada. In *Studia philologica: homenaje ofrecido a Dámaso Alonso por sus amigos y discípulos con ocasión de su 60º aniversario*. Tomo II. Madrid: Gredos, 1961, p. 599-608.

PIEL, J. M. Über Tiernamen in der hispanischen, insbesondere portugiesischen Toponomastik II. *Portugiesische Forschungen der Görresgesellschaft*, Münster, n. 7, 1967, p. 195-209.

RIVAS QUINTAS, E. *Lingua galega, nivéis primitivos*. Santiago de Compostela: Laiovento, 1994.

RIVAS QUINTAS, E. *Toponimia de Marín*, anexo 18 de *Verba*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 1982.

SANTAMARINA FERNÁNDEZ, A. A pegada relixiosa na toponimia galega, 1. Edificios relixiosos. In: AXEITOS, X. L.; GRANDÍO SEOANE, E.; VILLARES, R. (eds.), *A Patria enteira. Homenaxe a Xosé Ramón Barreiro Fernández*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega / Universidade de Santiago de Compostela, 2008, p. 935-94.

TERRADO PABLO, J. *Metodología de la investigación en toponomía*. Zaragoza: INO Reproducciones, 1999. 130

TLGP = ÁLVAREZ, R. (coord.) *Tesouro do léxico patrimonial galego e portugués*. Santiago de Compostela: Instituto da lingua galega. Disponible en: <<http://ilg.usc.es/Tesouro>>. Acceso en 31 set. 2017.

TRAPERÓ, M. La morfología derivativa como procedimiento de creación léxica: su especial importancia en la toponimia de Canarias (I): Diminutivos y aumentativos. In: CORRALES

ZUMBADO, C.; CORBELLÀ, D. (dirs.), *Estudios de dialectología dedicados a Manuel Alvar: con motivo del XL aniversario de El español hablado en Tenerife*. La Laguna: Instituto de Estudios Canarios, 2000, p. 207-236.

XUNTA DE GALICIA, *Nomenclátor de Galicia: toponimia oficial das provincias, concellos, parroquias e lugares*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, 2003.



ANEXO 1: Orixe etimolóxica das formas toponímicas estudiadas

Abeleiroas ⁽¹⁾ ← top. *Abeleiras* (Mazaricos, A Coruña) [+ -ÓLAS] < ABELLĀNĀRĪAS ← ABELLĀNA (Navaza 2006: 22, 28).

Abelleiroá ⁽²⁾ < *APÍCULĀRÍOLA ← APÍCULĀRÍA ← APÍCULA ← APIS (Cabeza Quiles 2008: 159).

Airoa ⁽³⁻⁶⁾ / **Airoá** ⁽⁷⁻¹²⁾ / **Eiroa(s)** ⁽³¹⁻³⁴⁾ / **Eiroás** ⁽³⁵⁾ / **Eiró(s)** ^(30, 36) < *ARĒOLA(S) ← ĀRĒA (Moralejo Lasso 1977: 118, 306; Palacio 1981: 636; Rivas 1982: 272).

Basadroa ⁽¹⁴⁾ ← top. *Basadre* (Agolada, Pontevedra) [+ -ÓLA] (Ares 2012: 296, 303; Bascuas 2002: 184).

Bouzoa ⁽¹⁵⁻¹⁸⁾ / **Bouzoá** ⁽¹⁹⁾ ← *bouza* [+ -ÓLA] < *BALTĒA? / *BUSTIARE? / *BAUTTIA? (Krüger 1950: 241-244; Marqués Valea 2004: 694-696; Navaza 2006: 94-95, 100-101; Piel 1989: 84).

Cabreiroá ^(20, 21) ← ¿top. *Capraria?* [+ -ÓLA] < CAPRĀRÍA ← CAPRA (Palacio 1981: 376; Piel 1967: 199).

Carballoa ⁽²²⁾ < *CARBALIÓLA ← *CARBALIÁ ← prelat. CARBA (Navaza 2006: 155).

Carreiroa ⁽²³⁾ / **Carreiroá(s)** ^(24, 25) < *CARRĀRÍOLA ← CARRĀRÍA ← CARRU (Marqués Valea 2004: 924; Palacio 1981: 570).

Castiñeiroa ⁽²⁶⁾ < *CASTANĒARIÓLA ← *(ARBORE) CASTANĒARÍA ← CASTANĒA (Navaza 2006: 182-189; Palacio 1981: 243-244).

Cerdeiroa ⁽²⁷⁾ < *CERĒSĀRÍOLA ← *(ARBORE) CERĒSĀRÍA ← CERĒSIA (Navaza 2006: 203-206).

Coiroa ⁽²⁸⁾ < *KAURIÓLA ← prelat. *KAURÍA ← *KAUR- (Martínez Lema 2010: 144-146).

Eirexúa ⁽²⁹⁾ / **Grixa** ⁽⁹⁰⁻⁹⁷⁾ / **Grixoá** ⁽⁹⁸⁾ / **Grixó** ⁽⁸⁵⁻⁸⁹⁾ / **Irixoa** ⁽¹⁰¹⁻¹⁰⁴⁾ < ECCLĒSÍOLA ← ECCLĒSIA (Moralejo Lasso 1977: 296, 297; Santamarina 2008: 942).

Embernallías ⁽³⁷⁾ ← top. *Embernallas* (Navia de Suarna, Lugo) [+ -ÓLAS] < *HIBERNALIAS (Ares 2011: 78; Concepción Suárez 2001: 374-375).

Ferreiroa(s) ⁽³⁸⁻⁴³⁾ / **Ferreiroá** ⁽⁴⁵⁾ / **Ferreirúa(s)** ⁽⁴⁶⁻⁴⁹⁾ < FĒRRĀRÍOLA ← FĒRRĀRÍA ← FĒRRU (Cabeza Quiles 2000: 147; Moralejo Lasso 1977: 283, 309, 323; Palacio 1981: 549-550; Piel 1961: 603).

Ferreiroá ⁽⁴⁴⁾ ← top. *Ferreira de Pantón* (Pantón, Lugo) [+ -ÓLA] < FĒRRĀRÍA ← FĒRRU.

Figueiroa ⁽⁵²⁻⁷⁴⁾ / **Figueiroá** ^(75, 76) / **Figueiró(s)** ^(50, 51, 77) / **Figueirúa** ⁽⁷⁸⁾ < FÍCĀRÍOLA ← FÍCĀRÍA ← FÍCU (Marqués Valea 2004: 387; Palacio 1981: 255; Navaza 2006: 268-271).

Filgueiroa ⁽⁷⁹⁾ ← top. *Filgueira* (Lalín, Pontevedra) [+ -ÓLA] < FÍLICĀRÍA ← FÍLIX, -ÍCIS.

Folgueiroa ⁽⁸⁰⁾ / **Folgueirúa** ^(81, 82) < FÍLICĀRÍOLA ← FÍLICĀRÍA ← FÍLIX, -ÍCIS (Moralejo Lasso 1977: 309; Navaza 2006: 260-266).

Fonteiroa ⁽⁸³⁾ < FÖNTĀNĀRÍOLA ← FÖNTĀNĀRÍA ← FÖNTĀNĀ ← FÖNTE (Moralejo Lasso 1977: 94).

Gandaroa ⁽⁸⁴⁾ < *GANDARÓLA ← prelat. *GANDA (Martínez Lema 2010: 198-200).



- Ichoa** (99) < *USTIÖLA ← lat. tard. USTIUM ← lat. clás. ŌSTIŪM (Palacio 1981: 620).
- Illoá** (100) < *ŌCÜLÍÖLA ← ŌCÜLU (Ares 2013: 774, 775).
- Laroá** (105-107) < LARAGIÖLA ← top. LARAGIA? (Diéquez 2002: 20).
- Loñoá** (108, 109) ← hidro. *Loña* < *LAUDONIA (Moralejo Álvarez 2011: 261).
- Marzoa** (110, 111) < (VILLA) *MARTIÖLA / *MARCIÖLA (Moralejo Álvarez 2009: 198).
- Montaño** (112) ← top. *Montaña* (Lampón, Boiro, A Coruña) < *MONTANEA ← MONTE.
- Moraño** (113) ← top. *Moraña* (Moraña, Pontevedra) [+ -ÖLA] ← prelat. *MOR- / *MUR (Martínez Lema 2010: 327).
- Negreiroa** (114) ← top. *Negreira* (Negreira, A Coruña) [+ -ÖLA] < *NĨGRĀRĨA ← NĨGER (Cabeza Quiles 2008: 88).
- Nogueiroa** (125) / **Nigueiroá** (115-119) / **Nogueiró** (120-122) < *NŨCĀRĨÖLA ← (ARBORE) NŨCĀRĨA ← NŨCE (Navaza 2006: 371-375).
- Nogueiró** (122, 123) ← top. *Nogueira* (San Tomé de Nogueira, Meis, Pontevedra) < (ARBORE) NŨCĀRĨA ← NŨCE.
- Olveiroa** (126, 127) ← top. *Olveira* (Dumbría, A Coruña) < ŌLIVĀRĨA ← ŌLIVA ou *ŪLVĀRĨA ← ŪLVA (Martínez Lema 2010: 250-262).
- Pereiroa** (131) / **Pereiroá** (131) / **Pereirúa** (133) / **Pereiró** (128, 129) < *PİRĀRĨÖLA ← (ARBORE) PİRĀRĨA ← PÍRA (Navaza 2006: 402-409).
- Pereiroás** (132) < *PĚTRĀRĨÖLAS ← PĚTRĀRĨA ← PĚTRA (Palacio 1981: 87).
- Piñeiroá** (134, 135) < *PÍNĀRĨÖLA ← PÍNĀRĨA ← PÍNU (Navaza 2006: 416, 417).
- Rañoa** (137-142) / **Rañoá** (143-146) / **Rañó** (136) < *ARANĒÖLA? ← *ARANĒA? (< *raña*) (DCECH, s.v. *raña*; Palacio 1981: 479; Piel 1945: 331)
- Riazoas** (147) < *RIVACEÖLAS ← RIVUS (Bascuas 2002: 153).
- Ribeiroa** (149) ← top. *A Ribeira* (Barallobre, Fene, A Coruña) < RÍPĀRĨA ← RÍPA (Piel 1945: 338).
- Salgueiroas** (151) / **Salgueiró** (150) < *SALÍCARĨÖLA(S) ← SALÍCĀRĨA (Navaza 2006: 490, 491).
- Tixoa** (154) < hidro. *Toxa* < *TŪGIA (Bascuas 2005: 103).
- Ulloa** (54) < hidro. *Ulla* < ULIA ← ¿prelat. *UR- ‘río’? / ¿prelat. *WEL ‘facer xirar’? (Bascuas 2002: 142; Rivas 1994: 66, 67).
- Urroa** (159) < *URRIÖLA ← prelat. *ORR- ‘val’ (Bascuas 2002: 127).
- Viñoa** (162, 163) / **Viñoá(s)** (164-166) / **Aviñoá** (13) / **Viñó** (160, 161) < *VÍNĒÖLA ← VINĒA (Navaza 2006: 561).



Xunqueiroá (167) ← top. *Xunqueira* (Xunqueira de Ambía, Ourense) < *IŪNCĀRĨA ← IŪNCU (Navaza, 2006: 571).

ANEXO 2: Relación alfabética dos topónimos estudiados

1. *Abeleiroas*, As (lug.), Corzón, Mazaricos, A Coruña
2. *Abelleiroá* (lug.), Castro de Rei de Lemos, Paradela, Lugo
3. *Airoa*, A (lug.), A Laxe, Fornelos de Montes, Pontevedra
4. *Airoa*, A (lug.), Ambroa, Irixoa, A Coruña
5. *Airoa de Arriba*, A (lug.), Mántaras, Irixoa, A Coruña
6. *Airoa do Rei*, A (lug.), Mántaras, Irixoa, A Coruña
7. *Airoá* (lug.), Cereixedo, Cervantes, Lugo
8. *Airoá* (lug.), Erbedeiro, Carballedo, Lugo
9. *Airoá* (lug.), O Vicedo, O Vicedo, Lugo
10. *Airoá*, A (lug.), Pesqueiras, Chantada, Lugo
11. *Airoá*, A (lug.), San Vicente de Castillón, Pantón, Lugo
12. *Airoá de Beacán*, A (lug.), A Peroxa, Beacán, Ourense
13. *Aviñoá* (lug.), Proente, A Merca, Ourense
14. *Basadroa* (lug.), Eidián, Agolada, Pontevedra
15. *Bouzoa* (lug.), Bouzoa, Taboada, Lugo
16. *Bouzoa* (lug.), Grandal, Vilarmaior, A Coruña
17. *Bouzoa* (lug.), Vilacova, Abegondo, A Coruña
18. *Bouzoa* (parr.), Taboada, Lugo
19. *Bouzoá* (lug.), Silva, Pol, Lugo
20. *Cabreiroá* (lug.), Cabreiroá, Verín, Ourense
21. *Cabreiroá* (parr.), Verín, Ourense
22. *Carballoa*, A (lug.), Barbeito, Vilasantar, A Coruña
23. *Carreiroa* (lug.), Lanzós, Vilalba, Lugo
24. *Carreiroá* (lug.), Maside, Sarria, Lugo
25. *Carreiroás* (lug.), Cortapezas, Portomarín, Lugo
26. *Castiñeiroa* (lug.), Maceda, Melide, A Coruña
27. *Cerdeiroa* (lug.), Nieva, Avión, Ourense
28. *Coiroa* (lug.), A Regueira, Oza dos Ríos, A Coruña
29. *Eirexúa* (lug.), Xudán, A Pontenova, Lugo
30. *Eiró, Campo de* (lug.), Pereiras, Mos, Pontevedra
31. *Eiroa* (lug.), Barro, Noia, A Coruña
32. *Eiroa*, A (lug.), Niñóns, Ponteceso, A Coruña
33. *Eiroa*, A (lug.), Sestaio, Muros, A Coruña
34. *Eiroas*, As (lug.), O Freixo, As Pontes de García Rodríguez, A Coruña
35. *Eiroás* (lug.), Cudeiro, Ourense, Ourense
36. *Eirós* (lug.), Mourente, Pontevedra, Pontevedra
37. *Embernallúas* (lug.), Muñís, Navia de Suarna, Lugo
38. *Ferreiroa* (lug.), Ferreiroa, Agolada, Pontevedra
39. *Ferreiroa* (lug.), Lanzós, Vilalba, Lugo
40. *Ferreiroa* (parr.), Agolada, Pontevedra



41. *Ferreiroa*, A (lug.), Alba, Vilalba, Lugo
42. *Ferreiroa*, A (lug.), Belesar, Vilalba, Lugo
43. *Ferreiroas* (lug.), Os Freires, Ortigueira, A Coruña
44. *Ferreiroá* (lug.), Eiré, Pantón, Lugo
45. *Ferreiroá* (lug.), Portomarín, Portomarín, Lugo
46. *Ferreirúa* (parr.), A Pobra do Brollón, Lugo
47. *Ferreirúa de Abaixo*, A (lug.), Ferreirúa, A Pobra do Brollón, Lugo
48. *Ferreirúa*, A (lug.), Viñoás, Nogueira de Ramuín, Ourense
49. *Ferreirúas*, As (lug.), Cabanela, Navia de Suarna, Lugo
50. *Figueiró* (lug.), Vincios, Gondomar, Pontevedra
51. *Figueiró* (parr.), Tomiño, Pontevedra
52. *Figueiroa* (lug.), A Agualada, Coristanco, A Coruña
53. *Figueiroa* (lug.), A Pedra, Cariño, A Coruña
54. *Figueiroa* (lug.), Arteixo, Arteixo, A Coruña
55. *Figueiroa* (lug.), Buxantes, Dumbría, A Coruña
56. *Figueiroa* (lug.), Cameixa, Boborás, Ourense
57. *Figueiroa* (lug.), Castrofeito, O Pino, A Coruña
58. *Figueiroa* (lug.), Cores, Ponteceso, A Coruña
59. *Figueiroa* (lug.), Dumbría, Dumbría, A Coruña
60. *Figueiroa* (lug.), Ermedelo, Rois, A Coruña
61. *Figueiroa* (lug.), Figueiroa, Ceredo, Pontevedra
62. *Figueiroa* (lug.), Galdo, Viveiro, Lugo
63. *Figueiroa* (lug.), Las, San Amaro, Ourense
64. *Figueiroa* (lug.), Maceira, Covelo, Pontevedra
65. *Figueiroa* (lug.), Morquintián, Muxía, A Coruña
66. *Figueiroa* (lug.), O Freixo de Sabardes, Outes, A Coruña
67. *Figueiroa* (lug.), Sísamo, Carballo, A Coruña
68. *Figueiroa* (lug.), Tállara, Lousame, A Coruña
69. *Figueiroa* (lug.), Torea, Muros, A Coruña
70. *Figueiroa* (lug.), Vilela, Punxín, Ourense
71. *Figueiroa* (parr.), Arzúa, A Coruña
72. *Figueiroa* (parr.), Ceredo, Pontevedra
73. *Figueiroa de Abaixo* (lug.), A Estrada, A Estrada, Pontevedra
74. *Figueiroa de Arriba* (lug.), A Estrada, A Estrada, Pontevedra
75. *Figueiroá* (parr.), Paderne de Allariz, Ourense
76. *Figueiroá* (parr.), Sober, Lugo
77. *Figueirós* (lug.), Beade, Vigo, Pontevedra
78. *Figueirúa* (lug.), Conforto, A Pontenova, Lugo
79. *Filgueiroa* (lug.), Donramiro, Lalín, Pontevedra
80. *Folgueiroa* (lug.), Dorna, Cervantes, Lugo
81. *Folgueirúa* (lug.), A Órrea, Riotorto, Lugo
82. *Folgueirúa* (lug.), Xudán, A Pontenova, Lugo
83. *Fonteiroa* (lug.), Santa Cecilia de Trasancos, Ferrol, A Coruña
84. *Gandaroa*, A (lug.), A Viña, Irixoa, A Coruña
85. *Grixó* (lug.), Alxén, Salvaterra de Miño, Pontevedra
86. *Grixó* (lug.), Grixó, Ramirás, Ourense
87. *Grixó* (lug.), Lamas, Moraña, Pontevedra
88. *Grixó* (lug.), San Pedro da Torre, Padrenda, Ourense



89. *Grixó* (parr.), Ramirás, Ourense
90. *Grixoa* (lug.), Berdoias, Vimianzo, A Coruña
91. *Grixoa* (lug.), Grixoa, Santa Comba, A Coruña
92. *Grixoa* (lug.), Grixoa, Viana do Bolo, Ourense
93. *Grixoa* (parr.), San Amaro, Ourense
94. *Grixoa* (parr.), Santa Comba, A Coruña
95. *Grixoa* (parr.), Santiago de Compostela, A Coruña
96. *Grixoa* (parr.), Viana do Bolo, Ourense
97. *Grixoa de Estername* (parr.), Santa Comba, A Coruña
98. *Grixoá*, A (lug.), Chouzán, Carballedo, Lugo
99. *Ichoa*, A (lug.), Ladra, Vilalba, Lugo
100. *Illoá* (lug.), Valboa, Monterroso, Lugo
101. *Irixoa* (conc.), A Coruña
102. *Irixoa* (parr.), Irixoa, A Coruña
103. *Irixoa* (parr.), Muras, Lugo
104. *Irixoa, O Pazo de* (lug.), Irixoa, Irixoa, A Coruña
105. *Laroá* (lug.), Laroá, Xinzo de Limia, Ourense
106. *Laroá* (parr.), Xinzo de Limia, Ourense
107. *Laroá, San Pedro de* (parr.), Xinzo de Limia, Ourense
108. *Loñoá do Camiño, O* (lug.), Covas, Pereiro de Aguiar, Ourense
109. *Loñoá Grande* (lug.), Covas, Pereiro de Aguiar, Ourense
110. *Marzoa* (parr.), Oroso, A Coruña
111. *Marzoa, A Ponte da* (lug.), Marzoa, Oroso, A Coruña
112. *Montañó* (lug.), Lampón, Boiro, A Coruña
113. *Morañó* (lug.), O Campo, Campo Lameiro, Pontevedra
114. *Negreiroa* (lug.), Negreira, Negreira, A Coruña
115. *Nigueiroá* (lug.), Guillamil, Rairiz de Veiga, Ourense
116. *Nigueiroá* (lug.), Parderrubias, A Merca, Ourense
117. *Nigueiroá* (lug.), San Miguel do Campo, Nogueira de Ramuín, Ourense
118. *Nigueiroá* (lug.), Verea, Verea, Ourense
119. *Nigueiroá* (parr.), Bande, Ourense
120. *Nogueiró* (lug.), A Cañiza, A Cañiza, Pontevedra
121. *Nogueiró* (lug.), Meder, Salvaterra de Miño, Pontevedra
122. *Nogueiró* (lug.), O Mundil, Cartelle, Ourense
123. *Nogueiró de Abaixo* (lug.), San Tomé de Nogueira, Meis, Pontevedra
124. *Nogueiró de Arriba* (lug.), San Tomé de Nogueira, Meis, Pontevedra
125. *Nogueiroa* (lug.), Parada de Labiote, O Irixo, Ourense
126. *Olveiroa* (lug.), Olveiroa, Dumbría, A Coruña
127. *Olveiroa* (parr.), Dumbría, A Coruña
128. *Pereiró* (lug.), Castrelos, Vigo, Pontevedra
129. *Pereiró* (lug.), Matamá, Vigo, Pontevedra
130. *Pereiroa* (lug.), Damil, Begonte, Lugo
131. *Pereiroá* (lug.), Bolaño, Castroverde, Lugo
132. *Pereiroás* (lug.), Santo Estevo do Mato, Pantón, Lugo
133. *Pereirúa*, A (lug.), Freixo, A Fonsagrada, Lugo
134. *Piñeiroá* (lug.), Camba, Castro Caldelas, Ourense
135. *Piñeiroá* (lug.), Cedrón, Láncara, Lugo
136. *Raño*, A (lug.), Guillade, Ponteareas, Pontevedra



137. *Rañoa* (lug.), Vilamor, Toques, A Coruña
138. *Rañoa*, A (lug.), A Barqueira, Cerdido, A Coruña
139. *Rañoa*, A (lug.), Bascoi, Mesía, A Coruña
140. *Rañoa*, A (lug.), Cambre, Cambre, A Coruña
141. *Rañoa*, A (lug.), Loira, Valdoviño, A Coruña
142. *Rañoa*, A (lug.), Sillobre, Fene, A Coruña
143. *Rañoá*, A (lug.), Barbadelo, Sarria, Lugo
144. *Rañoá*, A (lug.), Cela, O Corgo, Lugo
145. *Rañoá*, A (lug.), Ordes, Rairiz de Veiga, Ourense
146. *Rañoá*, A (lug.), Vilar, Sarria, Lugo
147. *Riazoas* (lug.), Brión, Brión, A Coruña
148. *Ribeiroa* (lug.), Sistallo, Cospeito, Lugo
149. *Ribeiroa*, A (lug.), Barallobre, Fene, A Coruña
150. *Salgueiró* (lug.), Camposancos, A Guarda, Pontevedra
151. *Salgueiroas* (lug.), Cabaleiros, Tordoia, A Coruña
152. *Salgueiroas* (lug.), Ser, Santa Comba, A Coruña
153. *Tixoa* (lug.), Refoxos, Silleda, Pontevedra
154. *Ulloa* (lug.), Curbián, Palas de Rei, Lugo
155. *Ulloa* (lug.), San Breixo, Palas de Rei, Lugo
156. *Ulloa* (parr.), Palas de Rei, Lugo
157. *Ulloa*, A (lug.), Orosa, Orosa, A Coruña
158. *Ulloa, Vilar de* (lug.), Meixide, Palas de Rei, Lugo
159. *Urroa* (lug.), Vimianzo, Vimianzo, A Coruña
160. *Viñó* (lug.), Coruxo, Vigo, Pontevedra
161. *Viñó* (lug.), Morgadáns, Gondomar, Pontevedra
162. *Viñoa* (lug.), Banga, O Carballiño, Ourense
163. *Viñoa* (lug.), Soutolongo, Lalín, Pontevedra
164. *Viñoá*, A (lug.), Cudeiro, Ourense, Ourense
165. *Viñoás* (lug.), Viñoás, Nogueira de Ramuín, Ourense
166. *Viñoás* (parr.), Nogueira de Ramuín, Ourense
167. *Xunqueiroá* (lug.), Xunqueira de Ambía, Xunqueira de Ambía, Ourense

136

Recebido em 30/09/2017
Aprovado em 25/11/2017



VÁRIA



Apresentação

Kelcilene GRÁCIA-RODRIGUES¹
Editora-Chefe

A seção **Vária** do número 25 da revista *Guavira Letras* apresenta dois artigos: 1. *Reciprocidade e enunciação na cultura de interação em uma classe de língua inglesa em Bagé*; 2. *Assimetria interacional e metadiscursso: Uma análise em entrevistas*.

Mégui Santos Mascarello e Silvana Silva, em *Reciprocidade e enunciação na cultura de interação em uma classe de língua inglesa em Bagé*, tendo como apporte teórico Émile Benveniste e Marcel Mauss, refletem sobre o ensino de língua inglesa, evidenciando como a relação entre enunciação e reciprocidade pode contribuir para o ensino de língua inglesa.

O artigo *Assimetria interacional e metadiscursso: Uma análise em entrevistas*, de Solange de Carvalho Fortilli, trata da assimetria interacional entre os participantes de entrevistas do *corpus IBORUNA* a partir da análise de marcas linguísticas de metadiscursso que materializam essa assimetria.

138

Boa leitura!

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Três Lagoas – MS – Brasil. CEP: 79610-030. E-mail: kelcilenegracia@gmail.com.



Reciprocidade e enunciação na cultura de interação em uma classe de língua inglesa em Bagé

Reciprocity and enunciation in the interaction culture in a English class from Bagé

Mégui dos Santos MASCARELO¹
Silvana SILVA²

RESUMO: O presente artigo busca estudar a relação entre enunciação e reciprocidade numa determinada cultura de interação de sala de aula de língua inglesa como língua adicional. Partimos de um pressuposto de que, havendo um olhar atento para esses aspectos da interação professor e aluno, pode-se alcançar um maior entendimento ou melhor resultado no que se refere a engajamento em sala de aula. O referencial teórico se apoia na Enunciação, de Émile Benveniste, bem como na Reciprocidade, de Marcel Mauss. Comparando-se formas de reciprocidade descritas por Mauss com conceitos de “dom” e “troca” apresentados por Benveniste, buscamos identificar a forma de reciprocidade mais aproximada da situação analisada. Com isso, podemos desenvolver um olhar voltado para a cultura de interação entre professor e aluno, de modo que este seja também um critério de desenvolvimento de aulas e de construção de interação. Verificamos, na interação observada que a forma antropológica de reciprocidade do tipo ‘Potlatch’ - a que envolve disputa por poder e autoridade, assim como destruição do objeto de reciprocidade - é a predominante.

PALAVRAS-CHAVE: Enunciação. Reciprocidade. Cultura de interação. Ensino de língua inglesa. Intersubjetividade.

ABSTRACT: This article sought to study the relationship between enunciation and reciprocity within a given classroom interaction culture. This is a classroom for learners of English as an additional language. We presupposed that, as long as we turn our gaze to such aspects of teacher-student interaction, it is possible to reach a deeper understanding or a better result regarding classroom engagement. The theoretical reference finds support in Enunciation Theory, by Émile Benveniste, as well as Reciprocity Theory, by Marcel Mauss. By comparing the forms of reciprocity described by Mauss with the concepts of “gift” and “exchange” pointed out by Benveniste, we intended to identify the forms of reciprocity that are closest to the observed situation. With this approach, one can develop a view on the culture of interaction between teacher and student, so that it may also become criteria for lesson planning and interaction construction. We uphold, as a result, that the predominant anthropological type of reciprocity was that of Potlatch - which involves competition for power and authority, as well as destruction of the object of reciprocity. That was the most predominant among the studied forms.

KEYWORDS: Enunciation. Reciprocity. Interaction culture. English language teaching. Intersubjectivity.

¹ Graduada em Letras, Português-Inglês pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.Bagé-RS. Email: mascarelomegui@gmail.com

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS. Instituto de Letras – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Porto Alegre- RS – Brasil – CEP. 90420-041. E-mail: ssilvana2011@gmail.com.



Introdução

A experiência como professor possibilita a um indivíduo dotado de subjetividade, como é o ser humano, desenvolver, em diferentes graus, uma percepção quanto à interação com seus alunos. Há distintas marcas de subjetividade na interação do professor com seus alunos: maneira de iniciar, conduzir e concluir suas aulas; de organizar e expor os conteúdos; de aplicar avaliações, definir critérios de aprovação; de dispor seus alunos na sala de aula (fileiras, círculos, semicírculo, grupos etc.). Pretendemos aqui trazer reflexões e implicações da relação entre Enunciação e Reciprocidade no ensino de língua inglesa como língua adicional (SCHLATTER E GARCEZ, 2012) na cidade de Bagé, considerando-se o ambiente de interação, os participantes e as atitudes linguísticas demonstradas.

A Enunciação de que tratamos refere-se à da perspectiva do linguista Émile Benveniste (1902-1976). Esta investiga a língua em seu uso individual, as pessoas que estão envolvidas na troca enunciativa, as representações da ‘não-pessoa’³, o tempo e espaço, nos quais são produzidas essas trocas, lapidadas conforme prescrições culturais, sociais, religiosas e condições psicológicas. “A ‘subjetividade’ de que tratamos aqui é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 286), é uma característica da linguagem explorada nos estudos enunciativos.

A Reciprocidade, por sua vez, é abordada a partir dos estudos antropológicos de Marcel Mauss (1872-1950), onde são examinadas descrições de sociedades com a finalidade de identificar as formas de reciprocidade entre esses grupos considerados “primitivos”, bem como o seu nível de complexidade e de desafio (de poder e “honra”). À luz de uma compreensão semântica apresentada por Benveniste (1951/2005) acerca do conceito de “dom” e “troca”, entende-se que há relação entre cultura e o sentido de um signo.

Por meio de um recorte enunciativo, pretende-se mostrar como alguns verbos da língua inglesa se apresentam na intersubjetividade entre professor e seus alunos e de que maneira a reciprocidade ocorre nesse recorte. Vale dizer que, ainda que seja uma única situação de ensino-aprendizagem, os interlocutores diferem entre si e seus papéis enunciativos se invertem, caracterizando, assim, a troca enunciativa. Entende-se, em convergência com Benveniste (1958/2005, p. 293), que a intersubjetividade é o que possibilita a comunicação linguística nessas trocas.

140

Uma compreensão antropológica da enunciação na interação professor-aluno

Para a análise das experiências linguísticas mencionadas, três textos de Benveniste⁴ servir-nos-ão de apoio para a aplicação da teoria enunciativa: “Estrutura das relações de pessoa no verbo” (1946/2005), “Da subjetividade na linguagem” (1958/2005) e “Dom e troca no vocabulário indo-europeu” (1951/2005). Este autor, a partir de categorias linguísticas, entre elas o nome (dentro do campo lexical) pronome, verbo, suas origens, formas e funções

³ Benveniste (1946/2005, p. 253) explica que a “não-pessoa” (a terceira pessoa da gramática da língua portuguesa) “é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente”. Logo, não seria uma pessoa para que se pudesse despersonalizá-la, porque nela se ausenta a qualidade “eu” e de “tu”, invertíveis entre si.

⁴ Estes se encontram em *Problemas de Linguística Geral I*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005.



desenvolve uma visão específica de uma determinada área do conhecimento, como a filosofia ou a antropologia, por exemplo, aplicada ao uso da língua.

Busca-se a compreensão da interação professor-aluno, na qual se propõe visualizar a reciprocidade como constituinte desta, ainda que se saiba que ela pode não ocorrer de maneira plena nos mais variados ambientes educacionais. Com esta percepção construída sobre as teorias da Enunciação e da Reciprocidade, pretende-se verificar de que maneira a reciprocidade se expressa pela enunciação dentro de um recorte intersubjetivo. Além disso, tomar-se-á como objeto de análise a intersubjetividade em um determinado contexto cultural para se pensar a reciprocidade real entre professor e aluno.

Antes de adentrarmos nas especificidades semânticas de “dom” e “troca”, é importante compreender o que a Teoria da Enunciação entende como linguagem e subjetividade, pois estes conceitos fundamentam o entendimento daquela que é a condição para a comunicação, e, consequentemente, para a reciprocidade: a intersubjetividade. Benveniste relaciona linguagem à subjetividade de modo que a primeira é concebida como constituinte da natureza humana, e a segunda subsiste a partir da primeira. A subjetividade, conforme também conceitua o autor no texto *Da subjetividade na linguagem*, “é a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (1958/2005, p. 286). Daí a justificativa para se trabalhar a linguagem e a subjetividade neste estudo: a reciprocidade se dá quando se é na linguagem.

Subjetividade: “espaços vazios” na linguagem e uma ressalva na análise da cultura de interação

É necessário esclarecer que a linguagem é um constituinte do *ser* humano que, segundo Benveniste, revela a subjetividade por meio de três categorias enunciativas: pessoa, tempo e espaço. Esse espaço, explica Flores (2013, p. 122), refere-se a um “sistema de coordenadas” em que o “eu”, ao se apropriar da linguagem, torna-se o eixo de referência.

O tempo é uma categoria que, segundo Benveniste (2005, p. 260), não pode ser o único critério a decidir “a posição ou mesmo a possibilidade de uma forma dada no seio do sistema verbal.” O autor contesta a divisão do tempo em passado, presente e futuro, tendo em vista sua insuficiência para organizar o emprego dos verbos. Para Benveniste, só o presente é um tempo linguístico (2006, p. 75).

A pessoa, por sua vez, determina a funcionalidade do verbo, a saber, em comparação entre pessoa subjetiva (“eu”) e não-subjetiva (“tu”), e não-pessoa (“ele/a”). (BENVENISTE, 2005, p. 250) Benveniste, no mesmo texto, repetidamente retoma a correlação de pessoalidade dos pronomes. Em uma das vezes, o autor afirma que “segue-se que, muito geralmente, a pessoa só é própria às posições ‘eu’ e ‘tu’. A terceira pessoa é, em virtude da sua própria estrutura, a forma não pessoa da flexão verbal” (BENVENISTE, 2005, p.252).

Estes elementos são imprescindíveis para as formas verbais, pois elas demarcam oposições (BENVENISTE, 2005, p. 250) que são para nós interessantes para a compreensão da reciprocidade, mais precisamente, qual é a atitude linguística daquele que toma a posição de “eu”, uma vez que “eu” e “tu” são invertíveis. (BENVENISTE, 2005, p. 253) Isso pode dar pistas sobre a pessoa que produz enunciado no qual se projeta o seu “tu”, afim de que o desafio da reciprocidade seja lançado. Destarte, o funcionamento do verbo está vinculado à pessoa, resultando em diferenças comparáveis entre o verbo que descreve uma ação constante



até o momento do enunciado e o verbo que descreve uma ação tomada no momento da produção do enunciado.

Ressaltamos que, em um trabalho no qual se observa e registra a cultura de interação entre outras pessoas, em um recorte intersubjetivo, perde-se a autenticidade daquilo que se diz. Passamos, então, a contar com as informações dos participantes e da percepção das atitudes linguísticas que se repetem, bem como as respostas que se obtêm delas. Aonde queremos chegar com essas considerações? À compreensão de que reciprocidade é, aqui, caracterizada pelos verbos que denotam atitudes linguísticas; estes, por sua vez, estão sujeitos à pessoa, tempo e espaço.

Linguagem: por falar em “*dom e troca*”

Da subjetividade na linguagem é um texto deveras explorado pelos estudiosos da Teoria da Enunciação de Benveniste, e uma das frases-chave se encontra no segundo parágrafo: “A linguagem está na natureza do homem, que não a fabricou”. (BENVENISTE, 1958/2005, p. 285). Para entrarmos no mérito da relação linguagem-enunciação, faz-se pertinente expor os argumentos de Benveniste (1958/2005, p. 285) sobre a natureza da linguagem, pois, a partir dela, o autor menciona a atribuição da troca.

Todos os caracteres da linguagem, a sua natureza imaterial, o seu funcionamento simbólico, a sua organização articulada, o fato de que tem um *conteúdo*, já são suficientes para tornar suspeita a assimilação a um instrumento, que tende a dissociar do homem a propriedade da linguagem. Seguramente, na prática cotidiana, o vaivém da palavra sugere uma troca, portanto uma “coisa” que trocaríamos, e parece, pois, assumir uma função instrumental ou veicular que estamos prontos a hipostasiar num “objeto”. Ainda uma vez, porém, esse papel volta à palavra. (BENVENISTE, 1958/2005, p. 285, grifos do autor)

Benveniste (1958/2005, p. 285) já fizera uma referência à *troca* ao falar que o que existe “é um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem”. A linguagem está na natureza, e é pela linguagem que a palavra é habilitada para que cumpra sua função na troca. Se a linguagem permite à palavra a “comunicação” (BENVENISTE, 1958/2005, p. 285) e é a palavra que permite a troca, há coerência em se pensar a linguagem como um *dom*, concedido ao homem, que permite a *troca*. Em termos antropológicos, a reciprocidade.

A noção de cultura na (inter)subjetividade

Propomos relacionar as especificidades no “preenchimento” dos “espaços vazios” pela subjetividade na linguagem ao contexto social⁵ e cultural em que o falante se encontra. Isso se

⁵ “(...) as principais distinções verbais do coreano são de ordem ‘social’; as formas são diversificadas ao extremo segundo o nível do sujeito e do interlocutor e variam segundo se fale a um superior, a um igual ou a um inferior. O falante apaga-se e prodiga as expressões impessoais; para não sublinhar indiscretamente a relação das posições, contenta-se frequentemente com formas indiferenciadas quanto à pessoa, que só o sentido afiado das conveniências permite entender corretamente.” (BENVENISTE, 1946, p. 248-249)



deve ao fato de que a cultura, segundo uma das explicações de Benveniste sobre esse conceito, abrange

[...] um conjunto muito complexo de representações, organizadas por um código de relações e de valores: tradições, religião, leis, política, ética, artes, tudo isso de que o homem, onde quer que nasça, será impregnado no mais profundo da sua consciência, e que dirigirá o seu comportamento em todas as formas da sua atividade, o que é senão um universo de símbolos integrados numa estrutura específica e que a linguagem manifesta e transmite? Pela língua, o homem assimila a cultura, a perpetua ou a transforma.” (BENVENISTE, 2005, p. 31s, apud FLORES E SEVERO, 2015, p. 317, grifos do autor)

Comparando tal concepção com a de Oliveira (2014), a cultura é um elemento constitutivo de todo ser humano e o “resultado da inserção do ser humano em determinados contextos sociais”. O autor ainda afirma, com base em Tylor, o primeiro a atribuir um conceito ao termo cultura, que este corresponde à “forma ou o jeito comum de viver a vida cotidiana **na sua totalidade por parte de um grupo humano.** (MASSENZIO *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 1-2, grifos nossos).

Quando se fala em totalidade, entendemos que esteja incluída a interação entre indivíduos. Logo, é necessário que, para se analisar a reciprocidade numa interação, entenda-se que a língua, subsistindo a partir da linguagem, tem relação com a cultura, sendo esta última o viés pelo qual abordaremos a reciprocidade.

A partir disso, podemos dizer que a enunciação, como ato individual de utilização da língua colocando-a em funcionamento (BENVENISTE, 1989, *in* FLORES, 2009, p. 102) é passível de transformações, ou adaptações de acordo com o contexto de interação. É mister que assim seja, para que haja intersubjetividade, a condição para a comunicação, resultando em reciprocidade.

Essa adaptação é induzida por diversos fatores, no caso da interação em sala de aula: interlocução *eu-tu*, *eu(professor)-tu(aluno)*, *eu(aluno)-tu(professor)*, *eu-instituição*, *eu-comunidade escolar*, *eu-comunidade local*, etc. Há dois conceitos que lidam com as imagens construídas dos interlocutores no momento da produção de enunciado: indicação de subjetividade e subjetividade do indicador. O primeiro indica uma valorização da subjetividade do ‘eu’. O segundo, tratando-se de um processo converso, indica uma valorização do ‘tu’ enquanto o ‘eu’ enuncia. Em outras palavras, aquele focaliza a própria subjetividade ao enunciar; este, por sua vez, enuncia em função e tendo em vista a subjetividade do seu ‘tu’. Estes dois conceitos foram desenvolvidos com maiores detalhes por Silva (SILVA, 2013, p. 63). Trata-se da imagem que um indica do outro ao enunciar. A intersubjetividade é, portanto, diretamente afetada (o que não deve ser tomado em um sentido negativo) pela cultura de interação, ou, de maneira alusiva, pelas várias subjetividades formadoras de um grupo.

Uma compreensão semântica de “dom” e “troca” em Benveniste

O texto “Dom e troca no vocabulário indo-europeu” influenciou significativamente a construção do fundamento teórico deste estudo. Aquele se trata de uma análise semântica dos termos “dom” e “troca”, conceitos ligados à teoria antropológica da Reciprocidade. A



contribuição de Benveniste é entendida, aqui, como a de uma aplicação dos vários sentidos que os termos “dom” e “troca”, de acordo com a língua e o contexto em que ela ocorre, às regras de interação – como buscamos representar anteriormente – entre indivíduos e coletividades.

Aí está o princípio de uma *troca* que, generalizada não somente entre os indivíduos mas entre os grupos e as classes, provoca uma circulação de riquezas através da sociedade inteira. O jogo é determinado por regras, que se fixam em instituições de todas as ordens. Uma vasta rede de ritos, de festas, de contratos, de rivalidades organiza as modalidades dessas transações. (BENVENISTE, 1951/2005, p. 348)

Nesta leitura semântica dos conceitos de “dom” e “troca”, promovida por Benveniste, destacam-se, inicialmente, dois termos que aparecem ter uma relação muito mais íntima do que se imagina: “dar” e “tomar”. Dentro de uma análise do hitita, pertencente ao grupo das línguas indo-europeias, Benveniste sugere que há um problema de comparação morfosemântica entre raízes. Para se entender “o processo”, o autor entra no mérito da sintaxe também, uma vez que a diferenciação no sentido da raiz dependia da posição sintagmática, bem como dos elementos que integram o sintagma com ela. (BENVENISTE, 1951/2005, p. 350)

A ideia-chave que propomos destacar a partir do texto *Dom e troca* (BENVENISTE, 1951/2005) é o sentido dos verbos que sugerem uma oferta e compensação que se modificam de acordo com seu comportamento no enunciado. Este comportamento dos verbos “tomar” e “dar” são classificados, segundo o autor, como correspondente a uma fase “antiga” do indo-europeu. (p. 350), que apresenta reflexo na formação atual dos verbos das línguas derivadas do indo-europeu.

144

Metodologia

Após o estudo do referencial teórico, a pesquisa de campo realizada teve como metodologia a observação, gravação, transcrição e análise de recortes enunciativos de 3 (três) horas-aula ministradas em um instituto de línguas. Para que ela fosse permitida, entramos em contato com a direção da escola, bem como o professor da classe que concordou em participar da pesquisa. Sua identidade, bem como a da escola, mantiveram-se em sigilo, conforme acordado em Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A classe observada correspondia ao último módulo do curso de inglês. Havia três alunas e um professor. Os alunos estavam dispostos em semicírculo diante do professor, o qual utilizava um púlpito, mas também transitava na sala, e dirigia-se às alunas quando necessário ou solicitado. A aula foi gravada em áudio – por preferência dos participantes. Posteriormente, realizamos audição e transcrição do material e seleção dos trechos em que se identificavam atitudes linguísticas de reciprocidade, tanto por parte do professor, quanto por parte das alunas. Em seguida, escolhemos algumas situações, as mais relevantes, para a análise.

Os critérios utilizados para identificar as situações de reciprocidade foram as descritas na tabela abaixo, em que se apontam as relações entre formas de reciprocidade e conceitos enunciativos. As formas de reciprocidade elencadas foram retiradas do “Ensaio Sobre o Dom” (“The Gift”), de Marcel Mauss (1950/2002).



Quadro 1. Relações entre formas de reciprocidade e conceitos enunciativos

Região/ Sociedade	Sistema de troca	Principais características	Interpretação enunciativa
Polinésia	<i>Total service</i>	Ocorre entre famílias, vizinhos; a criança é o canal para troca de bens.	Existe intersubjetividade, pois é uma interação relativamente “pacífica”, na qual ambas as partes entram em acordo.
Melanésia; Tinglit, and Haïda	<i>Potlatch</i>	Troca de bens, festivais, disputa por poder, destruição.	Troca de argumentos, justificativa, indicação de subjetividade.
Eskimós	<i>Kula-Potlatch</i>	Diplomacia na troca de bens.	Enunciação interpessoal ⁶ ; subjetivação do indicador.
Roma	<i>Roman Law</i>	“ <i>Nexum</i> ” (mobilidade social), promessa (compromisso), caráter espiritual do objeto/coisa oferecida, presentes obrigatórios; há formalismo, testemunha, palavra, registro.	Enunciação intersubjetiva (agrado).
Alemanha	<i>German Law</i>	Obrigação em realizar troca, venda e empréstimo sob penhor, promessa, caução. A honra é desafiada.	Interpessoal; o objeto de interação mantém o poder da reciprocidade, o contrato pode atingir os participantes por meio de uma situação “embarrassing” (no sentido de que o devedor sente-se obrigado a retribuir).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na continuidade, colocaremos em foco o movimento de reciprocidade em que há o fato gerador - o lançamento do desafio - e da resistência – destruição do objeto de reciprocidade. Escolhemos descrever esse procedimento, a saber, o correspondente ao *Potlatch*, por haver sido este o mais conflituoso, mais duradouro em uma única situação intersubjetiva, bem como o mais representativo em nosso contexto de ensino-aprendizado.

⁶ Quando mencionamos “interpessoal” em oposição a “intersubjetivo”, não queremos dizer que não há intersubjetividade, já que esta é condição para a comunicação. A sutil diferença se encontra na proximidade ou distância em que o sujeito se coloca de si mesmo enquanto enuncia. Eu posso assumir o papel de ‘eu’ na enunciação, mas posso não falar de mim enquanto indivíduo; eu posso falar de mim como alguém que tem uma função objetiva, como a de professor, aluno, diretor, coordenador etc. Estas duas características, o interpessoal e o intersubjetivo podem ocorrer de forma mesclada em uma mesma aula.



Entre a reciprocidade e o rompimento: a destruição do objeto de interação na sala de aula de língua inglesa

Assim como em grande parte da aula, a cena selecionada para análise nesta seção envolve demonstração e manutenção da autoridade. Propomos fornecer a transcrição, descrição e análise do recorte enunciativo dessa situação, porque este esboça uma ilustração de ambos os fatos: a reciprocidade (quando há resposta do interlocutor, bem como seu esforço e/ou interesse em interagir) e a desistência na interação.

Entretanto, a característica do *Potlatch*, apontada por Mauss, é descrita da seguinte maneira.

O potlatch, por si só um fenômeno típico e, ao mesmo tempo, tão característico dessas tribos, não é nada menos do que um sistema de trocas de presentes. Ele difere do potlatch da Melanésia apenas na presença de violência, exagero e antagonismos que o mesmo levanta, bem como por uma certa falta de conceitos jurídicos e uma estrutura mais simples e primitiva. Isso é particularmente verdade para dois povos do norte, os Tinglit e os Haïda. (MAUSS, 2002, p. 70)

Esboçando o contexto, perceberemos que o professor busca interagir com determinada aluna, que apresenta maior proficiência e fluência que as demais, demonstrando uma atitude de desafio por meio da troca de informações, da exposição de experiências próprias e do questionamento. Essa atitude é diferente da interação com as outras alunas, uma vez que, com estas, ele se detém a falar do tema a ser feito, da dúvida ser tirada e, no máximo, fazer comentários e questionamentos a respeito das experiências pessoais delas. Sendo assim, conclui-se que a relação entre professor e aquela aluna especificamente, naquele momento, é marcada de antagonismo (esforço em manter a autoridade de professor em contrapartida do esforço da aluna em delimitar a conversa até o ponto em que lhe interessa).

Prosseguiremos, agora, com a transcrição e a análise.

Tabela 2. Exerto enunciativo 02; Sessão 01

Exerto enunciativo 02

Session 01

Participants: teacher; student ‘B’; *in few occasions* student ‘A’.

Scene: teacher introduces a new topic before going on to the next lesson – lesson 8 – and establishes a conversation with student ‘B’, who ‘accepts’ the object of interaction. Teacher insists in going further in the topic to the extent that the student is willing or is able to give arguments. Student resorts to refusal, laughs and silence moments to indicate subjectivity in this intersubjective process.⁷

41.T: Well, so... Before we get to lesson 8, people, **we’re gonna talk a little bit about the fast food restaurants.** (@) Uhm... On page one hundred nine. Let’s suppose you are at a fast food restaurant in the United States, after you give your order, the person work... the

⁷ Recorte enunciativo 02, Sessão 01, Participantes: professor; aluna ‘B’; *em algumas ocasiões*, aluna ‘A’. Cena: O professor apresenta um novo tema antes de prosseguir com a próxima lição – lição 8 – e estabelece uma conversação com a aluna ‘B’, a qual ‘aceita’ o objeto de interação. O professor insiste em ir além com o tópico até o ponto em que a aluna se dispor ou conseguir fornecer argumentos. A aluna recorre para a rejeição, risos e momentos de silêncio para indicar sua subjetividade nesse processo intersubjetivo.



44. person working in the counter will usually be asking you for here or to go. What does 45. that mean?

(Com: *Silence*)

46.B: He is asking you if you want to eat there or ???

47.T: Or take it home.

48.B: Yeah.

Até aqui, podemos depreender que o professor apresentou um novo tópico para as três alunas (l. 41-45), conforme procedimento costumeiro de uma classe. Portanto, esperava-se que qualquer uma delas tivesse dado a resposta. O objeto de reciprocidade foi lançado para as três. Até aqui é o professor falando com as alunas, buscando estabelecer uma intersubjetividade, afim de promover um envolvimento das alunas com o tema. Assim, poder-se-ia trabalhar aspectos lexicais, gramaticais e culturais correspondentes, a fim de alcançar reciprocidade ao longo da aula. O ‘eu’ professor lança o objeto de reciprocidade para as três alunas, mas somente uma parece aceitar esse objeto. (l. 46,48) Não se tem ainda concretizado o Potlatch enunciativo (cf. tabela 1: “Troca de argumentos, justificativa, indicação de subjetividade”).

49.T: Which do you prefer? To eat in the restaurant, or fast food restaurant, or take it 50. home?

51.B: Eat there.

52.(Com: *Teacher repeats student's answer*)

53.T: Eat there. Why?

54.B: Uhmm... Because I don't like to do the dishes.

55.(C: *Teacher laughs*)

56.T: Ok. Ah, but suppose it is a hamburger, you don't have to do the dishes, you just 57. eat it the way it is: open and bite it.

58.B? Oh, you have to... clean the glass...

59.T: Uh?

60.B: clean the glass...

61.T: Ok... and you buy a coke.

62.(Com: *Student laughs as the teacher keeps on questioning her on the same subject*)

147

A partir do trecho acima, percebe-se que não se trata mais apenas de um eu (professor) lançando um objeto de reciprocidade para as três alunas (l. 41-45), mas, sim, para uma delas: a que aceitou o objeto. Com isso, ao perceber as argumentações da aluna, o professor lança outro desafio, afim de manter a interação (poder do professor em manter o interesse da aluna no assunto e promover o diálogo e a prática da língua-alvo). Aqui, ocorre uma indicação de subjetividade, onde o professor valoriza o seu papel de professor, buscando desenvolver com a aluna um diálogo que vai além da simples afirmação da aluna (l. 51). O professor até aqui falou com a aluna (*‘talk to’, isto é, conversa menos formal, em que há maior engajamento dos participantes*). Estabeleceu-se o *Potlatch*.

Acompanhando as trocas de turno que ocorrem nesta “sessão”, notamos, também por meio dos destaques, que há questionamentos frequentemente levantados. O professor, em suma, inicia uma discussão em torno da compreensão da aluna, talvez um dos primeiros níveis de uma típica interação entre professor-aluno: “(...), we’re gonna talk a little bit about



the fast food restaurants (...)... the person working in the counter will usually be asking you for here or to go. What does that mean?”. Interessante ressaltar que a parte recíproca que cabe a esta interação pode ser identificada nas linhas 44 a 49, uma vez em que há interesse da aluna em responder e interesse do professor em, mantendo sua postura de líder da discussão e de professor de inglês como língua estrangeira, fornecer significado e exemplos (“fast food restaurant”, “take home”).

Com isso, também, o professor se propõe ao conhecimento do nível de fluência da aluna, pois, mais tarde, o interesse em responder perguntas, conforme inicialmente demonstrado, é desafiado por perguntas que vão além do conteúdo lexical e semântico. O professor explora as lacunas da subjetividade que o tema pode gerar: “Which do you prefer? To eat in the restaurant, or fast food restaurant, or take it home?” (...) “Eat there. Why?” (linhas 49-50). O *Potlatch* começa a ser lançado, pois há uma ‘troca de bens’, nas palavras de Mauss (p.45): conhecimento e experiência pessoal em função da manutenção do diálogo e dos papéis professor/aluno.

Nas linhas que se seguem, percebemos que o professor frequentemente questiona a ‘subjetividade’ (as respostas que revelam a experiência pessoal) da aluna. Ao longo da aula, a aluna “B”, indicada neste diálogo, apresenta um nível de conversação mais fluente (levando em conta interrupções). Por isso, o professor indaga, replica, defende-se, desafia. Estes movimentos de linguagem ocorreram de modo a fazer a aluna interagir, pois aqui trata-se de uma aula do último módulo, última lição antes da prova.

63.T: A a a a cardboard... a bottle of glass... of coke.

64.(Com: *Silence*)

65.B: Then I don't know.

**66.T: And then you have one more thing that is basic: if you take a hamburger home,
67.when you get home, the hamburger is getting cold**

68.(Com: *Student agrees*)

69.T: or the CHEESE, it is not the same thing, even if you re-heat it, it's not the same. It's
70.like pizza: you order a pizza in... in the restaurant... ??? to your tables... delicious... but
71.after ten minutes ??? You get home, re-heat it, and... it's not the same. (@) ??? **But the**

Quando a aluna diz, no trecho acima, “then I don't know.” (então eu não sei.), o professor lança um comentário que converge com a opinião da aluna, ou a sua preferência por comer no restaurante em vez de levar o alimento para casa. O professor continua a desenvolver os argumentos que valorizam a subjetividade do seu ‘tu’, a aluna, ocorrendo, então, uma subjetivação do indicador. O polo dominante aqui ainda é a aluna. Até aqui, ele fala com a aluna (*speak to*). No entanto, ele lança outro desafio argumentativo a partir da linha 71. Continua o *Potlatch*.

72.other thing that is good is that you can walk, ??? you have to get out, **you ask to get
73.home...** Or you just order and...

74.B: You don't like to see people?

**75.T: No, I like to see people, but I prefer to stay home wearing pajamas, watching TV on
76.bed eating my hamburger.**

77.(Com: *Students laugh*)



- 78.(Com: *Student enunciates with sarcasm*)
79.B: Aaai... Old people...
80.T: Not old people... It's tired people. (@)
81.(Com: teacher turns to another student)
82.T: Thank you very much.
83.(Com: *Teacher goes back to the previous topic.*)
84.You will be old someday.
85.(Com: Silence)

Percebe-se que, neste momento, há, de fato, uma intersubjetividade mais intensa do que nos trechos anteriores. Porque agora o professor falava com a aluna, mas apresentava argumentos com base em fatos. Neste último trecho, porém, após a aluna questionar o gosto do professor, este começa a expressar sua preferência (l. 75-76). O desafio da argumentação continua; o professor fala com a aluna ('talk to'). Posteriormente, a aluna lança um desafio mais informal ao observar a idade do professor e relacioná-la à preferência dele em descansar (l. 79). O professor, por sua vez, argumenta que isso se deve ao cansaço (l. 80). Há um silêncio (um intervalo de tempo importante para uma nova enunciação), e percebendo a 'destruição' do objeto de interação, uma vez que houve uma perda no foco do diálogo, por meio da observação da aluna, o professor retorna ao livro, local onde o professor em geral reafirma seu papel.

- 86.T: Uhm... So, for here or to go? Here you have the choices: eating your meal ??? in which
87.case you say for here. (*Student yawns*) Or you could have your food ??? so you can eat
88.elsewhere, in which case you say to go. (*Teacher reads an example provided by the*
89.*coursebook*) Take a look at ??? ordering lunch: "I'll have Five hamburgers, Five large ???
90.of french fries and two large cokes to go, please." Wow. **Ok guys. This is the end of**
91.lesson seven, and you are able to do the exercises for to...
92.(Com: Silence)
93.T:Exercises of lesson seven for to...
94.A: Tomorrow?
95.T: Tomorrow.

149

Existe aqui uma mudança no verbo enunciativo. O 'eu' do professor não mais 'fala com a aluna', mas 'fala para as alunas' ('speak to', isto é, enunciação mais formal ou séria). Nas linhas 86 a 89, não se consegue perceber se o professor estaria falando com a aluna com quem mantinha essa argumentação ou se falava para a classe toda. Contudo, tendo em vista a observação na sala de aula e a referência que ele usa na linha 91 ("Ok guys."), conclui-se que ele se volta para todas as alunas. O professor volta a buscar a atenção das alunas sobre quando deveriam concluir os exercícios. Aqui há um uso da indicação da subjetividade, pois ele 'retorna' ao seu 'papel' de professor. Além disso, percebe-se que a aluna A, silenciosa na maior parte do tempo, agora se pronuncia prontamente (linha 94. "Tomorrow?"). Provavelmente, esta aluna se sente mais confortável com essa forma de interação.

Após essa análise, entendemos que um professor que consegue administrar as diferentes realidades expressas por seus alunos terá maior possibilidade de construir uma interação mais recíproca. Tal informação poderá ser captada a partir dos enunciados dos



alunos. Podemos também mostrar, com essa reflexão, que é possível ir além da aplicação de metodologias com enfoque coletivo. O professor deve se perguntar: quais as regras que a cultura do aluno me impõe? Que regras eu imponho? Como construir pela língua formas de reciprocidade que atendam às necessidades dos alunos?

Considerações finais

A proposta deste estudo, como se tem visto, está voltada para uma visão da enunciação em sala de aula de língua adicional que abarque a relação entre linguagem (em seus movimentos), intersubjetividade (o 'eu' que enuncia para o 'tu', prevendo-se reversibilidade e as particularidades de ambos os participantes) e a reciprocidade (a obrigação de enunciar, de aceitar o enunciado e de atender à reciprocidade). A razão por que há uma relação básica entre intersubjetividade e reciprocidade é que a primeira supõe a linguagem como característica natural do ser humano, e a segunda reconhece que a linguagem e a organização humana estão interligadas.

Concluímos que essa visão tripartite da interação professor-aluno (considerando a linguagem, a intersubjetividade e a reciprocidade) reconhece que a interação é diferente se considerando um contexto de indicação da subjetividade (valorização do eu na enunciação) e de subjetividade do indicador (valorização do tu na enunciação). Em suma, argumentamos que a aplicabilidade da Teoria da Reciprocidade e da Teoria da Enunciação na área do ensino de língua inglesa como de outras línguas adicionais permite uma reflexão sobre a metodologia empregada dentro do contexto selecionado. Ademais, estabelece uma visão mais precisa dos fatores que influenciam a interação entre professor e aluno. Ainda por último, mas não menos importante, porque no referido estudo podemos visualizar o tema da subjetividade associado a uma visão antropológica da linguagem.

150

REFERÊNCIAS

- BENVENISTE, E. Estrutura das relações de pessoa no verbo. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005, p. 247-259.
- _____. As relações de tempo no verbo francês. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005, p.260-276.
- _____. Da subjetividade na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005, p. 284-293.
- _____. Dom e troca no vocabulário indo-europeu. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. Campinas, SP: Pontes, 2005, p.348-360.
- BENVENISTE, E. A linguagem e a experiência humana. In: _____. *Problemas de linguística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 2006, p. 68-80.
- FLORES, V., BARBISAN, L., FINATTO, M. J., TEIXEIRA, M. (Orgs.). *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.



FLORES, V. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V., SEVERO, R. Linguagem e cultura: uma abordagem com Benveniste. *Veredas Online – Atemática*. Vol. 19, nº 2, Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2015. Disponível em <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2015/04/17-FLORES-E-SEVERO1.pdf>

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

OLIVEIRA, J. L. M. de. *O conceito antropológico de cultura. Pró-Reitoria de Extensão (Proex), Diretoria de Programas de Pastoral (Dipas)*. Centro de Reflexão sobre Ética e Antropologia da Religião (Crear), Universidade Católica de Brasília, 2014. Disponível em <https://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/OconceitoantropologicodeCultura.pdf>

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAGÉ. *Dados gerais e econômicos de Bagé*. Encontrado em <http://www.bage.rs.gov.br/economia.php> Acessado em junho de 2016.

SCHLATTER, M. GARCEZ, P. *Línguas adicionais na escola: aprendizagens colaborativas em inglês*. Erechim: Edelbra, 2012.

SILVA, S. O Homem na Língua: uma visão antropológica da enunciação para o ensino de escrita. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem). Porto Alegre. Instituto de Letras. UFRGS, 2013. Disponível em: www.sabi.ufrgs.br



Assimetria interacional e metadiscocurso: Uma análise em entrevistas

Interactive asymmetry and metadiscourse: an analysis in interviews

Solange de Carvalho FORTILLI¹

RESUMO: O objetivo deste trabalho é mostrar que a assimetria entre os falantes em uma situação de entrevista, especificamente, com fins de coleta de dados linguísticos, pode ser evidenciada por meio de expressões metadiscursivas. O metadiscocurso ocorre quando os objetos-de-discurso evidenciam no texto a atividade enunciativa, focalizando a “mise-en-scène” da interação (JUBRAN, 2003). A relação assimétrica instituída em situações de entrevista é gerada pelo fato de os falantes não se comportarem como interlocutores naturais, mas como Informante e Documentador, sendo que a forma como eles lidam com essa relação e com seus papéis sociocomunicativos tipificam o texto. O universo da investigação consiste no banco de dados Iboruna, que contempla amostras de fala do interior do estado de São Paulo. Na ocasião da coleta desses dados, instaurou-se uma situação comunicativa muito peculiar, pois, ao mesmo tempo em que devia ser muito próxima da conversação, havia uma preparação prévia, que incluía o acordo sobre tipos de texto, temas e duração de fala, contratos que surgem no texto em forma de metadiscocurso.

152

PALAVRAS-CHAVE: Metadiscocurso. Assimetria interacional. Entrevista sociolinguística.

ABSTRACT: This paper aims to show that the asymmetry between the speakers in interview situation for the purpose of collecting linguistic data can be evidenced by metadiscursive expressions. Metadiscourse occurs when speech-objects evidence the enunciative activity in the text, focusing on the "mise-en-scène" of the interaction (JUBRAN, 2003). The asymmetric relationship in interview is produced by the speakers do not behave as natural interlocutors, but as Informant and Researcher, and how they deal with this relationship and their communication roles typify the text. The research universe consists of the Iboruna database, which includes speech samples from the interior of the state of São Paulo. On that occasion a very peculiar communicative situation was established, since, at the same time as it should be a very close conversation, there was a prior preparation, which included agreement on types of text, themes and duration of speech. These contracts appear in the text in the form of metadiscourse.

KEYWORDS: Metadiscourse. Interactional asymmetry. Sociolinguistic interview.

Apresentação

Com as ideias de Jakobson (1969) sobre metalínguagem, a auto-reflexividade passou a ser concebida como uma propriedade fundamental da língua, o que motivou diferentes abordagens para a função e também uma diversidade de denominações: metalínguística,

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. Três Lagoas- MS -Brasil – CEP: 79600-080. E-mail: fortilli@yahoo.com.br



metacomunicação, metalinguagem, metaenunciação, metadiscursividade. Essa última pode ser definida como “um discurso centrado sobre o código, mas o código tomado em sentido amplo, remetendo tanto à estrutura da língua enquanto sistema, quanto à sua ativação em situação de comunicação”, noção inaugurada no trabalho de Borillo (1985).

Neste trabalho, assumimos que a metadiscursividade é um procedimento caracterizado pela instituição do próprio discurso como objeto-de-discurso. É dentro da Perspectiva Textual-Interativa (JUBRAN, 2006), mais especificamente, nos estudos sobre referenciação, que o metadisco- rso ganha esse enfoque, que explica a ativação no texto de referentes denotadores da própria situação comunicativa. Essa situação comunicativa, por sua vez, é instituída de acordo com determinadas condições sócio-culturais, já que a linguagem é tomada como um instrumento de interação social.

O texto, matéria dessa interação, é visto pela Perspectiva Textual-Interativa em sua dimensão interacional, tendo como base a pragmática, a qual considera a língua como uma forma específica de comunicação social, o que implica estudá-la em situações comunicativas de uma sociedade em conjunto com outras práticas não linguísticas. Nesse sentido, o texto é considerado não como produto estanque de uma interlocução, mas como processo dinâmico sujeito a fatores interacionais.

A Perspectiva Textual-Interativa, debruçando-se sobre o texto falado, dá-lhe um tratamento que integra sua estrutura com os processos formulativo-interacionais ativados em sua produção. No processo de constituição textual, ocorrem sistematicidades e regularidades cujas marcas emergem na superfície do texto e evidenciam o processamento linguístico, pois, dada a sua natureza, coincidem planejamento e execução. Nesse contexto, consideramos as manifestações metadiscursivas como um dos aspectos de formulação estampados no texto.

A entrevista, apesar de ser um texto constituído por meio da língua falada, conjuga traços próprios dessa modalidade, como a presença dos interlocutores em um mesmo espaço de tempo e a alternância de turnos, com aspectos atípicos para as interações dialogadas, como o planejamento conversacional e a delimitação do direito ao turno. Da relação entre esses traços, emergem enunciados metadiscursivos com a peculiaridade de abordar, de certa maneira, essa tensão entre o momentâneo e o premeditado, entre a liberdade na condução da conversa e os pontos específicos a serem nela atendidos, ora deixando mais velada essa competição, ora mostrando-a na superfície textual.

A forma como os falantes lidam com essa relação e com seus papéis comunicativamente institucionalizados é que será objeto de nossa análise, o que exige que explanemos, dentre outros aspectos teóricos, as bases da Perspectiva Textual-Interativa, tarefa cumprida na primeira seção. Além disso, o objeto impõe-nos a compreensão do fenômeno do metadisco- rso, como expomos na seção 2, e as particularidades das entrevistas, de modo geral, e das entrevistas de coleta de dados linguísticos, exploradas na terceira parte. A última seção é destinada às análises propiciadas pela interação entre as bases teóricas e os dados, selecionados no Banco de Dados Sociolinguísticos Iboruna.

A Perspectiva Textual-Interativa

A Perspectiva Textual-Interativa é uma proposta teórica que toma o texto como objeto de análise, entendendo-o como produto da interação social que se estabelece por meio da linguagem verbal. Assim, a linguagem é observada “como uma forma de ação, uma



atividade verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, dentro de uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, levando em conta circunstâncias de enunciação". (JUBRAN, 2006, p. 28)

A Perspectiva Textual-Interativa não toma o texto como objeto acabado e homogêneo, mas como processo cujo planejamento, verbalização e construção estão relacionados a uma situação comunicativa estabelecida de acordo com determinadas condições interacionais e sociais. Tal concepção permite que sejam analisados textos em que coincidem os momentos de planejamento e execução- os textos falados- ao contrário de outras correntes da linguística textual que privilegiam os textos escritos.

A Perspectiva Textual-Interativa tem interesse na construção do texto, já que seu processamento, ao conjugar a estrutura da língua à dinâmica da atividade discursiva, evidencia marcas de elaboração estreitamente ligadas a fatores presentes na situação concreta de comunicação. Essas marcas do processamento do texto apresentam-se com regularidades estruturais e funcionais, detectadas pela observação de recorrências de certas estruturas revestidas de certas funções. Assim, a sistematicidade de determinados procedimentos de formulação do texto colabora para que sejam consideradas como pistas do processo cognitivo-interacional de construção do mesmo.

Essa abordagem toma como unidade de análise o tópico discursivo, já que “ao longo de um evento comunicativo, os interlocutores centram sua atenção sobre determinados temas, que se constituem como foco da interação verbal” (JUBRAN, 2006, p. 32). Ao interagirem, os falantes procuram manter a conversa em torno de um conjunto de objetos-de-discurso comum, estabelecendo conjuntamente um ponto para onde a conversa converge. Isso faz com que se instarem segmentos textuais mais amplos do que o turno, centrados em um tópico proeminente (JUBRAN, 2006, p. 33).

Uma das atividades de formulação textual de maior relevância para a Perspectiva Textual-Interativa é a referenciação, base para a compreensão do metadiscursivo². Coerente com a noção de texto, aquilo que se entende por referente não se alinha à idéia de designação apriorística das entidades do mundo via linguagem. Ao contrário, considera-se que as entidades designadas são objeto-de-discurso ao invés de objetos-de-mundo, no sentido de que se constroem por meio das interações, “das práticas discursivas e cognitivas social e culturalmente situadas” (MONDADA; DUBOIS, 2003). Conceber dessa maneira os referentes atualizados no discurso implica considerar a “instabilidade constitutiva” (idem) dos objetos-de-discurso, enxergando-os como dados não prontos que são apreendidos e reelaborados pelos falantes via interação. Mais do que isso, essa visão sobre os objetos-de-discurso exige que se fale não em referentes, mas em referenciação, a fim de tornar claro que o ato de referir traz em si um processo, já que “as opções lexicais se reconstroem e se amoldam ao que está sendo negociado entre os interlocutores, dependendo de seus propósitos enunciativos” (CAVALCANTE, 2003, p. 10)

Marcuschi e Koch (2006) observam que compreender dessa maneira a referenciação não significa atribuir à individualidade do falante a reelaboração dos objetos-de-discurso: esta deve obedecer a restrições impostas pelas condições culturais sociais e históricas e pelas condições advindas do uso da língua em uma determinada situação.

² Detalhamentos sobre o processo de referenciação não serão abordados neste trabalho.



Autores que trabalham com essa perspectiva, como Jubran (2005a, 2005b, 2008), esclarecem o mecanismo da referenciação metadiscursiva, que ocorre quando os objetos-de-discurso instaurados no texto dizem respeito ao próprio discurso que se desenvola. As questões que envolvem o metadiscorus são abordadas da próxima seção.

O metadiscorus

A ideia de metalinguagem, primeiramente definida por Jakobson (1963), refere-se aos casos em que a língua exerce reflexividade sobre si mesma, ou seja, quando o código é o tema da mensagem ou é utilizado para explicar o próprio código. O autor destacou o fato de que a metalinguagem não está presente apenas nos casos em que se elaboram informações sobre a própria linguagem, mas na fala cotidiana também, em expressões como *Não estou compreendendo – o que quer dizer?*, *Que é que dizes?*, *Entende o que quero dizer?*

Com o desenvolvimento dos estudos linguísticos, houve várias abordagens e várias denominações para os enunciados metadiscursivos. Dentre elas, para compor nossa compreensão sobre o fenômeno, destacaremos as idéias de Borillo (1985) Risso e Jubran (1998) e Jubran (2008, 2005a, 2005b).

Borillo (1985) define-o como “um discurso centrado sobre o código, mas o código tomado em sentido amplo, remetendo tanto à estrutura da língua enquanto sistema quanto à sua ativação em situação de comunicação” (p.49). No trabalho desse autor, destaca-se uma considerável ampliação da abrangência dos usos contemplados pelo conceito de metadiscorus, já que se inserem também sob esse rótulo as referências às condições enunciativas do discurso, aos propósitos e às estratégias do locutor.

Considerando o metadiscorus como “discurso e glossa sobre o discurso”, o autor subdivide suas modalidades de manifestação em três categorias, em uma tentativa de correlacionar as formas de manifestação a determinadas funções por elas cumpridas. Tem-se assim, três tipos de práticas metadiscursivas: a) a que faz referência ao discurso, especificando aspectos do código em uso na elaboração do texto; b) a que se refere ao discurso como fato enunciativo, para explicitar algumas de suas condições, ligadas à gestão do diálogo, tendo em vista sua inteligibilidade; c) a que se refere ao discurso como construção de enunciados, para explicitar seu desenvolvimento, sua estratégia e organização argumentativa. A proposta de Borillo vem a evidenciar que, embora contempladas pelo rótulo de metadiscorus, as estratégias envolvidas podem se prestar ao enfoque deste ou daquele aspecto textual, e serve como ponto de partida para vários trabalhos que especificam mais traços do fenômeno.

Em Risso e Jubran (1998, p. 2) há a idéia de que o traço básico da metadiscursividade é “a autorreflexividade do discurso: este se elabora focalizando-se a si mesmo, pela conjunção do que é dito com o ato de dizer”. As autoras assinalam que devido à propriedade de autorreferenciação, o metadiscorus entra, na composição do texto, em pauta diferenciada da estrutura informacional. Da mesma maneira que há no texto proposições tópicas, responsáveis pelo desenvolvimento do tópico discursivo, há segmentos exteriores a elas que, paralelamente, versam sobre a própria atividade enunciativa.

Risso e Jubran (1998) observam que a passagem da pauta das proposições tópicas à pauta do metadiscorus é sempre marcada. “Nessa sinalização entram procedimentos verbais de natureza e níveis variados, indo de fatos prosódicos a construções referenciadoras de



processo linguístico-textual-interativo.” (p. 04). Já nos trabalhos de Jubran (2005a, 2005b, 2008), também se considera a referenciação, vista não como uma representação dos objetos do mundo operada por meio da língua, mas como um processo em que os referentes, ou objetos-de-discurso, “são elaborados pelos sujeitos em um processo dinâmico e intersubjetivo, ancorado em práticas discursivas e cognitivas situadas social e culturalmente, bem como em negociações que se estabelecem no âmbito das relações interacionais”. (JUBRAN, 2005b, p. 219)

Com base na compreensão dos referentes como constructos socioculturais fundados em práticas sociais, Jubran (2003, 2008) analisa a existência de dois tipos de referenciação dentro do texto: a tópica e a metadiscursiva. A referenciação tópica engloba os objetos-de-discurso que constituem entidades do universo discursivo sobre o qual se fala, promovendo a progressão referencial do texto por meio do desenvolvimento dos tópicos baseado no uso de referentes a eles concernentes. Já na referenciação metadiscursiva, os objetos-de-discurso têm a característica de evidenciar no texto a atividade enunciativa em curso, focalizando a “mise-en-scène” do discurso.

Em Jubran (2005a) encontramos mais esclarecimentos sobre essas duas formas de referenciação, as quais não se confundem porque a referenciação tópica conta com elementos que cumprem a chamada função ideacional, já que trazem para o texto objetos-de-discurso que fazem progredir o tópico discursivo em pauta, ao passo que a referenciação metadiscursiva faz emergir no texto referentes ligados à própria atividade comunicativa, alocada em determinada situação concreta de comunicação.

A partir dessas considerações, Jubran (2005b) aponta cinco modalidades de expressões metadiscursivas, observadas em textos falados:

- a) referências à elaboração do texto, no que diz respeito à sua formulação linguística;
- b) referências à estruturação tópica do texto, em termos de montagem e progressão textual;
- c) referências às instâncias co-produtoras do texto (locutor e interlocutor), que se marcam no texto a fim de estabelecer condições dialógicas para assegurar o intercâmbio verbal;
- d) referências aos papéis discursivos assumidos pelos interlocutores na dinâmica da interação verbal;
- e) referências ao próprio ato comunicativo em processo, quanto às suas contingências de realização.

Nessa pesquisa, não selecionaremos segmentos como *entendeu?, né?, sabe?*, os quais, em alguns estudos, são também vistos como metadiscurso. Entendemos que tais partículas configuram-se como Marcadores Discursivos, que exigiriam um trabalho que levasse em conta as especificidades dessa última classe.

Ressaltaremos, então, ocorrências ligadas aos *papéis discursivos assumidos pelos interlocutores na interação verbal*. Porém, como processo em negociação constante, a elaboração do texto permite que, em alguns momentos, os papéis “estabelecidos” para cada um dos interlocutores se mesclam. Esse é mais um aspecto do util equilíbrio que tem lugar dentro do texto: entrevistador e entrevistado podem, até certo ponto, alternar momentos de condução da entrevista, dinâmica que será apontada na análise.



A entrevista e o subgênero “entrevista para coleta de dados linguísticos”

Barros (1991) investiga os papéis destinados aos interlocutores de uma entrevista, destacando que o entrevistador é o sujeito que quer saber e que, para obter determinados conhecimentos, deve levar o entrevistado a falar. Além disso, “o entrevistador escolhe o tópico e a direção da conversação: quando ou como parar, a distribuição dos turnos e assim por diante” (p.257). Já o entrevistado geralmente conserva o turno por mais tempo, pois é a ele que se quer ouvir. Essas formas marcadas de atuação fazem com que a entrevista seja uma interação assimétrica, pois os papéis dos participantes, apesar de estarem na mesma situação comunicativa, são fixos e muito distintos entre si.

Para melhor compreendermos aquilo que chamamos de assimetria na interação, trazemos as idéias de Marcuschi (1991) que mostra que, ao contrário dos diálogos simétricos, encontrados nas conversas diárias e naturais, as entrevistas são consideradas assimétricas porque um dos participantes tem o direito de iniciar, orientar, dirigir e concluir a interação, além de exercer pressão sobre o(s) outro(s) participante(s).

Nas entrevistas, os participantes possuem um papel discursivo caracterizado por um conjunto de deveres e direitos comunicativos e um papel social, reconhecidos quando ambos se mostram de acordo com as peculiaridades das posições assumidas. De posse desses papéis interacionais, os participantes vão construindo os sentidos do texto, em um sistema que leva em conta normas conversacionais e sociais partilhadas, negociações e concessões de diversas naturezas. Para Fávero e Andrade (1999), “durante as entrevistas, os participantes não apenas expressam suas idéias e opiniões, trocam informações, mas também- ao cumprir seus papéis- constroem juntos o texto, buscando atuar sobre o outro e sobre a audiência.”

As características básicas das entrevistas desdobram-se em outras, dividindo-as em modalidades. Há entrevistas jornalísticas, de trabalho, científicas etc. Interessam-nos, nesse trabalho, as entrevistas científicas para fins de pesquisa linguística, nas quais os entrevistadores, ou documentadores, não estão preocupados com as informações que o entrevistado tem a dar sobre o tema em questão, mas apenas em fazer com que o informante fale, ou seja, importa mais *como* o participante fala do que o conteúdo por ele enunciado. O objetivo desse tipo de entrevista é estabelecer “uma conversa, a mais informal possível” (SILVA, 2007, p. 125), por isso espera-se que apenas o entrevistador saiba exatamente que o ponto a ser observado é a língua, pois é desejável que “o informante não preste atenção a sua maneira de falar” (TARALLO, 2003, p. 21)

Para que sejam coletados e gravados os dados dentro de uma comunidade, em alguns casos, cabe ao documentador-pesquisador inserir-se em comunidades nas quais sua presença não é corriqueira, assim como não o é a presença de sua maneira de falar e suas ferramentas: o microfone e o gravador.

Considerando que o grau de aproximação/distanciamento entre os interlocutores é significativo para a situação comunicativa, podemos entender que o estabelecimento de um contato entre pesquisador e seu informante específico e o travamento da comunicação entre eles são aspectos que particularizam a interação que daí se origina, pois, ao mesmo tempo em que deve ser próxima à interação face-a-face espontânea, há a influência da presença do pesquisador e de seu papel social, ainda que se reconheça a necessidade de amenizá-la, como se vê abaixo:



O pesquisador, ao selecionar seus informantes, estará em contato com falantes que variam segundo classe social, faixa etária, etnia e sexo. Seja qual for a natureza da situação de comunicação, seja qual for o tópico central da conversa, seja qual for o informante, o pesquisador deverá tentar neutralizar a força exercida pela presença do gravador e por sua própria presença como elemento estranho à comunidade. (TARALLO, 2003, p. 21)

Há algumas estratégias que costumam ser aplicadas para minimizar os efeitos da não naturalidade da situação de fala sobre o vernáculo. Dentre elas, destaca-se a elaboração de um roteiro de entrevista dirigida para determinados temas com os quais o falante se envolva e esqueça-se de que está sendo gravado. No caso das interações simétricas, os participantes têm supostamente o mesmo direito à escolha do tema e ao encaminhamento da conversa.

Como forma de resumir e sistematizar as características das entrevistas para pesquisa linguística, trazemos as ideias de Urbano (1988, p. 7):

- 1) planejamento conversacional, característico das entrevistas, por parte do documentador, e presença de gravador, circunstâncias que criam certo formalismo, com reflexos na linguagem;
- 2) relacionamento assimétrico entre os participantes, com a interação orientada pelo documentador. Este, muitas vezes, procura quebrar esse formalismo, tentando facilitar um diálogo interativo e uma fala natural do entrevistado. Mesmo assim, fica difícil reconhecer nessas entrevistas dois interlocutores que se alternam regular e espontaneamente, como devia ocorrer numa estrutura realmente dialógica;
- 3) intersubjetividade ou intercâmbio esporádico (perguntas raras e breves do documentador, com longos turnos do informante, que representam respostas, porém, descharacterizadas como tais);
- 4) tensão coloquial fraca – principalmente afetiva – por falta de dinamismo na interação e interlocução;
- 5) estrutura dialógica frequentemente alterada para uma estrutura monológica de caráter descriptivo, dissertativo e, principalmente, narrativo, frequentemente, com estruturas sintáticas completas.

O Banco de dados Iboruna

Os dados analisados foram coletados no Banco de Dados Iboruna, constituído dentro do projeto Alip (Amostra Linguística do interior paulista). Optamos por realizar pesquisa baseada em *corpos* devido à natureza de nosso trabalho, a qual nos impõe a descrição da língua em uso real, já que temos a preocupação de fornecer evidências da heterogeneidade inerente da linguagem, o que só é possível quando se utiliza um *corpus* mais fiel ao que ocorre nas situações comunicativas.

O banco de dados Iboruna tem como objetivo fornecer dados para trabalhos de descrição do português brasileiro, na sua variedade falada no interior do Estado de São Paulo. Sediado na UNESP de São José do Rio Preto, o Projeto ALIP coloca o seu banco de dados à disposição dos interessados³ na descrição linguística feita a partir de manifestações reais da linguagem inserida no contexto social. (GONÇALVES, 2008).

³ O banco de dados está disponível em <<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br>>.



O banco foi organizado com amostras de fala da região Noroeste do Estado de São Paulo, mais especificamente, dos municípios de Bady Bassitt, Cedral, Guapiaçu, Ipuiguá, Mirassol, Onda Verde e São José do Rio Preto.

Trata-se de dados coletados segundo os preceitos da Sociolinguística Variacionista, por meio de gravações de entrevistas, posteriormente, transcritas. Os informantes das Amostras Censo (AC) foram selecionados a partir do cruzamento de quatro variáveis sociais, a saber: (i) sexo/gênero; (ii) faixa etária; (iii) nível de escolaridade e (iv) renda familiar, proporcionalmente distribuídos. Havia também as Amostras de Interação (AI), gravadas secretamente, sem controle de variáveis.

Explicitados os perfis dos entrevistados do banco de dados sociolinguísticos Iboruna, vale mencionar que os entrevistadores eram acadêmicos do curso de Letras, da Universidade Estadual Paulista, câmpus de São José do Rio Preto.

Olhar para nosso objeto de análise tendo em mente características sobre os papéis sociais e discursivos dos participantes da entrevista faz-nos levantar a hipótese de que a relação entre esses traços dá origem a uma situação de fala bastante particular, a qual favorece enunciados metadiscursivos, pois há muitos elementos interacionais a serem negociados na situação que se coloca.

Assimetria interacional marcada por enunciados metadiscursivos em entrevistas do Iboruna

Os casos de expressões metadiscursivas selecionados vêm com indicação, entre parênteses, do número da Amostra Censo e da linha onde se detecta a ocorrência⁴:

(01) aí eu falei – “mas porque você quer ir no banheiro das meninas?” – e aí ele só falava que eu que tinha mandado né?... aí a classe – “NÃO... num é pra ir no banheiro das meninas é que o banheiro dos meninos está quebrado... então quem tiver apertado vai ter que usar o banheiro das meninas” – e aí ele... ficou meio sem graça mas acabou indo ao banheiro... (**deu?**) ((gravação interrompida)) **então eu posso falar de outro aluno agora?**

Doc.: pode

Inf.: eu vou falar de um aluno que:: eu gosto muito dele... (AC 88, L. 92)

A situação comunicativa proposta na entrevista deve se aproximar da conversação espontânea, porém, é possível detectar o automonitoramento do informante para atender a solicitação do entrevistador. Mais do que isso, o informante procura não deixar dúvidas sobre aquilo que irá falar, o que evidencia a assimetria entre os falantes, pois um deles, o documentador, tem o papel de controlar e direcionar o fala do outro.

Em (01), a marcação dos papéis comunicativos ocorre de forma explícita, recaindo sobre o controle exercido pelo pesquisador/documentador sobre a interação, inclusive no que diz respeito a sua duração. No momento em que o informante julga já ter falado o suficiente, busca confirmar isso com o documentador, por meio da indagação *deu?*, que indica não só a assimetria interacional, mas também o conhecimento do informante, adquirido na preparação

⁴ As entrevistas do Iboruna contam, na transcrição, com a indicação de fatos de ordem fônica, como alongamentos e pausas. Optamos por retirar algumas dessas notações para tornar o texto mais objetivo.



para a entrevista, sobre a necessidade de produzir textos com tamanho compatível aos objetivos e possibilidades do Iboruna.

A partir da notação do transcritor da entrevista, é possível perceber que houve uma pausa, talvez destinada à checagem, por parte do documentador, da quantidade de fala que já se encontrava gravada. Diante da constatação de que era possível gravar mais alguns minutos, o documentador, munido de seu papel de gerenciador da situação, autoriza o informante a continuar. Este, por sua vez, negocia o novo tópico com o documentador, por meio da pergunta *então eu posso falar de outro aluno agora?*

Em outros tipos de interação face-a-face, como na conversação, por exemplo, não há tempo determinado para o início e o fim da comunicação, de modo que nenhum participante mostra-se preocupado em checar se a quantidade de fala é suficiente ou não. Já as negociações de tópico são geralmente menos marcadas, uma vez que, quando há mudança por parte de um interlocutor, o outro automaticamente o acompanha, sinalizando, linguisticamente ou por meio de outros expedientes, a concordância com o novo encaminhamento da situação. Todavia, por se tratar de uma entrevista gerada para fins de pesquisa científica e formulada por dois falantes em uma situação de relativa formalidade, há uma preocupação em ser claro e negociar os tópicos para que não haja possíveis truncamentos e direcionamentos inadequados aos objetivos dessa interação.

É interessante observar, porém, que, nesse caso, o informante acaba por colocar-se no lugar do outro interlocutor, pois, ainda que peça autorização a ele para mudar de tópico, acaba por ser o responsável pelo novo rumo de sua fala, deixando claro que a assimetria desse tipo de interação não é imutável. Ao contrário, as entrevistas de coleta de dados podem apresentar momentos de dinamicidade, operada por meio da iniciativa do entrevistado de ajudar na organização e no direcionamento do discurso conjuntamente produzido.

Outros enunciados metadiscursivos encontrados também se configuram como momentos em que os papéis discursivos dos participantes da entrevista vêm à tona:

(02) Doc.: e assim de quando cê era pequena também cê num:: num tem nada assim que você... algum evento que tenha te marcado?
Inf.: quando criança?... ((pensa por um tempo)) **nossa num consigo me lembrar**
Doc.:**então tá bom** (AC 84, 75)

Em (02), identifica-se o que Marcuschi (1991) chama de “pressão” na interação: o documentador tenta levar o entrevistado a narrar alguma história que lhe tenha acontecido, incentivando-o com exemplos de situações que poderiam suscitar tal narrativa. O entrevistado, por sua vez, não inicia o processo de referênciação tópica, que deveria contar com uma gama de referentes ligados aos temas sugeridos pelo documentador. Ao contrário, os únicos enunciados produzidos são metadiscursivos, por se referirem ao seu próprio fazer discursivo, revelando a impossibilidade do prosseguimento daquele tópico que se iniciaria, já que ele não se lembra de algo que possa se tornar um tópico discursivo.

Diante de tal reação do entrevistado, o pesquisador produz uma expressão cujo conteúdo é uma autorização para o informante não desenvolver um tópico, não tomando para si o turno conversacional que lhe fora destinado. Ambas as expressões (*não consigo lembrar* e *então tá bom*) são exemplares de uma negociação ocorrida no âmbito das interações produzidas para fins de coleta de dados; não a que diz respeito aos tópicos, mas aos ajustes necessários à manutenção da interlocução. Colabora para tal atitude dos interlocutores a



necessidade utilizar a polidez, pois na entrevista “é preciso que haja empatia entre os interlocutores e sua manutenção está diretamente relacionada às estratégias de polidez”. Segundo Leech *apud* Fávero e Andrade (1999), ordenar é um procedimento que entra em conflito com a polidez, portanto o documentador não poderia obrigar o informante a falar quando o último alega não se lembrar de nada, sob o risco de criar uma situação de tensão e inibição, já que a situação comunicativa é pouco natural e frágil em trocas de informações, envolvimento intersubjetivo e conhecimento partilhado (FÁVERO E ANDRADE, 1999).

Enunciados que estampam no texto negociações e acordos que atingem não só a escolha de um tópico ou de uma palavra, mas também a condição a partir da qual cada falante se coloca na situação comunicativa, são tratados por Jubran (2008) sob a ótica dos papéis discursivos assumidos pelos interlocutores na dinâmica da interação verbal, ou os papéis socioinstitucionais de que eles são revestidos, os quais se constituem como o lugar institucionalizado a partir do qual exercem seu discurso.

Já Borilo (1985) vê tais enunciados como atividades metadiscursivas que fazem referência às condições enunciativas do discurso, que carregam a função de garantir uma forma compreensível ao que está sendo dito, incluir o interlocutor no discurso, testar sua compreensão, detectar se o mesmo está em condições de compreender as intervenções do locutor, criar condições para que este interlocutor participe da conversação, instaurar um contato ou mesmo uma conivência entre ambos (p. 53).

Outros dois enunciados são reveladores do controle exercido pelo Documentador nas entrevistas, denotando assimetria, portanto.

(03) (...) tem a minha capelinha também lá que eu fiz no meu quarto
Doc.:peraí **então me explica como que é direitinho...cê entra no quarto...**
Inf.: eu entro no quarto a primeira coisa que eu faço é ligar o som né? eu ligo o som pra poder tá relaxando tal... eu deito e nesse tempo eu fico ouvindo a música descansando fico refletindo o que que eu fiz no dia...(AC 74, 260)

(04) eu tenho alguns livros religiosos e... sempre a gente tem que tá renovando as forças e tá rezando... e o lugar que eu gosto muito mesmo é o meu quarto
Doc.:então... aí eu queria que você me dissesse **COmo que é o QUARto assim pra eu imaginar entendeu?** [Inf.: certo] se ele é grande se é pequeno... se ele tem... como que é a cama como que é o rádio se é... esse ora/ esse lugar que você reza se tem um altarzinho... assim... que você contasse Tudo
Inf.: meu quarto é pequeno né? logo que você entra assim tem já o guarda roupa do lado direito assim grandão né? enorme assim deve ter um...grandão mesmo ele...a parte dele assim é toda ele ocupa toda a parte da parede... do outro lado assim perto da parede tem o meu som... né? (AC 74, 275)

Os dados acima evidenciam momentos de monitoramento do discurso que está sendo desenvolvido pelo Informante. Em (03), vê-se uma explicitação de interferência do Documentador, com o objetivo de corrigir a maneira como o falante vinha encaminhando seu texto. Em “peraí”, nota-se a necessidade de uma pausa na fala do outro, e em seguida, observa-se uma sequência metadiscursiva, assim definida porque versa sobre a constituição do texto, seus mecanismos de construção, e não sobre o tópico em si (o quarto do Informante). Tal sequência, *então me explica como que é direitinho*, consiste em um redirecionamento efetuado pelo Documentador para que o Informante estruture o tópico com mais cuidado, mais detalhes, já que se trata de uma descrição.



Já em (04), os mesmos participantes estão em uma situação em que o Documentador é ainda mais explícito, solicitando que o outro explique como é o quarto, sendo que a palavra *como*, segundo a transcrição, foi dita mais enfaticamente. Isso se deve ao fato de o enunciado metadiscursivo, assim caracterizado por sair da pauta do tópico *quarto* e passar à pauta das maneiras de constituir o texto, situar-se dentro de uma descrição, em que é importante elencar detalhes do objeto, o que não vinha sendo feito pelo Informante.

Após as correções operadas pelo Documentador, nota-se que o Informante passa a desenvolver com mais adequação o tópico, realizando essa tarefa de acordo com a solicitação do outro, de modo a se constituir como falante adequado à situação de que estava participando.

Conforme Urbano (1988), fica difícil reconhecer nesse tipo de interação um intercâmbio espontâneo e regular de informações entre os participantes. A assimetria manifesta-se, então, por meio das expressões destacadas, que, ditas pelo Documentador, fazem com que o outro reorganize seu discurso, reforçando a diferença de papéis comunicativos reservados a cada um. Se o Documentador, conforme já mostrado, reveste-se do papel de motivar e regular o discurso do outro, cabe ao Informante seguir dentro da linha discursiva prevista e acordada na ocasião da preparação para a coleta dos dados. Decorrem daí as intervenções do primeiro e os redirecionamentos de fala do segundo. Uma aproximação desses dados à classificação de Borillo (1985) possibilitaria considerá-los como referências ao discurso enquanto construção de enunciados, no sentido de que explicitam momentos de montagem de sua estrutura e desenvolvimento.

A peculiaridade da situação de entrevista faz com que, em alguns casos, os envolvidos explicitem não só comentários sobre a constituição dos tópicos ou dos textos como um todo, mas também sobre si mesmos, como instâncias produtoras de texto, localizadas e instituídas linguisticamente e socialmente. Nos casos abaixo, observamos que o entrevistado elabora, metadiscursivamente, uma avaliação de sua habilidade para iniciar ou manter determinado tópico:

(05) Doc.: bom agora eu queria que você falasse um pouquinho sobre a política do nosso país quê que tá achando dessas C.P.I.s...

Inf.: do governo Lula?

Inf.: olha eu num **eu num entendo nada de política eu só vejo mais ou menos o que tá acontecendo porque eu vejo a televisão porque eu leio muito pouco...pouco coisa também eu num interajo muito MUITO com política não...** (AC 87, 415)

(06) Doc.: e a economia?

Inf.: ah **a economia... também num entendo muito...mas eu/ assim a grosso modo** eu acho que ela tá... melhorando ultimamente (AC 83, 390)

(07) Doc.: e a cozinha? a varanda? como que é?

Inf.: a cozinha é não... moderadamente pequena e... não é um lugar que eu gosto de passar muito tempo éh:: **então tenho pouco pra falar...** mas ah tem um armário tem:: éh:: geladeira... fogão... a pia...(AC 83, 205)

Nesses casos, os informantes fazem ressalvas quanto à sua propriedade para falar dos tópicos sugeridos pelos documentadores, por desconhecimento sobre o tema ou por pouca afinidade com ele. Assim, elabora-se uma antecipação ao outro sobre sua competência para desenvolver considerações sobre algo que ele julga que não domina, negociando com o



entrevistador as expectativas que este pode ter sobre sua fala. No momento em que, metadiscursivamente, o Informante discorre sobre si mesmo como produtor daquele texto, busca no outro uma tolerância quanto à possibilidade de seu texto não corresponder, em qualidade ou quantidade, àquilo que se espera dele como contribuição para o Iboruna.

Essas expressões constituem, segundo Jubran (2008), referências às instâncias coprodutoras do texto (locutor e interlocutor), que se marcam no texto a fim de estabelecer condições dialógicas para assegurar o intercâmbio verbal. No caso, há a atribuição de qualificações aos interlocutores para discorrerem sobre o tópico discursivo em curso, especificamente, o informante atribui a si mesmo pouca autoridade para opinar sobre os temas propostos. Assim, diante da possibilidade de cometer algum deslize e ter sua imagem afetada diante do outro, o locutor se adianta, alertando que não poderá falar de maneira muitoapropriada sobre a questão.

O enunciado destacado em (08) mostra outra preocupação do Informante:

(08) (...) diz que ele gostava muito de passear... gostava muito de contato com os netos né? e ele sempre... éh menciona essas essas situações...tanto que os meus tios e a minha AVÓ... éh... paterna... eles todos estudaram num colégio interno e eu quando eu era pequena... éh eu ia sempre pra essa fazenda da minha avó e chegava à tarde assim a gente ia pro... pro pomar **já fugi do tema né?** nós fámos pro pomar... e ela me contava as coisas de quando... de como ERA a infância dela...
(AC 82, 164)

Nesse caso, o entrevistado está atento não só ao atendimento do tópico solicitado pelo pesquisador, mas também a sua manutenção. A espontaneidade que ocorreria em uma conversação dá lugar ao automonitoramento e ao reconhecimento do outro como instância controladora da interação. O metadiscocurso torna, então, evidentes esses cuidados do entrevistado.

Considerações Finais

Caracterizados por referirem-se à própria atividade comunicativa, os enunciados metadiscursivos enfocados nesse artigo têm a peculiaridade de atualizarem no discurso marcas da negociação entre os interlocutores, bastante necessária em uma situação comunicativa de assimetria, como a entrevista. Por se tratar de uma entrevista em que o foco era a própria linguagem, tal assimetria se acentua, o que faz com que o participante mais vulnerável (o entrevistado) negocie minuciosamente aspectos de sua fala.

Diante desses aspectos, reafirma-se a propriedade das expressões metadiscursivas de portarem, além de uma função textual, no sentido de que evidenciam a organização do texto, forte função interacional, uma vez que revelam a apreciação do falante sobre seu próprio desempenho linguístico e sobre a situação comunicativa como um todo.

Portanto, as especificidades linguísticas e sociais das interações que se estabelecem nas entrevistas destinadas à obtenção dos dados do Iboruna encontram-se estampadas na superfície dos textos, sendo que a assimetria interacional é um fator que promove e, ao mesmo tempo, tipifica as expressões metadiscursivas.



REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. L. C. V. O.; FÁVERO, L. L. Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas. In: PRETI, D. (org.) *Estudos de língua falada: variação e confrontos*. São Paulo: Humanitas, 1998. p. 153-177.
- BARROS, D. L. P. Entrevista: Texto e conversação. *Anais do XXXIX Seminário do GEL*. Franca: Unifran, 1991, p. 254-261.
- BORILLO, A. Discours ou Metadiscours? *DRLAV Revue de linguistique* (32). Paris: Centre de Recherche de l'Université de Paris VIII, 1985, p. 91-151.
- CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B., CIULA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GONÇALVES, S. C. L. Projeto ALIP (Amostra Linguística do Interior Paulista): questões teóricas e metodológicas sobre a constituição de um banco de dados de língua falada. In: TAGNIN, E.; VALE, O. A. (Org.). *Avanços da Linguística de corpus no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Humanitas, 2008, v. 1, p. 217-245.
- _____. *Banco de dados Iboruna: amostras eletrônicas do português falado no interior paulista*. Disponível em: <http://www.alip.ibilce.unesp.br/iboruna>.
- _____. *O português falado na região de São José do Rio Preto: constituição de um banco de dados anotado para seu estudo*. Projeto de Pesquisa. São José do Rio Preto. Unesp/FAPESP: 2003.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e comunicação*. 4. ed. Tradução Isidoro Blikstein; José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1969.
- JUBRAN, C. C. A. S. O metadiscocurso entre parênteses. *Estudos Lingüísticos*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 293-303, set.-dez. 2009. Disponível em: http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/38/EL_V38N3_23.pdf.
- _____. Modalidades de metadiscursso em cartas e artigos científicos. In: XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL), 2008, Montevidéu - Uruguai. *Actas del XV Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina*. Montevidéu: Universidad de la República, 2008.
- _____. Uma gramática textual de orientação interacional. In: CASTILHO, A.T.; MORAIS, M.A.T.; LOPES, R.E.V.; CYRINO, S.M.. (Org.). *Descrição, história e aquisição do português brasileiro*. Campinas; São Paulo: Pontes; FAPESP, 2007.
- _____. Introdução – A perspectiva textual-interativa. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.). *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. Campinas: Editora da UNICAMP, vol. I, 2006, p. 27-36.



JUBRAN, C. C. A. S.A emergência da referenciação metadiscursiva em textos falados e escritos. In: XIV Congreso Internacional de ALFAL, 2005, Monterrey - México. *Memorias del XIV Congreso Internacional de la ALFAL*. Monterrey - México: Universidad de Nuevo León, 2005a. v. 1. p. 167-175.

_____. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: Ingodore Koch; Edwiges Morato; Anna Christina Bentes. (Org.). *Referenciação e Discurso*. São Paulo: Contexto, 2005b, p. 219-241.

_____. O discurso como objeto-de-discurso em expressões nominais anafóricas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Vol 44. Campinas: Unicamp, 2003, p. 93-103.

LIMA, F. F. *Metadiscursividade e persuasão em entrevistas com candidatos à Prefeitura de São Paulo*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARCUSCHI, L. A. KOCH, I. G. V., Referenciação. In: JUBRAN, C. C. A. S., KOCH, I. G. V. *Gramática do português culto falado no Brasil*. Vol I. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

MARCUSCHI, L. A. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1991.

MONDADA, L, DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M., RODRIGUES, B. B., CIULA, A. *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.

RISSO, M. S.; JUBRAN, C. C. A. S. O discurso auto-reflexivo: processamento metadiscursivo do texto. *DELTA*, v.14, especial, 1998, p. 227-242.

SILVA, G. M. O. Coleta de dados. In: MOLLICA, M. C., BRAGA, M. L. *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2007.

TARALLO, F. *A pesquisa sociolinguística*. 7ed. São Paulo: Ática, 2003.

URBANO, H., PRETI, D. (orgs.). *A linguagem culta na cidade de São Paulo*. Vol. III. Diálogos entre informante e documentador. São Paulo: T. A., 1988.